



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Rubens Vinícius da Silva

Interpretando Max Weber no Brasil: uma análise comparativa entre Maurício
Tragtenberg e José Guilherme Merquior

Florianópolis
2024

Rubens Vinícius da Silva

Interpretando Max Weber no Brasil: uma análise comparativa entre Maurício
Tragtenberg e José Guilherme Merquior

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Ciência Política da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em Sociologia
e Ciência Política.

Orientador: Prof. Carlos Eduardo Sell, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra

da Silva, Rubens Vinicius

Interpretando Max Weber no Brasil : uma análise comparativa entre Maurício Tragtenberg e José Guilherme Merquior / Rubens Vinicius da Silva ; orientador, Carlos Eduardo Sell, 2024.

304 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Liberalismo; Max Weber; Maurício Tragtenberg; José Guilherme Merquior.. I. Sell, Carlos Eduardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Rubens Vinicius da Silva

Interpretando Max Weber no Brasil: uma análise comparativa entre Maurício
Tragtenberg e José Guilherme Merquior

O presente trabalho em nível de Doutorado em Sociologia e Ciência Política foi
avaliado e aprovado, em 2 de fevereiro de 2024 de defesa, pela banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof. Lucas Cid Gigante
Instituição UNIFAL/MG

Prof. Marcelo da Costa Maciel
Instituição UFFRJ

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges
Instituição UFSC

Certificamos que essa é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Sociologia e Ciência
Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Orientador

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, cujo financiamento via bolsa de estudos tornou possível a realização deste trabalho.

Da mesma forma, agradeço aos meus familiares Rodrigues Rubens da Silva (*In memoriam*), Lea Regina Gonçalves, Genésio Plucínio de Oliveira e Manoela Cristina da Silva. O apoio, compreensão e amor de vocês ao longo dos anos e em especial quando da decisão de prestar o processo de seleção para o doutorado, da qualificação do projeto e posterior produção desta tese me foram essenciais. Do mesmo modo, sou grato à Fernanda Abrahão Câmara, pelo incentivo na escrita nos últimos meses de 2022 e ao longo de 2023, pelo carinho e pela companhia.

Também agradeço aos amigos de longa data Nildo Viana, Diego Marques Pereira dos Anjos, Lisandro Rodrigues de Almeida Braga, Mateus Alexandre Alves, Jaciara Reis Veiga, Leonel Luiz dos Santos, Guilherme Augusto Bachmann, Patricia Pereira Narciso, Gustavo Jardel Conrad, Natan Felipe Linhares, Gustavo dos Santos, Tasley Ramos Teixeira, Marina Schneider Roca, Juvenal Maia da Motta, Mario Ubirajara Jaques Moura, Letícia Britto e Bruna Fernanda Kleine. A existência de vocês foi fundamental, em especial quando saí de Gaspar para Florianópolis e, nos tempos pandêmicos, retornei para Gaspar e iniciei a docência em sociologia no Ensino Médio.

Estendo os agradecimentos para as amigas Bruna dos Santos Bolda e Marieli Machiavelli. Bruna pelos conselhos, conversas e debates desde os tempos de graduação na Furb. Marieli pelos conselhos, conversas e debates quando das aulas e também no grupo de estudos sobre Max Weber. E agradecimentos para as duas, por me fazerem acreditar que eu conseguiria topa o imenso desafio de escrever o presente trabalho.

Por fim, agradeço imensamente ao meu orientador Carlos Eduardo Sell. Pelas conversas nas reuniões remotas, pelas ideias acerca do desenvolvimento do texto, pelas sugestões de temas e autores, pela enorme paciência, pelas indicações de leitura, pelas atentas observações, pelos elogios e críticas. O interesse pela obra sociológica e política de Weber se tornou mais significativo mediante este tipo de orientação.

RESUMO

Nesta pesquisa analisamos de forma comparativa a interpretação do pensamento liberal de Max Weber pelos seguintes autores brasileiros: Maurício Tragtenberg e José Guilherme Merquior. O objetivo é responder ao seguinte questionamento: quais as diferenças e as razões pelas quais Maurício Tragtenberg e José Guilherme Merquior possuem interpretações distintas acerca do liberalismo de Max Weber? Partimos da definição de três tendências (liberal-nacionalista, liberal-pluralista e contemporânea) interpretativas internacionais, levando em consideração as contribuições de referências em português da MWG – *Max Weber Gesamtausgabe*. Trazidos elementos básicos sobre a biografia e trajetória intelectual de Merquior e Tragtenberg, são descritos e apresentados os elementos centrais das visões dos dois intelectuais. A discussão merquiorana se encontra tanto em sua análise da teoria da legitimidade de Weber – *Rousseau e Weber* – quanto numa obra dedicada à história do ideário liberal – *O Liberalismo – antigo e moderno*. A concepção tragtenberguiana do liberalismo de Weber é sistematizada no livro *Burocracia e Ideologia*, bem como em sua apresentação aos escritos políticos de Max Weber sobre a Rússia. Diante disso, pretende-se constatar até que ponto as teses dos dois pensadores se aproximam e se distanciam entre si e no debate mundial, manifestando entendimentos distintos acerca do liberalismo defendido por Weber.

Palavras-chave: Liberalismo; Max Weber; Maurício Tragtenberg; José Guilherme Merquior.

ABSTRACT

In this research we analyzed in a comparative way the interpretation of Max Weber's liberal thought by the following Brazilian authors: Maurício Tragtenberg and José Guilherme Merquior. The objective is to answer the following question: what are the differences and reasons why Maurício Tragtenberg and José Guilherme Merquior have different interpretations of Max Weber's liberalism? We start from the definition of three international interpretative trends (liberal-nationalist, liberal-pluralist and contemporary), taking into account the contributions of references in Portuguese from MWG – Max Weber Gesamtausgabe. Having brought basic elements about the biography and intellectual trajectory of Merquior and Tragtenberg, the central elements of the visions of the two intellectuals are described and presented. Merquior's discussion is found both in his analysis of Weber's theory of legitimacy – Rousseau and Weber – and in a work dedicated to the history of liberal ideology – Liberalism – ancient and modern. Weber's Tragtenbergian conception of liberalism is systematized in the book *Bureaucracy and Ideology*, as well as in his presentation of Max Weber's political writings on Russia. In view of this, I intend to verify the extent to which the theses of the two thinkers are close and distant from each other and in the global debate, expressing different understandings about the liberalism defended by Weber.

Keywords: Liberalism; Max Weber; Maurício Tragtenberg; José Guilherme Merquior.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. O PENSAMENTO POLÍTICO DE MAX WEBER NA PESQUISA INTERNACIONAL: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS INTERPRETATIVAS.....	21
2.1. Weber como liberal-nacionalista: Wolfgang Mommsen e Raymond Aron.....	22
2.2. Weber como liberal-pluralista: David Beetham e Richard Bellamy.....	52
2.3. Max Weber na perspectiva do contextualismo linguístico: Kari Palonen.....	85
2.4. Balanço das correntes interpretativas pensamento político de Max Weber.....	96
3. TRAGTENBERG E MERQUIOR: DUAS TRAJETÓRIAS.....	103
3.1. Maurício Tragtenberg: breve síntese biográfico-intelectual.....	103
3.2. José Guilherme Merquior: breve síntese biográfico-intelectual.....	108
4. A INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE MAX WEBER POR MERQUIOR.....	115
4.1. <i>Rousseau e Weber: sobre a questão da legitimidade</i>	115
4.2. <i>O Liberalismo: Weber como liberal conservador/semiliberal</i>	162
5. A INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE MAX WEBER POR TRAGTENBERG.....	190
5.1. Max Weber e a revolução russa segundo Maurício Tragtenberg.....	190
5.2. <i>Burocracia e ideologia: Max Weber como representante do máximo liberalismo possível</i>	214
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
7. REFERÊNCIAS.....	300

1 INTRODUÇÃO

Max Weber é um clássico. O conjunto de seus escritos (que abarca os mais variados fenômenos sociais) exerce, ainda hoje, uma marcante influência nas Ciências Sociais e nas Ciências Humanas em geral. Dentre as discussões consideradas mais polêmicas no interior do seu pensamento podemos elencar as distintas interpretações sobre o modo como Weber, no bojo de sua produção intelectual e no contexto das transformações sociais ocorridas em finais do século XIX e começos do século XX, articulava e buscava sintetizar elementos liberais e nacionalistas, visando fornecer respostas aos desafios contemporâneos da sociedade alemã da época e, necessário enfatizar, das sociedades modernas em geral.

Em termos operacionais, o liberalismo é uma ideologia que se desenvolve como produto da luta da burguesia revolucionária contra a ordem feudal. Em diversos pontos, o credo liberal condensa as necessidades e interesses da classe capitalista ascendente em seu conflito contra as classes superiores do feudalismo. Especialmente neste período, a radicalidade do liberalismo é a radicalidade da classe burguesa em confronto aberto contra a aristocracia e a monarquia absolutista, baluarte do poder no antigo regime. O ponto essencial do liberalismo é o compromisso com o indivíduo, aliado à busca pela constituição de uma sociedade onde todos possam se realizar e satisfazer seus interesses. O liberalismo acredita que os seres humanos são, fundamentalmente, seres racionais: daí surge a ideia de que toda pessoa deve ter o máximo de liberdade, desde que compatível com uma liberdade similar para o conjunto da humanidade (HEYWOOD, 2010, pp. 37-38).

Do mesmo modo, o nacionalismo emerge a partir das lutas revolucionárias da burguesia em finais do século XVIII. Na metade do século posterior, era reconhecidamente uma doutrina e um movimento político. Sua influência foi sentida na chamada “Primavera dos Povos”, período de efervescência revolucionária nos principais países da Europa Ocidental durante o ano de 1848. Grosso modo, o nacionalismo se define como a crença da nação enquanto ponto elementar da organização política. Duas premissas básicas da doutrina nacionalista são a ideia de que a humanidade é, naturalmente, dividida em nações e de que a nação é a forma mais apropriada – e talvez a única com total legitimidade – de governança. Assim como o liberalismo, o nacionalismo é prenhe de correntes diversas e, em certos

casos, divergentes. O processo de consolidação do movimento político nacionalista contribuiu em grande medida para a configuração geopolítica do mundo moderno. Os Estados nacionais são o corolário de tal dinâmica (HEYWOOD, 2010, pp. 149-150).

A importância de reconstituir o conjunto das reflexões dos principais intérpretes deste autor em face da evidente tensão estabelecida entre nacionalismo e liberalismo, além do modo original como Max Weber buscou equilibrar tal processo se faz necessária, na medida em que fornece uma importante contribuição prévia para a análise da interpretação deste aspecto específico de sua obra no interior do pensamento social brasileiro.

À primeira vista, sua discussão a este respeito é marcada pela necessidade de encontrar respostas aos problemas enfrentados pela Alemanha de então, caracterizada por um conjunto de disputas institucionais e conflitos no que tange à organização estatal, formas de dominação política e reconstituição da vida social, num momento histórico marcado pela consolidação e expansão da sociedade capitalista na Europa Ocidental (França e Inglaterra) e nos Estados Unidos.

Em linhas gerais, o esforço de Weber consistia na intensificação da necessidade de elaboração de um arranjo político-institucional que articulasse de forma programática e coerente aspectos da doutrina liberal com as necessidades então emergentes da nação, opondo-se aos interesses dos grupos então dominantes, num contexto de aumento crescente da burocratização da vida social e da racionalização específica que ela manifesta, marcada pela especialização e aumento da cientifização, dentre outras características.

Neste sentido, as alternativas propostas por Max Weber e seus desdobramentos foram alvos de distintas interpretações, sobretudo entre a primeira geração da intelectualidade alemã após a barbárie nazista; as preocupações desta reverberaram de forma singular no conjunto da tradição anglo-saxônica (inglesa em especial), a qual trouxe inovadoras contribuições a este debate ainda em curso.

No caso alemão, há uma corrente de autores que enxerga em Weber um liberalismo mitigado pela correlação de forças e conjuntura político-sociais da época, isto é, um liberalismo possível, em situação limite. O principal representante desta abordagem é Wolfgang J. Mommsen, o qual inaugurou de forma sistemática e coerente tal debate em sua obra *Max Weber und die Deutsche Politik: 1890-1920* publicado originalmente em 1959.

Cumprir anotar que Mommsen foi alvo de críticas e que reviu algumas teses expostas nesta obra, vindo a lançar uma segunda edição, revista, no ano de 1974. Essa corrente é referendada pelo sociólogo francês Raymond Aron e aqui nomeada como liberal-nacionalista, com foco no poder político como um fim em si, numa ambivalência diante da democracia e no nacionalismo. Dito de outro modo, enquanto esta primeira corrente dilui os elementos nacionais do pensamento weberiano a partir do liberalismo, a partir da segunda metade dos anos 1970 emerge uma segunda tendência, cuja dinâmica assimila os aspectos liberais da obra de Max Weber por intermédio do nacionalismo.

Nos países anglo-saxônicos – Inglaterra em especial – este debate assume contornos específicos, tendo como desdobramentos algumas incursões de especialistas estrangeiros contemporâneos, evidenciando fôlego e viva expansão. Essa vertente tem como representantes David Beetham (anos 1970) e Richard Bellamy (na década de 1990). Aqui denominada liberal-pluralista, pois dilui os elementos nacionais no escopo mais amplo do pensamento liberal de Weber, enfatizando sua defesa dos direitos e liberdades individuais, bem como sua revisão ante o processo democrático, além de expor pontos de depuração do nacionalismo.

Já a visão contemporânea, que incorpora as publicações das obras completas de Max Weber em alemão (esforço intelectual conjunto, iniciado por Mommsen em 1984 e concluído no começo da presente década), reforça ainda mais o paulatino afastamento ao nacionalismo. Utilizamos o trabalho de Kari Palonen e também, como balanço crítico, publicação recente de Hinnerk Bruhns. Em nosso primeiro capítulo esta discussão é delineada, uma vez que faz-se necessário expor os pontos básicos do debate mundial, além de comparar as três tendências interpretativas com o pensamento dos dois autores brasileiros aqui analisados.

Em se tratando do conflito explícito entre como Weber reuniu em sua obra aspectos liberais e nacionais, além dos desdobramentos daí resultantes para sua elaboração teórica com base na conjuntura instável e efervescente da sociedade alemã do começo do século passado, é possível encontrar no interior da tradição intelectual brasileira dois nomes que, em determinadas fases de seus trabalhos, efetivaram reflexões sobre esta polêmica em torno do pensamento weberiano.

Estamos nos referindo a Maurício Tragtenberg e José Guilherme Merquior. Ambos os autores efetuam suas incursões acerca da natureza e das características dos elementos liberais e nacionais de Max Weber, por intermédio de referenciais

teóricos basilares e concepções de mundo opostas, perfazendo em linhas gerais uma forma específica da polêmica interpretativa já aludida. O primeiro entende o Weber liberal possível. O segundo enquanto liberal conservador.

Nos capítulos ulteriores, trazemos elementos de natureza biográfica e intelectual, bem como os pontos fundamentais dos quatro trabalhos aqui analisados e que cimentam as interpretações de Tragtenberg (*Burocracia e Ideologia; Max Weber e a revolução russa*) e de Merquior (*O Liberalismo: antigo e moderno; Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*).

Partindo dessas considerações, a pesquisa que pretendemos se destinou a responder ao seguinte questionamento: quais as diferenças e as razões pelas quais Maurício Tragtenberg e José Guilherme Merquior possuem interpretações distintas acerca do liberalismo de Max Weber, tanto entre si quanto em relação ao debate internacional? Por último, discutiremos criticamente a visão de Merquior sobre a teoria da legitimidade de Weber, bem como comparamos as interpretações merquiorana – aprofundando a visão social-liberal – e tragtenberguiana – apresentando sua definição de liberalismo – entre si e à luz das contribuições presentes ao longo do debate internacional.

Cumpramos salientar o fato de, ao longo do texto, a abordagem comparativa é realizada com base na distinção entre elementos de natureza estrutural e conjuntural. Enquanto os pontos estruturais fundamentam as concepções e são o produto de uma análise mais ampla e com enfoque temático, as questões conjunturais estão inseridas num escopo analítico mais amplo com menor desenvolvimento e focalização.

A justificativa e relevância do tema selecionado para pesquisa dão-se no sentido de fornecer elementos para a apresentação do debate internacional como fio condutor para compreensão dos desdobramentos, no plano do pensamento social brasileiro, do debate interpretativo acerca da tensão liberalismo e nacionalismo no pensamento weberiano.

Com isso, buscar-se-á ressaltar a influência da obra de Max Weber manifesta na tradição intelectual brasileira, sobretudo nas produções de Tragtenberg e Merquior acerca do pensamento weberiano e das distintas concepções de liberalismo constituídas ao longo da sociedade moderna. Ademais, a importância de analisar a contribuição e influência das reflexões dos autores se faz necessária. Isso

porque se trata de uma discussão ainda em curso no plano do debate interpretativo sobre Weber, a qual carece de uma produção sistemática e aprofundada.

Em especial ao modo como, no interior da tradição intelectual brasileira, é entendido um dos pontos mais polêmicos e controversos do pensamento daquele que é um dos clássicos da Sociologia e cuja obra monumental fornece relevantes, atuais e indispensáveis contribuições para a explicação dos fenômenos que perfazem o conjunto da vida em sociedade.

2. O PENSAMENTO POLÍTICO DE MAX WEBER NA PESQUISA INTERNACIONAL: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS INTERPRETATIVAS

Partimos da premissa de que a compreensão das interpretações fornecidas tanto por Maurício Tragtenberg quanto por José Guilherme Merquior acerca das relações entre liberalismo e nacionalismo no pensamento de Max Weber fica mais bem situada se tivermos em conta como o debate internacional sobre esta problemática foi estruturado, teve seus desdobramentos mais importantes e continua em curso.

Trata-se de um longo debate em aberto. Para além dos objetivos de nosso trabalho, recomendamos a leitura de outras obras que demonstram a evolução intelectual de Wolfgang Mommsen (1974; 1989) acerca da discussão por ele próprio entabulada. Ademais, durante nossa pesquisa acerca do cenário alemão contemporâneo, destacamos as contribuições de Stefan Breuer (1996; 1999). No debate brasileiro neste século XXI, que em certa medida dialoga com nossos propósitos, indicamos os materiais de Cesário (2004) e Sell (2020).

Portanto, o presente capítulo tem um propósito bastante específico. Não se trata aqui de realizar uma análise bibliográfica exaustiva, mas de tomar escritos centrais como representativos das principais tendências que dominaram e dominam a pesquisa internacional sobre o pensamento político de Max Weber. Esta se baseia em determinadas contribuições, as quais atestam três tipos ideais interpretativos distintos manifestos no debate.

Desta feita, a primeira tendência interpretativa entende Max Weber enquanto um liberal com fortes inclinações nacionalistas, como é o caso do clássico *Max Weber und die deutsche Politik (1890-1920)* de Wolfgang J. Mommsen (que fornece os elementos basilares da querela intelectual ainda vigente) e do texto *Max Weber und die Machtpolitik* de Raymond Aron, que referenda os argumentos expostos por Mommsen. Tal vertente forneceu os parâmetros da discussão entre o final dos anos 1950 até inícios da década de 1970.

Num segundo momento e como reação a esta linha de interpretação, vem à luz uma concepção enfocada nos aspectos pluralistas do liberalismo weberiano. Esta emerge no debate inglês de fins dos anos 1970, do qual traremos os argumentos expostos nas obras *Max Weber and the Theory of Modern Politics* de

David Beetham e ganha novo fôlego com o livro *Liberalismo e Sociedade Moderna* de Richard Bellamy, escrito na década de 1990.

Após, traremos o artigo *Was Max Weber a 'Nationalist'?* de Kari Palonen, que sintetiza a terceira corrente que surge neste século XXI. Esta última demonstra, na esteira das contribuições teórico-metodológicas mais recentes do pensamento social e com base na própria evolução intelectual do sociólogo de Heibelberg, o modo pelo qual se deu o paulatino distanciamento ideológico de Max Weber para com o nacionalismo *tout court*.

Encerrando o capítulo, faremos um pequeno balanço das três concepções acima aludidas, tendo como fio condutor o processo de recepção da obra de Max Weber na Ciência Política alemã, com o recente trabalho de Hinnerk Bruhns. Não iremos aqui abordar a chamada visão conservadora de Eric Voegelin (1982) e Leo Strauss (2016). A nosso ver, esta realiza antes muito mais uma crítica do que uma análise. Ademais, são não considerados pela crítica especializada como uma tendência hermenêutica de caracterização do pensamento de Weber.

2.1. Weber como liberal-nacionalista: Wolfgang Mommsen e Raymond Aron

a) Wolfgang Mommsen

Isto posto, passemos agora à descrição dos argumentos centrais da mencionada obra de Wolfgang J. Mommsen, que se tornou um clássico e uma referência obrigatória, pois efetivamente fornece os parâmetros do debate internacional. O texto se baseia num exame meticuloso de todas as fontes então disponíveis, sobretudo as cartas e correspondências. A segunda edição do livro (publicada no ano de 1974) foi cuidadosamente revisada. Além disso, novos materiais foram incorporados. A descrição do contexto histórico das atividades políticas de Weber foi ligeiramente modificada.

Contudo, tendo em vista a considerável controvérsia suscitada pela obra quando de sua primeira aparição – controvérsia esta que Mommsen lembra ter atingido um segundo ápice em virtude do congresso de Sociologia da Universidade de Heidelberg em 1964, em memória dos 100 anos de Max Weber – foi adicionado um posfácio. Este último é em parte uma resposta endereçada aos seus críticos e,

ao mesmo tempo, um levantamento de toda literatura relevante acerca do pensamento político weberiano até o ano de 1973.

Ao final de seu posfácio, Mommsen (1990, p. 447) lamenta não ter podido consultar e analisar ao trabalho de David Beetham (intitulado *Max Weber and the Theory of Modern Politics*), publicado meses depois da segunda versão de sua obra. Importante ressaltar que o próprio Beetham faz questão de agradecer a Wolfgang J. Mommsen e também Johannes Winckelmann na apresentação de seu livro. Embora guarde divergências notórias, o intérprete inglês reconhece a ajuda e as contribuições pioneiras do historiador alemão ao debate.

Passados vinte e cinco anos depois da primeira publicação da obra, Mommsen atenta para as alterações radicais nas circunstâncias e em particular no ambiente político que suscitaram a redação de seu livro. Assim, o material foi escrito num tempo em que era necessário um olhar crítico acerca do curso catastrófico da história alemã recente, mormente a ascensão e a conquista do poder pelos nazistas. Além disso, buscava-se estabelecer uma democracia forte e estável. Mommsen não vê razão para revisar seu argumento em seus pontos essenciais. Seu estudo difere dos trabalhos anteriores sobre Max Weber, a política alemã no contexto guilhermino e de início da República de Weimar. Em geral, tais obras procuraram interpretar a abordagem, o pensamento e os ideais políticos de Weber com referência aos seus escritos teóricos.

Partindo de um fundamento oposto, Mommsen tenta traçar o desenvolvimento de Weber como um pensador político. E procura fazê-lo por meio de uma análise detalhada de sua posição acerca das questões políticas correntes. O desejo do autor é obter um fundamento sólido para a análise dos princípios essenciais da teoria política de Max Weber, bem como definir o contexto histórico de seus ideais políticos centrais. Ao mesmo tempo, o trabalho almeja contribuir para a compreensão da história política alemã entre os anos de 1890 até 1920.

Max Weber começou sua vida acadêmica com grandes reservas: estava indeciso se encontraria satisfação suficiente apenas na atividade intelectual. Mommsen (1990, p. 35) recorda uma carta escrita para a amiga de infância Emmy Baumgarten no ano de 1892, na qual Weber julga não ser um verdadeiro intelectual. Naquele contexto, ele estava mais ligado ao lado pedagógico da carreira universitária. Obviamente que neste período se distraía com pensamentos sobre a atividade política, e isso era verdadeiro mesmo após aceitar um cargo de professor

“extraordinário” em legislação comercial e alemã no ano seguinte. Muito embora o seu gênio impetuoso lhe conduzisse para a atividade política ativa, não se sentia à vontade dentro do campo tático da estratégia política cotidiana. A capacidade de analisar criticamente os fenômenos políticos era muito mais interessante do que se concentrar no restrito espaço do imediatamente possível (uma necessidade premente para um político ativo).

O político prático, fundamentalmente, não pode permanecer comprometido com uma única concepção, mas relativizá-la, do mesmo modo que faz com as de seus adversários. Portanto, Weber pensava que sua real vocação era ser um observador e narrador da política, não um político ativo, que precisava se posicionar tanto sobre as questões mais imediatas quanto a respeito dos temas mais importantes.

Assim, não restam dúvidas de que naquela época Max Weber tinha outras preocupações em mente. Segundo Mommsen (1990, p. 36) ele sentia-se paralisado pela decadência liberal, e mesmo a luta contra os conservadores acerca da questão do trabalho agrícola ao leste do rio Elba parecia-lhe algo de importância secundária. No ano de 1895, como desdobramento de sua penetrante análise sobre o problema do trabalho agrário ao leste do rio Elba, ele prontamente aceitou um convite para lecionar a disciplina de Economia Política na Universidade de Freiburg. Ao contrário das nomeações anteriores (Weber havia considerado aceitar os convites feitos pela Universidade de Heidelberg e de Viena, com o objetivo de se afastar da vida política ativa), lecionar em Freiburg não seria sinônimo de se despedir da política. Em realidade, acreditava que poderia ser capaz de causar um impacto efetivo com uma cadeira de Economia Política, num momento em que nenhum partido político lhe parecia então disponível.

No seu discurso inaugural em maio de 1895, Weber enfatizou abertamente que entendia a Economia Política como uma ciência política a serviço da política, isto é, dos interesses políticos perenes da nação e do poder nacional. Conforme Mommsen (1990, p. 36) é neste texto onde ele se aproxima de um esboço de seu programa político. Nele, apresenta as ideias políticas desenvolvidas nos estudos sobre os trabalhadores agrícolas do leste do rio Elba, situando-os no contexto de uma análise universal da situação histórica do *Reich* alemão, cinco anos após a saída de Bismarck. Numa carta ao seu irmão Alfred Weber, ele admite ter causado um forte abalo devido à brutalidade de suas opiniões. O autor ressalta que anos

mais tarde Max Weber tornar-se-ia um apaixonado defensor da proibição de julgamentos políticos em palestras, conferências e debates acadêmicos: “De todos os tipos de profecia” ele concebia “a profecia professoral como a única que era completamente inadmissível” (MOMMSEN, 1990, p. 37).

Ao mesmo tempo, Weber queria banir completamente os ideais eudemonistas da economia, substituindo-os pelo conceito de nação como o princípio último, válido e transcendente a todos os tipos de valores ideais. No discurso inaugural, coloca-se conscientemente como um nacionalista econômico ao contestar apaixonadamente a crença de que os critérios “nacionalistas” de avaliação, bem como o “egoísmo nacional” em política econômica deveriam ser descartados. Mais tarde, ele descreveria este trabalho como um produto imaturo da juventude. Na pena de Mommsen (1990, p. 38) o pretexto imediato para o apoio direto de Max Weber ao “egoísmo nacional” como ponto nodal de toda a política econômica era a questão polonesa. Ele desejava ver o Estado nacional tomar medidas enérgicas para se proteger contra a onda polonesa na Alemanha do leste, independentemente das consequências econômicas para os afetados. Neste contexto, defendeu o fechamento da fronteira oriental para os imigrantes poloneses como um passo necessário. Repetidas vezes, exigiu a efetivação de uma política de colonização interna no leste do país, a ser realizada de forma estratégica e em grande escala: uma política sistemática de assentamentos poderia ter um grande impacto sobre a nacionalidade alemã.

Para Mommsen (1990, p. 39), neste trabalho Max Weber via a questão dos trabalhadores agrícolas ao leste do Elba servia como um ponto de partida para a discussão da situação política internacional em geral. Seus estudos de então pareciam trazer uma lição fulcral: a de que o avanço do capitalismo, acompanhado pela destruição de uma antiga e estática estrutura social, necessariamente intensificaria as tensões entre as nações, da mesma maneira que aumentaria os conflitos entre as classes. A luta entre as nacionalidades havia se estendido para além da esfera cultural e governamental, invadindo todo o conjunto da vida econômica. A autopreservação nacional e o crescimento econômico eram vistos como dois lados da mesma moeda: a comunidade econômica nacional era outra forma assumida pela antiga competição entre as nações.

Precisamente devido ao seu baixo padrão de vida, os trabalhadores imigrantes poloneses estavam numa posição de afastar os agricultores alemães

como um resultado das condições econômicas capitalistas. De acordo com Mommsen (1990, p. 39) Max Weber enfatizava que nem sempre era verdade que a seleção natural na livre competição de poderes opostos favorecia a nacionalidade local ou a mais altamente desenvolvida. A política deveria ser orientada e precisava buscar a preservação e o avanço da nacionalidade como princípio máximo. Os políticos deveriam desenvolver medidas apropriadas que assegurassem os sistemas de valores nacionais ante qualquer obstáculo recorrente que surgisse no caminho de uma conscienciosa política econômica nacional. Igualmente, no início do programa elaborado por Weber havia em grande medida um esforço em estabelecer o ideal do Estado nacional como único padrão indiscutível.

Mommsen (1990, p. 40) destaca que o discurso inaugural em Freiburg “chocou” seus ouvintes, porque Weber retratou a esfera política como uma luta implacável pelo poder. Tal ênfase no fator “poder” como premissa foi a linha de frente para o seu apelo apaixonado pelos sentimentos nacionais, ressaltando a vontade e o instinto de poder como qualidades básicas do político. Para ele, a luta pelo poder era um elemento básico, não apenas na organização governamental de uma população, mas em toda a vida cultural. Dessa maneira, se a luta era em si mesma a base de toda associação humana: o capitalismo, em particular, tornou esta luta ainda mais inevitável e incontornável na esfera do Estado, especialmente no plano das relações internacionais. Assim, para aqueles que gostariam de se envolver na política secular era preciso, acima de tudo, não ter ilusões. Portanto, tinham de reconhecer a realidade fundamental de uma eterna e inelutável guerra terrena dos homens contra os homens.

Na pena de Mommsen (1990, p. 42) a preocupação de Max Weber com o conceito de poder está diretamente relacionada com o desenvolvimento histórico do pensamento liberal alemão. Após o fracasso da tentativa revolucionária em 1848, onde os liberais demonstraram ser incapazes de alcançar seus objetivos políticos devido à ausência de poder físico para implementá-los, estes testemunharam como Bismarck conquistou o objetivo mais importante do movimento liberal: um Estado nacional alemão. Como desdobramento deste processo, a burguesia alemã muda abruptamente sua atitude face ao poder. Os sonhos idealistas foram substituídos pela crueza da *Realpolitik* como o ideal dominante de toda uma época do pensamento político burguês na Alemanha. Igualmente, autocracia de Otto von

Bismarck tinha um forte peso nas diversas discussões de Weber no que tange ao conceito de poder:

Quando Weber repetidas vezes preconizou a “vontade de poder” à burguesia, quando lamentou o fato de que à classe trabalhadora em ascensão faltavam os “grandes instintos de poder nacional”, condição prévia qualquer política nacional bem sucedida, a experiência negativa dos liberais tradicionais com o poder – tanto no passado, como em certa medida, ainda maior no presente – não estava longe de sua mente (MOMMSEN, 1990, p. 42).

Todavia, Mommsen (1990, p. 42) destaca que Weber reconhecia a face ingênua do “bismarckismo”: a admiração acrítica pelo poder em si, aliada a uma despropositada *Realpolitik*. Também identificava o impacto negativo que um grande e exitoso poder político pode ter na consciência popular, mesmo quando o povo não participa nesta política num nível de assunção de responsabilidades. Mommsen pondera que incorreria em erro caso visse Weber enquanto um defensor da *Realpolitik* no sentido negativo deste termo, ou seja, alguém que vinculava a ação política única e exclusivamente à razão de Estado e uma busca restrita pelo sucesso. Em última análise, as teorias políticas de Max Weber estão enraizadas em juízos de valor éticos e culturais. Certamente fez uso do conceito de *Realpolitik*, acreditando que uma política construtiva necessitava de poder político ao invés de políticas assentadas em princípios ideológicos. Entretanto, sempre evitou o uso superficial do conceito de poder que observava em seus contemporâneos.

Destaca Wolfgang Mommsen (1990, p. 44) o fato de Max Weber insistir que um político deveria ter responsabilidade completa pelos resultados concretos de suas ações, devendo prestar uma espécie de “contabilidade racional” delas. Apenas assim ele poderia considerar sua responsabilidade com uma consciência clara e adequada, dando prioridade aos valores éticos últimos a luz de cada situação. Em tais casos, a preocupação com a situação real e concreta obrigava a constantes tensões na esfera dos valores. O político, uma vez responsável pelo destino e pela existência material de outros seres humanos, não pode evitar o “conflito intransponível” ligado ao estabelecimento de prioridades éticas. Weber, que sempre tendeu a argumentar por meio do uso de dicotomias – profissionalização contra liderança carismática, racionalismo intelectual *versus* divisão da esfera dos valores em relação ao domínio do conhecimento racional – enfatizava tais contradições. Na sua concepção, fazer das relações de poder a medida única para a consecução de objetivos políticos imediatos revelava uma desprezível ausência de caráter.

Aos olhos de Mommsen (1990, p. 46), Max Weber estava distante da ideologia estéril do poder político como um fim em si mesmo, ideologia esta constituída pela fé de muitos alemães “educados” e particularmente os membros da Liga Pangermânica durante a Primeira Guerra Mundial. Ele rejeitava todas as ideologias políticas baseadas na ética da convicção, e, ao mesmo tempo, defendia a ética da responsabilidade como a base da ação política e do uso do poder, estreitamente vinculado com um rigor ético pessoal. Reconheceu o caráter diabólico do poder, o qual por vezes constrange os políticos a um estado de “culpa ética” e reafirmou a luta como o princípio fundamental de toda a vida cultural: “Mesmo em 1919, quando a “política de poder” nacional parecia conduzir apenas à crise, e a Liga das Nações prometia trazer uma nova, pacífica era, Weber reafirmou expressamente o ideal de poder” (MOMMSEN, 1990, p. 48).

Mommsen (1990, p. 49) argumenta que Weber estava confinado pelo entusiasmo nacional característico da época guilhermina. Todavia, ele paulatinamente distanciou-se dos sentimentos nacionais emocionais, fundados nas peculiaridades étnicas e linguísticas. Com a democratização crescente da sociedade moderna, a importância dos fatores linguísticos necessariamente aumentou. A nacionalidade era agora não apenas um conceito sociologicamente distinto no interior da sua obra: ela deveria ser definida unicamente do ponto de vista do objetivo de um Estado independente. Já no discurso inaugural de Freiburg, Max Weber vinculou o conceito de nação ao ideal de poder. O Estado nacional seria a organização secular do poder da nação: “Posteriormente, o poder político ganhou ainda mais importância na concepção de nação de Weber. Nação e poder de Estado nacional se tornaram dois lados da mesma moeda” (MOMMSEN, 1990, p. 52).

Weber ministrou palestras sobre a questão polonesa para muitos núcleos da Liga Pangermânica. Porém, dela se afasta em abril de 1899, devido à sua tendência em se acomodar ante os interesses agrários dos conservadores. Respeitando os seus membros agrários, a Liga evitou consistentemente uma energética exigência pelo fechamento da fronteira oriental para os trabalhadores imigrantes poloneses. Acima de tudo, ele nunca esteve totalmente de acordo com as radicais reivindicações polonesas dos pangermanistas. Longe de advogar pela política repressiva de germanização para assegurar as características germânicas no leste, propôs uma série de medidas econômicas que não afetariam diretamente os trabalhadores poloneses, focando numa reestruturação econômica em favor dos

alemães: “Ao longo de sua vida, Max Weber via a questão polonesa como um fator decisivo para a política alemã” (MOMMSEN, 1990, p. 56).

À medida que sua consciência nacional se tornava mais moderada e mais decisivamente orientada pela ideia de Estado, Weber passou a se preocupar menos com a invasão de grupos étnicos estrangeiros no território alemão. Todavia, o problema das minorias nacionais nunca perdeu importância. O impulso decisivo para sua completa reorientação sobre a questão das nacionalidades veio de fora e de um local totalmente inesperado. Emerge o liberalismo dos *Zemstvos* durante a revolução russa de 1905:

Os eventos revolucionários na Rússia tiveram um impacto tão grande que ele aprendeu russo no período de três meses; e, com assistência de um liberal russo, Bogdan Kistiakowski, um membro ativo da “Liga da Emancipação”, ele escreveu dois extensos artigos sobre a revolução russa (MOMMSEN, 1990, p. 57).

Conforme Mommsen (1990, p. 57) Weber concedeu atenção especial ao problema das relações Rússia-Polônia, que tinham um papel importante nos eventos revolucionários. Ademais, estava surpreso ao ver que o liberalismo dos *Zemstvos* fez diversas concessões no que tocava à autonomia polonesa. Em comparação com a posição prussiana sobre a questão polonesa, a política dos liberais russos tinha grandes chances de sucesso: parecia ser exitosa ao trazer os poloneses para uma cooperação leal com a união do império Russo. Tratava-se de um modelo verdadeiramente liberal, uma política de nacionalidade democrática e que tinha a vantagem adicional de servir aos interesses de poder do próprio governo, muito mais do que uma política violenta de opressão.

Max Weber estava profundamente interessado em todos os planos para transformar a Rússia numa genuína federação de nacionalidades, pois isso teria importantes ramificações internacionais, especialmente em relação à questão polonesa. Sobre a influência do amigo e jurista ucraniano Bogdan Kistiakowsky, Weber descobre os trabalhos do federalista ucraniano Dragomanov, o qual ele acredita ter resolvido o problema das nacionalidades de forma brilhante.

Assim, informa Mommsen (1990, p. 58) o fato de em 1906 Max Weber chegar à conclusão de que a maior conquista do movimento dos *Zemstvos* foi a “unificação do liberalismo burguês” para além das barreiras dos conflitos entre as nacionalidades. Entretanto, não reconhece em que medida a atitude tolerante do movimento liberal russo em relação às minorias nacionais era meramente tática,

uma vez que o apoio destas era essencial para o sucesso da Constituição. Após a convocação da segunda *Duma*, a posição liberal mudou drasticamente. Durante a Primeira Guerra Mundial Weber criticou duramente o programa liberal de autonomia; suas divergências eram guiadas pelo entusiasmo da batalha contra o “imperialismo russo”. Em suma, a autonomia concedida à Polônia era importante apenas como um meio de estender o poder russo rumo ao Ocidente.

Mommsen (1990, pp. 58-59) recorda que o programa elaborado em 1904-5 pelos liberais russos influenciou Max Weber de forma decisiva, especialmente quando suas simpatias políticas para com os liberais eram fortes. Ele se viu convencido de que os interesses das minorias nacionais podiam ser harmonizados com os interesses de um poder nacional por meio da concessão de uma ampla autonomia cultural. Tal convicção exerceu efeito imediato em sua posição sobre a questão polonesa. Em 1907-8 se opôs às leis de expropriação e, durante a guerra, defendeu energicamente a concessão de autonomia cultural aos poloneses prussianos e um entendimento honrável. Ele sugeriu a possibilidade de uma “demarcação de regiões para assentamentos locais” para cada nacionalidade: os interesses internacionais dos alemães exigiam uma política de justo acordo com os poloneses, tendo como fio condutor sua autonomia cultural.

Destaca Wolfgang Mommsen (1990, p. 59) como desde o seu discurso inaugural de Freiburg, Weber diversas vezes se insurgiu contra o uso da ciência para a defesa de juízos práticos de valor. Durante toda a sua vida, ele se opôs enfaticamente à ideia de que a ciência teria direito ou estaria qualificada para produzir determinados juízos de valor. Destarte, a ciência somente poderia julgar o mérito dos valores com base em descrições empíricas, bem como ajudar na facilitação de tomada de decisões entre os diferentes conjuntos de valores por meio do mapeamento de suas consequências. Todavia, a ciência jamais poderia dizer qualquer coisa, usando seus métodos específicos, acerca da utilidade dos valores. Em 1913, provocou uma acalorada discussão no comitê dirigente da *Verein für Sozialpolitik* acerca da problemática envolvendo os juízos de valor. Obviamente que suas opiniões eram minoritárias, muito embora tivessem sido amplamente percebidas e admiradas. Para Mommsen, sua busca por uma descrição da realidade social livre de juízos de valor foi uma das razões que o levou a desenvolver a noção de tipos ideais. A grande parte dos escritos políticos de Max Weber, no entanto, não era de modo algum livre de julgamentos valorativos.

Ao contrário, estava completamente imbuída de uma perspectiva histórico-universal ancorada num ponto de vista liberal, mormente sua preocupação de que as sociedades livres e individualistas do Ocidente estavam sendo mortalmente ameaçadas pela burocratização. Mommsen (1990, p. 61) argumenta que o arcabouço weberiano dos tipos ideais é construído de modo consciente para que os problemas relativos aos valores fossem, tanto quanto possível, filtrados. Ele elabora tal modelo típico-ideal por estar convencido de que os métodos acadêmicos não deveriam avaliar o mérito dos valores.

A consciência política ardente de Max Weber levou-o a uma análise intensiva do sistema político do *Reich*, além de uma crítica não-dogmática do liberalismo tradicional. Todavia, ele não pôde avançar para além do umbral de um pensamento fundado em categorias nacionais. Mesmo assim, ressalta Mommsen (1990, p. 63) que o pensamento nacionalista de Weber transcendia o nacionalismo de sua época. Weber possuía a capacidade de “julgamento”, a qual ele preconizava como uma das três qualidades fundamentais do político. Isso o separava de todo nacionalismo emocional e raso pelo qual a maioria da intelectualidade alemã da época guilhermina havia sucumbido.

Na Primeira Guerra Mundial ele se opôs veementemente a uma política de “ vaidade nacional”, rejeitando a expansão do Estado nacional alemão para além das fronteiras então existentes. Em 1918 Weber foi contra uma abordagem nacionalista por parte dos alemães da região da Alsácia, consciente acerca da atração dos alsacianos pela nação francesa. O “nacionalista” Max Weber – Mommsen (1990, p. 63) faz questão de usar o termo entre aspas, assim como Weber o fez em seu discurso inaugural e nas demais ocasiões – sabia como respeitar os limites que constituíam o ideal do Estado-nação enquanto tal. Ele evitou a hipertrofia do pensamento nacionalista, a qual necessariamente conduz à contradição em termos.

Conforme Wolfgang Mommsen (1990, p. 63) em Weber o conceito de Estado-nação permanece consciente de seus próprios limites: não se fundamentava tanto no respeito pelas outras nacionalidades e pelo seu direito à existência, mas sim na percepção destas a partir da condição prévia da política alemã de grande potência. Neste sentido, defende que ao longo de sua trajetória intelectual o pensamento nacional de Weber apenas mudou de ênfase. Na verdade, ele veio a se concentrar no futuro político global da nação, sendo que esta última permaneceu a norma da ação política, embora agora fosse concebida num escopo mais amplo:

Devemos nos considerar vinculados a esses valores políticos supremos, que Weber via como obrigatórios para a posse do poder, mesmo em caso de conflito com os valores morais? Para nós, a nação não pode mais ser esse valor, mesmo quando reconhecemos que Weber viu não apenas o poder e a posição do Estado político alemão quando olhou para a nação, mas também a necessidade de preservar o seu povo, sua singularidade cultural, bem como sua distinta organização governamental e social. Mesmo se nós afirmarmos o princípio nacional como a base da heterogeneidade da cultura europeia, reconhecemos que os aspectos culturais e libertários da existência em Estados independentes estão irremediavelmente confinados numa ideia de nação nutrida por um entusiasmo crescente pelo poder e, portanto, tornou-se cada vez menos capaz de defender a concepção segundo a qual o exercício do poder envolvia o uso de ferramentas de origem “diabólica” (MOMMSEN, 1990, p. 64, aspas no original).

Max Weber detestava a vida nos Estados menores. Ele entendia a participação nos grandes poderes políticos como a grande tarefa e o dever histórico da nação alemã. Concebia tais exigências como uma necessidade histórica, pois uma grande nação precisa buscar o poder: a preservação da cultura nacional está necessariamente vinculada ao poder político. Desta forma, a existência de pequenos Estados nacionais só era possível sob a hegemonia protetiva das grandes potências. Reconheceu a trágica associação da cultura com o poder. Mommsen (1990, p. 65) admite o profundo senso de responsabilidade que levou Weber a defender tal posição. Em última análise, sua teoria do poder nacional repousava em um ideal cultural genuíno: acreditava que num futuro próximo toda cultura deveria estar inexoravelmente ligada ao princípio nacional.

Mommsen (1990, p. 71) concebe o pensamento de Max Weber como expressão do *imperialismo nacional*, o que, no decorrer de sua argumentação, parece confundir-se com o termo *imperialismo liberal*. Partindo do pressuposto de que grande tarefa da política nacional, a criação do Estado-nação alemão, tinha sido efetivada, a maior tarefa da futura política alemã consistia num esforço planejado no sentido de tornar a Alemanha uma grande potência mundial. A preservação e a expansão de um poderoso Estado nacional, num mundo marcado pela intensa competição econômica e por uma conseqüente expansão imperialista, lhe pareciam agora como uma necessidade histórica oriunda da fundação do *Reich*. Na realidade, isso expressava uma continuação da grande política nacional e liberal que remontava ao período mencionado, embora num contexto econômico e em circunstâncias internacionais distintas. Assim, os imperialistas liberais buscariam tornar o imperialismo como algo socialmente aceitável para o país: com a ajuda destes, emergiu um vasto movimento imperialista no território alemão.

Deste modo, a “comunidade econômica” das nações era uma luta que diferia da luta política apenas no tocante aos meios. Esta guerra econômica competitiva tinha como verdadeiro objetivo o avanço do potencial econômico da nação, em detrimento das outras nações. Numa palavra: tratava-se de alçar a Alemanha ao *status* de grande potência mundial. Mesmo assim, Max Weber não aderiu à exigência de mais espaços a serem colonizados por assentamentos alemães (nem na Europa nem em outros continentes), a qual frequentemente era uma demanda que ressoava tal tipo de pensamento.

Para Weber, a competição econômica dos poderes industriais nos mercados estrangeiros não permaneceria pacífica para sempre. Apenas a confusão política ou um otimismo ingênuo poderiam impedir o reconhecimento de que somente o poder decidiria a participação de cada Estado nacional no controle econômico do planeta e, conseqüentemente, o quinhão potencial de seus trabalhadores. Ele estava convencido de que o aumento constante das formas monopolistas de produção e comércio (cooperativas ou garantidas pelo Estado), especialmente visíveis na Alemanha no período anterior à eclosão da Primeira Guerra Mundial, levaria cada vez mais o capitalismo para uma via imperialista:

Max Weber pertencia ao círculo dos liberais que esperavam ver as outras potências concederem à Alemanha seu quinhão das regiões ainda livres do globo através do aumento de uma política de armamento. [...] Max Weber, finalmente, aceitou a possibilidade de guerra. Ele estava convencido de que a nação poderia ter de tomar medidas militares decisivas caso a situação assim o exigisse. [...] Na opinião de Weber, a Alemanha não tinha escolha; uma decisiva política mundial, sendo uma pré-condição externa e interna para a grandeza da nação, parecia-lhe o dever inevitável da Alemanha face à história. Este foi o *leitmotiv* da sua posição política até o trágico ano de 1918. Todas as medidas políticas internas, não menos que a política externa, tinham de ser orientadas em direção a este objetivo (MOMMSEN, 1990, p. 79, grifos nossos e itálicos no original).

Igualmente, Mommsen (1990, p. 82) reforça como Max Weber duvidava que o progresso industrial e econômico pudesse durar para sempre. Em determinado momento as estruturas monopolistas iriam substituir as empresas competitivas. Também o Estado poderia tomar posse de uma grande quantidade de empresas e geri-las de forma cooperativa. Neste sentido, o capitalismo seria por fim substituído por uma ordem econômica estacionária e burocraticamente consolidada, na qual a regulação estrita iria tomar a liberdade de assalto. O imperialismo parecia ser a fase

de transição rumo a esta solução final, na qual as atividades econômicas das nações estariam circunscritas aos territórios politicamente controlados.

Como desdobramento deste processo, o futuro da liberdade – tal como desenvolvido na Europa – estaria em xeque. Em longo prazo, as liberdades individuais poderiam sobreviver apenas nos quadros de um sistema econômico dinâmico. Todavia, o processo econômico que caracteriza o capitalismo dependia da existência de regiões nas quais este ainda não havia se saturado completamente: a Rússia e os EUA talvez fossem os únicos locais nos quais as culturas livres poderiam crescer devido a sua extensão territorial e regiões então pouco povoadas, o que oferecia possibilidades enormes para tal desenvolvimento.

De acordo com Mommsen (1990, p. 85) a análise de Weber sobre a política interna alemã demonstrou a disparidade existente entre as classes que o desenvolvimento capitalista havia trazido à tona, nomeadamente burguesia e proletariado. Em virtude da evolução histórica de uma sociedade feudal-agrária para uma sociedade capitalista industrial, finalmente havia chegado a vez da burguesia na Alemanha. Talvez tenha vindo muito tarde, uma vez que uma classe trabalhadora consciente estava prestes a bater às portas do Estado, com o mote de assumir sua direção. Aos seus olhos, o problema fundamental era se a burguesia alemã era ou não capaz e realmente aspirava ao cumprimento das tarefas políticas a ela destinadas. O futuro do Estado alemão como uma grande potência estava diretamente articulado com a resposta para este dilema.

Na pena de Mommsen (1990, p. 86) Max Weber culpou em grande parte a nação por sua própria abdicação. Em nenhum outro lugar do mundo a adoração sem limites da personalidade de um político profissional (Bismarck) exigia que uma nação orgulhosa sacrificasse as próprias convicções objetivas tão completamente. Uma propensão única à hierarquia – compartilhada por muitos alemães como produto do luteranismo – contribuiu para tanto. Na série de artigos no periódico *Frankfurter Zeitung* em 1917, meses depois publicados sob o título de *Parlamento e Governo numa Alemanha Reconstruída*, ao se perguntar qual o legado político de Bismarck, Weber destaca os seguintes elementos: a) Bismarck deixou uma nação sem qualquer tipo de educação política, bem abaixo do patamar atingido vinte anos depois; b) acima de tudo, Bismarck legou uma nação sem qualquer espécie de vontade política, acostumada com a ideia de que com um grande estadista à frente seus interesses políticos seriam garantidos.

Mommsen (1990, p. 87) pondera que, em que pese o brilhantismo e a grande dose de verdade na análise de Max Weber, é impossível negar a unilateralidade de sua crítica. O fio condutor desta é uma justificativa do liberalismo. Nos seus termos, não teria sido a fraqueza das ideias liberais ou mesmo a ausência de uma grande liderança liberal, mas única e tão somente a política cesarista de Bismarck que teria sido a responsável pelo fracasso do movimento liberal na Alemanha. Esta defesa do liberalismo difere daquelas realizadas pelos intelectuais de gerações anteriores. Principalmente porque visava libertar o liberalismo de suas deficiências, com o intuito de prepará-lo para efetivar políticas ainda mais resolutamente liberais no futuro.

O trauma político sofrido pelos liberais alemães – com o insucesso da revolução de 1848 e a consequente fundação do *Reich* por Bismarck – teve um papel decisivo na ausência de energia e firmeza da burguesia liberal do país, o que teria redundado no seu abandono da arena política e seu foco nas questões econômicas. Em suma, era urgentemente necessário fazer a burguesia alemã despertar para uma nova atividade política.

Mommsen (1990, p. 101) ressalta que Weber rejeitava os ideais eudemonistas. Para ele, tratava-se de preservar e apoiar a dignidade humana, a responsabilidade própria, bem como a aspiração pelo legado espiritual e moral da humanidade. Tais eram os objetivos da efetivação de uma política social que, em vez de buscar o nivelamento social, visava o apoio consciente à ascensão das camadas superiores das classes trabalhadoras, nas quais (tendo como modelo o exemplo do proletariado inglês) ele depositava fortes esperanças. Defendia uma progressiva política social fundada na autodeterminação e na autorresponsabilidade. O grande erro da política social patriarcal foi sua combinação de uma preocupação aparente para com os interesses materiais dos trabalhadores com a manutenção e – se possível – o aumento da sua subjugação e subordinação.

Portanto, Mommsen (1990, p. 101) destaca que para Max Weber uma política social moderna só teria sentido caso proporcionasse uma rápida ascensão econômica e social aos trabalhadores, de modo que estes pudessem competir econômica e socialmente com as lideranças empresariais. Ao mesmo tempo, permitiria às classes trabalhadoras a ponderação necessária de responsabilidade social e política, encorajando-as a apoiarem o governo existente: uma política social fundada numa política nacional, não numa tentativa governamental de alcançar

popularidade. No contexto de uma política social governamental cujo êxito se deu com base na mescla entre elementos patriarcais e autoritários, Weber esperava criar uma espécie de tropa de choque intelectual na área de política social, baseada em princípios liberais.

Mommsen (1990, p. 123) resgata como a correlação de forças na Alemanha de meados dos anos 1890 punha Max Weber totalmente desolado com relação ao futuro. O liberalismo se encontrava completamente cindido em virtude de sua rigidez ideológica, ao passo que o dogmatismo e a falta de unidade também assolavam a esquerda. Os Nacionais Liberais estavam aliados aos conservadores na Prússia, num momento em que o *Reichstag* era dominado pelo *Zentrum* católico, um partido visto por Weber como inútil, devido à ausência de uma orientação liberal em tal organização. Em tal contexto, não concebia nenhum partido capaz de apoiar simultaneamente os ideais imperialistas, nacionais e a proposta de política interna por ele defendidos. Como desdobramento, encontrava-se talvez na situação mais adversa em sua trajetória política. Ele fora constrangido a assumir um posicionamento crítico sobre projetos que em diversos pontos eram resultados de seus próprios esforços intelectuais. Para Max Weber, um poderoso Estado nacional era – acima de tudo e apesar de todo o seu fervor nacional – um meio para a obtenção de reformas internas. Neste sentido, a política social era vista por ele como uma ferramenta na luta pela constituição de uma política nacional efetiva.

No bojo das tentativas de articular a formação de um partido político que pudesse unificar a burguesia alemã num programa nacional (em especial a partir dos contatos travados com Friedrich Naumann e em virtude da formação e desdobramentos da *Nationalsozialer Verein* – NSV no ano de 1896), Mommsen (1990, pp. 128-129) sintetiza algumas das posições de Max Weber. Dentre elas, destacam-se: a) a necessidade de adentrar ao círculo social do proletariado, visando efetivar um trabalho exitoso em prol de seus interesses; b) a certeza de que o sentimento social e a compaixão não poderiam, por si só, assentar as bases de um programa social, insistindo no fato de que a luta pelo poder e supremacia eram intrínsecas à política; c) diante disso, os membros da NSV deveriam adotar posições claras, no contexto de uma sociedade visivelmente fragmentada em grupos de interesses políticos como era a Alemanha de então.

Wolfgang Mommsen (1990, p. 129) reconstitui o fato de que Max Weber propôs ao novo partido adotar um caráter marcadamente burguês, defendendo o

desenvolvimento da indústria e um Estado nacional poderoso. Naquelas circunstâncias, a fundação de um novo partido político teria que tomar uma decisão crucial: ou apoiaria o progresso da sociedade burguesa ou – ainda que inconscientemente – endossaria a reação feudal. Desse modo, a mais importante tarefa contemporânea era fortalecer a burguesia contra os conservadores. Aos olhos de Mommsen (1990, p. 129), Weber concebia como tarefa principal da política social a destruição da hegemonia dos proprietários de terra prussianos. Ele depositava suas esperanças na criação de um partido burguês: é com base nestas premissas e no insucesso destas empreitadas que devemos entender o desenvolvimento de sua teoria do presidente do *Reich*, surgida num contexto marcado pela derrota na Primeira Guerra Mundial e da ascensão da República de Weimar, cujos desdobramentos foram posteriormente associados ao nazismo.

A teoria do presidente do *Reich* formulada por Max Weber – isto é, um líder político que, devido à delegação direta pelo povo, era conclamado ao exercício de uma política independente ao lado e para além do poder parlamentar – foi parcialmente implementada no contexto da ascensão da República de Weimar. O objetivo de Weber em conceder ao presidente do *Reich* uma responsabilidade parcial e independente não foi levado a sério. Para Mommsen (1990, p. 381), a figura do presidente no texto constitucional de Weimar era essencialmente um produto da teoria liberal do equilíbrio entre os poderes, algo muito distante da teoria da liderança cesarista-plebiscitária weberiana, que via neste o mais elevado funcionário do *Reich*.

Contudo, frisa Wolfgang Mommsen (1990, pp. 381-382) que estes postulados tiveram um impacto considerável: durante o período de Weimar, os esforços pela construção de um poder presidencial à custa dos direitos e responsabilidades do *Reichstag* baseavam-se em grande medida na teoria da dominação plebiscitário-carismática. Ademais, durante a década de 1920 ela influenciou e contribuiu decisivamente para a legitimação teórica da prática do governo presidencial. Weber estava convencido de que o apoio plebiscitário das massas resultaria num político poderoso na presidência, com peso político suficiente para transcender os limites formais da Constituição no tocante às suas atribuições, fazendo sua influência ser percebida para além das restrições legais. Nada poderia ficar no caminho da dominação do “ditador do campo de batalha eleitoral” aclamado

por plebiscito: nem mesmo um texto constitucional formal e de caráter representativo-plebiscitário.

Mommsen (1990, p. 387) relembra como Max Weber havia justificado a necessidade de um presidente plebiscitário do *Reich* precisamente devido ao fracasso do parlamento alemão (povoado por “políticos sem vocação”) após o fim da Primeira Guerra. O princípio da “democracia plebiscitária com liderança” elaborado por Max Weber, cuja aplicação concreta havia sido sua noção de um presidente do *Reich* como um monarca eleito pelo povo, buscava fundamentar o Estado Democrático de Weimar a partir de dois princípios complementares de legitimidade: a) a legalidade constitucional do Estado legislativo e parlamentar; b) a “legitimidade revolucionária” do presidente do *Reich* eleito pelo povo enquanto um líder carismático. Mommsen (1990, p. 387) afirma que Max Weber atribuiu ao parlamento as tarefas de seleção das lideranças políticas e controle da administração, em conjunto com o “ditador do campo de batalha eleitoral” cesarista.

A disputa entre a seleção de lideranças por meio do parlamento ou mediante plebiscito, a qual Weber deu especial atenção, foi por fim decidida em favor desta última. De acordo com Mommsen (1990, p. 388), a conclusão lógica desta teoria obviamente foi o partido autoritário de massas do Estado autoritário do líder, justificando com êxito sua dominação despótica mediante a aclamação plebiscitária das massas, muito embora tenha sido realmente alcançado graças ao uso de métodos demagógicos e via Estado policial, que em realidade revelariam seu poder irresistível. Outrossim, frisa que o próprio Max Weber nunca pretendeu usar a noção de liderança plebiscitária para ser empregada contra o Estado-Partido, quanto mais como um meio para justificar a dominação totalitária do político carismático Adolf Hitler e o partido nazista, ou mesmo antecipou tal situação num futuro próximo.

Na verdade, Wolfgang Mommsen (1990, p. 389) enfatiza que Max Weber jamais concordaria com a existência de uma Alemanha hitlerista. Por conseguinte, os seus objetivos se restringiam a conceber o conceito de liderança carismática como um suporte para o Estado e os partidos políticos, com o objetivo de impedir a ascensão de “políticos sem vocação” e com mentalidade tacanha, visando assim mobilizar novas energias no cenário político alemão, as quais pudessem ajudar na restauração do poder e da reputação da Alemanha ao redor do mundo.

A este respeito, é importante ressaltar que a instituição do presidente do *Reich* servia justamente para ajudar na consecução deste objetivo. Todavia, os

conceitos políticos são datados e, não raras vezes, sujeitos a serem descontextualizados e usados de forma diametralmente oposta aos desejos de seus criadores. O ideal constitucional em que Max Weber tão duramente empregou seus esforços intelectuais e lutou por sua implementação no bojo do processo de produção da constituição da República de Weimar não ficou imune à deformação num sentimento marcadamente antidemocrático.

De acordo com Mommsen (1990, p. 391), através de uma política social liberal – não em sua configuração inglesa, isto é, o “manchesterismo” e sim nos termos de um liberalismo social – Max Weber espera estar em condições de conquistar o apoio das classes trabalhadoras na luta contra o conservadorismo, a partir de uma convicção firme e precisa de que a burguesia e o proletariado seriam capazes de constituir uma unidade durante muitas décadas. Procurou superar o complexo de inferioridade e a mentalidade estreita da burguesia, oferecendo-a uma política liberal de potência mundial para a Alemanha enquanto um objetivo positivo a ser alcançado.

Seus argumentos se baseavam na certeza de que somente uma política nacional imperialista, apoiada pelos estratos economicamente dominantes da sociedade alemã, poderia realmente seguir o caminho da grande conquista de Bismarck: o estabelecimento do *Reich* alemão como uma potência mundial. Por esta razão, o conservadorismo prussiano não era apenas o refúgio da reação interna, mas também o principal obstáculo para a emergência da Alemanha ao estatuto de potência econômica e política no planeta.

Mommsen (1990, p. 392) defende que os esforços de Weber foram no sentido de inserir no liberalismo alemão a proposta de uma relação positiva com o poder e as grandes lideranças políticas. Os liberais deveriam abandonar, de uma vez por todas, a sua atitude negativa sobre o Estado: Weber defendeu a democratização e parlamentarização da Alemanha imperial, visando remover o poder das classes feudais e conservadoras. A ausência das liberdades civis em sua totalidade no contexto alemão prejudicava a imagem da cultura alemã para além de suas fronteiras, onde um grau muito mais elevado de liberdade individual já havia sido alcançado. Assim, uma forte política de poder nacional e a mera administração das coisas eram vistas como contradições irreconciliáveis, assentadas numa ideia de democracia enquanto técnica de seleção de lideranças políticas, dada a impossibilidade de um auto-governo popular nos grandes Estados: “O *demos*, como

uma massa indeferenciada, nunca governa por si só; é governado. Apenas o líder à frente do pessoal administrativo muda, e somente por meio da ação de líderes individuais de partidos rivais” (MOMMSEN, p. 395).

Dessa maneira, a mudança se dava somente na figura do líder à frente do quadro administrativo e, conseqüentemente, apenas por meio da ação dos líderes individuais dos partidos que rivalizavam entre si. Mommsen (1990, p. 395) frisa que, no contexto da moderna democracia de massas, Weber substituiu o postulado da autodeterminação do povo – que remonta à J.J. Rousseau – pelo princípio de uma “formalmente livre” seleção dos líderes políticos. Para Wolfgang Mommsen (1990, p. 406), esta teoria negligenciou o aspecto fundamental de que qualquer tipo de dominação, independente da forma assumida, é exercido por uma oligarquia de líderes carismaticamente qualificados eleitos de forma cesarista e plebiscitária. Os diversos tipos de governo se distinguem apenas no modo pelo qual tais lideranças eram selecionadas: o autogoverno popular só era possível na forma de uma democracia direta e restrito às pequenas unidades políticas.

Neste sentido, frisa Mommsen (1990, pp. 395-396) que em Weber os cidadãos comuns aclamariam os respectivos líderes graças à sua confiança nas suas qualidades de liderança. Em virtude disso, a democracia é concebida como um sistema funcionalista que fornece ao povo única e tão somente a garantia de que a condução dos assuntos governamentais ficará sempre a cargo dos líderes os quais – ao menos do ponto de vista formal – eram os mais qualificados para o cumprimento de tal tarefa. O Estado Democrático-Constitucional era essencialmente concebido como uma organização técnica visando o objetivo de treinamento de líderes políticos, permitindo-lhes ascender ao poder e governar. Para Max Weber, a defesa de um sistema parlamentar e constitucional para Alemanha tinha como fio condutor questões de política nacional: “Ele desejava um Estado nacional poderoso que fosse internamente apoiado pelas classes ascendentes da nação alemã e, portanto, capaz de grandes conquistas na *política externa*.” (MOMMSEN, 1990, p. 395, *itálicos no original*).

Prossegue Wolfgang Mommsen (1990, p. 396), afirmando que o próprio Weber estava totalmente consciente da possibilidade da democracia plebiscitária superar as bases do sistema parlamentar e legislativo tradicional, mesmo usando seus órgãos e instituições formais. O princípio do governo legal e democrático poderia ser substituído pela noção do líder plebiscitário-carismático. A legitimidade

plebiscitário-carismática deslocaria a legitimidade racional do Estado parlamentar-constitucional. Esta última tornar-se-ia um meio técnico para garantir o domínio permanente das elites carismáticas. Assim, um governo democrático representaria, acima de tudo, uma técnica específica para a produção de líderes.

Ademais, Mommsen (1990, p. 403) recorda a certeza de Weber no fato de os postulados do Direito Natural já não serem capazes de garantir tal legitimidade, razão pela qual ele defendeu a legalidade baseada na crença, a forma típica de legitimidade correspondente ao Estado parlamentar puro, entendido em seu sentido puramente formal. Esse respeito puramente formal pelos atos administrativos e governamentais, não orientado para uma ordem material de valores, era a característica principal do Direito racional moderno: a democracia certamente era um aparato técnico adequado, cujo significado residia no fato de assegurar a melhor forma de seleção de lideranças no contexto da política alemã da época.

Wolfgang Mommsen (1990, p. 405) sublinha que Max Weber via na democracia a forma de impor limites efetivos à ação da burocracia. De todo modo, não havia normas éticas imanentes capazes de impedir uma mudança para outras formas típicas de seleção de líderes, desde que em condições de forjar lideranças formalmente qualificadas. Devido a isso, Weber não tinha reservas quanto à substituição das formas parlamentares pelas formas cesaristas de seleção das lideranças políticas. Neste sentido, a existência de relações legais para com o governo se fundava em uma mescla de princípios intrínsecos: “O carisma dos governantes, a “normatividade daquilo que existe”, e a tradição se unem e sustentam em grande parte a aceitação da legitimidade com base em uma crença formal na legalidade” (MOMMSEN, 1990, p. 405 aspas no original).

Na pena de Mommsen (1990, p. 406) Weber buscou amalgamar o funcionalismo livre de valores do Estado parlamentar constitucional em sua expressão democrática com o carisma da democracia plebiscitária do líder, o qual buscava definir determinados valores. Uma legitimidade do líder plebiscitário-carismático, apoiada formal e ficticiamente pela livre confiança das massas na figura do líder político, poderia expandir uma legitimidade assentada na crença na legalidade.

Desse modo, a teoria de Max Weber estava profundamente enraizada na experiência amarga da ausência de autênticas lideranças políticas na Alemanha de seu tempo, ao lado do seu reconhecimento de que a burocratização da vida social

obliterava a ascensão de líderes políticos independentes. Tal experiência conduziu ao desenvolvimento da noção de “democracia com liderança”.

Mommsen (1990, p. 406) conclui sua análise enfatizando a ambiguidade daquilo que denomina “ideologia democrática” de Max Weber: esta residiria na combinação entre dois extremos opostos. Por um lado, a dominação impessoal racional-legal por intermédio do uso das ferramentas de um governo burocrático totalmente desenvolvido. Por outro lado, a dominação do grande líder carismático, através de suas qualidades pessoais excepcionais.

A referida mescla entre dois dos tipos ideais de dominação estava assentada numa base cesarista-plebiscitária. Na pena de Mommsen (1990, pp. 406-407), a concepção de Weber das lideranças políticas propunha que estas formulassem seus programas com base nas suas próprias convicções e então ganhassem o apoio e a concordância das massas, por meio do apelo às suas qualidades meramente formais de liderança. Conforme mencionamos no início, Mommsen avança em seus estudos sobre Weber, o que o fez mudar suas posições. Todavia, nossa análise resgata essa primeira obra por conta do valor histórico exemplar que possui.

b) Raymond Aron

Quando a obra de Wolfgang J. Mommsen foi lançada recebeu uma enxurrada de críticas, sobretudo por parte da intelectualidade alemã. Por ocasião do XV Congresso de Sociologia Alemã, sediado na Universidade de Heidelberg no ano de 1964, cujo tema era o centenário de Max Weber, diversos nomes foram reunidos para celebrar sua obra. Havia uma expectativa de que neste evento as teses de Mommsen fossem refutadas, em especial pelo convite aceito pelo renomado sociólogo francês Raymond Aron, que publicara uma grande obra dedicada à Sociologia Alemã. Na sua exposição, intitulada Max Weber e a *Machtpolitik* (Política de Poder) o livro de Wolfgang Mommsen não é criticado: ademais, alguns de seus argumentos são reforçados. Aron elabora uma síntese crítica das concepções nacionalistas e imperialistas de Weber, partindo do pressuposto de que elas eram uma típica manifestação de sua época e geração, moderadas em seus objetivos e dotadas de uma formulação inequívoca.

Para Aron (1981, p. 33), é destes postulados que emerge a traição que Max Weber teria feito a si mesmo, no que toca à sua teoria política. Isso porque, sustenta Raymond Aron, ao escolher como valor último o poder do Estado nacional cai por terra a ideia de que o poder jamais fosse o “Deus” de Max Weber. Aron comenta que tal escolha equivocada por parte de Weber tem como fundamento a oposição extrema entre a ética da responsabilidade e a ética da convicção. Na pena do intérprete francês, a obra de Max Weber sintetiza um conjunto de influências, dentre as quais destaca o darwinismo, o pensamento de Nietzsche, a economia política, o nacionalismo e – o que constitui um paradoxo – o marxismo.

Aron adverte que os comentários e debates acerca de determinadas posições defendidas por Weber são mais bem entendidos quando relacionados ao período da Alemanha guilhermina e ao nacionalismo alemão vigente naquele tempo. Obviamente, Weber não faz parte de um passado completamente longínquo. Raymond Aron argumenta que as polêmicas suscitadas pela obra de Wolfgang J. Mommsen não se restringem ao âmbito da ciência pura. Na verdade, dizem respeito ao modo pelo qual se interpreta o período guilhermino, a Primeira Guerra Mundial, a República de Weimar e, por fim, Hitler e a Segunda Guerra Mundial: “Em sua qualidade de *Machtpolitiker*, Max Weber pertence, pois, a um passado cuja interpretação influi sobre a consciência que temos da conjuntura atual” (ARON, 1981, pp. 35-36, *itálicos no original*).

A discussão sobre o continente europeu ganhou contornos tão distintos que a reflexão sobre os nacionalismos e sobre a *Machtpolitik* (Política de Poder) é uma tarefa para os sociólogos e a cidadania em geral. Relembrando a distinção entre ciência e política proposta por Weber, Aron (1981, p. 36) sublinha que a maneira pela qual esta diferenciação era efetivada, na prática, pelo próprio Max Weber, nem sempre foi exemplar. O importante é não confundir os fatos com os valores, isto é, a realidade com os nossos desejos: daí a importância de tomar cuidado com a confusão estabelecida na análise da realidade empírica com as possibilidades normativas. Avançando na discussão, o comentarista francês traz duas definições preliminares de *Machtpolitik*. A primeira delas diz respeito à política tal como se desenvolve entre os Estados, submetida à competição pelo poder e desprovida de regulamentação legal ou de quaisquer autoridades transnacionais. Assim, toda política externa é manifestação da Política de Poder (*Machtpolitik*). A segunda

definição trata de toda política – incluindo a política no interior dos Estados – cujo objetivo principal é o poder.

Considerando ambas as definições, Weber se enquadra, tanto na sua sociologia quanto em sua teoria política, no campo dos defensores da *Machtpolitik*. Assim sendo, ao menos em parte, qualquer política é expressão de política de poder: a política se assemelha ainda mais à política de poder na medida em que, na análise, a dominação e a luta são enfatizadas. Por conseguinte, a luta entre as classes e os indivíduos pelo poder parecia-lhe ser a base constante da política. Conforme Aron (1981, p. 37), Weber pensava que um povo ou mesmo um indivíduo carente de desejos de poder estaria, devido a tal ausência, excluído da política. Ademais, as instituições parlamentares e liberais seriam as condições necessárias para que a nação pudesse efetivar um papel relevante na política mundial. Advogava a presença destas instituições como comprovação de que um determinado povo – o povo alemão – estava em condições de desempenhar funções relevantes no cenário internacional.

Aron (1981, p. 38) busca elencar os aspectos fundamentais da concepção weberiana de *Machtpolitik*. No âmbito da teoria, toda política – interna e/ou externa – é, acima de tudo, sinônimo de luta entre as nações, as classes ou os indivíduos. Apenas os indivíduos dotados de uma autêntica vontade de poder participam ativamente desta luta, estando de fato capacitados para tanto. Do mesmo modo que Maquiavel, Weber encontrou a luta em todos os aspectos da vida social, além de ter estabelecido a primazia da política externa; ademais, o objetivo máximo seria a unidade de sua nação, com o intuito de influenciar os rumos da história mundial. Apenas um povo de senhores (*Herrenvolk*) dotado de instituições liberais e ativo participe na luta pelo poder – ao invés de um povo de súditos, caracterizado por aceitar, passivo, as imposições de uma autoridade tradicional ou burocrática – poderia aspirar uma função de destaque na política mundial. Esta aproximação entre nacionalismo e parlamentarismo é típica do seu pensamento, muito embora o próprio Weber tenha concedido um valor circunstancial.

Outra possibilidade levantada por Aron (1981, p. 38) é de que a síntese entre liberalismo e imperialismo seja uma resposta com base em seu critério de valores. Aron focaliza o primeiro sentido da definição de *Machtpolitik*, ou seja, enquanto política exterior desregulamentada por qualquer autoridade supranacional, o que constrange as nações ao esforço próprio para garantir sua existência, força e

a confecção de prováveis alianças. Alerta para o fato de Max Weber não ter conseguido concluir o capítulo de *Economia e Sociedade* dedicado ao que se poderia denominar sociologia das relações internacionais:

No entanto, permanece um fato incontestável: o nacionalismo de Weber é anterior a suas investigações sociológicas, anterior ao seu trabalho científico; ele o encontrou vivo no coração da Alemanha guilhermina, no decorrer de seus anos de estudo, mergulhou nele e o tornou seu sem hesitar, aparentemente sem se aprofundar muito no tema. [...] De uma vez por todas, ele havia decidido que o valor supremo ao qual subordinaria tudo na política, o deus (ou demônio) ao qual ele havia jurado fidelidade, era a grandeza da nação alemã (ARON, 1981, p. 39, parêntesis no original).

Raymond Aron (1981, p. 39) usa o termo “grandeza” (*Grösse*), uma vez que Weber reiteradamente sugere a existência de um forte vínculo existente entre o poder e a cultura. A nação alemã era composta por uma população que valorizava a cultura: embora o poder fosse o mote a ser atingido, tal propósito estava diretamente relacionado com a projeção cultural da nação. Enquanto uma grande potência internacional, a Alemanha tinha como tarefa diante das gerações futuras a responsabilidade de salvaguardar o futuro cultural da humanidade. O sociólogo francês retoma suas considerações acerca de *Economia e Sociedade*, sublinhando a solidariedade entre, por um lado, projeção e prestígio culturais e, por outro lado, poder político-militar, embora Weber não deduza que tal poder favoreça a qualidade da cultura: prestígio cultural e prestígio do poder caminham estreitamente juntos.

Aron (1981, p. 40) argumenta que originalidade de Max Weber não residia em sua adesão ao nacionalismo hegemônico no final do século XIX, muito menos na sua apaixonada defesa da necessidade de uma *Weltpolitik*, ou seja, de uma política mundial enquanto desdobramento inexorável e justificação final do período de Otto von Bismarck. Assim, à diferença de seus contemporâneos, Weber torna-se original quando ressalta o aspecto diabólico do poder, bem como os sacrifícios exigidos pelos Estados poderosos.

No que toca às relações entre o Estado e a nação, nacionalismo e imperialismo, Aron (1981, p. 41) reforça que Weber era um filho de seu tempo: compartilhava suas incertezas e suas ideias-chave. Por um lado, ressalta a força das reivindicações nacionais, os desejos conscientes das nacionalidades (autonomia e independência). Por outro lado, rejeitava as propostas de anexação territorial realizadas pelo Estado alemão. Ao mesmo tempo, não se alinhava totalmente ao princípio das nacionalidades: o desmembramento da Europa central numa

pluralidade de Estados (que supostamente congregariam diversas minorias nacionais) não lhe parecia razoável e realizável. Fora constrangido a conceber uma política igualmente nacional e imperial, tentando conciliar os desejos de poder do *Reich* com determinadas demandas das diversas nacionalidades germanistas.

Raymond Aron (1981, p. 41) rememora que para Weber a Rússia seria o inimigo principal da Alemanha, sendo o único Estado que poderia ameaçar a continuidade do *Reich*. Por conta disso, durante a Primeira Guerra Mundial, foi favorável a uma política de negociações com a Polônia, rechaçando por completo suas antigas convicções voltadas ao desejo de colonização alemã no Leste, além de sua crítica ao processo de imigração polonesa. Importante frisar que, na argumentação de Aron (1981, p. 41), tal mudança de posicionamento com relação à Polônia se deu tendo como fio condutor os interesses nacionais do Estado alemão. Tal análise vai ao encontro do diagnóstico fornecido por Wolfgang J. Mommsen. Neste sentido, a constituição de Estados autônomos, economicamente vinculados e com proteção militar fornecida pelo *Reich* seria a proteção ideal frente aos perigos do imperialismo russo:

Seu objetivo final era arbitrário no sentido de que ninguém – nem mesmo um alemão – era obrigado a fazer da ânsia de poder do *Reich* seu objetivo supremo. Como esses anseios de poder eram supostamente inseparáveis dos anseios de cultura (pelo menos, do prestígio da cultura), eles eram cercados por uma espécie de auréola espiritual. Uma vez feita esta escolha, o político deve sempre sondar o real para atingir o objetivo final sem se preocupar demais com a moralidade ou imoralidade das medidas que toma ou advoga. Se ele não se preocupa com isso, não é por imoralidade, mas por honestidade intelectual. [...] as concepções nacionais e imperiais de Max Weber teriam sido ao mesmo tempo típicas de sua época e de sua geração, moderadas em seu propósito e desprovidas de qualquer fraseologia em sua formulação (ARON, 1981, p. 42, itálicos e parêntesis no original).

Fundamentado em citações dos escritos políticos de Weber, Aron (1981, p. 45) sintetiza aquilo que denominou *Weltanschauung* (Visão de mundo) do grande pensador alemão, a partir dos seguintes componentes: a) darwiniano, expresso na defesa de uma luta pela vida; b) nietzschiano, manifesto na defesa da grandeza do homem e na recusa de concepções eudaimonistas, voltada à perseguição da felicidade humana; c) econômico, devido à percepção da escassez e finitude dos bens materiais, ao lado da incontestável pobreza das populações; d) marxista, por conta de sua ênfase nos interesses de classe e na percepção de que nem sempre os interesses de uma classe convergem com os interesses fundamentais da

comunidade nacional; e) nacional, pois Weber defendia a prevalência dos interesses nacionais sobre todos os demais, o que remete para uma escolha em favor do nacionalismo.

Raymond Aron (1981, pp. 45-46) comenta que a política de poder vigente nos conflitos internacionais – da qual as guerras são o resultado inevitável e uma expressão normal – é entendida por Max Weber como uma forma entre as demais da luta pela vida, da luta entre as classes e entre as nações. Weber expressa uma metafísica (em parte nietzschiana e em parte darwiniana) da luta pela vida: tal percepção tende a diminuir a ressonância da oposição entre guerra e paz, bem como da rivalidade econômica entre as populações e a luta dos Estados pelo poder. A violência não cessa de existir, por mais que possa ser camuflada.

A grande questão reside em saber quem irá prevalecer e obter mais espaço e recursos materiais para sua classe social ou população nacional. Como muitos de seus contemporâneos e diferentemente dos economistas liberais, ele não coloca em dúvida a necessidade do poder político de um determinado Estado fornecer a dinâmica do desenvolvimento econômico da nação. Ao mesmo tempo, o nível de vida da classe operária ficaria subordinado única e exclusivamente aos resultados da luta pelo poder entre os Estados nacionais poderosos:

A este respeito, Max Weber não pertence ao nosso tempo. Sabemos hoje – e não teria sido impossível saber há sessenta anos – que o poder militar não é uma condição necessária nem suficiente para a prosperidade material. Que não haja aqui nenhum mal-entendido. Max Weber escolheu o poder do Estado nacional como o valor último, e essa escolha era livre, arbitrária. Mesmo que ele soubesse que a Alemanha guilhermina não precisava de colônias nem para o florescimento de sua cultura nem para o bem-estar da classe operária, ele não teria mudado de ideia: o impulso pelo poder era uma meta em si, e continua sendo verdade que a projeção de uma cultura depende, de certa forma, do poder da nação à qual está vinculada. Entretanto, a imagem do mundo não seria a mesma se a luta entre classes e nações tivesse como objetivo principal, para não dizer exclusivo, o comando ou o poder e não o bem-estar ou a própria existência (ARON, 1981, p. 46).

De qualquer modo, a diferença entre as manifestações violentas e não-violentas dos conflitos reforça sua pertinência. O vencedor do campo de batalha eleitoral se distingue apenas no que toca à natureza – e não quanto à sua importância – do vencedor no *front* do campo de batalha. Outrossim, a concepção darwiniana-nietzscheana configura um marco na perspectiva weberiana sobre a *Machtpolitik*, ao lado do politeísmo dos valores – ou seja, a pluralidade de valores incompatíveis – constituindo a base filosófica de sua noção de poder. Aron (1981, p. 47) resgata as influências kantiana e neokantiana de Max Weber, sobretudo a

oposição entre ser (*Sein*) e dever-ser (*Sollen*), relativa aos fatos e aos valores. Weber não restringia o dever-ser à moralidade: na realidade, a própria moralidade era entendida enquanto um universo de valores independentes uns dos outros e marcados por um conflito inevitável.

Disso resulta a emergência de duas premissas intimamente relacionadas à *Machtpolitik*. A primeira delas, segundo a qual não existe tribunal que possa instituir uma concepção definitiva e normativa acerca do valor relativo da cultura. Já a segunda premissa diz respeito à impossibilidade de, ao mesmo tempo, ser cristão e político profissional (salvo se este último se fundamentar na moral cristã do Sermão da Montanha) bem como ao postulado de que cada indivíduo deva escolher entre uma ação guiada ou pela ética da convicção ou pela ética da responsabilidade, cuja escolha por uma destas implica numa apreciação radicalmente distinta de seu oposto.

Neste sentido, o politeísmo de valores é, até certo ponto, um fato evidente: cada universo de valores implica uma finalidade específica, ou seja, um sentido próprio. A moral dos filósofos não é a mesma moral dos políticos ou dos funcionários, pois cada uma delas é dotada de leis particulares. Portanto, no mundo se enfrentam, numa luta irremediável, diferentes ordens de valores: “Cada nação se expressa segundo uma determinada escala de valores, orgulha-se de determinadas obras.” (ARON, 1981, p. 47).

Aron (1981, p. 48) acredita que Weber, com sua obsessão na ideia de luta eterna e onipresente, chega ao ponto de transmutar uma transitória e incontestável rivalidade de poder na forma de luta entre deuses. A oposição que conduz toda sua filosofia da ação é a existente entre duas éticas: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Ninguém é obrigado a adentrar no mundo da política profissional. Todavia, caso o faça, deve aceitar as suas leis inflexíveis. Como o objetivo principal da política gira em torno do poder e sua divisão (entre as classes e entre as nações) quem deseja liderar seus companheiros (de classe ou de nação) deve se sujeitar às obrigações implacáveis desta luta, que não pode prescindir de meios moralmente condenáveis e perniciosos.

Obviamente que a ética da responsabilidade não se confunde com a Política de Poder: Aron (1981, p. 49) relembra que na famosa conferência *Política como Vocação* Weber critica o culto à Política de Poder. Portanto, a ética da responsabilidade não é definida com base no culto ao poder, muito menos pela

indiferença com relação aos valores morais. Na verdade, tal ética é resultado da aceitação da realidade e da submissão às exigências da ação: em situações limite, a ética da responsabilidade pode redundar na subordinação da salvação da alma para a salvação da comunidade. Em contrapartida, aquele que se decide pela ética da convicção obedece sem reservas aos imperativos de sua crença, independentemente das consequências futuras.

Na interpretação fornecida por Raymond Aron (1981, p. 50), Max Weber confunde duas antinomias: por um lado, a da ação política – com o necessário recurso aos meios, em geral perigosos e por vezes diabólicos – e a ação cristã – tal como expressa no Sermão da Montanha e nas lições de São Francisco, ou seja, dar a outra face e renunciar a todos os bens mundanos; por outro lado, a decisão refletida e ponderada, levando em conta todas as possíveis consequências da decisão, em contraste com a escolha imediata e irrevogável, que não atenta para os possíveis desdobramentos da ação.

Conforme o sociólogo francês, estas duas antinomias não convergem por completo. Isso porque nenhum estadista consegue ser um “cristão puro”, partindo do pressuposto de que o Sermão da Montanha traduza a essência da moral cristã. Ademais, ninguém tem o direito de não se interessar ou não ponderar a respeito das consequências e desdobramentos de suas ações. Porém, nenhum indivíduo consegue, em determinadas circunstâncias, se livrar de uma exigência interna, sejam quais forem os perigos envolvidos numa decisão tomada mediante um imperativo categórico.

De acordo com Aron (1981, p. 50), enquanto teórico Max Weber pretendia ser um adepto da ética da responsabilidade. Além disso, aceitou com resolução – mas também com a maior objetividade (*Sachlichkeit*) e sobriedade (*Nüchternheit*) possível – a *Machtpolitik*, isto é, a utilização de todos os meios necessários na luta pelo poder, tanto no interior das nações quanto no bojo das relações internacionais. Assim, a escolha pela ética da responsabilidade e pelas tarefas da Política de Poder não foi produto de um interesse pessoal, mas é derivada da abnegação no que toca ao valor fundamental pelo qual Max Weber decidiu aderir: o poder do *Reich*. Dessarte, o líder político que deseja o poder em si mesmo não passa de uma caricatura da verdadeira liderança política, que só se consuma efetivamente quando esta última se dedica a uma causa maior do que suas próprias energias.

Logo, Weber está correto quando se afasta das ilusões: a política caminha de mãos dadas com a luta e esta última com a violência; ademais, os meios disponíveis no curso das lutas nem sempre são compatíveis com a lei cristã ou com a moralidade vigente. Entretanto, Aron (1981, p. 51) critica dois pontos extremos na teoria elaborada por Max Weber. Em primeiro lugar, a forma extremada e até certo ponto radical fornecida à antinomia entre as duas concepções éticas: seria mesmo possível se manter completamente desinteressado com relação às consequências de uma tomada de decisão, ou então abstrair tais desdobramentos? Para o sociólogo francês, ao decretar como fundamental uma alternativa que não é real a não ser em casos extremos, Max Weber corre um risco duplo: a) justificar, até certa medida, os falsos realistas políticos que desprezam as reprovações dos moralistas; b) justificar, também até certo ponto, os falsos idealistas que condenam sem exceção toda e qualquer política que não esteja de acordo com os seus ideais, o que tende a contribuir com a destruição da ordem vigente em favor da ascensão de revolucionários cegos ou de tiranos.

Para Aron (1981, p. 51), Weber também está correto quando recorda que a questão perene dos “fins justificam os meios” não apresenta uma solução no plano da teoria. Todavia, ao defender não somente o caráter heterogêneo dos valores, bem como o insolúvel conflito entre estes, ele nega a si mesmo a chance de constituir um sistema autêntico e próprio de valores. Embora Max Weber escrevesse que sem um mínimo de direitos humanos a civilização não poderia sobreviver, ele também desvalorou os seus valores – o liberalismo e o parlamentarismo – reduzindo ambos a simples instrumentos em defesa da grandeza do *Reich*.

Ao final, enquanto sociólogo, Max Weber permanece atual e relevante. Todavia, enquanto político nem sempre esteve na vanguarda de sua época. Sua ênfase na legitimidade plebiscitária do líder carismático tornou-lhe indiferente aos riscos que a próxima geração de alemães conheceu e sofreu.

Melhor do que qualquer outro pensador de sua época, ele compreendeu as especificidades da civilização moderna. Contudo, não conseguiu apreender a separação – minimamente possível, na era da tecnologia – entre o poder militar e a prosperidade das comunidades nacionais.

Desta feita, é possível perceber que os elementos de defesa do poder político enquanto fim último, em conjunto com uma visão liberal carregada de traços nacionalistas e de uma posição controversa sobre a democracia caracterizam a

interpretação liberal-nacionalista da obra pioneira de Wolfgang Mommsen referendada na conferência de Raymond Aron.

Mommsen focaliza os aspectos históricos, biográficos e o pano de fundo da sociedade alemã do tempo de Weber. Já Aron se detém aos caracteres de natureza filosófica, ao reunir as diversas influências no pensamento político de Weber. Feita essa primeira digressão, passemos aos autores ingleses David Beetham e Richard Bellamy, que trazem contribuições e críticas à concepção aqui descrita, entendendo Weber como um liberal-pluralista.

2.2. Weber como liberal-pluralista: David Beetham e Richard Bellamy

a) David Beetham

O debate internacional acerca do pensamento político de Max Weber ganhou novos contornos a partir das contribuições de intérpretes ingleses. Dentre eles, é necessário dedicar atenção ao trabalho de David Beetham, intitulado *Max Weber and the Theory of Modern Politics*, publicado pela primeira vez no ano de 1974. Nele, o autor conduz sua argumentação a partir dos escritos de Max Weber acerca de problemas específicos, por entender ser este o melhor meio para definir os valores e o ponto de vista do autor com relação à política em geral.

No que diz respeito ao primeiro dos trabalhos analisados, Beetham (1979, p. 53) relembra o fato de Weber considerar os polacos como representantes de um tipo cultural menos desenvolvido. No seu Discurso Inaugural Max Weber desenvolve este argumento com base em determinadas premissas, cabendo destaque para a grande ameaça sobre a cultura alemã no Leste do país, em conjunto com a segurança da fronteira oriental – que parecia estar em risco. Em virtude disso, era necessário deter a chegada de imigrantes eslavos, com base numa política estatal que apoiasse os colonos alemães e fechasse a fronteira oriental.

Em que pese o desenvolvimento econômico, a universalidade dos conflitos e lutas entre os grupos e as nações havia sido intensificada, como atestava a situação na fronteira oriental alemã. No bojo desta correlação de forças, o fomento aos

valores nacionais e culturais alemães possuía uma importância crucial. Neste material escrito na metade dos anos 1890, a perspectiva da política alemã deveria ser nacional, ou seja, alemã. Por conseguinte, suas análises deveriam partir dos interesses da nação como grande potência.

A situação na Prússia Oriental tinha outra consequência: a crise de liderança política, proveniente da decadência econômica da classe *Junker*, aliada à mudança no centro de poder econômico. Os *Junkers* eram uma classe decadente do ponto de vista das relações econômicas. Por conseguinte, não poderiam oferecer uma liderança nacional efetivamente poderosa, pois seus interesses mais imediatos consistiam no uso de seu poder político para compensar sua situação de decadência econômica, devido à hegemonia conquistada pelo moderno capitalismo. Os *Junkers* tinham cumprido sua tarefa e agora dependiam da luta econômica para garantir sua sobrevivência. Sendo assim, nenhuma política econômica por parte do Estado poderia reconduzi-los ao seu caráter social anterior, marcado pelo tradicionalismo patriarcal.

Entretanto, a burguesia sofria de uma grave imaturidade política produto das ações de Otto von Bismarck, as quais acostumaram-na à delegar ao grande estadista a tomada de decisões e a iniciativa política. Isso a impediu de se desenvolver politicamente: a situação alemã era caracterizada por uma classe decadente economicamente e com a posse do poder político.

Já a burguesia, classe cujo desenvolvimento econômico estava no auge, encontrava-se impossibilitada de tomar em suas mãos as rédeas do poder político. O problema fundamental residia na conquista da capacidade de governar por parte da burguesia. Daí Weber enfatizar que a educação política perfazia tarefa tão urgente quanto importante, cuja realização era de responsabilidade dos especialistas em economia nacional.

Beetham (1979, p. 57) destaca a afirmação explícita de que o interesse nacional da Alemanha é um valor decisivo em matéria de política e política econômica ter sido mantida durante os escritos posteriores de Max Weber. Num discurso de 1909 ele dizia partilhar do ponto de vista segundo o qual o valor último e definitivo seria a posição de poder de uma determinada nação no contexto mundial. Da mesma maneira, em 1916, considerara a política sempre a partir de um ponto de vista nacional.

Contudo, o nacionalismo de Weber era muito mais complexo. Uma parte importante consistia na sua predileção pelo valor da *Kultur*, da singularidade cultural das comunidades nacionais em geral e, em especial, da nação alemã. Neste último aspecto, somente o poder estatal poderia garantir tal condição, sobretudo devido às condições do mundo moderno. De certa forma, o nacionalismo seguiu ocupando um lugar de destaque entre os seus valores políticos.

O segundo aspecto importante do Discurso Inaugural de Weber sublinhado por Beetham (1979, p. 59) é a inexistência de uma liderança política na Alemanha que manifestasse corretamente os objetivos nacionais, promovendo-os de forma eficaz. A importância fulcral da liderança política se constituiu num dos temas de constante meditação, inclusive em seus escritos finais: a liderança política somente poderia ser exercida por uma classe economicamente poderosa, ou seja, a burguesia. Embora a existência de uma classe forte na economia fosse necessária à liderança política, tal condição não era a única suficiente.

Para além dela, era fundamental ser uma classe dotada de consciência e capacidade de ação políticas: o poder econômico e a capacidade de liderança política não são necessariamente coincidentes. Em diversos momentos de sua trajetória intelectual, Max Weber entende ser indispensável o papel da classe burguesa como a base social sobre a qual a liderança política estaria assentada. Além das preocupações nacionais e relativas ao papel da liderança política, o Discurso Inaugural continha outro tema que irá perpassar suas obras. Trata-se do fenômeno das lutas e conflitos ocuparem um lugar essencial e permanente no conjunto da vida social. Lutas entre classes, grupos, nações, bem como conflitos entre valores opostos e por vezes incompatíveis entre si.

Neste sentido, frisa Beetham (1979, p. 61) como o conceito de seleção (*Auslese*) perpassa a produção de Max Weber acerca da sociedade contemporânea. Em seus estudos sobre a Prússia Oriental um dos temas recorrentes era o modo pelo qual as condições do conflito econômico favoreciam um determinado tipo cultural – os trabalhadores poloneses, em detrimento dos trabalhadores alemães – dotado de uma maior capacidade de adaptação à existência econômica e às condições sociais. Da mesma forma, num trabalho de 1907-09 para a *Verein für Sozialpolitik* sobre as condições da indústria em grande escala, o tema principal versava sobre as características psicofísicas específicas e os tipos de trabalhadores selecionados pelas condições e necessidades da vida fabril.

No âmbito da política, se interessou pelas qualidades e tipos de lideranças políticas selecionadas pelas diversas configurações de sistemas políticos. A importância fornecida ao processo de seleção marcado pelo conflito e pela competição servia para Weber elucidar suas análises empíricas, além de utilizá-las para retirar afirmações acerca dos valores, como é o caso do Discurso Inaugural.

O grande interesse manifesto pelo papel da seleção no bojo dos processos sociais, em conjunto com os valores atribuídos aos conflitos e à luta – embora sem uma definição clara destes termos – conduz Beetham (1979, p. 65) a ver nestes aspectos elementares do pensamento sociológico de Weber, os quais são expostos no seu Discurso Inaugural de Freiburg, tal como sua concepção dos valores políticos, particularmente o caráter não materialista. Os valores que lhe importavam eram os de natureza imaterial, que se opunham aos problemas materiais cotidianos. Embora a importância destes últimos não pudesse ser negligenciada na prática, isso não permitia justificá-los enquanto objetivos políticos.

Por esta razão, insistira na defesa dos valores culturais alemães, opondo-se à ideia de que o máximo desenvolvimento econômico fosse um fim evidente por si só. Para ele, a política era o terreno onde os valores imateriais podiam ser afirmados e satisfeitos. Tais ideais foram confrontados com as limitações impostas pela realidade empírica. Prova disso é a inquietação constante e reiterada entre os anos de 1904 até 1910 com a progressiva degenerescência da liberdade humana em virtude do incremento da racionalização da vida e da burocratização das estruturas econômicas e políticas.

A questão da liberdade foi explicitamente analisada nos escritos de Weber acerca da revolução russa de 1905. Os dois artigos resultantes, cujo propósito inicial era dar um panorama geral dos trabalhos dedicados ao processo revolucionário, são os textos políticos mais importantes deste período da sua produção intelectual. Beetham (1979, pp. 67-70) se dedica à discussão do substrato destes materiais: o problema das possibilidades da liberdade na Rússia e na sociedade moderna como um todo. A temática principal das reflexões era se a Rússia reunia as forças sociais capazes de impulsionar e sustentar os distintos programas políticos liberais que então estavam sendo divulgados.

O liberalismo não deveria esperar o suporte das instituições “históricas” russas. Em especial devido à hierarquia eclesiástica, uma das principais organizações do país, ser um dos principais alicerces do regime czarista. Assim,

havia uma identidade entre os interesses da Igreja e da autocracia absolutista. Por outro lado, as posições oferecidas pelas forças sociais modernas também não lhe permitiam depositar muitas esperanças. Uma destas forças era justamente o capitalismo que, sendo imposto na sua forma mais avançada por cima de uma estrutura feudal com elementos de comunismo primitivo, tinha o apoio do Estado e era passível de satisfazer suas próprias necessidades através de seus contatos com a burocracia czarista.

O proletariado urbano estava moldado por um movimento social-democrata especialmente autoritário, dirigido rigidamente por líderes completamente avessos à doutrina liberal. Por conseguinte, nenhuma destas forças poderia apoiar o liberalismo, mesmo em momentos de alianças estratégicas contra a repressão por parte do Estado absolutista russo. Este diagnóstico reforçava a certeza de Max Weber em que o conjunto de circunstâncias específicas que deu origem ao liberalismo na Europa Ocidental não existia na Rússia e ali se repetiria. Tal conclusão impactou nas suas expectativas acerca do movimento liberal no país. Toda sociedade que – antes da instauração do capitalismo moderno em sua forma racionalizada – não tivesse uma tradição liberal anteriormente construída dificilmente poderia chegar a desenvolvê-la.

Mesmo nas sociedades que eram dotadas de um liberalismo tradicionalmente consolidado, as estruturas sociais e as possibilidades de ação individual autônoma estavam sendo progressivamente minadas em virtude do avanço irrefreável da racionalização nas condições externas de existência. A inquietação originária da progressiva eliminação da liberdade como desdobramento da racionalização da vida era um motivo de preocupação constante neste momento de sua trajetória intelectual.

Beetham (1979, p. 72) destaca três diferentes conceituações de Weber no que toca ao termo liberdade: a) a liberdade do individualismo econômico, isto é, a posse de um domínio de atividade independente e garantido pela propriedade privada, do qual o indivíduo seja o dono; b) as liberdades políticas e civis, ou seja, a garantia dos direitos individuais e do poder constitucional, estabelecido por regras legais; c) por fim, um conceito mais restrito de liberdade, quer dizer, relativo à autonomia ou responsabilidade pessoal. Esta última acepção da palavra liberdade vinculava-se à capacidade de não deixar a vida passar como um fato natural, encarando-a como uma série de decisões definitivas, com as quais a consciência

elege o significado de sua própria existência. Dos três conceitos distintos ao vocábulo, é ao terceiro deles em particular que Max Weber se refere quando entende que a liberdade estaria sendo paulatinamente extinta da sociedade moderna.

Uma das manifestações mais nítidas da perda de autonomia individual se revelava na tensão descrita por Weber entre o homem culto e o homem especializado. Percebe que as condições de trabalho dos funcionários no seio de organizações burocráticas eram uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento pessoal, constituindo um conjunto de seres humanos totalmente carentes de independência espiritual. Embora o contexto das sociedades modernas ainda permitisse a existência de liberdades políticas, sua manutenção estava diretamente relacionada à consolidação de um Parlamento forte e das chances de livre competição pelo poder no interior da vida social. Deste modo, enquanto o processo de burocratização tendia para a eliminação do individualismo, a presença de tensões entre burocracia privada e burocracia estatal seria uma condição importante para a manutenção das liberdades políticas e civis:

A profunda análise weberiana da revolução russa demonstrava a existência de um dilema entre liberalismo e sociedade moderna, da mesma forma que em suas importantes investigações sobre as condições dos trabalhadores agrícolas na Prússia Oriental haviam servido para ressaltar a crise política que ameaçava a nação. Neste sentido, se pode dizer que Weber sempre manifestou uma forte tendência a teorizar, mesmo quando se trata de fenômenos aparentemente concretos. Contudo, é conveniente indicar que estes trabalhos, que pertenciam a dois períodos diferentes, embora demonstrando uma profundidade teórica similar, implicavam valores e preocupações que convém distinguir. **Em geral, os primeiros escritos manifestavam a inquietude exclusiva de seu autor pelo problema alemão, que era considerado a partir de um ponto de vista fortemente nacionalista. Por outro lado, os escritos mais tardios se ocupam de um problema mais universal: a liberdade na sociedade racionalizada. Porém, isso não quer dizer que os primeiros escritos de Weber não se ocupassem do problema da liberdade. A diferença entre os escritos destes dois períodos é antes um problema de ênfase** (BEETHAM, 1979, pp. 75-76, grifos nossos).

Nos trabalhos redigidos durante a Primeira Guerra Mundial Max Weber retoma, até certo ponto, alguns fenômenos analisados nos anos 1890 e também em *O Estado Nacional e a Política Econômica* [1895]. Porém, argumenta Beetham (1979, p. 76), durante a guerra esta problemática é analisada de maneira diferente. Agora, a ênfase concedida à questão da liderança política é muito maior em comparação com os primeiros trabalhos, particularmente no que tocava aos empecilhos com os quais a emergência de autênticas lideranças políticas se

defrontava, por conta das instituições políticas defeituosas vigentes na sociedade alemã.

Dentre estas últimas, destacava-se o parlamento. Portanto, a principal dificuldade enfrentada pela nação alemã em sua busca por difusão de seus valores culturais residia no seu sistema governamental extremamente deficiente. Daí a necessidade em estudar de forma minuciosa a dinâmica das instituições políticas, por ser uma tarefa urgente e de importância crucial para a vida política da Alemanha.

Assim, o conjunto de artigos escritos para o *Frankfurter Zeitung* – publicados em 1917 e reformulados como texto único em 1918 – sob o título *Parlamento e Governo Numa Alemanha Reconstruída* tem como um de seus temas fulcrais a inevitabilidade da administração burocrática nos sistemas de governo existentes nas sociedades modernas. A gestão é realizada por um conjunto de funcionários de carreira especializados e assalariados. Por conseguinte, caso não haja liderança política capaz de controlar a máquina burocrática o resultado é que se está sendo governado por e não por meio da burocracia.

Era exatamente este o caso da Alemanha. O monarca havia se convertido num mero diletante, comparado à alta eficiência técnica e ao grau de especialização do corpo moderno de funcionários da burocracia. Por conta disso, afirma Beetham (1979, p. 78) que Weber percebia a necessidade de uma verdadeira liderança política estar acompanhada de instituições apropriadas, das quais o parlamento – caso estivesse efetivamente forte – era a mais importante.

Esta interpretação *Parlamento e Governo* explicita a continuidade entre a fase precoce manifesta no Discurso Inaugural e os escritos de Max Weber produzidos durante a Primeira Guerra Mundial, em especial a ênfase na necessidade de reformas profundas nas instituições parlamentares. Por esta razão, ele ressaltava os graves problemas decorrentes da aliança entre os *Junkers* e setores do grande capital para a vida política da Alemanha. A resposta consistia na burguesia alemã ser capaz de desenvolver uma vontade nova de responsabilidade política, bem como trazer à luz um espírito político consciente e decisivo para o futuro político do país. *Parlamento e Governo* também evidencia a dualidade de valores que existe em torno das concepções políticas desenvolvidas por Max Weber, cuja discussão perfaz um controverso debate:

Segundo o aspecto ressaltado por esta dualidade, as interpretações dos comentaristas de Weber foram muito diferentes. Algumas vezes, como é o caso de livro de Wolfgang Mommsen, por exemplo, estas interpretações fazem Weber aparecer como um eminente representante do nacionalismo germânico, cujo desejo de que surgisse a liderança política adequada à extensão do poder alemão lhe conduziu a subordinar as reformas constitucionais necessárias e todos os demais valores a este fim. A posição extrema neste sentido indica que o nazismo deriva de Weber, segundo uma linha direta de procedência. [...] Não obstante, [...] estas interpretações são parciais. Toda apresentação do ponto de vista político de Weber que pretenda adequadamente dar conta de sua complexidade deve considerar tanto as preocupações deste autor pelos valores culturais alemães como seu interesse pela liderança na sociedade e suas inquietudes pela liberdade numa época cada vez mais burocratizada. As tensões que existiam entre estes valores não constituíam nenhuma peculiaridade da concepção weberiana; nem sequer correspondiam exclusivamente ao contexto político alemão; na realidade, tratava-se de um aspecto característico do ponto de vista burguês acerca da política nas circunstâncias do desenvolvimento capitalista desse período (BEETHAM, 1979, pp. 84-85).

Max Weber atribuía um carácter ambivalente à burocracia. Por um lado, tratava-se de uma estrutura indispensável e sem a qual era impossível para a execução das complexas funções presentes nas sociedades modernas. Por outro lado, era dotada de uma tendência a transcender suas atividades, focadas na rotina administrativa. Em virtude disso, ele colocava como uma das principais questões da política moderna a necessidade de manter a burocracia submetida ao controle político. Neste contexto, a alternativa consistia num tipo de líder político capaz de sujeitar a burocracia à direção política, em condições tais que as lideranças pudessem ser formadas. Beetham (1979, pp. 120-123) resgata a oposição feita em *Política como vocação* entre o modelo do funcionário “típico” e o do político responsável, capaz de assumir os riscos e consequências de suas ações.

O líder político precisava combinar a paixão por uma causa com a “objetividade” (*Sachlichkeit*), ou seja, aliando a determinação de lutar por um ideal e o conhecimento prático e profundo dos meios a serem utilizados para a sua consecução. Era urgente a emergência desta espécie de político: de certa forma, a falta de lideranças políticas capazes de controlar os burocratas era devida a questões de ordem pessoal e cultural, bem como à necessidade de uma estrutura política adequada.

Igualmente, Beetham (1979, p. 148) retoma a distinção feita por Weber entre duas formas de atividade parlamentar. O parlamentarismo “aparente”, onde as debilidades do sistema parlamentar impediam seus integrantes de desenvolver e repassar a formação adequada à liderança política: a Rússia e a Alemanha de então

eram marcadas por este tipo de parlamento. Já o parlamentarismo “forte” era constitucionalmente responsável, cujos membros poderiam ser candidatos normais aos postos no governo, caso do parlamento britânico. A discussão sobre as divergências entre estes tipos de parlamentarismo era parte integrante da sua teoria da democracia e das justificativas elaboradas no que tange à iminente tarefa de democratizar a constituição alemã.

Max Weber considerava a democratização como um instrumento que, para além de fornecer poder ao povo, dava as condições de possibilidade para uma direção política eficaz do aparato estatal. Ao discutir a situação política russa, chegou à conclusão de que o sistema monárquico era incapaz de fornecer a emergência de uma liderança política consistente o bastante para fazer frente ao poderio da moderna burocracia. Tal diagnóstico, naturalmente, guardava estreita relação com a dinâmica político-institucional da sociedade alemã de então: o principal defeito repousava nas instituições.

A solução proposta acerca da questão do controle burocrático estava assentada na contraposição entre dois tipos de sistemas parlamentares: o débil, “aparente”, fundado numa política “negativa” – como era a situação do parlamento alemão – e o forte, atuante, baseado na política “positiva” – cujo modelo era o parlamento britânico, defendido pelos adeptos das reformas democráticas. Desse modo, apenas uma profunda reforma constitucional (especialmente a eliminação do artigo 9, seção 2, da constituição alemã, que impedia os membros do *Reichstag* de ocupar cargos no governo, salvo se abdicassem de seus mandatos parlamentares e de sua base de apoio) removeria os graves obstáculos ao desenvolvimento da liderança política. Em outras palavras, a qualidade intrínseca do governo parlamentar residia no fato de ser o modo mais adequado para desenvolver o tipo de liderança capaz de controlar a ação da burocracia nas sociedades modernas:

A peculiaridade da posição weberiana consistia na crença em que, na época moderna, as instituições formalmente democráticas constituíam a melhor garantia em termos de liderança política. Por isto, embora Weber fosse a favor dos democratas radicais, sua assimilação das instituições democráticas era apenas circunstancial, não concernia aos princípios. [...] Enquanto um sistema parlamentar débil obrigava aqueles que possuíam qualidades para a liderança política a se afastar, e, por outro lado, estimulava os “meros demagogos” e as pessoas inclinadas aos favoritismos, o tipo de político selecionado por um sistema parlamentar forte era completamente diferente. Contudo, é importante considerar que esta distinção continha implicitamente uma afirmação de caráter mais geral: no terreno político, como em outros, eram somente poucos que governavam, quer dizer, a oligarquia era inevitável e, por conseguinte, as qualidades e o

caráter desta tinham uma importância primordial (BEETHAM, 1979, pp. 160-161, aspas no original).

Conforme Beetham (1979, p. 161), os textos de Weber dedicados às massas democráticas tratam exaustivamente das problemáticas enfrentadas pelas elites em virtude da introdução do sufrágio universal, bem como das qualidades necessárias para o exercício responsável da liderança política. Os personagens locais ilustres que até então realizavam as tarefas importantes de seleção dos candidatos e organização das eleições foram substituídos pelos dirigentes partidários ou por indivíduos pagos especificamente para o trabalho durante o período eleitoral. Tal processo implicava em funções especializadas, destinadas à mobilização pelos votos dos eleitores, ao lado da visão empresarial que perpassava a organização burocrática dos partidos. Na verdade, a disputa entre figuras locais notórias e funcionários partidários já estava decidida em favor destes últimos.

Beetham (1979, p. 171) afirma que Max Weber ressaltava outros dois pontos principais instituídos pela extensão do direito ao voto, os quais caracterizavam de forma permanente a dinâmica política das sociedades modernas: a) o agente do partido, ou seja, dedicado exclusivamente ao trabalho eleitoral e partidário, seja como empresário político (como era o caso dos *bosses* – chefes – nos EUA) ou como empregado no interior da estrutura burocrática, já que o poder de ambos dependia do controle que poderiam efetivar para a obtenção do maior número de votos; b) o líder plebiscitário, isto é, o grande demagogo, o “ditador do campo de batalha eleitoral”, cuja seleção era produto de sua capacidade para reunir os votos das massas durante as eleições. Somado a estes, ressaltava a importância do mecenas partidário, que contribuía com ajuda financeira e do jornalista, um demagogo hábil e que poderia ou não trabalhar no interior de um determinado partido.

Igualmente, os líderes políticos não eram apenas um produto da estrutura política, mas também dependiam das classes. O caso de Otto von Bismarck não era um fenômeno isolado. Antes, tratava-se do último e maior dos *Junkers*. Embora suas perspectivas transcendessem os limites da sua classe, não fosse o apoio dos grandes proprietários rurais as políticas bismarckistas sequer seriam aplicadas.

É na discussão sobre as possibilidades de proteção da liberdade pelo parlamento que Beetham (1979, p. 181) enfatiza sua divergência para com Mommsen. Segundo o intérprete inglês, este último argumenta que a concepção

weberiana de democracia parlamentar se reduzia essencialmente às funções de seleção dos políticos com capacidade de liderança e de controle do aparato administrativo. Ademais, Mommsen defende que as ideias de Max Weber com respeito à democracia moderna tinham como consequência o abandono do ideário constitucionalista liberal. E isso em virtude da recusa do Direito Natural – até então a base filosófica da defesa dos Direitos Humanos, mas que já não era aplicável à vida do homem moderno – ao lado da consolidação das máquinas partidárias, que enfraqueciam o significado do parlamento, incapaz de ser o fórum das opiniões individuais. Estas circunstâncias haviam destruído as bases ideológicas do constitucionalismo liberal.

Na ótica do intelectual inglês, Mommsen adota uma perspectiva exagerada. Além disso, não leva em consideração a distinção feita por Weber entre individualismo e direitos civis/constitucionais. Do fato de os parlamentares estarem entre os seguidores de um partido organizado não se deveria concluir necessariamente que o parlamento não tinha condições efetivas de assegurar as liberdades políticas. Igualmente, os direitos civis não mais deveriam estar assentados na crença jusnaturalista (fundada na lei natural), o que não era sinônimo automático de não poderem mais ser protegidos por um *corpus* constitucional adequado às novas necessidades sociais: “Ao escrever como escreve, Mommsen dá a impressão de que ele mesmo não acreditava que pudesse haver estruturas constitucionais que gozassem de apoio social, nem que o liberalismo pudesse ter qualquer outra base que não a lei natural.” (BEETHAM, 1979, p. 182).

O escritor reforça sua divergência para com a interpretação realizada por Wolfgang Mommsen, argumentando ser evidente o fato de entre as funções atribuídas por Max Weber a um parlamento “forte” a proteção dos direitos civis era importante. É o caso dos seus artigos escritos por ocasião da revolução russa de 1905, onde coloca a possibilidade de ação conjunta entre a conquista dos direitos civis e o governo parlamentar: as diferentes liberdades (de expressão, de associação, de reunião, pessoais e de consciência) defendidas pelo liberalismo russo não seriam efetivadas caso não houvesse um parlamento efetivo. Um parlamento dotado de uma política “positiva” e a garantia dos direitos civis/constitucionais eram duas faces da mesma moeda.

Servindo como efetivo contrapeso ao poder do líder cesarista apoiado na confiança das massas, o sistema parlamentar estaria apto a assegurar os direitos

civis. Ademais, o parlamento poderia efetivar a possibilidade pacífica de afastamento deste líder, caso seu uso do poder fosse arbitrário e acarretasse a perda de confiança da população. Se durante a Primeira Guerra Weber concedeu pouca importância ao papel liberal do parlamento, isso não implicava no fato dele não ainda considerá-lo importante. Tal assertiva fundamenta a crítica do intérprete inglês à interpretação de Wolfgang Mommsen:

Embora Mommsen tenha razão ao insistir que os escritos de Weber sobre a Alemanha, contrastando com a tradição liberal, ressaltavam a função seletiva do Parlamento com respeito aos líderes, todavia, induz a erro ao menosprezar a função parlamentar de produção das liberdades. Em realidade, Weber incluía ambas as funções em sua concepção de Parlamento. Isto torna ainda mais importante a sua mudança de opinião sobre a constituição do pós-guerra, pois ele defende que a posição do Parlamento dever ser rejeitada. [...] Para este autor o Parlamento era uma instituição protetora das liberdades, mas este não poderia realizar tal função, muito menos garantir a liderança política, sem contar com forte apoio social. Isto foi ressaltado de forma clara em seus artigos sobre a Rússia, que além de considerar a proposta de um sistema liberal de constituição tinha em conta a base social de apoio das classes principais, e suas condições de existência poderiam proporcionar um governo parlamentar. Com respeito à política alemã, Weber também comentava explicitamente que sem uma burguesia que politicamente tivesse confiança em si mesma, mesmo as instituições mais livres não seriam senão uma “mera ilusão”. A concepção weberiana do Parlamento se apoiava, pois, em uma teoria da sociedade. Contudo, esta relação era antes sociológica do que filosófica; quer dizer, neste problema de conseguir o tipo de fundamento necessário para que as instituições sociais fossem efetivas, Weber estava mais interessado no aspecto social desta lógica do que em saber se ela as tornava legítimas (BEETHAM, 1979, pp. 184-186, aspas no original).

Aos olhos de David Beetham (1979, pp. 187-188), Weber justificava o uso do poder de Estado para preservar a peculiaridade da cultura alemã: uma das posições mais recorrentes nos seus primeiros escritos era considerar que o processo de desenvolvimento econômico trazia consigo uma grave ameaça para a singularidade nacional. Portanto, o desenvolvimento do capitalismo e a internacionalização da atividade econômica não necessariamente levavam a uma situação na qual o nacionalismo se tornasse redundante. Ao contrário, o contexto mundial da época era para ele a prova cabal da necessidade de defender as peculiaridades nacionais. Sua perspectiva aponta para o entendimento do nacionalismo como um fenômeno que não poderia ser considerado como mero “reflexo” das relações econômicas, muito embora a intensidade destas últimas na sociedade moderna fosse, em grande parte, devida à evolução capitalista.

Para os nossos objetivos, é importante reter que Beetham (1979, p. 188) afirma ter Wolfgang Mommsen considerado Max Weber como um adepto da

expansão do poder estatal como tal. Além disso, Raymond Aron – enfocando o conceito weberiano de *Kultur* – via uma importância maior concedida ao prestígio da cultura alemã ao invés das suas qualidades: o poder seria um meio para obter uma difusão ampla dos valores culturais germânicos. Entretanto, argumenta que tais concepções do historiador alemão e do sociólogo francês são insatisfatórias. Na realidade, Weber desejava que a Alemanha pudesse ter voz nos assuntos de política internacional: as demais potências mundiais deveriam levar isso em consideração. Assim, ele pensava que a responsabilidade da Primeira Guerra não era somente devida ao sistema político inadequado vigente no país.

Outro fator importante era a forte oposição das outras grandes potências ao fato da nação alemã querer exercer seu direito de influenciar as relações internacionais. As percepções sobre a nação em Max Weber são amplas e na sua análise as relações entre as concepções nacionalistas por ele defendidas e as tarefas políticas, culturais e econômicas da nação alemã devem ser consideradas. Situando-se no debate controverso acerca desta temática, o intérprete inglês se posiciona ante alguns intelectuais que se dedicaram a estudá-la. Destacamos as impressões sobre Wolfgang Mommsen e Raymond Aron:

O livro de Wolfgang Mommsen – cuja tese afirmava que o nacionalismo era a força motora da atividade política de Weber e que a democracia parlamentar era simplesmente um meio que servia para proporcionar a liderança que a nação necessitava – foi acolhido hostilmente quando da sua aparição, sendo objeto de controvérsias. A maneira em que tal debate foi desenvolvido tendeu a tomar a forma de afirmações em prol ou contra, em vez de constituir uma verdadeira tentativa de elucidar o caráter das convicções nacionalistas de Weber. Ademais, posto que este autor considerava que tais convicções eram, finalmente, um problema de crenças e não podiam ser *provadas* com argumentos científicos, muitos críticos tiraram a conclusão, embora injustamente, de que o nacionalismo de Weber devia ser considerado como totalmente irracional. [...] Raymond Aron, por sua vez, qualifica de “livre e *arbitrária*” a eleição weberiana do poder da nação como valor definitivo (BEETHAM, 1979, pp. 188-189, aspas e itálicos no original).

Max Weber defendia que os desejos da Alemanha em aumentar seu poder para além de suas fronteiras deveriam estar relacionados não apenas com a honra nacional, mas também com o caráter e as características culturais da nação. O cumprimento das grandes tarefas em matéria de política mundial implicava em obrigações importantes com relação aos aspectos e dinâmica interna da *Kultur*. Assim, para Weber a nação pertence ao âmbito da “cultura”, ao passo que o Estado está relacionado com o terreno do poder. A concepção de Max Weber postula uma relação recíproca entre Estado e nação: o primeiro poderia sobreviver apenas

servindo-se dos sentimentos de comunidade nacional como fundamento de seu poder, enquanto a segunda só poderia conservar sua *Kultur*, ou seja, sua identidade própria, somente em função do apoio recebido pelo poder estatal.

Os sentimentos nacionais eram fundamentais para o Estado moderno, especialmente em período de guerra. O significado político da *Kultur* da nação precisava, pois, do poder do Estado para que protegesse sua individualidade própria. Assim, as condições do Estado moderno e as tendências imperialistas das grandes potências mundiais tornavam o poder político uma proteção necessária. David Beetham (1979, pp. 222-223) argumenta que apesar de Max Weber admitir o fracasso da política alemã efetivada antes da Primeira Guerra Mundial – apoiada por ele nos anos 1890 e seguintes – seus trabalhos produzidos durante o conflito são igualmente citados como provas da continuidade de seu nacionalismo expansionista:

Assim, por exemplo, a passagem que Weber expõe que a Alemanha tem a “responsabilidade de decidir o futuro da cultura mundial”, para impedir que o mundo seja dividido entre a “burocracia russa” e as “convenções da sociedade anglo-saxã” é interpretada como prova de seu desejo de que a Alemanha entrasse em competição com outros países, para que o seu poder pudesse se estender sob a forma de imperialismo cultural. Entretanto, estes raciocínios de Weber devem ser julgados e interpretados em função dos objetivos políticos nacionais defendidos por este autor durante a guerra. Além disso, existe um fato importante, com respeito a elas, que nos parece necessário ressaltar: se a meta proposta por Weber fosse a extensão do poder da Alemanha e do prestígio que emana deste, caberia esperar que este autor insistisse nisso quando a Alemanha obteve as máximas conquistas territoriais e parecia que estava ganhando a guerra. Contudo, foi precisamente neste momento em que Weber criticou com mais dureza a política do governo, incluída a política militar, e a definição dos motivos bélicos, que era aceita pela maioria de seus compatriotas (BEETHAM, 1979, pp. 223-224, aspas no original).

O grande problema era o fato de a estratégia da Alemanha em concretizar uma política externa correspondente aos seus interesses enquanto grande potência tinha como forte obstáculo a aliança mundial das demais nações poderosas. A anexação da região da Alsácia-Lorena fez da França um inimigo permanente: por conseguinte, toda a política semelhante traria as mesmas consequências. O equívoco repetido poderia custar a manutenção da debilidade política alemã. Beetham (1979, pp. 224-225) retoma a afirmação de Weber sobre a proposta do governo da Alemanha em anexar a Bélgica, tratando-se de uma loucura incrível. Ademais, se opunha frontalmente aos pensamentos belicistas, os quais se assentavam quase que unicamente numa justificativa de anexações e expansionismo territoriais.

Na realidade, ele defendia que os objetivos de guerra deveriam ser alcançados por meios pacíficos, o que livraria a Alemanha da situação desfavorável em que se encontrava, muito em virtude de sua política externa tenebrosa. Era essencial renunciar às anexações de território e, acima de tudo, costurar um acordo com os outros poderes econômicos mundiais: com o fim da guerra, os interesses nacionais só seriam assegurados mediante negociação.

A ruptura de Weber com os escritos iniciais era evidente. Embora continuasse defendendo suas convicções sobre o papel político mundial da Alemanha e a expansão de seu capitalismo, reconhecia que estes objetivos seriam mais bem alcançados através de acordos e alianças políticas. Ao contrário do que muitos críticos afirmam, Max Weber não considerava o poder militar como um fim em si.

A tarefa principal que cabia à Alemanha era se opor a tal imperialismo cultural, uma vez que a Rússia poderia fazer com o restante da Europa o que fazia com as nações vizinhas: era fundamental que a nação alemã garantisse a autonomia cultural e política das nações menores. Tal princípio conciliador, uma vez adotado pela política externa, tenderia a aumentar o prestígio da cultura alemã, tão distinto do imperialismo cultural adotado pela Rússia. Aqui reside a importância da transformação da atitude de Weber com relação aos poloneses: nos anos 1890 e seguintes, os problemas polacos eram muito diferentes dos que havia então, marcados pela forte concorrência entre as nações pela utilização de força de trabalho barata. A real natureza do problema era a autonomia dos poloneses enquanto nação.

Desta feita, o equilíbrio entre as grandes potências seria a única garantia para a liberdade dos Estados menores. Neste sentido, argumenta o autor que a crítica ao imperialismo cultural presente em seus escritos tardios atesta como Weber não acreditava que o prestígio de uma cultura nacional dependeria simplesmente da mera extensão de seu poder. Em última análise, o crucial era o procedimento utilizado e as intenções por detrás do exercício do poder. A noção de *Kultur*, base da ideia da nação como fim último, era muito mais ampla em Max Weber. O conceito ético de responsabilidade, embora ele continuasse aceitando a ideia da Alemanha como um *Machtstaat* (Estado potência), impunha limites ao uso legítimo do poder. Isso não implica deixar de reconhecer o fato de ele ter uma predileção emotiva pela nação alemã. Em realidade, nos seus últimos escritos Max Weber fornece maior

relevância e enfatiza com maior veemência a figura e a função da liderança política se comparado aos seus trabalhos iniciais.

O intelectual inglês constata uma mudança entre as fases inicial e final do pensamento político de Max Weber. Entretanto, um elemento persiste neste processo: o esforço em garantir uma dimensão política capaz de transcender os horizontes estreitos dos interesses de classe. Com efeito, a dinâmica da sociedade capitalista substituía as relações pessoais específicas da sociedade patriarcal pelo conflito impessoal travado pelas diversas classes sociais. Porém, intensificava a crescente dominação dos interesses econômicos e materiais da atividade humana, à custa de outros fatores. Em outras palavras, a sociedade capitalista obstaculizava o surgimento do conceito de responsabilidade pessoal. Novamente, Beetham (1979, p. 349) cita as considerações de Weber acerca dos grandes proprietários de terra prussianos: a introdução das relações capitalistas fez com que os interesses materiais desta classe fossem colocados em primeiro lugar.

Devido a isso, a utilização do poder político dos *Junkers* precisava ser feita em benefício de seus interesses econômicos. Haviam se tornado empresários agrícolas e tinham objetivos econômicos que lhes foram impostos devido à luta pela sobrevivência. David Beetham (1979, p. 350) sustenta que segundo Max Weber tratava-se de um fenômeno comum a todas as situações onde o capitalismo já havia se consolidado. O outro resultado era a importância cada vez maior atribuída pela conquista de bens materiais, tanto nas cidades quanto no espaço rural, conforme atesta sua famosa passagem final de *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, na qual Weber frisa o enorme e inexorável poder adquirido pelos bens materiais, algo sem precedentes na história da humanidade.

Beetham (1979, p. 361) retoma a premissa de Weber segundo a qual a liderança plebiscitária era a única capaz de transcender os interesses materiais dos grupos e das classes sociais. O líder plebiscitário, ao obter a confiança das massas mediante suas qualidades pessoais extraordinárias, garantiria uma base política que ultrapassava os interesses grupais e classistas.

É após a derrota alemã na Primeira Guerra que Max Weber irá elaborar a teoria na qual o presidente eleito diretamente pelo e apoiado no voto popular, deveria confrontar e transcender as aspirações políticas e os conflitos de interesses econômicos que existiam no interior do sistema parlamentar. Ele acreditava que a política poderia superar tais conflitos de interesses mediante um líder político

individual qualificado, em vez de uma burocracia onipotente e que aparentava ser independente. A importância concedida à liderança política guarda relação direta com a sua teoria da sociedade, particularmente com relação ao desafio de garantir a supremacia do político contra a dominação do econômico.

Sustenta que a concepção da liderança política weberiana é caudatária das circunstâncias pessoais do líder, as quais lhe forneçam as condições de viver para a política ao invés de viver da política, podendo se dedicar aos problemas mais amplos do Estado e da *Kultur*. Outro ponto é a necessidade de se aproximar das massas eleitorais: o apoio destas últimas dotava a liderança plebiscitária da possibilidade de agir de forma independente e mediante suas convicções. Ademais, é essencialmente individualista, como o era o líder plebiscitário. As propostas deste último emergiam de suas convicções e não das ideias de seus seguidores, colaboradores. Menos ainda do cumprimento fiel a um programa partidário ou de governo.

Em seus escritos políticos tardios, um elemento a ser destacado é a desilusão de Max Weber para com o parlamento. Se antes o fio condutor de suas análises era a proposta de um sistema parlamentar poderoso, agora já não concebia esta instituição como a mais adequada para formar e fazer emergir a liderança política individual. Recorda David Beetham (1979, p. 375) o fato de Weber perceber como o sistema de representação proporcional reforçava tal dificuldade, pois favorecia as chances dos diversos interesses setoriais serem representados através da inclusão de seus representantes nas listas dos partidos políticos atuantes no parlamento, tal como aconteceu no primeiro pleito eleitoral weimariano, datado de janeiro de 1919.

Segundo o autor, Max Weber temia que tal situação se tornasse a regra, tornando o parlamento o lugar de expressão de interesses grupais. Outra determinação que motivou a mudança do posicionamento de Weber foi sua fracassada tentativa de ingressar nos quadros parlamentares do recentemente refundado partido democrata, sendo substituído por um figurão local do partido. Tal episódio ratificava sua descrença no sistema parlamentar, cada vez mais dominado e hegemônico pelos interesses econômicos grupais. Este seria outro fator para, agora, depositar suas esperanças na busca por um presidente eleito democraticamente e dotado de um poder tal que pudesse ser um efetivo contrapeso à situação lastimável do parlamento alemão.

O conjunto das mudanças manifestas nas ideias constitucionais de Weber após a Primeira Guerra Mundial tem como pano de fundo as dificuldades características com as quais o liberalismo político estava lidando em seu confronto com as tensões sociais e as lutas de classes. Tais dilemas eram iguais aos enfrentados pelo movimento liberal russo nas décadas anteriores. Sua insistência numa política social liberal, a oposição ao Estado autoritário alemão, ao lado do apoio ao movimento liberal russo e da convicção de que a vida não valeria a pena sem os sucessos legados pela época dos “Direitos do Homem” evidenciam sua adesão e defesa dos valores liberais¹.

No começo de 1918, ainda pensava que a garantia de uma ordem social livre não era caudatária do medo dos proprietários ou do nervosismo da pequena burguesia. Entretanto, quando a unidade social esteve seriamente ameaçada e o capitalismo passou a correr fortes riscos, rapidamente ele se voltou contra o parlamento através da defesa e da busca pelo surgimento de um líder poderoso. Portanto, ao rejeitar a democracia parlamentar e colocar a necessidade de a política alemã decidir-se entre uma liderança democrática ou um governo de políticos profissionais irresponsáveis e sem vocação, ele abandona algo até então concebido como elemento fulcral do sistema parlamentar, isto é, a imposição de limites e contrapesos ao poder do líder cesarista:

As circunstâncias em torno das ideias constitucionais de Weber após a guerra sublinham assim um aspecto geral da sua teoria política: a importância que atribuía ao poderoso líder individual não visava simplesmente que a Alemanha desempenhasse um papel de grande potência, nem era apenas uma reação contra uma situação de “Beamtenherrschaft” (“Dominação dos Funcionários” – RVS). Ambas as motivações tinham perdido a sua importância após a guerra. Se Weber então insistiu mais do que nunca na necessidade do líder plebiscitário, foi porque se tratava também de resolver os problemas inerentes à sociedade capitalista (ao conflito de classes e às ambições em relação aos interesses materiais) e porque era necessário surgir uma figura política poderosa que pudesse superar estes problemas (BEETHAM, 1979, p. 385, aspas e parêntesis no original).

Na interpretação de David Beetham (1979, p. 391), Weber desejava que o capitalismo fosse mais liberal, isto é, a correlação de forças determinante nas alianças políticas entre as classes avançasse a favor dos operários. Daí sua defesa

¹ Em *Parlamento e Governo* temos a seguinte constatação: “Devido ao fato básico do avanço irresistível da burocratização, a pergunta sobre as formas futuras de organização política só poder ser formulada do seguinte modo: [...] Como se poderá preservar qualquer resquício de liberdade “individualista”, em qualquer sentido? Afinal de contas, é uma ilusão flagrante acreditar que, sem as conquistas da época dos Direitos do Homem, qualquer um de nós, até mesmo os mais conservadores, poderá viver hoje sua vida.” (WEBER, 1997, p. 50, aspas no original).

de que uma das tarefas mais importantes do líder político responsável ser uma relação com o movimento operário baseada na superação dos pontos de vista imediatos de classe. Portanto, através deste processo, os trabalhadores seriam conscientes dos interesses comuns subjacentes, cuja existência justificava a perpetuação de um regime capitalista de economia livre. O líder plebiscitário idealizado por Max Weber tinha de possuir a qualidade essencial da objetividade (*Sachlichkeit*), que lhe permitiria aceitar os limites dos acontecimentos possíveis. A liderança política carismática não era suficiente para ultrapassar as divisões interclassistas. A objetividade era crucial, no sentido de reconhecer objetivamente a necessidade do capitalismo – pelo menos durante certo tempo².

Sublinha Beetham (1979, p. 394) a percepção de Max Weber acerca de o capitalismo ter destruído as relações sociais e os valores correspondentes às sociedades tradicionais, instituindo os conflitos entre as classes sociais e enaltecendo a prosperidade dos interesses materiais. Tal processo resultou na profissionalização do aparato administrativo e da política institucional. Por isso, Weber defendia a necessidade de uma direção política capaz de se opor com eficácia à burocracia estatal e aos burocratas partidários irresponsáveis, porta-vozes dos interesses econômicos materiais dos grupos dominantes.

Desta forma, a liderança política precisava ser realizada de forma responsável e por indivíduos qualificados, cujas convicções independentes lhes capacitariam ganhar a confiança das massas e, ao mesmo tempo, transcender os estreitos limites dos interesses imediatos e isolados das classes. Diante disso, Beetham expõe elementos que apontam para um liberalismo sociológico com matiz pluralista no conjunto de escritos políticos de Max Weber: para além do contexto e dos interesses de poder nacional, sua obra era uma reação diante das transformações geradas pela consolidação do desenvolvimento capitalista³.

b) Richard Bellamy

² “O que o movimento operário e a nação precisavam, escreveu Weber durante a guerra, era que a “liderança de políticos com pensamento racional” prevalecesse sobre a “política das ruas” e os “instintos do momento”, e que a “liderança exercida sobre as massas por políticos responsáveis” deveria conseguir “destruir o bastião das oportunidades demagógicas.” (BEETHAM, 1979, p. 392, aspas no original).

³ “A teoria política deste autor está relacionada com dois princípios importantes de sua sociologia: a demonstração da “racionalidade” do capitalismo e o pressuposto de que a democracia moderna só poderia ser uma “liderança” democrática.” (BEETHAM, 1979, p. 394, aspas no original).

Os trabalhos escritos por Richard Bellamy durante a década de 1990 reforçam e aprofundam os argumentos centrais da corrente interpretativa inaugurada por David Beetham. Dentre eles, cabe destaque para a obra *Liberalismo e Sociedade Moderna*, publicada originalmente em 1992, na qual após dissertar sobre as origens do liberalismo na Europa (Inglaterra, França e Itália) há um capítulo dedicado às especificidades do liberalismo alemão e com enfoque na obra de Max Weber, intitulado *Alemanha: Liberalismo Desencantado*. Ademais, sintetiza este conjunto de reflexões expostas no breve artigo *Liberalism and Nationalism in the Thought of Max Weber*. No capítulo mencionado, o autor inicia sua análise comentando sobre a interpretação de Mommsen, a qual isenta Weber de sua identificação com Bismarck e, por outro lado, reforça que os sentimentos nacionalistas do sociólogo de Heibelberg ocupavam o vácuo deixado pela rejeição deste a qualquer fundamento ético para os valores liberais.

Segundo Bellamy (1994, p. 280), Mommsen concebe Weber como alguém que via na democracia e na liberdade individual dois meios para promover os objetivos econômicos e políticos da nação alemã. Assim, uma das características era sua elaboração intelectual estar alicerçada num conjunto de reflexões sobre as questões candentes de seu tempo. Isso remete para o fato inegável da dimensão germânica de seus escritos, embora ele acreditasse que a situação de seu país trazia elementos comuns às modernas sociedades ocidentais. Em que pese a compreensão do liberalismo ter como fundamento a tradição liberal alemã, suas ideias eram aplicáveis a outros países que não só a Alemanha.

Sua teoria é produto de uma análise abrangente acerca dos rumos dos valores liberais, num mundo marcado pela competição econômica entre Estados industrializados. Por conseguinte, o autor busca desenvolver a tese de que a concepção de Max Weber não se restringe ao “imperfeito” liberalismo alemão. Na realidade, o seu pensamento é perpassado por uma crítica aguda da aplicabilidade dos valores liberais no mundo moderno, ponto de partida para uma revisão necessária dos postulados da política liberal.

Neste contexto, defende Richard Bellamy (1994, pp. 284-285) que Weber entendia as fragilidades do liberalismo alemão como produto ao mesmo tempo da dinâmica interna do desenvolvimento capitalista no país (especialmente no período guilhermino) e da sobrevivência de tradições ideológicas bastante obsoletas. Assim, Max Weber partilhava da inquietação alemã com as condições de possibilidade do

liberalismo. Entretanto, suas propostas não devem ser confundidas com exemplos de um não-liberalismo: na verdade, elas expressam uma concepção realista e encerram as dificuldades que todos os liberais modernos precisam enfrentar.

Uma compreensão mais acurada de sua posição torna-se possível mediante o reexame da relação entre liberalismo, capitalismo e Estado na Alemanha imperial. A conquista da unificação e os desdobramentos da modernização resultante do acordo entre burguesia e *Junkers* não podem ser facilmente separados, uma vez que o liberalismo alemão se encontrava diretamente vinculado à constituição de um Estado nacional no bojo do surgimento de uma sociedade industrial moderna.

Com a queda de Bismarck os interesses de liberais e conservadores passam a conflitar. Em que pese ambos defendessem propostas com viés nacionalista, o modo de concepção e busca pelo poder nacional era frontalmente oposto. O grupo industrial de esquerda liberal – do qual Weber era um membro proeminente – concebia uma política econômica nacional marcada pelo expansionismo e consoante os preceitos progressistas da tradição liberal antiga, na forma de fomento a uma nova cultura que pudesse integrar as classes trabalhadoras mediante reformas de natureza social e política.

Para os conservadores, o único meio de promover as reformas era a partir de políticas nacionalistas violentas. Assim, os liberais alemães não abandonaram seus valores em detrimento do ideal nacionalista. Pelo contrário, eles entendiam a difusão dos valores liberais como umbilicalmente ligados à constituição de uma cultura nacional, alemã. Tal dinâmica evidencia as incoerências no seio da burguesia germânica e sua identificação com uma cultura autoritária assentada na tradição e no pragmatismo político-institucional.

Observa Bellamy (1994, p. 291) como os vínculos de Weber com a tradição liberal alemã remontam ao seu nascimento. Seu pai, Max Weber Sr., foi deputado no *Reichstag* pelo Partido Liberal Nacional e nos anos 1880 foi por um breve tempo membro do comitê central do partido. Hermann Baumgarten, correligionário do pai de Weber, iria exercer notória influência política no então jovem Max. Baumgarten entendia que a ausência de qualidades necessárias ao exercício da liderança política no seio da burguesia alemã era algo a ser lamentado. Mais tarde ele iria se opor ao culto de Bismarck por parte de setores do liberalismo alemão, passando a criticá-lo.

Weber aproximava-se destas concepções: uma preocupação constante em seus escritos foi a necessidade de fomentar aptidões políticas para a burguesia local. A partir de 1887, Weber se desvencilha definitivamente do liberalismo nacional defendido por seu pai. Como desdobramento desta ruptura, Max Weber passa a diferenciar entre políticas nacionalistas dotadas de uma função educativa para o desenvolvimento de uma cultura liberal dinâmica e um nacionalismo focado na *Machtpolitik*, cuja razão de ser era conservar a apatia e a subordinação entre a burguesia e as classes trabalhadoras.

Bellamy (1994, p. 292) separa os escritos de Weber sobre o nacionalismo em duas fases, as quais perfazem momentos distintos de sua evolução intelectual e da correlação de forças na Alemanha. O primeiro período se inicia em 1892 e dura até 1897: aqui ele era defensor de um imperialismo liberal. A partir de 1905 temos a segunda fase, marcada pelo fim das esperanças na formação de um partido da liberdade burguesa assentado em suas proposições imperialistas. Com base numa reavaliação dos desdobramentos da situação econômico-social e política da expansão nacional, bem como da busca pela diversidade nacional e competição visando manter os valores específicos da doutrina liberal, há uma sofisticação de sua produção teórica. Por conseguinte, ele se transformou num crítico mordaz dos rumos da política alemã durante a Primeira Guerra Mundial. Tal mudança de direcionamento põe em xeque a representação tradicional de Max Weber enquanto um defensor maquiavélico da política de poder.

Weber concebia a civilização ocidental mediante sua análise dos processos de racionalização e burocratização, cujos impactos punham em risco o conjunto dos valores do liberalismo. Assim, a preservação da individualidade só seria garantida por uma estrutura político-econômica pluralista, a qual se opusesse às tendências que se impunham na sociedade industrial, direcionadas à uniformização no contexto de uma sociedade completamente burocratizada. A rivalidade entre os Estados nacionais formaria uma contraposição à luta interna entre os empresários, os partidos políticos e as classes sociais. A disputa entre os poderes internacionais era uma forma de impedir que um deles se tornasse hegemônico: a pluralidade de nações adversárias era a garantia do pluralismo liberal no seio dos Estados.

A fonte primordial para a hegemonia da aristocracia fundiária era o monopólio de cargos na burocracia estatal e no exército. Neste sentido, inclusive quando indivíduos pertencentes a outras classes sociais ocupavam cargos

burocráticos ou militares, tendiam a um comportamento aristocrático, dado o enorme prestígio dos proprietários de terra prussianos. Por conseguinte, informa Bellamy (1994, p. 299) que Weber tornou-se um crítico voraz do sistema de fideicomisso. Este concedia o título de nobre a alguns proprietários e garantia a nomeação de seus filhos para cargos na administração do Estado; a avidez de certos capitalistas pela condição de fideicomissários levou-o a desenvolver a tese de “feudalização da burguesia alemã”, reforçada pelo conservadorismo da religião luterana e pelo tradicionalismo do aparato educacional. Ele também se insurgiu contra o sistema eleitoral das três classes, que dava aos *Junkers* uma posição bastante influente no parlamento.

Na visão de Bellamy (1994, pp. 299-300), Weber vê como consequência principal deste processo a aliança entre o capitalismo industrial e os valores sociais tradicionais da classe *Junker*. Apesar de estes últimos agirem de modo deliberado visando excluir a burguesia de diversos postos no Estado, a classe capitalista alemã dependia parcialmente do fomento estatal para satisfazer seus interesses econômicos. O maior exemplo disso foi o imposto protecionista que incidia sobre os bens manufaturados, além da contratação e demissão a bel-prazer por parte dos empregadores.

Essas disposições atestaram até que ponto os capitalistas industriais do país assimilaram o *ethos* da aristocracia prussiana. Weber tinha receios em ver a transformação da burguesia numa “aristocracia de segunda classe”, pois isso paralisaria seu espírito empresarial e estagnaria a economia nacional. Outro resultado da articulação entre os interesses de classes da burguesia e dos proprietários de terra foi a criação de uma política social fortemente reacionária, aliado a um sistema de relações industriais que cindia capitalistas e classes trabalhadoras, ao invés de aproximá-las.

Conforme mencionado, Weber entendia que a economia internacional havia chegado a um patamar onde apenas o poder poderia decidir o quinhão pertencente a cada uma das potências econômicas mundiais, bem como a expansão das oportunidades econômicas para as suas populações – particularmente suas classes trabalhadoras. Apenas a expansão do poder da Alemanha seria capaz de assegurar estabilidade e um padrão de vida elevado no âmbito interno, em conjunto com a possibilidade de um progressivo desenvolvimento da nação.

Isso porque uma economia estagnada e focada na subsistência seria marcadamente autoritária. A iniciativa e o tino empresariais seriam substituídos pela fria administração burocrática das mercadorias com o objetivo exclusivo de satisfazer as necessidades básicas. Nesta altura da discussão, Bellamy explicita pela primeira vez suas divergências com Wolfgang Mommsen:

Para Weber, a liberalização da política interna e a política externa nacionalista eram dois lados da mesma moeda. Mommsen declarou que Weber só defendia o primeiro pensamento até onde este servia ao segundo. Nossa análise sugere que, no entendimento de Weber, eles estavam absoluta e intrinsecamente interligados. A Alemanha poderia permanecer um Estado estático, feudal e agrário, ou juntar-se ao mundo industrial moderno. Esta última possibilidade era incompatível com a estrutura autoritária das presentes instituições políticas da Alemanha. As forças sociais separadas do industrialismo só poderiam ser internalizadas se lhes fosse permitida uma voz política e econômica. Isto por sua vez pressionaria a expansão do capitalismo alemão. O resultado, insistia ele, seria uma revigoração da cultura nacional alemã em torno da ética do trabalho e do ideal empresarial. Se fosse para definir as prioridades de Weber, elas seriam o oposto daqueles que Mommsen lhe atribuiu, pois sua defesa do imperialismo era apenas a consequência inevitável do seu desejo de um sistema político liberal e uma economia dinâmica (BELLAMY, 1994, pp. 304-305).

O autor relembra o colapso nervoso sofrido por Weber no ano de 1897, que o constrangeu a se ausentar temporariamente da vida política e interromper sua produção intelectual. Nesta época, assistiu-se à piora da situação política da Alemanha: a NSV (*Nationalsozialer Verein*) presidida por Friedrich Naumann – que almejava a constituição de um movimento político que unificasse burgueses e proletários com base no ideal nacional, bastante influenciada pelas ideias de Max Weber – acabou sucumbindo.

O programa naval de Alfred von Tirpitz não foi capaz de servir como instrumento ao imperialismo liberal, limitando-se a insuflar o antagonismo com a Inglaterra. Na realidade, a partir do momento em que os gastos cada vez maiores com o programa naval passaram a conflitar com os interesses da aristocracia fundiária (através do pedido de aumento da carga tributária) ele foi abandonado.

Em virtude do isolamento gigantesco da Alemanha do ponto de vista diplomático, comenta Bellamy (1999, p. 307) Weber passa a centrar suas atenções aos fatores políticos do poder mundial alemão, em detrimento das causas econômicas. Tal mudança de orientação refletiu-se após 1911, quando ele torna-se mais sensato no que toca à análise do imperialismo. Reconheceu o fato de a expansão territorial ser em grande medida um meio para aumentar o poder interno e

o prestígio da classe dominante: ademais, o expansionismo imperialista tendia muito mais a ser associado ao capitalismo monopolista. A política colonial drenava os investimentos de capital e beneficiava única e tão somente aos interesses dos grandes empresários envolvidos em seu financiamento.

Ocorre uma mudança na posição de Weber. Agora, ele associava imperialismo com o capitalismo rentista e temia que este pudesse colocar fim à economia liberal cuja defesa ele mantinha. Igualmente, pensava que a tendência universal à cartelização do capitalismo era análoga ao que se observava nos chamados sistemas socialistas, pois as práticas monopolistas se tornavam mais frequentes com a generalização do setor público. Isso seria um forte estímulo ao imperialismo. Além disso, notara como a Primeira Guerra Mundial aumentou o prestígio do Estado e não da nação:

Ao contrário das opiniões daqueles críticos que o encaravam como um *Realpolitiker* alemão típico, Weber acreditava que “o mero ‘poder político’, glorificado entre nós por um culto apaixonado, pode conseguir fortes efeitos, mas seu trabalho realmente não leva a lugar nenhum e não tem nenhum significado”. Se o Estado fosse vital para a proteção e promoção da cultura nacional, ele duvidava que mesmo um poder vitorioso pudesse substituir a força militar bruta pela identificação entre Estado e cidadãos resultante de um ambiente nacional comum. É claro que reconhecia que os limites nacionais nem sempre coincidem com os limites estatais. [...] No âmago de seu interesse na nacionalidade está uma compreensão do inter-relacionamento entre as estruturas econômicas e políticas de uma comunidade e os valores culturais e o caráter nacional de seus membros. Os dois elementos tiveram influência um sobre o outro, e o tipo de poder exercido pelo Estado dependia da natureza da nação e vice-versa, de modo que “a estrutura do Estado deve estar relacionada exclusivamente às tarefas do mundo real e às tarefas culturais e políticas da nação”. Logo após a guerra, a prioridade de Weber era evitar os erros do passado, assegurando-se de que a Alemanha tivesse uma constituição liberal, capaz de propiciar a liderança responsável de que ela careceu tanto sob o regime do *Kaiser*. Este objetivo, por sua vez, requeria um nacionalismo que estimulasse o pluralismo liberal, não que a ele se opusesse (BELLAMY, 1994, pp. 310-311, aspas e itálicos no original).

Bellamy (1994, p. 312) avança em suas considerações, retomando a descrição realizada por Wolfgang Mommsen segundo a qual Max Weber seria um “liberal em desespero” devido às condições de sobrevivência do liberalismo numa sociedade marcada por organizações gigantescas, burocráticas e racionalizadas. Neste contexto, as características humanas vinculadas à liberdade individual, habilidade empresarial e de trabalho estavam sendo paulatinamente destroçadas em virtude do desenvolvimento capitalista. Acreditava ser a natureza dupla do processo de racionalização uma das fontes desta encruzilhada patente na ordem social moderna.

Apesar de conceber a essência do liberalismo na capacidade individual de estruturar racionalmente e traçar um plano de sua vida, ao mesmo tempo ele temia os efeitos da difusão da racionalidade burocrática em todas as esferas da vida social e seus consequentes desdobramentos no cotidiano. Portanto, o principal desafio da sociedade moderna seria conservar as qualidades individuais positivas cada vez mais ameaçadas devido às dificuldades criadas pela generalização desta forma de racionalização, o que remetia ao segundo aspecto do processo, isto é, o sufocamento da vida cotidiana.

Seguindo essa linha de raciocínio, é nos artigos escritos sobre a Revolução Russa de 1905 que Weber concentra-se no cerne desta problemática. Elaborados num período muito curto e pouco tempo depois da publicação de seus escritos sobre a ética protestante e o “espírito” do capitalismo, os materiais se dedicam a analisar as condições de possibilidade para a instauração da democracia burguesa no território russo, no qual a constelação singular de acontecimentos e processos históricos que fizeram emergir a democracia burguesa restava ausente.

Informa Richard Bellamy (1994, Pp. 313-314) que Max Weber frisou a especificidade histórica existente na associação entre o capitalismo e os valores liberais. Com base num famoso fragmento do artigo sobre a situação da democracia burguesa na Rússia, o intelectual inglês percebe e reflete sobre fundamentação e a consequente preocupação com fato de cada um dos quatro fatores mais importantes para a gênese da “liberdade” moderna estar diante de sérias ameaças. O primeiro deles, a “expansão ultramarina” devia-se à crença de Max Weber de que os recursos naturais limitavam o crescimento industrial quando os territórios conquistados pelas potências imperialistas do Ocidente chegassem ao fim. Tal processo acarretou um retardamento do desenvolvimento econômico e tecnológico, bem como da vitória dos juros de empréstimo sobre os lucros do capital comercial.

Disso resulta a corrosão das “estruturas econômicas e sociais do capitalismo original da Europa Ocidental”, o segundo fator destacado. Assim, o capital monopolista ampliou o domínio dos administradores profissionais que progrediam na escala hierárquica em detrimento do empresário individual, expressando a derrota da orientação para o “lucro” diante dos novos interesses materiais, voltado para a “renda”: as pequenas empresas foram superadas pela cartelização típica do capitalismo monopolista, processo viabilizado pela “conquista da vida por meio da ciência”, o terceiro fator mencionado.

No que toca a este último, frisa o pensador inglês como Weber lamentava o fato de a ciência enquanto tal não produzir mais a personalidade universal associada ao agente liberal. Em verdade, todos os âmbitos da vida social dominados pela ciência foram marcados pelo predomínio de métodos burocráticos, cujo desdobramento necessário foi o esgotamento da iniciativa individual: o “feudalismo benevolente” dos EUA, as “instituições da Previdência Social” da Alemanha e o “sistema fabril” da Rússia evidenciavam que, por todas as regiões do globo, estaria finalizado o esquema de uma nova servidão.

Na pena de Richard Bellamy (1994, pp. 315-316) último fator importante sublinhado por Max Weber (as tradições intelectuais, sobretudo algumas expressões do protestantismo ascético como o calvinismo, cujas práticas julgava essenciais na promoção do *ethos* liberal) era obliterado pelas condições materiais da sociedade russa, as quais não eram favoráveis para a emergência da democracia liberal. Deste modo, a análise aponta para as mutações no capitalismo e suas diferenças para com seus estágios iniciais: os métodos de produção e a organização do grande capital em cartéis por vezes controlados pela organização estatal, levando à formação de monopólios.

Estas mudanças eram a razão principal do enfraquecimento do espírito competitivo crucial para a liberdade individual. Este processo mostrava aos democratas da Rússia como o emprego das técnicas de produção capitalistas não era sinônimo de crescimento e fortalecimento das instituições liberais. Somado a isso haveria o temor de as sociedades capitalistas já consolidadas ao redor do globo estariam caminhando rumo ao lodo da corrupção. Tal risco assolava a Alemanha, dadas as fraquezas e a imaturidade política da burguesia local: “O medo de Weber era de que este desenvolvimento constituísse um exemplo isolado e particularmente pronunciado de um fenômeno universal” (BELLAMY, 1994, p. 316).

Desse modo, Bellamy (1994, pp. 316-317) descreve como a partir das perturbadoras transformações operadas pelo capitalismo da época Weber passa a acreditar que a racionalização da atividade econômica na forma de um comportamento vocacional voltado ao trabalho – um dos traços distintivos do processo de racionalização típico do Ocidente – estaria se voltando contra si mesmo, acarretando consequências gravíssimas para o futuro. Esta situação seria similar à impotência dos felás do Egito antigo, submetidos à primeira autocracia burocrática.

Através do estímulo cada vez maior à racionalização formal da produção, o capitalismo caminhava rumo à autodissolução por intermédio da “jaula de ferro” do mundo burocratizado. Ele estava bastante cômico dos fortes contrastes entre os estágios iniciais e a evolução do capitalismo cada vez mais alinhado à burocratização: num futuro breve, a principal oposição à tremenda força da burocracia surgiria da esfera política, não da esfera econômica.

Max Weber se deu conta que o desenvolvimento capitalista ao mesmo tempo em que destruíra os valores liberais no plano da economia também operara transformações na natureza da política democrática. Portanto, é em virtude desta constatação que ele irá repensar teórica e praticamente os fundamentos da democracia liberal. Tal reflexão teria como fio condutor as limitações sociais impostas ao processo democrático devido às necessidades de regulamentação burocrática, à expansão do voto mediante o sufrágio universal e à destruição das bases objetivas do individualismo liberal – particularmente a noção de “lei natural” – decorrente do processo de “desencantamento” do mundo:

Ao contrário dos primeiros pensadores liberais, que partiram de considerações relacionadas à melhor sociedade possível, Weber foi levado a argumentar a partir de um relato empírico dos fenômenos existentes, até uma determinação da factibilidade da adoção de opções políticas particulares. Consequentemente, vários intérpretes supuseram que Weber visasse a uma teoria da democracia “desprovida de valores”, “empírica”, modelada nas práticas atuais da política moderna. Assim, eles o acusaram de confundir *é* e *dever ser*, para proporcionar aos sistemas políticos contemporâneos uma legitimidade espúria, que falsamente se dizia democrática. [...] A preocupação de Weber com o relacionamento entre ambiente e caráter individual refletia a sua compreensão sociológica do liberalismo. Em sua opinião, os valores liberais derivavam menos dos direitos ou atributos inerentes aos seres humanos do que de um ambiente cultural e social específico – ou seja, a ética protestante e a natureza do capitalismo inicial (BELLAMY, 1994, pp. 335-336, aspas e itálicos no original).

Se as circunstâncias históricas específicas do Ocidente fizeram surgir um tipo de indivíduo dotado da capacidade de ação autônoma e autodirigida, o desenvolvimento destas originou uma sociedade de massas dominada por gigantescas organizações. Nesse contexto, o tipo de ação individual livre era uma possibilidade cada vez mais restrita a alguns indivíduos das classes superiores, a exemplo das lideranças políticas e dos administradores industriais. Aos olhos de Bellamy (1994, p. 336) o modelo de Weber destina-se a encontrar um determinado tipo de liderança individual, ao invés de fomentar a distribuição mais ampla do poder e a chance de agir de modo livre na sociedade como um todo.

Consequentemente, a teoria de Max Weber articulava aspectos empíricos e normativos: mantinha-se vinculado à concepção liberal de indivíduo, isto é, à ideia de um ser humano responsável e criativo. Ademais, julgava que tais atividades eram privilégio de poucos, em virtude das posições subordinadas nas hierarquias burocráticas que privavam a maioria das pessoas dessas capacidades. Para o comentarista inglês, reside neste esforço intelectual uma defesa original dos valores liberais, com base numa “ética da responsabilidade”. Suas teses tentavam responder aos desafios colocados à reconstrução da democracia sob bases realistas, com o mote de tornar o liberalismo uma possibilidade prática a todos.

Para Bellamy (1994, p. 337) Max Weber pretendia adaptar as instituições políticas da época visando garantir a seleção democrática de lideranças efetivamente capazes, no bojo de sociedades industriais cada vez maiores e burocratizadas. A concepção weberiana possuía dois pontos basilares, bastante influenciados pela sua interpretação da política institucional da Inglaterra. São eles: a) a defesa do papel dos partidos políticos na organização de um eleitorado massivo; b) o estudo sobre as instituições que compõem o parlamento. Aos olhos do autor estes elementos se reforçavam reciprocamente. Weber estaria em busca de uma síntese pluralista, na forma de um modelo democrático capaz de treinar de modo eficaz e habilitar os futuros líderes políticos.

Acima de tudo, era urgentíssimo atrair os interesses das massas de eleitores provenientes das diversas camadas das classes trabalhadoras. Observa Bellamy (1994, p. 338) a conclusão de Weber de que processo de democratização social havia solapado o antigo sistema de honoráveis correspondente às relações pré-industriais: a extensão do direito de voto às classes trabalhadoras produzira drásticas mudanças na natureza do liberalismo político. Com a inevitável necessidade das “máquinas partidárias” a mobilização dos votos era um desdobramento elementar.

O sufrágio universal alterou o caráter e o funcionamento dos partidos políticos, pois em virtude do aumento gigantesco do número de eleitores múltiplos interesses eram agora alvo de disputas e exigiam representantes legítimos. Tais circunstâncias tornaram a utilização de métodos burocráticos algo indispensável ao funcionamento e eficiência máximos dos partidos políticos modernos. Em decorrência destas problemáticas, Max Weber irá elaborar as noções de “ética da convicção” e “ética da responsabilidade”. Neste sentido, um político guiado

unicamente pela “ética da convicção” partia do pressuposto de que os fins sempre justificam os meios. O principal limite desta concepção é sua negação da “irracionalidade ética do mundo”.

A grande questão é que existe um conflito inconciliável no que tange às diversas esferas de valores. Daí os líderes políticos responsáveis apreciarem a inevitabilidade de ponderar as consequências de seus atos, pois estes compreendiam o fato de com frequência decisões difíceis terem de ser tomadas, acerca de questões tão importantes quanto incompatíveis. Já as lideranças políticas guiadas pela “ética da convicção” não toleravam qualquer concessão aos seus princípios e, ademais, responsabilizavam os outros pelos descaminhos de seus próprios projetos. Contudo, a tensão entre as lideranças políticas motivadas por estas duas concepções éticas opostas não pode ser levada ao extremo. Por conta disso, ele julgava necessária a promoção de um tipo específico de liderança carismática:

Os eruditos que dizem ter ele falhado em permitir “qualquer distinção entre o “carisma genuíno dos líderes democráticos responsáveis, como, por exemplo, Gladstone ou Roosevelt, e o carisma pernicioso de personalidades como Kurt Eisner ou Adolf Hitler” estão evidentemente errados. Tal crítica não distingue entre a intenção de Weber no projeto de sua versão da democracia, isto é, a produção de um certo tipo de líder, e preocupações muito pertinentes sobre a eficácia do esquema por ele proposto, assegurando este fim. Sobre este último ponto, até Weber começou a alimentar sérias dúvidas (BELLAMY, 1994, pp. 351-352, aspas no original).

Como é sabido, a partir do ano de 1919 as esperanças de Max Weber na ação do parlamento e no sistema partidário diminuíram consideravelmente. Agora, somente um presidente forte, eleito diretamente pelo sufrágio da maioria do eleitorado seria capaz de liderar e fazer a Alemanha convergir para a tão necessária unidade nacional. Bellamy (1994, p. 352) destaca três razões básicas que figurariam como pano de fundo da nova proposta. Em primeiro lugar, ele pensava que um líder nacional eleito pelo povo era o meio de superação do particularismo e das rivalidades regionais e econômicas na sociedade alemã.

A introdução de representação proporcional expandiria as fragmentações do deficiente sistema político do país, fazendo dos partidos políticos correias de transmissão de grupos com interesses particulares. Se durante o período guilhermino a democracia fora colocada em perigo por conta da falta de restrições do parlamento ao Poder Executivo, o medo era de que agora a democracia estivesse em risco devido a estas restrições terem aumentado.

Afirma Bellamy (1994, p. 353) que o segundo aspecto é a crença intransigente de Max Weber, dadas as condições da Alemanha – as quais colocavam a necessidade de uma profunda reestruturação econômica – num líder cuja autoridade lhe capacitava a tomar determinadas decisões políticas que poderiam com frequência ser impopulares: somente um presidente eleito com milhões de votos era capaz de fazê-lo. A terceira razão principal era acreditar que o presidente plebiscitário seria o instrumento mais eficiente na garantia de uma liderança responsável, forte e pessoal: um governo de coalizão dirigido pelo *Reichstag* hegemônico por diversos partidos seria marcado pela instabilidade e incapaz de produzir uma liderança deste porte.

Igualmente, Bellamy (1994, p. 354) recorda como o fracasso de Weber em garantir seu nome na lista de candidatos do Partido Democrático Alemão foi outro elemento que contribuiu para a abrupta mutação em suas convicções sobre a ação política do parlamento. Porém, a correlação de forças que fez emergir a vaga revolucionária no país durante 1918-19 talvez tenha sido o fator crucial: esta situação convenceram-lhe da necessidade de uma liderança forte, responsável e eleita pelo povo, capaz de unificar a nação. Com o sistema parlamentar corroído pelas “panelinhas”, tal instituição cedo ou tarde se torna um antro de corrupção. Isso geraria uma “democracia sem liderança”, quer dizer, a dominação dos políticos profissionais sem vocação, sem talento e ausentes das demais qualidades carismáticas necessárias à produção de um verdadeiro líder.

Assim, a liderança carismática parecia ser o contraponto às exigências burocráticas. Determinadas personalidades tinham a capacidade de conseguir apoio da maioria da população para ideias e políticas avançadas, forjando novos valores para si e seus seguidores, numa tentativa heroica de alçar a humanidade a patamares mais elevados. Disso decorre a ideia de “democracia com liderança”, cujo objetivo residia na mescla entre as qualidades e, simultaneamente, na busca pela superação das vicissitudes existentes tanto na dominação carismática quanto na dominação burocrática:

A democracia apresentava um procedimento para a seleção e rejeição dos líderes carismáticos, com uma administração estatal que assegurava a promulgação eficiente de seus decretos, e proporcionava um elemento de continuidade e estabilidade. Os líderes carismáticos, por sua vez, proporcionavam a direção e o dinamismo que, de certa forma, faltavam aos sistemas burocráticos (BELLAMY, 1994, pp. 359-360).

De acordo com Bellamy (1994, p. 360), Mommsen entende que a teoria de Weber impede a distinção entre o que poderia ser entendido como, por um lado, “governo por consentimento” e “ditaduras tirânicas” marcadas pelo constrangimento individual, opressão e manipulação, por outro lado. Aos olhos do intérprete inglês, isso não é totalmente verdadeiro: ele diferenciava claramente as diversas razões – como a esperança, o medo – que seriam capazes de tornar os indivíduos passíveis de obediência e sua conseqüente legitimação. Sua concepção se assenta no raciocínio segundo o qual para a autoridade ser legítima é crucial o consentimento voluntário.

Ressalta o acerto de Mommsen no que tange à percepção da ausência efetiva de tal consentimento, haja vista Max Weber fazer pouco caso da possibilidade de livre autodeterminação do conjunto das classes inferiores: nestes termos, o consentimento só poderia ser alcançado mediante a demagogia, a partir da incitação de sentimentos irracionais e emocionais nas massas. Embora concorde com esta observação, Richard Bellamy (1994, p. 360) sublinha a defesa do liberalismo em bases filosóficas, numa compreensão própria e singular da democracia a partir do reconhecimento do pluralismo e do conflito irreconciliável entre valores opostos. Daí os críticos confundirem sua defesa filosófica do liberalismo com a avaliação empírica dos meios políticos mais adequados à compreensão dos valores liberais:

Apesar de sua rejeição a qualquer base objetiva para os direitos humanos, Weber achava que “é uma grande ilusão acreditar que, sem as realizações da época dos Direitos Humanos, qualquer um de nós, incluindo o mais conservador, possa continuar vivendo sua vida”. Felizmente, Weber acreditava que poderia ser encontrada uma base filosófica para o liberalismo nos próprios argumentos que destruíram a sua fundamentação anterior na lei natural. A descoberta de que não havia valores morais e políticos racionalmente objetivos, mas que em vez disso eles eram questões de escolha e compromisso pessoal, proporcionou uma nova base para o liberalismo, nos conceitos relacionados de individualismo e pluralismo. Na opinião de Weber, o compromisso liberal para com uma sociedade aberta produzia a base lógica da necessidade do indivíduo de afirmar o significado de sua existência, escolhendo entre vários valores antagônicos e frequentemente inconciliáveis (BELLAMY, 1994, p. 361, aspas no original).

No interior do liberalismo alemão é na obra de Weber onde encontramos uma base normativa realista para uma política verdadeiramente liberal, pluralista e democrática, muito embora ele tivesse o costume de transformar um problema num impasse (“ética da responsabilidade” *versus* “ética da convicção”, democracia “sem liderança” *versus* democracia “plebiscitária do líder”) e fosse pessimista no que toca

às possibilidades de uma ampliação da democracia. Considerando a atualidade e relevância de alguns aspectos, só resta descobrir se, na prática, tal fundamentação ainda pode ser efetivada:

Os argumentos filosóficos e sociológicos de Weber relacionados às bases do liberalismo podem ser empregados para se repensar a democracia liberal, de um modo ainda mais abrangente do que ele considerava possível. Weber rejeitava o liberalismo ético como apenas mãos um exemplo “daquela atitude estúpida, tão agradável do ponto de vista humano, mas apesar disso tão inefavelmente estreita em seus efeitos, que acha exequível a substituição dos ideais políticos por ideais ‘éticos’, e inocentemente identifica estes últimos com expectativas otimistas de felicidade”. Em vez de uma doutrina de direitos ou justiça, ele reelaborava o liberalismo, em termos realistas, como um conjunto de procedimentos e instituições que, pela redistribuição do poder, veio a ser capaz de dar expressão a uma pluralidade de valores opostos na sociedade, e assegurar uma acomodação entre eles. Esta reconceitualização do projeto liberal proporciona as bases de um liberalismo político pluralista, fundamentado na democratização da ética da responsabilidade e adequação às necessidades de um mundo desencantado e burocrático, sufocado pelo poder corporativo (BELLAMY, pp. 368-369, aspas no original).

Em oposição à visão liberal-nacionalista manifesta nos trabalhos escritos por Mommen e Aron, a abordagem sociológica de David Beetham resgata o fato de o historiador alemão desconsiderar a diferença de Weber entre individualismo e direitos civis/constitucionais. Disso resulta a visão do parlamento não apenas como mecanismo de seleção de líderes, mas de garantidor dos direitos fundamentais do ser humano, desde que contando com um forte respaldo junto à população.

Além disso, os autores ingleses percebem uma inflexão drástica no pensamento de Max Weber com o fim da Primeira Guerra Mundial, alterando sua concepção sobre o poder político estatal, as nações e suas tarefas no contexto da sociedade alemã. O poder estatal não é visto como um fim em si, mas como um meio de difusão dos valores culturais.

Já Richard Bellamy avança neste entendimento, ao evidenciar o compromisso de Weber com os valores liberais: em especial nos trabalhos sobre a Rússia. Do mesmo modo, a defesa da nação se vinculava ao pluralismo liberal, com uma ordem estatal fomentadora e protetora das liberdades individuais. A democracia seria, pois, repensada enquanto regime político adequado.

O próximo tópico deste capítulo reconstitui os argumentos centrais de um dos expoentes da produção contemporânea sobre Max Weber. Trata-se de Kari Palonen, que discute criticamente a noção de um Weber nacionalista fiando-se no arsenal metodológico do contextualismo linguístico.

2.3. Max Weber na perspectiva do contextualismo linguístico: Kari Palonen

Arvorado nas contribuições mais recentes no interior da teoria social e do pensamento político, sobretudo nos trabalhos do inglês Quentin Skinner, principal representante intelectual do contextualismo linguístico, o professor finlandês **Kari Palonen** apresenta uma linha interpretativa inovadora, colocando muitos dos pontos antes pacíficos sobre o “nacionalismo” de Weber em questão e demonstrando as mutações no que tange à avaliação deste conceito ao longo de sua trajetória. Tal esforço é expresso no artigo intitulado *Was Max Weber a ‘Nationalist’? A Study in the Rhetorical of Conceptual Change* publicado no ano de 2001.

O contextualismo linguístico é uma corrente da história do pensamento político que emerge na Inglaterra nos anos 1960 a partir das reflexões dos membros da “Escola de Cambridge” John Pocock, John Dunn e, especialmente, Quentin Skinner. Conforme Ricardo Silva (2020), este último destaca-se no interior desta vertente por ser o mais consequente sistematizador da metodologia contextualista. Buscando estruturar uma síntese entre a filosofia da história de R. G. Collingwood e a filosofia da linguagem do “segundo” Ludwig Wittgenstein e J. L. Austin, Skinner se insurge contra a que denomina abordagem “textualista” (Leo Strauss, Arthur Lovejoy e John Plamenatz, dentre outros), cujo procedimento padrão consistiria em “ler e reler” dado texto até chegar a uma correta compreensão de seu significado. Tal *modus operandi* tem como premissa o fato do texto ser autônomo ao contexto de seu surgimento, redundando na ideia de que determinados textos - dignos de interesse por parte do historiador - sejam dotados de ideias e aplicabilidade universais.

Esta abordagem se fundaria em “mitologias”, cuja característica em comum reside na constituição de interpretações “anacrônicas”, nas quais se atribui a certo autor intenções e ideias cujos recursos linguísticos e expressivos nem existiam no contexto histórico de sua produção. Além dos “textualistas”, Quentin Skinner também censura as modalidades do contextualismo que, ao buscar a compreensão de um texto, privilegiam o contexto social em detrimento do contexto linguístico. Assim, o contextualismo sociológico (“marxismo” e Lewis Namier, famoso historiador britânico da primeira metade do século passado com ampla obra publicada na área da história intelectual) confunde a determinação causal de uma ideia e sua compreensão propriamente dita, dois procedimentos intelectuais bastante diversos.

Skinner não nega a importância das condições socioeconômicas e sua relevância para a compreensão de um determinado texto. Porém, a acentuação unilateral do contexto social impede de perceber o fato de que este possa estar dotado de concepções valorativas, linguísticas e intenções simultânea e completamente diferentes. Em resumo: “Para Skinner, a alternativa tanto ao textualismo quanto ao contextualismo sociológico reside na recuperação da tradição intencionalista da filosofia da história e na aplicação de seus princípios na elaboração de uma metodologia voltada para a interpretação de textos” (SILVA, 2020, p. 305).

Palonen (2001, p. 196) inicia seu trabalho retomando a afirmação comum de que Max Weber é considerado um representante do “nacionalismo” alemão. Tal ideia é questionada, tendo como fio condutor a análise, em termos retóricos, das mudanças conceituais relacionadas ao “nacionalismo” de Weber. O autor tem como premissa uma perspectiva estritamente nominalista: por conseguinte, os conceitos se dão com base na forma como os agentes sociais os utilizam. Daí ele recusar a discussão essencialista, isto é, se Max Weber era ou não “realmente” um nacionalista, além de negligenciar o debate sobre o que se entende, em geral, por “nacionalismo”.

A relação de Max Weber com o “nacionalismo” é uma grande oportunidade para o estudo da mudança conceitual nos textos de um único pensador. O interesse do comentarista se restringe ao horizonte conceitual e ao modo como o sociólogo alemão manifesta em suas obras. A alusão aos eventos históricos serve apenas como pano de fundo para a compreensão da mutação do conceito. A “verdade” das concepções defendidas fica em suspenso: “Como Quentin Skinner escreve sobre as crenças de Maquiavel nos exércitos mercenários, perguntar pela ‘verdade’ dessas crenças ‘será algo análogo a perguntar se o rei da França é careca’.” (PALONEN, 2001, p. 197, aspas no original).

Na perspectiva conceitual adotada por Kari Palonen (2001, p. 197), a classificação dos trabalhos de Max Weber em “acadêmicos” e “polêmicos” é totalmente desprovida de sentido. Os escritos acerca da democracia, do voto, dos poderes concernentes à figura do presidente, etc. são utilizados como fontes basilares para o entendimento de sua teorização política. Para o intérprete finlandês, Weber não se adapta ao vocabulário corrente da época. Ao contrário, realiza novas diferenciações, introduzindo revisões no vocabulário ou mesmo no significado de

determinados conceitos. Aos olhos do comentarista, suas observações sobre o “nacionalismo” se tornam mais bem compreensíveis apenas no instante em que são conectadas ao estilo nominalista de formação dos conceitos.

Palonen (2001, p. 197) parte daquilo que denomina “retórica de identificação”, com base em duas linhas de análise. Em primeiro lugar, focaliza a palestra inaugural proferida em 1895 na universidade de Freiburg. Num segundo momento, centra suas energias num discurso feito no mês de dezembro do ano de 1918. De acordo com o intérprete finlandês, no discurso inaugural de Freiburg, Max Weber efetua um tipo de confissão, declarando-se um “nacionalista econômico”. Nas palavras do comentarista, esta parece ser a única passagem dos trabalhos publicados onde se evidencia um compromisso com o “nacionalismo” de qualquer espécie. As transformações no seu pensamento político, bem como suas relações com a política alemã devem ser entendidas como ocasiões para uma mudança conceitual a esse respeito. Palonen revela, com surpresa, um fragmento de discurso proferido na cidade de Wiesbaden em 5 de dezembro de 1918, onde ele defende uma política “antinacionalista” – porém “nacional” – para a Alemanha derrotada na Primeira Guerra Mundial.

Diante disso, Palonen (2001, p. 198) coloca duas questões: a) Weber efetivamente abandonou sua identidade como ‘nacionalista’, aderindo a uma concepção ‘nacional antinacionalista’? b) por que Weber mudou de ideia? Com base nos termos de Quentin Skinner, a mudança da relação para com o conceito é devida a uma mudança no “quadro de referência” do conceito de nacionalismo, ou uma mutação na sua “atitude” com relação a ele, independentemente de uma mudança no conceito de “nacionalismo”? No que toca à primeira questão, o intérprete finlandês permanece convicto de que a nova formulação é sintomática de uma nova relação de Weber no que tange ao conceito de nacionalismo.

Kari Palonen (2001, p. 199) resgata o movimento inicial na controvérsia atual acerca dos escritos de Max Weber, efetivado por Wolfgang Mommsen, cuja crítica foi endossada por Raymond Aron. Diferentemente da reputação liberal-democrática que então gozava na Alemanha com o final da Segunda Guerra, ambos insistiram na perspectiva segundo a qual Weber era um nacionalista. Mommsen traz uma citação de Theodor Heuss (ex-colega de Weber no Partido Democrático Alemão – DDP, posteriormente primeiro Presidente da República Federal da Alemanha), onde este afirma ter sido Max Weber um “nacionalista em todos os instintos”.

Ademais, Mommsen diz que tal opinião foi minimamente justificada pelo tom do discurso inaugural de Freiburg, onde Weber conscientemente se declara um “nacionalista econômico”. Palonen (2001, p. 199) diverge desta interpretação: embora Mommsen cite suas próprias palavras, há um julgamento deveras precipitado, pois ele não atenta ao modo como tais palavras são utilizadas. Na argumentação do comentarista finlandês, o fato de Max Weber declarar-se “nacionalista econômico” não pode simplesmente ser entendido como uma inclusão no conceito mais amplo de “nacionalista”.

Ao contrário, tal designação traz em si uma diferenciação da identificação “nacionalista” não qualificada. O conteúdo das afirmações de Mommsen acerca do nacionalismo de Weber é matizado, na medida em que ele reconhece tanto a especificidade quanto as mutações históricas no conceito de nação na obra do sociólogo alemão. Conforme Palonen (2001, p. 199), Mommsen conclui que Max Weber não questiona a validade do ideal nacional: ele teria sido um prisioneiro de sua época.

Todavia, sustenta Palonen (2001, p. 199) que Mommsen não efetiva distinção alguma entre “nacional” e “nacionalista”, algo realizado pelo próprio Max Weber. Além disso, não dá a devida atenção às passagens onde esta diferenciação é mais bem explicitada. Para o conjunto dos autores que defendem a tese de um Weber nacionalista, as perspectivas por ele defendidas são avaliadas sem questionar a sua concepção de nacionalismo. O mesmo ocorre com a retórica de sua defesa nos textos de Weber. No caso de Wolfgang Mommsen isso não é uma surpresa, pois a história programática dos conceitos sequer havia sido esboçada durante o final dos anos 1950, bem como ainda não haviam sinais da “virada retórica” na historiografia.

Palonen (2001, p. 200) traz nomes de relevo que contestam a interpretação de Wolfgang Mommsen, que via na nação o valor supremo e o objetivo primordial da teoria política weberiana. O primeiro deles é o de Wilhelm Hennis, que percebia, ao contrário de Mommsen, o papel da nação como a marca dos destinos da ordem da vida, mas sem um compromisso teleológico ou normativo. Hennis não se refere, de modo explícito, ao “nacionalismo econômico” de Weber. Mesmo assim, aos olhos do comentarista finlandês, ele percebeu o ponto principal da formulação de Max Weber, isto é, o controle político dos critérios econômicos em nome da razão de Estado. Este controle se torna necessário, tendo em vista o objetivo “cultural” mais amplo de

melhorar o modo de vida em cada país. Todavia, tal interpretação ainda é insuficiente para compreender os seus elementos conceituais e retóricos. Seu distanciamento com relação ao “nacionalismo” permanece sem ser analisado.

Em oposição aos argumentos de Raymond Aron – cujas teses corroboram a interpretação fornecida por Mommsen –, Palonen (2001, p. 200) traz a discussão entabulada pela intelectual francesa Catherine Colliot-Thélène. Ela nega que o “nacionalismo” do jovem Weber fora uma adoção irrefletida da ideologia dominante no período guilhermino de finais do século XIX na Alemanha. Para a autora, tal posição deveria ser entendida com base numa perspectiva nietzschiana. Assim, o poder nacional não era algo desejável em si mesmo, mas serviria como um meio a serviço da grandeza do ser humano. Contudo, também não há referência alguma por parte de Colliot-Thélène ao “nacionalismo econômico”:

Em resumo, as revisões dos pontos de vista de Weber não questionam seu “nacionalismo”, mas enfatizam as peculiaridades e as mudanças históricas em seu “nacionalismo”. Elas forneceram evidências textuais e contextuais contra a visão recebida, mas, a fim de melhor compreender as fórmulas weberianas citadas no início e as diferenças históricas entre elas, uma análise conceitual e retórica mais detalhada ainda está por ser feita (PALONEN, 2001, p. 201, aspas no original).

De acordo com Palonen (2001, p. 201) o nacionalismo econômico de Max Weber não é simplesmente uma política protecionista. Ao contrário, tratava-se, de modo esquemático, da defesa de um controle do desenvolvimento econômico através de meios políticos. Contudo, a primazia do político nas análises econômicas (tal como concebido por ele) também buscava superar os limites dos estreitos interesses econômicos particulares dos *Junkers* prussianos, defendendo um critério político mais amplo, isto é, vinculado aos interesses de poder da nação ou por razões de Estado.

Neste sentido, os interesses privados da classe *Junker* não levavam em conta os interesses políticos da Alemanha, tanto nas suas relações com a Rússia quanto no que tange às demais potências europeias. Assim, a concepção de razões de Estado em Weber se referia ao modo como ele entendia a política europeia, ou seja, na forma de um equilíbrio entre as grandes potências continentais. Nos anos 1890, percebia como a posição da Alemanha enquanto grande potência mundial estava ameaçada, sobretudo devido à política interna e, em especial, por conta da sua subordinação aos interesses particulares da aristocracia fundiária prussiana. Por conseguinte, o caráter “nacional” do Estado alemão não era um critério de valor e

sim uma condição histórica para desempenhar o papel de grande potência no final do século retrasado.

Palonen (2001, p. 202) questiona até que ponto um intelectual como Max Weber poderia ter se tornado um “anti-nacionalista nacional”. Sua análise desta problemática tem como base um olhar minucioso acerca do vocabulário nacional de Weber no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial. Desse modo, Wolfgang Mommsen não hesita em declarar os “elementos nacionalistas” quando analisa os discursos acerca da fundação do Partido Democrático Alemão e da campanha para a Assembleia Constituinte em janeiro de 1919. Portanto, Mommsen não percebeu redução alguma do “nacionalismo” nos escritos após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Além disso, não percebe as nuances nas formulações, as quais seriam importantes para compreender as mudanças aparentemente pequenas em seu horizonte conceitual.

Um modo de análise do “nacionalismo” presente na obra weberiana é focalizar suas re-descrições retóricas, quer dizer, as expressões que por vezes são utilizadas como sinônimos de nacionalismo, mas são dotadas de conotações normativas distintas. Palonen (2001, pp. 202-3) toma o exemplo do termo “chauvinismo”: se compararmos o vocabulário nos anos 1890 com o do pós-guerra, o papel do chauvinismo é completamente diferente. Na década de 1890, Weber se refere uma única vez ao “chauvinismo” (entre aspas) com o objetivo de evitar objeções óbvias à sua concepção de política ‘nacional’, especialmente com relação ao território alemão ao leste do rio Elba.

Para Kari Palonen (2001, p. 203), Weber percebeu então nitidamente que a defesa de uma “política nacional” foi equivocadamente acusada de “chauvinismo”. Aqui, estamos diante de um argumento defensivo. Porém, nos seus trabalhos escritos após a Primeira Guerra Mundial, ele próprio em diversas oportunidades transformou o “chauvinismo” numa descrição das prováveis e perigosas consequências que ameaçavam a Alemanha, caso esta não fosse tratada de maneira “honrosa” durante as negociações de paz.

A referência a uma Alemanha irredenta é interpretada por Mommsen como uma prova do crescente nacionalismo de Max Weber após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Portanto, Weber se refere ao termo irredenta em duas situações. Na primeira delas, utiliza-se do vocábulo “nacionalismo” com uma conotação até certo ponto positiva, num contexto imaginário de defesa do

irredentismo alemão no leste, contra a dominação estrangeira. Neste momento, “nacionalismo” faz menção a uma espécie de defesa das razões de Estado da Alemanha, como contraposição ao tipo de “nacionalismo” efetivado pelas organizações estudantis protomilitaristas.

O nacionalismo destas últimas era uma simples questão de opinião, ao passo que uma orientação de valor “nacionalista” sóbria durante o pós-guerra exigia assumir a responsabilidade por uma política consolidada e o conjunto de suas consequências. Com o fim da guerra Weber foi consciente e paulatinamente afastando o conceito “nacional” de conceitos próximos, com os quais se encontrava frequentemente associado.

Fundamentado em dois escritos dos anos de 1918 e 1919 – onde Max Weber defende a renúncia completa de sonhos imperialistas e adoção de um ideal de nacionalidade puramente autônomo, em conjunto com uma política estrangeira nacional, mas não de tipo imperialista – Palonen (2001, p. 204) argumenta que o termo “nacional” é agora utilizado como um contraponto ao conceito de “imperialista”. Assim, não somente o “nacionalismo” é distinguido de suas variantes “comprometidas”. Ele dá um passo adiante em sua reformulação retórica, pois substitui a oposição “nacional *versus* imperialista” pela diferenciação entre “nacional” e “nacionalista”.

Ademais, Max Weber realiza outra contraposição entre “nacional” e “imperialista” no artigo sobre a forma futura do Estado alemão, escrito na mesma época do discurso proferido em Wiesbaden. Nele, comenta sobre as novas “tarefas”, dentre elas a renúncia aos sonhos imperialistas, o que, sustenta Palonen, é mais uma comprovação de que em seus trabalhos pós-guerra há um esforço em distinguir entre “nacional” e “nacionalista”. Daí sua argumentação central, assentada numa mudança real e significativa no horizonte conceitual de Weber, que foi de um rebuscado “nacionalismo” nos anos 1890 para um afastamento da utilização deste conceito no período de 1918-19:

Estas expressões tornam totalmente plausível que Weber realmente poderia defender uma política ‘anti-nacionalista’. Em outras palavras, a atenção à retórica e ao vocabulário indicam que a atribuição do título de ‘nacionalismo’ por parte de Mommsen aos escritos pós-guerra de Weber é contrária ao próprio uso de Weber (PALONEN, 2001, p. 204, aspas no original).

Palonen (2001, p. 207) enfatiza que em *Economia e Sociedade*, o aspecto central do capítulo que versa sobre a nação enquanto comunidade política em

particular, é bastante ilustrativo e conta com contra-exemplos históricos aos autores que pretendem elaborar um conceito definido deste fenômeno. De acordo com o autor finlandês, o conceito de “nação” pode ser entendido enquanto a expectativa de que alguns grupos constituam um sentimento específico de solidariedade com relação a outros grupos.

Desta feita, o conceito pertence à esfera dos valores. Tal “definição” minimalista coloca o conceito de nação como uma questão de valor. Enquanto conceito analítico, “nação” se restringe a uma provável chance de um sentimento de solidariedade, podendo ser entendido como um “conceito descritivo-avaliativo”. Aqui, novamente, se fundamenta nas contribuições de Quentin Skinner. Isso porque sua conotação normativa implícita é utilizada para encobrir o vazio do conteúdo comum entre aqueles que se apropriam deste conceito: “[...] o próprio Weber, apesar de seu compromisso contínuo com o ‘valor’ da nação, se distancia do ‘nacionalismo’.” (PALONEN, 2001, p. 207, aspas no original).

Argumenta Kari Palonen (2001, pp. 207-208) que, como muitos intelectuais alemães da época, Weber havia demonstrado, num primeiro instante, certo entusiasmo com a conflagração da guerra. Serviu voluntariamente por um ano como diretor administrativo de um hospital militar. Contudo, do outono de 1915 até o final da Primeira Guerra Mundial, ele escreve diversos materiais onde critica os objetivos expansionistas do Estado alemão, além de defender energicamente a democratização do voto na região da Prússia.

Portanto, o compromisso com um “ponto de vista nacional” continua sendo fundamental nos escritos de Max Weber durante a guerra. Ao mesmo tempo, os perigos inerentes ao nacionalismo precisavam ser entendidos como uma derivação da democratização; já antes da guerra, teve o cuidado de não se definir como “nacionalista”, além de seus trabalhos neste período não foram sinônimos de uma mudança em seu vocabulário anterior. Para Kari Palonen (2001, pp. 208-209), podemos supor dois motivos distintos para este posicionamento. Em primeiro lugar, os “nacionalistas” mais enfáticos eram partidários de uma política extremista, da qual Weber foi um opositor contumaz.

Tratava-se de uma proposta permeada por elementos racistas, chauvinistas, expansionistas e antisemitas. Qualquer defensor de uma política “nacional” naquele contexto deveria recusar com veemência o apoio a esse tipo de projeto político. Em segundo lugar e, principalmente, há o seu estilo de formulação conceitual específico.

Max Weber era um nominalista estrito, isto é, rejeitava qualquer conceito coletivista, substancialista ou essencialista. A “nação” se baseia na expectativa da disposição de determinadas oportunidades de solidariedade. Nestes termos, a “nação” era um conceito marcadamente contingente, de modo que defender um “nacionalismo” obscureceria tal caráter:

Se observarmos de perto sua conceituação da nação em *Wirtschaft und Gesellschaft* [*Economia e Sociedade* – RVS], ela se baseia na expectativa de um sentimento de solidariedade. Como outros conceitos de expectativa, ela deve ser entendida em termos de *Chancen* [chances – RVS], que é um conceito chave para Weber (PALONEN, 2001, p. 209, itálicos no original).

Por conseguinte, a relação de Max Weber com o “nacionalismo” caminhou no sentido da utilização deste conceito num sentido mais restrito. Tal mudança permitiu, ademais, romper o elo entre “nação” e “nacionalismo”, algo que ele pressupôs nos anos 1890. A discussão entabulada deixa em aberto a questão de se é possível ou não afirmar uma mutação no aspecto normativo no que toca ao “nacionalismo”, independente das mudanças neste conceito. Segundo o comentarista finlandês, a resposta desta pergunta não pode negligenciar certos vínculos entre “nação” e “nacionalismo”.

Logo, o conceito de nação na obra de Weber não se distingue completamente de sua concepção de Estado. Prova disso, sustenta o autor, é que tanto no discurso inaugural de Freiburg quanto nos escritos posteriores ele se utiliza expressamente do conceito de Estado Nacional, apesar de que “também problematize, senão desconstrua” (PALONEN, 2001, p. 210) a relação entre ambos em *Economia e Sociedade*.

O argumento de Palonen (2001, p. 210) é que os pontos de vista defendidos por Max Weber ultrapassavam a visão dominante acerca da “Razão de Estado” em favor da nação, conduzindo a uma série de reformulações. Deste modo, sua concepção acerca da autonomia cultural no interior de um Estado federal é expressão de um movimento no sentido de fornecer a primazia do Estado. Ademais, nos seus escritos durante a Primeira Guerra Mundial, a nação parece novamente ganhar proeminência sobre o Estado, muito embora neste momento estivesse depurada de seus elementos populistas e nacionalistas extremados. Por último, sua defesa de uma política “antinacionalista” após a derrota alemã na guerra parece significar uma renovada ênfase no Estado, enquanto o elo principal, que cumpre um papel ativo na competição entre as grandes potências mundiais.

No entanto, a afirmação das tarefas da Alemanha enquanto um Estado poderoso conduz Palonen (2001, p. 210) a sustentar a prioridade da nação em toda a trajetória intelectual de Weber. Isso porque, em última instância, o fio condutor de suas análises é a luta política entre os grandes poderes. Os posicionamentos de Max Weber com o final da Primeira Guerra Mundial – tais como sua rejeição ao Tratado de Versalhes – estão relacionados com a ameaça da hegemonia de uma das grandes potências econômicas sobre as demais, o que aboliria o equilíbrio então vigente.

O comentarista finlandês ressalta que, diferentemente de outros conceitos de valor weberianos (Poder e Estado, por exemplo), “Nação” permaneceu como um invólucro quase mítico, dotado de um valor positivo. Além disso, Palonen sustenta que Weber manteve este valor, ignorando as possibilidades específicas inerentes à dissolução nominalista deste conceito:

Não é o destino da Alemanha, mas a presença de uma pluralidade de ‘potências’ na política mundial que é a principal inquietação de Weber após a Primeira Guerra Mundial. [...] Neste sentido, a mudança relativamente marginal no nível das atitudes faz com se justifique chamar Weber, embora não um ‘nacionalista’, um apologista do Estado-nação no concerto das grandes potências (PALONEN, 2001, p. 210, aspas no original).

A concepção de Max Weber enquanto um “nacionalista” permanece hegemônica não somente na literatura especializada na sua obra, mas também através daquilo que Kari Palonen (2001, p. 210) chama de uma leitura “impressionista” dos trabalhos do sociólogo alemão.

O comentarista finlandês realiza uma interpretação que revisa os pontos de vista de Weber, centrando suas energias numa descrição sistemática de seu arcabouço conceitual e retórica, em conjunto com a percepção das mutações conceituais durante a sua trajetória intelectual.

Neste sentido, interpretar Weber enquanto um teórico nominalista, ou seja, que repensa a política a partir da contingência operativa das chances/oportunidades permite tornar inteligível o abismo entre os conceitos de “nação” e “nacionalismo”.

Ademais, dá as condições de possibilidade para levantar a questão de se, no fim das contas, o comprometimento com a “nação” – ou com a “Alemanha” – permanece uma crença de Max Weber, equivocadamente adaptada à perspectiva nominalista de política e ação por ele defendida.

Assim, ao passo que a chamada história programática se preocupa particularmente com os estudos macroscópicos, baseados em materiais extensos, o

estudo de Palonen (2001, p. 211) indica que a focalização nas mutações conceituais pode ser uma alternativa frente às representações convencionais da história das ideias, inclusive no momento de analisar as mutações de curto prazo na utilização política dos conceitos.

Finalizando o primeiro capítulo, traremos um balanço das tendências sumariamente apresentadas. Este será feito a partir de trabalhos mais recentes, nos quais estão incorporados os avanços contemporâneos trazidos pela publicação das obras completas de Max Weber no idioma alemão.

2.4. Balanço das correntes interpretativas do pensamento político de Max Weber

Passados mais de sessenta anos da primeira publicação da obra de Mommsen (que possui o mérito inigualável de discutir os aspectos políticos do pensamento de Weber de forma pioneira), quase cinquenta anos do trabalho de Beetham e pouco mais de vinte anos desde o texto de Palonen, um elemento fundamental para entender a relação entre pontos fundamentais nas controvérsias envolvendo a sociologia política de Max Weber é analisar o processo de recepção de sua obra – em específico seu pensamento político – especialmente em solo alemão.

Obviamente que isso não anula a necessidade de estudar, em especial no idioma original, o conjunto da obra de Max Weber. Tal tarefa foi recentemente tornada possível com a finalização da *MWG (Max Weber Gesamtausgabe)*, cujo primeiro volume surgiu em 1984 e o último (num total de 47) número foi publicado em 2020. Tal procedimento nos ajuda a perceber os limites interpretativos da primeira vertente descrita, bem como os méritos das abordagens subsequentes. Nesse sentido, destaca Bruhns (2021, pp. 109-110) que “A recepção de Weber ocorreu de modo muito diferente de disciplina para disciplina, de espaço linguístico para espaço linguístico.”.

No caso da ciência política alemã, uma particularidade e ao mesmo tempo uma dificuldade pode ser encontrada: aqui se mesclam interpretações da teoria política de Max Weber com posicionamentos de natureza crítica acerca das posições, dos valores e dos ideias políticos do sociólogo de Heidelberg. Neste país, há uma história que alterna migração e re-emigração, perpassada por distintas

perspectivas no que toca ao pensamento de Weber, à construção da democracia na Alemanha e do próprio entendimento do ideal democrático. “Dito de outro modo: o olhar alemão (ocidental) sobre a dimensão política da obra de Weber foi influenciado durante longo tempo, em pontos essenciais, pela história alemã de 1933 a 1945” (BRUHNS, 2021, p. 110, parentêsis no original).

Com a ascensão do nazismo em 1933, houve um cerco total ao conjunto de intelectuais estudiosos ou defensores das posições de Weber no território alemão. Diversos cientistas que estudaram Max Weber durante a República de Weimar emigraram, em sua grande maioria, para os EUA. Boa parte não voltou após o final da Segunda Guerra Mundial:

Se for possível dizer para a Sociologia – com grande simplificação – que Weber retornou à Alemanha após o fim da Guerra, o mesmo não vale, na mesma medida para a ciência política. Na República de Weimar, ela existia nas universidades, mas ainda não como disciplina institucionalizada (BRUHNS, 2021, p. 111).

Bruhns (2021, p. 111) relembra Franz L. Neumann e sua contribuição para entender como os intelectuais alemães forçado ao exílio nos Estados Unidos contribuíram para consolidar uma tradição weberiana durante o regime nazista. Destarte, tornou-se característica da ciência social alemã o fato de haver virtualmente destruído Weber por meio de uma concentração exclusiva na discussão sobre sua metodologia: nem a sua exigência de estudos empíricos, nem a sua insistência na responsabilidade do intelectual para com a sociedade foram atendidas. Com a emergência da República Federal da Alemanha, a ciência política dos anos 1950 e 1960 deu a Max Weber um lugar meramente residual.

Relata Bruhns (2021, p. 113) que isso se deu por razões distintas: num primeiro momento, a própria ciência política ainda não havia desenvolvido o seu processo específico de divisão social do trabalho intelectual. Outro elemento decisivo foi o processo de reemergência do ideal democrático no país, com base numa fortíssima influência dos países vitoriosos da Segunda Guerra Mundial. Esta combinação de fatores fez com que a ciência política nascente fosse dotada de características eminentemente normativas. Ao lado disso, os intelectuais envolvidos neste processo eram, em realidade, muito mais influenciados pela tradição científica estadunidense do que pela tradição científica alemã.

Todavia, de modo geral e inicial, Weber foi alçado à categoria de uma das grandes personalidades intelectuais da história da recém-fundada república federal alemã. Theodor Heuss (primeiro presidente alemão) contribuiu sobremaneira com este processo, escrevendo um elogioso prefácio à segunda edição dos escritos políticos reunidos por Johannes Winckelmann no ano de 1958 e enviando seu texto em separado para cientistas e políticos ao redor do mundo, demonstrando o respeito que o então mandatário do país nutria por Max Weber:

Quase ao mesmo tempo, porém, e falando figurativamente, Max Weber foi derrubado de seu pedestal: de “maior acontecimento humano e científico dos alemães após a virada do século”, Segundo Theodor Heuss em uma carta ao chanceler Konrad Adenauer, Weber foi, pouco depois, transformado em uma figura fatídica da história alemã. Paradoxalmente, para isso contribuiu de modo decisiva o cientista alemão que nas décadas seguintes teria provavelmente o maior mérito no estudo científico aprofundado da obra de Weber e na iniciativa de uma edição crítica completa da obra weberiana, mais tarde conhecida como *MWG*: Wolfgang Mommsen (BRUHNS, 2021, pp. 113-114, aspas e itálicos no original).

Portanto, a reemergência da ciência política em território alemão é marcada por uma reviravolta nas interpretações então hegemônicas acerca do pensamento político de Max Weber. Esta tinha como fio condutor uma concepção filosófico-normativa, que percebia na obra do sociólogo de Heidelberg um metodólogo e radical defensor do “pluralismo de valores”. Outro empecilho foi a interpretação das posições políticas assumidas por Weber antes, no decorrer da Primeira Guerra Mundial e durante o processo que culminou com a Revolução Alemã. A luta intensa pela democratização do país, travada por Weber entre 1917 e 1919, foi ofuscada por uma interpretação específica de seu pensamento político cujo núcleo relacionava seu conceito de liderança – a partir da discussão sobre a democracia plebiscitária com ou sem líder – ao surgimento do nazismo:

A tacada decisiva ocorreu em 1959 com a publicação do livro de Wolfgang J. Mommsen sobre *Max Weber un die Deutsche Politik 1890-1920*: a tese de doutorado de um historiador de apenas 29 anos, bisneto de Theodor Mommsen, cujo filho, Ernst, fora amigo de Max Weber e se casara com sua irmã mais jovem, Clara. A ligação entre as famílias Weber e Mommsen abriu a Wolfgang Mommsen o acesso a diversas fontes, cartas, acima de tudo, até então não disponíveis. O estudo de Mommsen sobre o Weber político é, até hoje, insuperável. A crítica, acima de tudo daqueles que conheceram Weber, concentrou-se na interpretação de Wolfgang Mommsen a respeito da relação de Weber com a democracia. Em uma ciência política que se entendia normativamente como uma ciência da democracia, um Max Weber que, na guerra e na revolução, lutara de modo feroz pela democratização da Alemanha e contribuía significativamente para a elaboração da constituição da República de Weimar, paradoxalmente, não tinha lugar (BRUHNS, 2021, p. 114, itálicos no original).

Assim, a discussão estabelecida por Weber sobre a democracia foi interpretada de modo ambíguo. Isso porque Max Weber não via a democracia parlamentar mediante lentes filosóficas ou normativas. Antes, fundava-se em reflexões históricas sobre as formas de governo que poderiam fornecer à Alemanha os instrumentos para se posicionar nas disputas entre as demais potências da época. Do mesmo modo, a ideia central era garantir ao conjunto da cidadania o mínimo de participação e igualdade políticas. Outro elemento é que o invés de ser entendido como uma contribuição ao processo de democratização do país, o texto *Política como Vocação* foi lido especialmente “sob o aspecto da ética do ator político (ética da responsabilidade vs. ética das convicções) e da “vocação” (*Berufung*) para a profissão de político. Este ainda é o caso, na maior parte das vezes” (BRUHNS, 2021, p. 115, aspas, itálicos e parentêsis no original).

É apenas no início da década de 1960 que uma efetiva recepção da obra política de Max Weber se consolida nas ciências sociais e históricas da Alemanha. Neste contexto, não foram abordados, propriamente falando, os elementos fulcrais da discussão de Weber sobre a democracia parlamentar⁴. Antes, os debates giraram em torno do livro supracitado de Mommsen⁵, com base na crítica ao nacionalismo, ao imperialismo e à chamada teoria da democracia plebiscitária com liderança. Esta última teria sido elementar para jogar a população alemã no contexto intelectual propício à ditadura nazista. Por conseguinte, o sociólogo de Heidelberg era com frequência colocado na prateleira dos defensores do imperialismo e do nacionalismo:

Em uma sociedade que se via confrontada com a tarefa de superar o passado nacional-socialista, o foco no conceito de “democracia plebiscitária do líder” – que em toda a obra de Weber aparece uma única vez – fatalmente despertaria associações muito diferentes do que fora o caso em

⁴ “Também é notável que as ciências políticas – e que também a pesquisa sobre Weber, de modo geral – só muito tarde se interessou pelo significado que Max Weber, indiretamente, teve para importantes disposições da Constituição da República Federal da Alemanha. Por exemplo, na introdução do direito parlamentar de investigação, que Weber já havia proposto para a Constituição de Weimar” (BRUHNS, 2021, p. 118).

⁵“Wolfgang Mommsen teria assim formulado em seu livro: a doutrina weberiana da liderança carismática, conectada com sua formalização radical do sentido das instituições democráticas, teriam dado sua contribuição para “tornar o povo alemão internamente disposto à aclamação da liderança (*Führerstellung*) de Adolf Hitler.” (BRUHNS, 2021, p. 115, aspas e itálicos no original). Um pouco mais adiante, Hinnerk Bruhns (2021, p. 118) enfatiza que a leitura parcial e partidária de Weber acabou se revelando numa “leitura de segunda mão” de Mommsen. Ademais, a ideia de que Max Weber teria preparado culturalmente para o hitlerismo de modo algum é a tese central de *Max Weber und die deutsche Politik*, argumento combatido pelo próprio autor, como afirmamos no começo do presente capítulo.

1919. O mesmo vale para o conceito de nacionalismo. Na Alemanha ocidental, o confronto efetivo com o Nacional-Socialismo se instaurou somente no começo dos anos 1960. Isso não deixou de ter efeitos sobre a recepção de Weber que então se iniciava (BRUHNS, 2021, pp. 115-116, aspas no original).

Um exemplo notório deste processo foi o conjunto de embates e discussões no Congresso de Sociologia de Heidelberg, em 1964, no qual foram celebrados os 100 anos de nascimento de Weber. Neste evento, a obra política de Max Weber foi circunscrita à política institucional. Ademais, foi palco de leituras muito díspares do pensamento político de Weber; por um lado uma geração mais velha (que era marcada por divergências) e outra nova, amplamente marcada pelos traumas do regime nazista e da Segunda Guerra Mundial.

Dentre as apresentações, destaca-se a de Raymond Aron sobre “Max Weber e a Política do Poder”. Aron parte da tese de que o valor supremo ao qual Weber jurara fidelidade na política, seu deus – ou diabo – seria a grandeza da nação alemã, aduzindo que o uso do termo grandeza (*Grösse*) diz respeito ao poder, interesses e prestígio de poder no contexto da política mundial. Importante ressaltar que os desdobramentos da fala de Aron logo geraram diversas inflexões e divergências. Muitas delas fundadas numa interpretação completamente distinta do conceito de nação nos escritos weberianos, revelando uma contradição insolúvel na interpretação fornecida pelo renomado sociólogo francês:

Para nomear apenas um entre tantos argumentos interessantes, foi indicado por Hans Paul Bahrdt que a tese de que a nação seria para Weber o último e maior valor seria contraditória com sua análise científica do fenômeno ‘nação’ e do processo típico de desenvolvimento de comunidades étnicas. Em flagrante oposição ao nacionalismo do século 20, a origem comum – sem falar da homogeneidade racial – bem como a comunidade linguística estavam ausentes no conceito de nação de Weber. Para ele, nações são resultados de processos sociais e históricos⁶. Aqui seria possível, como complemento, introduzir o conceito weberiano, não mencionado nas discussões em Heidelberg, da nação como “comunidade política de destino”. Também se poderia indicar que Weber, em meio à guerra mundial estava definitivamente pronto – embora muito crítico e cético – a contemplar a possibilidade de uma liga de estados centro-europeus. Não se pode, portanto, falar que o estado nacional, para Weber, teria corporificado o “mais alto valor” ou mesmo um “estágio insuperável” no processo universal por ele observado [...] A interpretação de Aron termina, assim, em uma

⁶ “[...] os sentimentos de comunidade designados com o nome coletivo de “nacional” não são nada unívocos, mas podem ser nutridos a partir de fontes muito diversas: diferenças na estruturação social e econômica e na estrutura de dominação interna, com sua influência sobre os “costumes”, podem ter algum peso, mas não necessariamente o fazem – [...] lembranças políticas comuns, a confissão religiosa e, por fim, a comunidade de língua podem atuar como fontes, bem como, naturalmente, o *habitus* racialmente condicionado.” (WEBER, 1999, p. 277, aspas no original).

aporia: a teoria política de Weber e seu pensamento político seriam irreconciliáveis (BRUHNS, 2021, p. 117, aspas no original).

Portanto, a primeira vertente por nós descrita (Weber como um liberal nacionalista) padece das limitações acima descritas, explicadas pelo processo histórico alemão antes, durante e após experiências sociais bélicas e autoritárias que redundaram numa concepção normativa e filosófica de democracia. Esta última obscureceu o conjunto de esforços que o próprio Weber efetivou no que tange ao processo de democratização do país. Importante destacar que no bojo da *Max Weber Gesamtausgabe* a visão liberal de Weber voltou a se firmar na Alemanha. Os nomes mais importantes são Rainer Lepsius, Schluchter e o próprio Mommsen.

Neste ponto, a corrente subsequente (Weber como liberal-pluralista) por conta das especificidades da recepção de Weber na Grã-Bretanha e mundo anglófono – onde não havia um compromisso com a história política recente da Alemanha – traz o mérito de ressaltar a dimensão pluralista e internacional do liberalismo defendido por Weber. Fundamentado em ampla bibliografia especializada, Marcio de Carvalho (2022, pp. 128-130) comenta que a recepção da obra de Max Weber na Grã-Bretanha – e nos países de língua inglesa – foi relativamente proveitosa. No que toca à influência no interior da universidade, no início dos anos 1930 Morris Ginsberg, professor da *London School of Economics and Political Science* (LSE) trouxera a discussão do pensamento de Weber em suas aulas e textos.

Embora haja uma controvérsia no que diz respeito ao ano da primeira tradução de Weber no país, o certo é que nenhuma revisão de seus trabalhos em alemão foi realizada em revistas de ciências sociais britânicas durante sua vida. Em 1924 e 1925 aparecem os dois primeiros trabalhos de comentaristas e durante as décadas de 1930 e 1940 houve uma triagem circunscrita dos livros de Max Weber para tradução, o que ensejou uma recepção limitada de suas obras por um tempo considerável. As primeiras traduções datam de 1927 (Frank H. Knight, *General Economic History*) e 1930 (Talcott Parsons, *Protestant Ethic*). Até a segunda metade dos anos 1940, diante da falta de traduções, circularam textos de comentaristas dos escritos weberianos. No ano de 1947 Parsons e Henderson traduzem e publicam o primeiro volume de *Economia e Sociedade*:

Em 1948 há uma renovação em termos de traduções com a chegada da coletânea *From Max Weber* (1948), de **Hans H. Gerth** e **C. Wright Mills**. No ano seguinte, é publicada por **Edward Shils** e **Henry A. Finch** a tradução de três ensaios – dois dos quais foram publicados pela primeira vez em *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* em 1904 e 1905, e o terceiro em *Logos*, em 1917 – sobre objetividade, “neutralidade” ética e liberdade de valores com o título de *The Methodology of the Social Sciences*, de 1949. (CARVALHO, 2022, p. 129, itálicos, parêntesis e negritos no original).

Concluindo, as contribuições de Palonen demonstram, com base na evolução cronológica dos escritos de Max Weber, como o sociólogo de Heidelberg foi aos poucos depurando qualquer indicação linguística e valorativa com o nacionalismo de cunho imperialista. Além disso, Kari Palonen reconstitui a ausência de normatividade e o caráter típico-ideal, nominalista, dos conceitos weberianos: em especial os de nação e nacionalismo.

Por fim, é possível perceber no debate estrangeiro que buscamos sintetizar uma continuidade e uma descontinuidade no conjunto de autores trazidos. A continuidade reside na apreciação da obra de Max Weber enquanto expressão específica do período guilhermino *versus* a ideia de que a produção weberiana corresponda às preocupações das modernas sociedades de massas.

Tal dinâmica conduz a uma análise da tensão entre os aspectos liberais e nacionais do pensamento de Weber marcada pelo debate e revisões críticas dos argumentos pioneiros lançados por Wolfgang J. Mommsen e referendados por Raymond Aron, como evidenciado pelos ingleses David Beetham e Richard Bellamy. O caráter descontínuo se revela nas contribuições do século XXI: isso porque Kari Palonen desafia as noções consolidadas com base nas contribuições recentes da história do pensamento político, atualizando a discussão ainda em curso.

Feitas essas ponderações, passaremos ao mote de nosso trabalho: a concepção do liberalismo weberiano em Maurício Tragtenberg e José Guilherme Merquior. Antes disso, traremos uma sintética descritiva da biografia, orientação política e trajetória intelectual dos dois pensadores brasileiros.

3. TRAGTENBERG E MERQUIOR: DUAS TRAJETÓRIAS

Este brevíssimo capítulo tem como objetivo apresentar sumariamente aspectos de natureza biográfica, além de delinear de forma sucinta a orientação política e os aspectos basilares da produção intelectual de Maurício Tragtenberg e de José Guilherme Merquior. Tal esforço se justifica na medida em que reúne informações vitais para a compreensão do modo pelo qual os dois autores brasileiros elaboraram suas visões a respeito do pensamento político de Max Weber, bem como do liberalismo por ele defendido.

3.1. Maurício Tragtenberg: breve síntese biográfico-intelectual

Neste tópico iremos delinear aspectos sintéticos relativos à biografia e concepções político-metodológicas de Maurício Tragtenberg (Erexim, 4 de novembro de 1929 – São Paulo, 17 de novembro de 1998). Sua orientação política distinta da esmagadora maioria dos membros de sua classe social, somada ao autodidatismo, espírito contestador e acima de tudo, pela generosidade intelectual, o fez exercer enorme influência e respeito por parte de estudantes e colegas de profissão.

Contemporâneo de intelectuais como Antônio Cândido (o qual lhe convenceu a prestar vestibular e entrar na USP) e Francisco Weffort, além de amigo de outros futuros grandes nomes do pensamento social brasileiro e latino-americano, como Florestan Fernandes (quando ainda era garçom) e André Singer (quando era eletricitista). Filho de família camponesa e de origem judaica, Maurício morava com os avôs e a mãe, por conta da precoce morte de seu pai.

Muda-se jovem para Porto Alegre, onde frequenta até os primeiros anos do Ensino Fundamental (o antigo “primário”); inquieto e rebelde na infância, foi reprovado na aula de canto, pois fugia da sala para jogar bola ou então ir ao cinema. A família se muda para São Paulo e Tragtenberg (1999) retoma seus estudos e entra em contato com movimentos de jovens judeus com distintas posições políticas, passando a frequentar o Centro de Cultura Democrático, também de origem judaica.

Lá aprende muito cedo espanhol, hebraico e em especial o iídiche (língua germânica das comunidades judaicas da Europa central e oriental, baseada no alto-alemão do século XIV, com acréscimo de elementos hebraicos e eslavos) cujo domínio lhe proporcionou a entrar em contato com as obras de autores como Karl

Marx, Rosa Luxemburgo, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Franz Kafka, Fiódor Dostoievski, além dos textos dos bolcheviques e mencheviques.

É justamente desta forma que teve acesso aos autores contemporâneos críticos do leninismo. Como Maurício Tragtenberg (1981; 1986; 1988; 2006) comentará em obras específicas, o leninismo se consolida como interpretação dominante do marxismo a partir da tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917. Isso especialmente após o chamado processo de “bolchevização” dos partidos comunistas. No III Congresso da Internacional Comunista realizado em 1919, Lênin e os bolcheviques conseguem impor uma derrota sem precedentes ao movimento revolucionário mundial. Animados com a vitória do suposta “Gloriosa Revolução de Outubro”, a burocracia bolchevique defende que as diretrizes de Moscou deveriam ser seguidas por todos os PC’s do mundo, independentemente do contexto e da dinâmica das lutas de classes nestes países.

Filia-se ao Partido Comunista Brasileiro, o qual nasce sob o signo do bolchevismo. Contudo, é rapidamente expulso com base em um artigo que proibia ao militante contato direto ou indireto com trotskistas ou com a obra de Leon Trotsky, autor por ele lido e relido. Estuda por conta própria Marx e Lênin ao invés de se limitar às cartilhas do PCB. Fundamentalmente, a ruptura se dá por conta da divergência oriunda das diretrizes que emanavam do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) as quais propunham a aliança com a “burguesia progressista” contra o imperialismo estadunidense.

Com a ruptura com o PCB intensifica seu autodidatismo, frequentando o Centro de Cultura Social, de matiz anarquista e que seria importantíssimo em sua trajetória intelectual. Nessa época ia todos os dias ler o que lhe aprouvesse no gigantesco acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (“o melhor período de minha vida”: lia de oito a nove horas por dia). Frequentava a casa da Família Abramo (outra grande influência importante, em especial pelas indicações de livros e socialização de informações) e os cursos promovidos pelos intelectuais do Partido Socialista (próximo da intelectualidade e distante da classe trabalhadora), participando ativamente de diversos debates de distintas organizações políticas.

Atendendo convite insistente de Antônio Cândido, que lhe comentara a respeito de uma lei da época que garantia, através da apresentação e posterior aprovação de uma monografia, acesso universitário sem diploma escolar,

Tragtenberg é aprovado (o texto foi publicado sob o título *Planificação: Desafio do Século 20*: é a primeira obra do autor) e ingressa na esfera acadêmica.

Nela consolida e sistematiza, a partir dos anos 70, diversas obras (em especial *Burocracia e Ideologia*, tese de doutorado apresentada em 1973 e *Administração, Poder e Ideologia*, de 1980, produções específicas sobre o fenômeno burocrático e seus desdobramentos: a crítica demolidora das ideologias administrativas e dos mecanismos de integração e cooptação da classe trabalhadora são destaques nos dois trabalhos), livros, prefácios de livros, organização de coletâneas (destaque para *Marxismo Heterodoxo*, de 1981 que conta com textos introdutórios de Tragtenberg e apresenta pela primeira vez no país a obra de revolucionários críticos do bolchevismo, tais como Jan Wacław Makhański, Herman Gorter e Amadeo Bordiga) e artigos para revistas e jornais, dentre eles o jornal Notícias Populares (com a coluna *No Batente*), muito lido entre os membros da classe trabalhadora. Como destaca Viana:

Dentre seus interesses intelectuais, algumas temáticas foram basilares de seu pensamento. A questão da burocracia, desde sua monografia de aspiração à entrada na USP, passando por sua fase doutoral, e diversas obras, sempre foi uma constante. O estudo da burocracia tinha como grande influência o sociólogo Max Weber, mas também Marx, Bakunin e vários outros estavam envolvidos em suas reflexões sobre o fenômeno burocrático. A questão da autogestão também foi uma das mais permanentes em sua produção e reflexão, ou seja, a negação da burocracia também foi foco de seus estudos. Porém, neste caso também ia além do simples “objeto de estudo”; tratava-se, também, de opção política, expressa magistralmente na sua obra Reflexões sobre o Socialismo. As lutas dos trabalhadores, a autonomia e auto-organização do proletariado e campesinato foram uma preocupação constante, tal como se pode perceber em sua produção intelectual. (VIANA, 2008, p. 66, aspas no original).

Com relação às questões de método, como o próprio processo histórico de vida evidencia, Tragtenberg foi um crítico contumaz dos regimes de capitalismo de Estado no Leste Europeu, além de um defensor intransigente das formas de auto-organização dos trabalhadores, combatendo e denunciando de modo implacável o papel contrarrevolucionário de partidos políticos e sindicatos.

Declarava-se um “marxista anarquizante” (TRAGTENBERG, 2012); ou seja, concordava com as teses econômicas e sociais de Marx, mas se opunha ao chamado “marxismo-leninismo” em todas as suas vertentes (trotskista, maoísta, stalinista), além de resgatar e divulgar o pensamento libertário (é de sua organização uma coletânea do anarquista russo Kropotkin), efetivando a necessária crítica ao dogmatismo, tanto dos pretensos “marxistas” quanto de muitos anarquistas.

A este respeito, cumpre destacar o artigo Marx/Bakunin, no qual Maurício Tragtenberg (2012) sai em defesa do primeiro, ao rejeitar as acusações de autoritarismo feitas pelo segundo no contexto da Primeira AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) e denunciando o centralismo existente nas organizações secretas fundadas pelo anarquista russo.

É simpático ao comunismo de conselhos (tendência revolucionária do movimento operário que criticou contemporaneamente o bolchevismo, demonstrando sua natureza capitalista e burocrática) e identifica a tendência das lutas operárias à burocratização, com a ressalva de que a classe trabalhadora reage a tal processo ao criar novas organizações, horizontais, igualitárias e com caráter de associação (as quais historicamente tomam a forma de conselhos operários, comitês de fábrica e de greve, abolindo a divisão social do trabalho entre dirigentes e executantes) e em sua dinâmica conformam o esboço de novas relações sociais, configurando-se no embrião da futura sociedade:

O que corrói o capitalismo é a criação dessas organizações, pois elas negam o verticalismo dos organismos existentes, seja o Estado, o partido ou o sindicato. Estes são despojados de sua finalidade de controle da mão-de-obra através da ação direta dos trabalhadores. Por mediação das instituições criadas no processo político-social, a classe operária possui a autogestão das lutas, ficando, portanto, a decisão e a execução em mãos dos trabalhadores. Assim, socialismo é entendido aqui como o regime onde a autogestão operária extingue o Estado como órgão separado e acima da sociedade, elimina o administrador dirigente da empresa em nome do capital e, ao mesmo tempo, elimina o intermediário político, isto é, o político profissional. (TRAGTENBERG, 1986, p. 10).

Outra preocupação fundamental que permeará as obras de Maurício Tragtenberg é a questão da educação e seu papel na sociedade burguesa, bem como suas possibilidades quando do desenvolvimento do processo de luta revolucionária: no capitalismo, o sistema de educação tem como principal objetivo adequar os indivíduos ao processo de produção e reprodução de mercadorias, além de possuir competências que o adaptem às mudanças no seio desta sociedade.

Neste sentido, há a constituição de uma burocracia escolar e pedagógica, que garante a burocratização de todo o processo educacional. Contudo, Tragtenberg ressalta que o processo de educação tende a expressa não somente a burocracia e a dominação; em momentos históricos de avanço das lutas sociais, há o desenvolvimento de formas de crítica e alternativas frente à educação capitalista.

Por conta disso, Tragtenberg (1982) irá se dedicar ao estudo das experiências históricas da chamada pedagogia libertária (também denominada autogestão pedagógica), em oposição à pedagogia burocrática. Desta feita, a

análise da obra de Francisco Ferrer e a luta pela autogestão pedagógica na Espanha durante o período da Guerra Civil (1936-1939) contra o ditador Franco são exemplos da necessidade de combater e ao mesmo tempo superar a educação imposta pelo modo de produção capitalista.

Deste modo, o conflito entre o projeto revolucionário e a manutenção do *status quo* se coloca também no plano educacional, uma vez que a escola não se limita apenas ao papel de reprodução do conjunto das relações sociais capitalistas. A auto-organização das classes e grupos sociais explorados dentro do ambiente escolar fornece o aumento das possibilidades de questionamento e a busca de projetos alternativos ao modelo escolar, os quais estão em consonância com o fim último que é a superação revolucionária da sociedade burguesa.

Neste sentido, a universidade não produz apenas o intelectual porta-voz dos interesses de classe da burguesia, cuja finalidade é ocultar os antagonismos sociais e reforçar a hegemonia do capital ao naturalizar as relações sociais dominantes. Há também o intelectual crítico, o qual em momentos históricos de acirramento e radicalização dos conflitos representa de modo legítimo os interesses históricos das classes inferiores e setores contestadores.

Em sua análise dos regimes ditos “comunistas” presentes no Leste Europeu, bem como sua retomada do pensamento original de Marx a respeito do Estado – um instrumento de dominação de classe e regularização das relações sociais capitalistas – Tragtenberg (1988; 1989) fundamenta sua crítica aos partidos políticos e sindicatos. As duas organizações reproduzem a divisão social do trabalho em sua dinâmica, sendo dirigidas por minorias que não representam o conjunto da população trabalhadora, beneficiando unicamente os dirigentes e mantendo os operários domesticados na linha de produção. Já o chamado “socialismo real” existente na ex-URSS e que ainda vigora em poucos países do globo (China, Cuba, Vietnã, Coreia do Norte), nada mais é do que um capitalismo de Estado, que mantém a exploração e alienação.

Como destaca Nildo Viana (2008), Maurício Tragtenberg foi um profundo e original estudioso e pesquisador da burocracia e da autogestão, além do processo educacional e das experiências históricas da classe trabalhadora. Em resumo, os pontos fundamentais do seu pensamento se estruturam em torno da negação da burocracia (em todas as suas formas) e da afirmação da autogestão como alternativa necessária. A autogestão se desenvolve nos momentos em que a classe

operária e demais setores dominados rompem com os intermediários em sua luta direta contra o Estado e o capital.

Acima de tudo, Tragtenberg não foi um simples sociólogo “de gabinete”. Ele não separava de modo fantástico sua existência individual numa sociedade permeada por contradições, repressão e desumanização do trabalho acadêmico, conhecido pelo estudo frio e aparentemente “neutro” do conjunto das relações sociais. Tomou parte dos conflitos de seu tempo, abandonando o conservadorismo reinante na esfera acadêmica e se diferenciando de milhares de colegas de profissão, os quais se ocupam unicamente com a universidade e seu destino profissional.

3.2. José Guilherme Merquior: breve síntese biográfico-intelectual

Filho de Danilo Merquior e Maria Alves Merquior, José Guilherme Alves Merquior nasceu no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro no dia 22 de abril de 1941, em uma família de classe média sem vocação intelectual. Mais velho de quatro filhos do casal, impressionou desde cedo pela inteligência fora do comum. Quando se pergunta aos parentes sobre a personalidade de Merquior, a resposta inevitável é a seguinte: alguém extremamente devotado à leitura. Com 15 anos volta da primeira viagem a Paris, com uma mala repleta de livros e o busto pesado de Voltaire, um de seus ídolos.

Merquior não era afeito à prática de esportes, saía pouco de casa e nunca teve muita habilidade com atividades manuais. Faleceu aos 49 anos, em virtude de um câncer no intestino, em 7 de janeiro de 1991, na cidade de Nova York. Casou-se, no ano de 1963, com Hilda (colega de escola um ano mais velha, leitora e colaboradora intelectual do marido, falecida em 3 de junho de 2019, aos 79 anos), sua primeira namorada e com a qual viveu dos 16 anos até o leito de morte. Desta união nasceram os dois filhos do casal: Pedro (morto num acidente de moto em 2004 no México) e Julia.

Autor de obras profundas nos mais variados campos do saber e grande erudito, ao longo de sua vida exerceu as carreiras de crítico literário, diplomata, ensaísta, cientista político e sociólogo, além de haver ingressado na Academia

Brasileira de Letras. Sua produção intelectual é marcada pela amplitude: da crítica literária à filosofia, à sociologia e à ciência política, passando pela crítica à psicanálise e trabalhos sobre relações internacionais. O fio condutor de seu pensamento é racionalismo, calcado numa defesa enfática do liberalismo e na crítica ao marxismo, ao formalismo estético e à psicanálise – consideradas por Merquior expressões do irracionalismo, isto é, de uma antiga patologia do pensamento ocidental. Escrevia em Inglês e Francês com fluência igual à demonstrada no idioma Português.

Foi reconhecido como um dos grandes nomes do pensamento social no Brasil e no mundo. Desde muito cedo mostrava grandioso empenho para o estudo e uma acurada inteligência: logo aos 18 anos passa a publicar artigos numa coluna no Jornal do Brasil. A formação intelectual e a carreira na universidade foram excepcionais, como o demonstram os títulos precoces de Merquior. A começar pelo licenciamento em Filosofia no Rio de Janeiro em 1962, seguido do bacharelado em Direito no ano seguinte. Também em 1963, contando com apenas 22 anos, conclui o curso de preparação à carreira diplomática.

De 1966 até 1970, figura como aluno titular do Seminário de Antropologia do Collège de France. Em 1972, doutora-se em Letras pela Universidade de Paris e em 1978 realiza PhD em sociologia pela London School of Economics and Political Science, com orientação de Ernest Gellner. No ano de 1979, termina o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco: passa em primeiro lugar para o cargo de diplomata. Nesta última profissão, atuou em cidades como Bonn, Londres, Paris e Montevidéu, tendo sido embaixador no México e representante permanente do Brasil junto à UNESCO.

Enquanto docente, ministrou cursos no Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro, no ano de 1963. Em 1976, trabalhou no curso de História da Literatura Brasileira na Universidade do Ar e, neste mesmo ano, na pós-graduação em modernismo brasileiro na Universidade Nova de Lisboa. Em 1981, ministra aula no curso de Estética Contemporânea na Universidade de Montevidéu. Somado a isso, fez conferências sobre Arte, Literatura, Filosofia, Sociologia, Semiologia e História da Civilização em várias universidades brasileiras.

Participou de vários eventos de natureza cultural no Brasil e no resto do mundo. Inicia sua frutífera carreira como escritor no ano de 1965, com a obra *Razão do Poema*. Dividido em duas partes – crítica e estética –, traça uma revisão do modernismo brasileiro e reflete sobre as promessas e impasses da arte moderna. Quatro anos depois lança um estudo pioneiro no Brasil e no mundo, *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin - Ensaio crítico sobre a Escola Neo-Hegeliana de Frankfurt*, analisando as ideias da chamada Escola de Frankfurt a partir de uma apresentação crítica dos autores e uma discussão sobre as contribuições e limites destes no que toca à compreensão da criação estética na contemporaneidade.

No ano de 1972 publica *A Astúcia da Mímesis e Saudade de Carnaval*. Em 1976 é publicado *Verso Universo em Drummond*, sua tese doctoral aprovada com louvor pela Universidade de Sorbonne. Aqui, Merquior faz uma ampla análise dos versos de Carlos Drummond de Andrade, focalizando o conjunto de temas que, em certo período, ilustrou a obra do poeta mineiro nascido na cidade de Itabira. Um ano depois lança *A Estética de Lévi-Strauss*, derivada de uma comunicação oral ao seminário conjunto de antropologia social, dirigido por Claude Lévi-Strauss, exposta por Merquior em 1969.

Elogiado pelo famoso antropólogo estruturalista francês, o livro vai além da apresentação das ideias do destacado representante intelectual do estruturalismo, buscando trazer elementos de suas concepções sobre a estética, teoria da arte e teoria do conhecimento. Sobre a evolução intelectual de Merquior, nos valem das palavras de Kaio Felipe:

Ao longo de sua trajetória intelectual, Merquior gradualmente mudou sua visão de mundo, embora tenha mantido sua preocupação com a crise da cultura moderna. Em sua juventude, simpatizava com o estruturalismo francês – principalmente com Lévi-Strauss (1908-2009) – e com a crítica cultural da Escola de Frankfurt. A principal obra desse período é o ensaio *Saudades do Carnaval – Introdução à crise da cultura* (1972), na qual o diagnóstico da modernidade oscila entre uma visão decadentista da cultura [...] e uma tímida aposta na revalorização da participação política e no potencial construtivo da crítica cultural. A partir da segunda metade da década de 1970, entretanto, José Guilherme se afastou dessas influências: passou a considerar que tanto os estruturalistas (e pós-estruturalistas) quanto o marxismo ocidental partiam de dois pressupostos equivocados [a rejeição da modernidade, da ciência e seu pessimismo na crítica cultural, ausente de análise concreta – RVS] (FELIPE, 2018, pp. 131-132, itálicos e parêntesis no original).

Entre os anos de 1980 a 1983 publica os seguintes livros: *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade* (1980); *As ideias e as formas* (1981); *A natureza do processo* (1982); *O argumento liberal* (1983) e *O elixir do apocalipse* (1983). Dois anos depois, Merquior (1985) lança *Foucault – ou o niilismo de cátedra*, onde avalia criticamente a figura intelectual e a totalidade dos escritos de Michel Foucault, um dos mais prestigiados representantes do pensamento social francês e contemporâneo, que foi do estruturalismo ao pós-estruturalismo. Merquior faz o exame minucioso de cada um dos trabalhos de Foucault, ressaltando a inexatidão com que os dados históricos são tratados na maioria deles. Da mesma forma, tenta entender o projeto foucaultiano, seus pontos altos e sua pertinência.

A próxima publicação foi *O Marxismo Ocidental*. Neste livro, José Guilherme Merquior (1987) discorre sobre um conjunto de intelectuais progressistas críticos (mais ou menos contundentes) do chamado socialismo autoritário, cuja discussão da teoria marxista focalizou-se antes na questão cultural do que na concernente à dinâmica do modo de produção capitalista. Resgatando Hegel, Marx, Lukács, Gramsci, os frankfurtianos e pensadores próximos do marxismo como Louis Althusser e Jean-Paul Sartre, José Guilherme Merquior sustenta que a crítica cultural empreendida por esta variedade de autores foi, com variações de grau, abstrata e generalizante. Também em 1986 publica *De Praga a Paris: uma crítica do pensamento estruturalista e pós-estruturalista*. Em 1991 é lançado *Liberalismo: antigo e moderno*, último livro de Merquior.

Em parceria com o também membro da Academia Brasileira de Letras, o economista, diplomata, professor e político profissional matogrossense Roberto Campos trabalhou no governo de Fernando Collor de Mello, contribuindo na redação do discurso de posse. Ademais, ajudou na elaboração das diretrizes gerais do “social liberalismo”, nome dado por Collor à sua política liberal com objetivos sociais. Quando da eleição de Collor, foi convidado pelo Presidente da República para o cargo de Ministro da Cultura, o qual recusou.

No que toca ao elemento cultural, presente nas reflexões de José Guilherme Merquior ao longo de sua vasta obra, o diplomata e ensaísta se definia como um anarquista em cultura. Numa entrevista concedida ao jornalista Caio Túlio Costa para o suplemento literário Folhetim do jornal Folha de São Paulo em 12 de dezembro de 1986, o autor brasileiro explicita melhor sua posição, traçando um

quadro que ilustra bem o caráter heterogêneo, fragmentado e conflituoso da cultura nas sociedades ocidentais modernas se comparado à homogênea e harmoniosa cultura presente nas sociedades tradicionais.

É interessante perceber a influência do pensamento de Max Weber. Nesta mesma entrevista, vale notar, José Guilherme Merquior se utiliza de Max Weber e suas contribuições acerca do processo de burocratização dos partidos políticos quando comenta o cenário político-institucional brasileiro daquele ano (1986). Em especial, da temática do politeísmo dos valores nas culturas ocidentais marcadas pelo processo de racionalização de dominação do mundo desenvolvida pelo sociólogo de Heidelberg:

Pode-se afirmar que nas sociedades tradicionais havia um ideal de homogeneidade cultural, como norma central. Na sociedade moderna, ao contrário, essa pauta de valores se fragmenta e vira um verdadeiro prisma, isto é, os indivíduos na sua diversidade, os grupos sociais na sua diversidade, não só modulam mas reinterpretam livremente os valores sociais, propõem valores sociais distintos, heterogêneos, em muitos casos até conflitantes, e, não obstante a sociedade é capaz de conviver com esse conflito e essa heterogeneidade. O velho Weber [Max Weber] chamava isso de politeísmo dos valores e não via nisso uma coisa negativa. Não nos cabe esmurrar a realidade histórica. O politeísmo dos valores está aí. É um dado da sociedade moderna. [...] Então, a partir desse dado básico eu acho que o que chamei, talvez um pouco pitorescamente de posição anárquica no plano cultural é o pleno reconhecimento de que você vive num mundo em que ciência, arte, isto é, produção estética – até mesmo sob certo ponto de vista moral em comportamento – são coisas submetidas a revisões muito rápidas, a mudanças não menos rápidas e a uma flexibilidade muito grande, conforme esse prisma caleidoscópico de valores sociais que caracteriza a alma da sociedade moderna. A alma da sociedade moderna é por definição essa coisa fragmentada, prismática (MERQUIOR, 1986, p. 5).

Com relação aos eixos que estruturam o pensamento de José Guilherme Merquior, Sérgio Paulo Rouanet (2014, p. 360) elenca os três principais: a política, o homem e a arte. Neste conjunto de preocupações e reflexões, Merquior toma partido pelo progresso e pela modernidade, rejeitando o formalismo estético, o marxismo e o freudismo. Sua defesa apaixonada da razão, aliada à defesa da democracia enquanto valor universal e sua convicção racionalista irão levá-lo a considerar o freudismo, o marxismo e o formalismo estético como expressão de tendências irracionais.

O formalismo estético é rejeitado, uma vez que as vanguardas pós-modernas efetuam o elogio da arte pela arte, abandonando qualquer compromisso com o ser humano e sendo marcadas pelo reacionarismo social. Cria-se uma antinomia entre modernismo e modernidade, que redundará na incapacidade de os

intelectuais sustentarem o legado democrático e secular da Revolução Francesa e do Iluminismo.

Ainda segundo Rouanet (2014, p. 361), o autor brasileiro reconhece a principal contribuição histórica de Marx, isto é, a síntese entre o industrialismo de Henry Saint-Simon e a disposição revolucionária dos primeiros comunistas. Todavia, produziu-se uma politização da economia, na qual a subordinação da estrutura econômica ao poder de Estado culminou num despotismo marcado pela ineficiência e pelo totalitarismo.

Tal ideia estaria em germe em Marx e teve seu cume com o regime bolchevique; portanto, na pena de José Guilherme Merquior os escritos originais do fundador do marxismo teriam como desdobramento histórico necessário os eventos que culminaram na tomada do poder estatal por Lênin e os bolcheviques (cujo ápice fora o dogmatismo da vulgata stalinista). Em relação à psicanálise, esta é rejeitada pela ausência da prova racional e empírica, o que lhe nega o estatuto de ciência. Desta feita, a grandeza do ser humano consiste na sua consciência, razão pela qual relegar a quase totalidade da vida psíquica do indivíduo ao inconsciente era inaceitável aos olhos de Merquior.

Finalizando este tópico, cumpre mencionar que recentemente, em 2015, a editora É Realizações lançou o minidocumentário "José Guilherme Merquior - Paixão pela Razão". A pré-estreia foi realizada na Academia Brasileira de Letras. O material é estruturado da seguinte forma: num primeiro momento, focaliza-se o traço biográfico determinante do percurso intelectual de José Guilherme Merquior, ou seja, sua precocidade nos mais variados aspectos (intelectual, profissional e existencial); num segundo instante, temos como foco o que pode ser considerado o fio condutor de vastíssima obra: a convicção, profunda e decidida, na defesa da ideia de razão. O minidocumentário ainda contém os testemunhos de intelectuais amigos como Alberto da Costa e Silva, Bolívar Lamounier, Celso Lafer, José Mario Pereira, Nélida Piñon e João Cezar de Castro Rocha, além do depoimento da filha, Júlia Merquior.

No ano passado, por ocasião dos oitenta anos de nascimento de José Guilherme Merquior, foram realizados eventos em homenagem. No dia 22 de abril de 2021, dia do nascimento do autor, o Livres (uma associação civil sem fins lucrativos, que atua como movimento político suprapartidário e defende o liberalismo) fez uma *live* reunindo depoimentos até então inéditos de amigos do

pensador brasileiro. O evento contou com a participação de sua filha, Júlia Merquior, e um grande painel mediado pelo embaixador Paulo Roberto de Almeida com participações de Bolívar Lamounier, Celso Lafer, Gelson Fonseca e Persio Arida.

Nos dias 17 e 18 de junho de 2021, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (fflch/USP) realizou o Seminário "80 Anos de José Guilherme Merquior - Trajetória, pensamento e debates". Contando com a participação de diversos intelectuais e pesquisadores brasileiros que investigam a obra e o pensamento de José Guilherme Merquior, dentre estes: Ricardo Musse, João Cezar de Castro Rocha, Kaio Felipe, Claudio Ribeiro, Eduardo Maia e Paulo Henrique Cassimiro e Lidiane Rodrigues, o evento enfocou debates acerca da questão da cultura, do liberalismo e do pensamento crítico moderno na obra de Merquior.

Após esta sucinta apresentação biográfico-intelectual dos dois autores, iremos nos dedicar à exposição dos fundamentos das interpretações que ambos fornecem ao pensamento político de Max Weber. Iniciaremos o próximo capítulo com a discussão entabulada por José Guilherme Merquior para, no capítulo que encerra o presente trabalho, trazer a concepção elaborada por Maurício Tragtenberg.

4. A INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE MAX WEBER POR MERQUIOR

Neste capítulo apresentaremos a interpretação realizada por José Guilherme Merquior sobre o pensamento político de Max Weber. Num primeiro momento, iremos reconstituir a discussão exposta na obra *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*, na qual o escritor brasileiro se dedica a uma análise minuciosa da teoria da legitimidade do sociólogo de Heidelberg, enfatizando o componente da crença. Em seguida, traremos os pontos essenciais do livro *O Liberalismo: antigo e moderno*, no qual se encontra a visão merquiorana da doutrina liberal e, no interior desta, a defesa de Weber enquanto representante alemão do liberalismo conservador.

4.1. *Rousseau e Weber*: sobre a questão da legitimidade

Passadas as ligeiras considerações de natureza biográfica e relativas à trajetória intelectual de José Guilherme Merquior, iniciaremos a incursão acerca dos elementos principais de sua obra nos quais o pensamento político de Max Weber é submetido à análise, interpretação e crítica. Portanto, focalizaremos, nesta seção do trabalho, o livro *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*, cujo texto original data de 1978 e se trata de uma tese para PhD em sociologia política. Por conta dos objetivos, iremos nos concentrar nas partes da obra que versam sobre a questão da legitimidade para, a partir disso, enumerar os pontos fundamentais da teoria da legitimidade em Max Weber aos olhos de Merquior.

Logo no prefácio, Merquior (1980, pp. XI) afirma não enxergar contradição no reconhecimento da grandeza do pensamento de Max Weber nos variados aspectos de sua produção intelectual e na percepção de que há uma carência democrática na teoria da legitimidade do sociólogo alemão. Reforça sua argumentação valendo-se da resenha publicada por Wolfgang J. Mommsen na revista britânica *Government and Opposition*, onde qualifica o estudo como um livro verdadeiramente notável, dotado de um estudo fascinante e bastante informativo. Mommsen endossa a tese de Merquior segundo a qual a concepção de Weber sobre a legitimidade enxerga o fenômeno sob a ótica dos governantes – e não dos

governados –, e, por conseguinte, esvazia completamente o escopo conceitual da democracia.

Ademais, Mommsen concorda com o empreendimento do ensaísta brasileiro de utilizar Max Weber para ir além de seu ponto de vista, por meio da elaboração do conceito de burocracia carismática. Por último, o autor de *Max Weber und die Deutsche Politik* enfatiza o fato de a pesquisa de Merquior estar em debate constante com o debate então contemporâneo na ciência política e na ciência social. Merquior (1980, p. XVII) destaca que a preocupação básica do livro é a luta entre burocratismo e democracia participatória: confessa que a segunda fora por demais idealizada na época da primeira publicação da obra (no ano de 1980), ao lado de ecos do maio de 1968. Sobre as motivações ideológicas, fundamenta-se na atualidade da antítese própria das sociedades ibéricas entre interesse geral e particularismo.

O objetivo principal de Merquior (1980, p. 1) é analisar e expor a teoria da legitimidade em dois aspectos diversos: a filosofia política de Jean-Jacques Rousseau e a sociologia de Max Weber. A questão da legitimidade se encontra no cerne das preocupações relativas ao valor e à natureza da sociedade moderna. Trata-se de um dos problemas fulcrais da cultura política, onde o que está em disputa é a validade das formas de poder. A legitimidade tornou-se uma questão fundamental no interior da teoria social contemporânea. O mote do ensaísta brasileiro é contribuir com a história da construção do conceito de legitimidade, por meio do estudo da obra de dois intelectuais clássicos e influentes na sua análise.

Merquior (1980, p. 1) reforça que há um abismo entre as concepções de Rousseau e Weber no tocante ao fenômeno da legitimidade, o que, todavia, fornece uma perspectiva ilustrativa acerca deste conceito. Em realidade, os dois pensadores podem ser entendidos enquanto representantes máximos de duas formas distintas de abordar a questão da legitimidade: se Weber a entende do ponto de vista da crença, Rousseau a concebe do ponto de vista do poder. Avança sua discussão conceitual sobre a legitimidade, buscando resgatar as origens desta na história do desenvolvimento das sociedades antigas. Neste sentido, detecta que a teoria da legitimidade é originária da filosofia do direito. Em Roma, Cícero distingue entre inimigos legítimos e inimigos ilegítimos, bem como usa dos termos *potestas legitima* e *legitimum imperium* para se referir aos ocupantes legais no exercício do poder. Já na chamada Idade Média, a expressão *legitimitas* surge como equivalente àquilo que

está conforme os costumes (ao invés da conformidade legal). Do mesmo modo, o conceito de legitimidade neste período se aproxima de forma decisiva da experiência do poder.

Numa palavra, o surgimento do conceito de legitimidade como problema político é produto do esfacelamento do regime de governo direto no mundo antigo. Sua atribuição é em grande parte devida à suplantação da democracia direta grega (centrada na *Ágora*) e do governo dos tiranos pessoais pelas autoridades imperiais. Assim, tanto a filosofia quanto o direito do medievo estabeleceram a noção de legitimidade enquanto qualidade de direito ao governo. Da mesma forma, inauguraram a concepção segundo a qual o consentimento é parte integrante do poder legítimo. Entre os primeiros filósofos modernos o *corpus* teórico juspolítico se manteria por meio da abordagem da problemática da validade das relações de poder. Merquior (1980, p. 3) ressalta as contribuições de Rousseau (com a doutrina do contrato social como expressão da vontade geral) e Montesquieu para a ideia de legitimidade. Entre os autores contemporâneos, o ensaísta brasileiro destaca duas vertentes em especial, as quais se centram no conceito de norma legítima. A primeira delas, cujo maior expoente fora o jusfilósofo austríaco Hans Kelsen, enfatiza a validade imanente às leis positivadas, opondo à ideia de “lei natural”. A segunda corrente, encabeçada pelo magistrado e filósofo do direito britânico Herbert Hart, opta por um positivismo moderado, permitindo uma interface entre lei e ética.

Embora a elevação da legitimidade ao estatuto de problemática eminentemente sociológica tenha sido obra de Max Weber, Merquior (1980, pp. 10-11) adverte para a emergência da percepção dos problemas sociais, remetendo às contribuições dos autores iluministas. Comenta que a teoria social moderna se origina do iluminismo. Porém, frisa o pioneirismo da abordagem secularizada do poder efetivada por Nicolau Maquiavel, e as contribuições de Hobbes ao aplicar sua filosofia racionalista ao pensamento político (embora nenhum dos dois possa ser exatamente descrito como “teórico social”). Assim, os iluministas inauguram a teoria social, tendo como fio condutor as seguintes premissas: a) preocupação com os determinismos que afetam os processos sociais; b) lógica de pesquisa assentada nas contribuições de John Locke, a partir do “método histórico factual” em ciências humanas, em oposição às concepções essencialistas; c) a separação analítica entre “sociedade” e “estado”; d) o aceno à possibilidade de emancipação, na forma da crítica às instituições então vigentes e na desconfiança relativa à sua legitimidade.

Outrossim, o ensaísta brasileiro afirma que o legado do iluminismo é reconhecível na descoberta de que os problemas e males que acometem as sociedades são produtos de instituições criadas pelos seres humanos, passíveis de reformas mediante a intervenção crítica e racional, tornado a legitimidade um problema marcadamente social:

A teoria social “moderna” é, portanto, a abordagem crítica, e vocacionalmente científica, dos problemas sociais. [...] Por outro lado, entre Montesquieu e Weber, a teoria social *aprofunda* e *expande* a compreensão crítica do fenômeno da (i)legitimidade. Aprofunda essa compreensão ao tentar debater os fundamentos sociais dos padrões de autoridade política existentes (e reconhecidamente espúrios) ou ideais (e genuínos). Expande o conhecimento sobre a legitimidade ampliando a pesquisa sobre a legalidade de diversas práticas e instituições sociais, desvelando assim, à reflexão crítica, todo um conjunto de questões até então incontestadas, relativas aos sentimentos coletivos em relação à validade (MERQUIOR, 1980, p. 13, aspas, itálicos e parêntesis no original).

Na seção do livro denominada “Um perfil da Teoria da Legitimidade de Weber”, Merquior se dedica a elaborar uma síntese da teoria weberiana da legitimidade, com base no clássico *Economia e Sociedade*, cotejada com a discussão crítica travada por alguns dos autores então contemporâneos acerca da temática. A partir de um estudo rigoroso, o autor percebe como a discriminação das diversas modalidades de orientação da ação social conduz Max Weber à apresentação do conceito de validade enquanto uma obrigatoriedade fundada em sanções. Eis a razão pela qual o conceito de ordem legítima enfatiza a questão da crença. Todavia, a conexão conceitual entre a dimensão da legitimidade-crença e o conceito de validade (enquanto obrigatoriedade) não resolve o problema. Merquior busca exatamente “[...] *por quê*, para Weber, a validade, obrigatória em função de sanções externas, torna-se de repente obrigatória por uma razão totalmente diferente: a compulsão íntima.” (MERQUIOR, 1980, p. 101, itálicos no original).

Para o autor, tal mudança é exposta por Weber na distinção entre a ação derivada do interesse próprio e outra impulsionada por considerações acerca da legitimidade. Retoma a distinção entre um homem de negócios que ao fazer propaganda age em interesse próprio e o funcionário público rigorosamente assíduo agindo por medo das sanções impostas em caso contrário e sua relação com valores (posto que para Weber uma ação contrária afrontaria o senso de dever do funcionário, que para ele constitui um valor absoluto).

Ao fazê-lo, nota o esforço de Weber em construir como equivalente ao conceito de validade a submissão voluntária a um tipo de dominação legítima em virtude da pronta assunção de determinada ordem de poder. Entretanto, questiona

as motivações de Weber na distinção estrita entre comportamento legitimador e motivações utilitárias. Para tanto, focaliza em sua apresentação do primeiro capítulo de *Economia e Sociedade* a mescla entre o reconhecimento das motivações utilitárias na manutenção da ordem social e a resistência em aclamar tais motivações como fonte de validade.

De acordo com Merquior (1980, p. 102), quando Weber se esforça em estabelecer que a tarefa da sociologia é compreender e explicar a realidade empírica da semântica de validade na vida social, dificulta ainda mais a explicação de suas preferências pelo enobrecimento das origens da aceitação às autoridades estabelecidas. Em realidade, Max Weber se esforça em rechaçar quaisquer motivações para a manutenção da ordem social dotadas de um caráter nitidamente humano, em se tratando de atribuição da legitimidade. Admite, ademais, que a ordem social legítima possa ter como sustentáculo diversas motivações: lealdade emocional, fé em valores absolutos – religiosos ou não –, interesse próprio. Tais motivos estão plenamente de acordo com a tipologia das orientações da ação social, na medida em que se desconsidere a omissão à ação tradicional e a motivação do interesse próprio corresponde à ação racional com relação a fins.

Segundo o autor, Weber busca classificar as justificativas para a atribuição de validade de uma determinada ordem social, reforçando que se está diante de realidades culturais e não simplesmente psíquicas. Admite completamente a possibilidade e a probabilidade de a submissão ocorrer por uma infinidade de motivos, inclusive de ordem estritamente utilitária, mitigadas por condições sociais coercitivas: é o caso das referências ao cálculo racional das vantagens. Ademais, Merquior (1980, p. 103) comenta a admissão de outras tantas motivações extracrença (simulação hipócrita e oportunista de lealdade para satisfação de interesses materiais, fraqueza ou impotência dos indivíduos).

Contudo, a grande questão é que, em cada um dos casos, a justificativa da legitimidade e seu tipo seja entendida como “válida”. Nesta altura da exposição, Merquior resume assim seus argumentos, sublinhado que a análise de Weber da legitimidade minimiza e relega a um segundo plano as motivações utilitárias. Em outras palavras, as justificativas cunhadas por Max Weber para a legitimidade, mediante a elaboração dos tipos puros de dominação legítima, manifesta uma retórica do poder institucionalizado:

A sequência real do raciocínio de Weber parece levar ao ponto (a), correspondente à admissão de vários motivos possíveis para o acatamento da dominação, além da crença em sua legitimidade intrínseca, até (b), quando fica claro o intento de manter o foco analítico (dos diversos tipos de ordem legítima) *nas diferentes justificativas validadoras, como se o conteúdo dos ordenamentos dependentes destas justificativas correspondesse ao “teor máximo” de acatamento voluntário de uma determinada conduta*. Enfim, o raciocínio se move até (c), de modo a reforçar o contraste lógico entre (a) e (b), através da enumeração dos casos a respeito dos quais se possa falar em um “grau zero de legitimidade”; a saber, exemplos característicos pela completa ausência de qualquer crença na validade da ordem de poder, casos de poder indistintado, inteiramente ilegítimo. Enfatiza-se aí, *a contrario*, o componente voluntário no acatamento do governo legítimo (MERQUIOR, 1980, p. 105, parêntesis e itálicos no original).

O ensaísta brasileiro progride em sua exposição, centrando os esforços nos conceitos de poder e dominação. O poder pode ser entendido como probabilidade de um agente, no seio de uma relação social específica, estar em condições de realizar sua própria vontade, mesmo enfrentando resistências, independente do fundamento desta probabilidade. A dominação é definida enquanto a probabilidade de que uma ordem seja acatada por determinado número de indivíduos. A dominação exige disciplina, cujo conceito se refere à aceitação pronta e obediência automática a uma ordem dada: a disciplina, em geral, é imposta mediante um quadro administrado ou grupo organizado. Na interpretação de Merquior (1980, p. 106), o arcabouço conceitual poder-dominação-disciplina guarda relação com a diferenciação entre a ação social e a relação social: a dominação estaria para o poder assim como a relação social estaria para a ação social. Nos dois casos, o lapso temporal que torna possível a uniformidade é o valor acrescido aos conceitos de poder e de ação social.

Nesse sentido, a dominação pode ser entendida como um caso extremo de obrigação. Isso porque a aquiescência para com a autoridade vai além da conformidade com as regras estatuídas: os indivíduos sentem-se constrangidos ao efetivo cumprimento das ordens pessoais antes que a acatar regras impessoais. Se relações sociais como a lei e a convenção perfazem sistemas de regras obrigatórias, a dominação é sinônimo de um conjunto de atos obrigatórios. Merquior (1980, p. 107) retoma a definição de Max Weber da dominação legítima mediante a submissão voluntária aos sistemas de poder em cuja validade o agente social acredita. Num primeiro momento, a legitimidade se relaciona com uma relação de mando e obediência, fundada na crença de validade do acatamento. Na obediência,

os governados tendem a considerar o conteúdo das ordens dos governantes como o princípio máximo de suas ações.

Portanto, Max Weber faz a necessária distinção entre a dominação legítima enquanto relação social de poder e a dominação exercida no mercado, oriunda da superioridade econômica. Assim, embora não implique necessariamente a legitimidade, o poder – inclusive o poder político – é prenhe de dois padrões opostos: o poder econômico, que se fundamenta no interesse, e a autoridade, baseada na crença em sua legitimidade. Na pena do ensaísta brasileiro, Weber entende como elemento fulcral da caracterização da validade e da definição da legitimidade de um sistema de dominação o conjunto de justificativas apresentadas pelos governantes ao longo da história: “[...] não se interessa pela origem das configurações da legitimidade; concentra-se, ao invés, diretamente na sua *forma*” (MERQUIOR, 1980, p. 107). Dessa premissa emergem os famosos três tipos puros de dominação legítima: racional-legal (burocrática), tradicional e carismática.

De acordo com Merquior, a legitimidade vinculada à dominação racional-legal tem como critério de obediência a impessoalidade. Seu mote principal é o *corpus legal* e não a pessoa do detentor da autoridade, cujo caráter legítimo e poder de mando só efetivamente existem nos estritos termos da legislação vigente. Por outro lado, a autoridade carismática e a autoridade tradicional têm como sustentáculo para a obediência aspectos de natureza pessoal. Ao passo que a autoridade tradicional se fia nos costumes e tradições imemorais e arraigadas, o líder carismático goza de uma confiança que não se limita a tais características. Embora sendo pessoal, a dominação tradicional é condicionada mediante determinadas regras; o mesmo não ocorre com a dominação carismática. Merquior (1980, p. 108) reforça que os tipos ideais weberianos expressam mais princípios ideológicos do que processos psicológicos: trata-se, antes, de elaborar um conjunto de fundamentações lógicas para a submissão.

Merquior (1980, p. 108) retoma as discussões entabuladas por Raymond Aron sobre a similaridade entre os quatro tipos ideais de orientações para a ação social (ação social afetiva, ação social tradicional, ação social racional com relação a valores e ação social racional com relação a fins) e os três tipos puros de dominação legítima. Dessa forma, a ação afetiva corresponderia, grosso modo, à dominação carismática. Igualmente, a ação racional com relação a fins (Merquior define-a como “ação instrumental”) é próxima da dominação racional-legal, bem como a ação social

tradicional equipara-se à dominação tradicional. Nota o autor a percepção de Aron na falta de correspondência entre a ação social com relação a valores, devido à ausência de um tipo puro de dominação legítima.

Para preencher essa lacuna, Merquior (1980, p. 108) se arvora na abordagem fornecida por Wolfgang Mommsen. Na pena deste último, havendo impossibilidade de a racionalidade formal se legitimar por si mesma, surge a necessidade de determinada crença em valores substantivos integrar o papel de justificativa racional-legal para legitimidade operacionalizada por Max Weber. Mommsen limita tal argumentação, relacionado a ação social racional com relação a valores a apenas um tipo de dominação legal – aquele fundamentado no valor concedido ao direito natural.

O ensaísta brasileiro rememora o fato de Weber ser o primeiro a frisar que seus tipos ideais raramente se encontravam “em estado puro” na realidade histórica, sendo muito mais possível sua combinação. Do mesmo modo, em momento algum concede ares de progresso evolutivo unilinear às suas tipologias: antes, estaríamos diante de um padrão pendular, cujo fio condutor seria a tensão entre irrupções carismáticas e expansão burocrática. Ademais, os tipos ideais de Weber devem ser encarados como classificatórios, antes que exigente e eminentemente “teóricos”. Todavia, Max Weber entendia que as justificativas da legitimidade seriam as bases das reais distinções havidas na estrutura empírica da dominação, para além da especulação teórico-filosófica. Em resumo, cada um dos três tipos de justificativa para o exercício da autoridade remete a certo tipo de estado ou pelo menos determinadas instituições de governo.

Merquior (1980, p. 110) ressalta as três componentes basilares da fisionomia institucional das justificativas de legitimidade para Weber: a) a posição dos governantes; b) a posição dos governados; c) a posição do quadro administrativo do governo. Na dominação legal os governantes são meros superiores funcionais, havendo igualdade relativa do conjunto dos governados e o quadro administrativo sendo gerido pela burocracia. Na dominação tradicional os governantes figuram como senhores, os governados como súditos e o quadro administrativo é composto por servidores pessoais. Já na dominação carismática os governantes são líderes, os governados tornam-se liderados e o quadro administrativo se compõe do séquito dos liderados. Conquanto na sua sociologia histórica Weber perceba a alternância e mescla destes três tipos puros de dominação legítima, o ensaísta brasileiro não

titubeia ao enfatizar a importância primordial concedida ao conflito entre a burocracia e o carisma, dicotomia que perpassa a vida social, a obra do sociólogo alemão e particularmente sua discussão em torno da legitimidade:

Os verdadeiros protagonistas da tipologia weberiana da legitimidade são a burocracia, principal espécime de dominação racional-legal, e a liderança carismática. [...] Como a burocracia, o carisma não se restringe à esfera política. Profetas e messias religiosos, comandantes militares do tipo napoleônico, lideranças culturais como Stefan George, até mesmo *robber barons*, têm sido amiúde festejados como heróis carismáticos, exaltados pela irracional devoção heróica de seus entusiastas ou presumíveis imitadores. Assim como o burocratismo se impregna da impessoalidade cotidiana, o carisma se nutre do sentimento do extraordinário no contato vivo contato interpessoal. A burocracia é prosa seca; o carisma, arrebatado drama (MERQUIOR, 1980, p. 111, itálicos no original).

No entanto, Merquior (1980, p. 112) retoma alguns aspectos da teoria de Weber sobre o conceito de carisma, resgatando características por vezes negligenciadas e cuja importância é minimizada. A primeira delas é o esforço na conservação do caráter secular, esvaziado de valores e na prudência de Weber em não descambar para o culto do herói carismático. Em especial, Max Weber se apressa em entender a necessidade de cristalização institucional das explosões carismáticas, frisando sua efemeridade e buscando operacionalizá-la mediante o conceito de rotinização do carisma (ou sua “reinterpretação antiautoritária”).

Nesse sentido, a legitimidade carismática tende fortemente à dominação tradicional ou à dominação racional-legal. A história dos governos residualmente carismáticos dá margem para constatar antes a objetificação do que o efetivo desaparecimento do carisma – ainda que, nos termos weberianos, encontre-se “rotinizado”. Segundo Merquior, tal constatação emerge nos textos de Weber e evidencia sua ambivalência, diretamente vinculada com a tendência em encarar as tipologias políticas apartadas das demais dimensões dos sistemas sociais.

No que concerne ao papel da democracia representativa, Merquior (1980, p. 113) reconstitui o tratamento de Weber a esta forma de governo. Assim, em vez de ser encarada como uma eventual forma natural de dominação legal, a democracia de massas é entendida um como instrumento para seleção de lideranças pouco carismáticas e criativas, inserido num universo cada vez mais racionalizado sob a gestão da burocracia, cujo irresistível avanço não ia de encontro à forma democrática. A dicotomia entre democracia sem liderança (hegemonizada por políticos profissionais sem vocação e lideranças políticas sem carisma, dotadas de interesses materiais particulares) e democracia com liderança (onde surgiriam

líderes criativos, voluntariosos e cuja legitimidade se daria por meios plebiscitários) é trazida à tona. A constituição da noção de democracia plebiscitária tal qual exposta em *Economia e Sociedade* visa fundamentar a versão antiautoritária da dominação carismática.

Comentando sobre a problemática da legitimidade, ao lado dos descaminhos da democracia no pensamento político-sociológico de Weber à luz das transformações sociais e políticas da Alemanha guilhermina, seus desdobramentos com o weimarismo e a ascensão nazista, José Guilherme Merquior enfatiza o esvaziamento da concepção democrática (em especial na ausência de um relativo equilíbrio na correlação de forças entre governantes e governados) e o meio-termo entre convicções liberais e compromissos autoritários que cimentam o edifício teórico elaborado pelo sociólogo alemão:

No que toca à interpretação da tese de Weber, é completamente despropositado recordar como a *Führerdemokratie* conheceu outra evolução, bastante imprevista, treze anos após a morte de Weber – com consequências bem mais sombrias que os alegados males da racionalização. O esposamento por Weber de tal princípio (que ele conseguiu inscrever na constituição da república de Weimar – razoável consolo para seu fracasso como projeto de político) constitui na verdade uma intermediação entre o liberalismo e o autoritarismo – jamais, com certeza, um prefácio ao governo totalitário; tratava-se, pode-se dizer, de um gaullismo *avant la lettre*, mas não de um hitlerismo. Por isso, perfeitamente inútil será reforçar a cantilena sobre a ingenuidade do frouxo liberalismo alemão. Por outro lado, ao construir o conceito de dominação legal como “contraparte dialética” da liderança carismática, e ao erigir esta última em “arquetipo” de sua sociologia política, Weber não apenas se comprometeu com uma noção de legitimidade demasiadamente questionável, porque excessivamente *centrada no governante*, como privou sua sociologia de uma ideia de democracia mais equilibrada e abrangente (MERQUIOR, 1980, pp. 112-113, itálicos e parêntesis no original).

No capítulo intitulado “Breve Avaliação da Teoria Weberiana da Legitimidade”, Merquior se dedica a avaliar, de forma sintética, aquilo que considera como algumas das dificuldades conceituais e questionamentos de ordem empírica acerca da tipologia tripartite da legitimidade elaborada por Max Weber. Trata-se de um primeiro esforço de captar as limitações e a natureza das ideias de Weber a respeito da questão da legitimidade.

O conjunto das críticas e divergências conceituais no que toca aos três tipos de legitimidade de Max Weber focaliza as tipologias da legitimidade tradicional e da legitimidade carismática. Em comparação com a noção de dominação racional-legal (ou burocrática) as dissensões são bem menores. Trazendo os apontamentos de um conjunto de autores que se dedicaram à tarefa de diagnosticar as imprecisões

conceituais de Weber sobre a legitimidade, Merquior (1980, p. 116) enfatiza que a classificação elaborada pelo sociólogo alemão negligencia os motivos necessários para os governantes exercerem suas atividades de governança. Em verdade, sustenta o ensaísta brasileiro, Weber elenca as justificativas razoáveis o suficiente para ensejarem a submissão por parte do conjunto dos governados: sua tipologia lida com a ideologia ao invés da psicologia.

Quanto à autoridade tradicional, Merquior (1980, p. 116) traz a contribuição de Roderick Martin, para quem este tipo de legitimidade possui dois elementos: a) a sacralidade do passado e b) a reverência ao precedente estabelecido. O segundo destes é inseparável da dominação racional-legal; de todas as instâncias legitimadoras, aquelas consideradas obrigatórias derivam, em última análise, da legalidade e são ratificadas pela repetição. Neste último caso, a tradição se reduz à dominação legal.

Acerca da sacralidade – de qualquer ordem – afirma que esta pode ser resumida ao conjunto de fundamentos irracionais para a veneração e a reverência. O carisma, portanto, seria uma denominação deste tipo de fundamento vinculado à sacralidade do passado, embora minimizado (assim como o tradicionalismo) devido ao seu processo de institucionalização e rotinização. Contudo, há uma importante diferença quando da primeira irrupção carismática, em essência anti-institucional:

[...] a legitimidade tradicional definida por Weber pressupõe um teor razoável de institucionalização. Como modalidade da dominação legítima, a tradição, segundo Weber, ordena-se por regras – daí ser tão sobrecarregada de funções e cenários institucionais – tanto quanto a dominação legal. O carisma autêntico, entretanto, ao menos quando irrompe, é fundamentalmente “irregulado” e “imoldurável” pelas instituições existentes (MERQUIOR, 1980, pp. 117-118, *aspas no original*).

A dominação racional-legal já se rege por critérios de legitimidade de ordem impessoal. Weber enfatiza essa especificidade: ao passo que na dominação tradicional a obediência dos governados é pessoal – inclusive quando o vínculo é produto dos costumes estabelecidos – na dominação racional-legal a obediência é à lei vigente e, de modo subsidiário e instrumental, ao governante. Igualmente, a relação governante/norma é bastante distinta. Se na dominação tradicional os governantes efetivam uma mediação ativa entre seus súditos, nos sistemas fundados na dominação burocrática os governantes, hipoteticamente, estão apenas a serviço da lei: “a dominação tradicional ferve de laços pessoais; a autoridade legal não os reconhece” (MERQUIOR, 1980, p. 118).

Evidencia-se assim, um contraste entre os três tipos puros de dominação legítima. A autoridade tradicional, cuja submissão às regras por parte dos súditos é obtida pela suposta sacralidade (literal ou hereditária), fundada em costumes imemoriais, a dominação racional-legal, cuja autoridade se submete às regras mediante e exerce a dominação mediante o justificado cumprimento racional de uma ordem legal de natureza impessoal e, por fim, a oposição manifesta no tipo puro de dominação legítima fundado no carisma, liberado de quaisquer regulamentações e cujo exercício da autoridade é feito de forma totalmente pessoal, conforme sua natureza mais típica.

Apesar de Merquior (1980, p. 119) retomar a importante observação de que estamos diante de uma tipologia estritamente ideal, no caso da identificação empírica da legitimidade carismática os obstáculos são vários. Visando o exame de alguns destes, o autor sintetiza os principais pontos conceituais do carisma: I) caráter extraordinário, na origem mágico, de uma personalidade supostamente sobrenatural ou dotada de poderes excepcionais e que a coloca acima da rotina cotidiana; II) a confiança fideísta dos liderados, o que não significa a base da legitimidade carismática, mas, antes, se relaciona com um profundo senso de dever pelos crentes no carisma de um dado indivíduo; III) o sucesso à comunidade oriundo da adesão ao líder carismático; IV) a natureza profundamente emocional da comunidade carismática, desprovida de autoridades estabelecidas, sistemas jurídicos abstratos ou hierarquia; V) a essência irregulada, irracional, subversiva e destrutiva da dominação carismática; VI) tendência antiutilitária, que opõe a força carismática às ações econômicas, dando ao carisma o *status* de vocação genuína.

Segundo o ensaísta brasileiro, a base da legitimidade do carisma é a confiança emocional da coletividade numa personalidade excepcional, por assim dizer mágica. Este processo constitui uma submissão a uma forma irrestrita de dominação: em que pese determinada pela necessidade de sucesso, a confiança é sempre na origem a base de uma “missão” revolucionária e que visa subverter a dominação vigente.

Dialogando criticamente com a literatura especializada, Merquior (1980, pp. 121-125) expõe sua concepção acerca do carisma. O carisma é um tipo específico de autoridade, embora apresentado como uma das características da liderança. Acima de tudo, o carisma é algo de natureza eminentemente pessoal: a autoridade carismática transcende as pessoas, referindo-se a condições e funções. Já a

liderança diz respeito à distinção psicológica entre dominação e submissão, intimamente vinculada à situação de poder. Por outro prisma, a autoridade diz respeito à distinção sociológica entre superordenação e subordinação: na medida em que o carisma é entendido como dominação exercida por um líder, é erodida sua compreensão enquanto forma de dominação legítima, ou seja, um tipo específico de autoridade.

Na pena de Merquior (1980, p. 121), a concepção weberiana do carisma é tanto demasiadamente “psicológica” (as ironias em relação às aspas são do autor⁷) quanto insatisfatoriamente psicológica. Isso porque, ao mesmo tempo, trata o carisma como função de uma personalidade – ao invés do grupo – e negligencia o papel das determinações de natureza motivacional na manutenção destas estruturas da ação social, as quais assentam o carisma enquanto forma de dominação.

Igualmente, o pensador brasileiro questiona o elemento do sucesso na liderança carismática, também frágil em se tratando de comprovação empírica; entendido nestes termos, ele pouco se diferencia da existência de um líder inovador e eficiente. Ademais, o sucesso do líder carismático pode ser confundido com sua devoção fanática por parte do conjunto dos liderados. Neste ponto, Merquior afirma:

O que aparentemente está em jogo é o próprio *status* teórico do carisma. Pois se o carisma nada mais é do que o resultado do sucesso de uma liderança, então dificilmente se poderia considerá-lo com um tipo de dominação legítima, já que não haveria mais fundamento para a aceitação de certa ordem de poder (MERQUIOR, 1980, p. 121, itálicos no original).

Aos olhos de Merquior (1980, pp. 122-123) o carisma em Max Weber tem como forte característica o preconceito em favor do elemento voluntarista. Não oferece uma correlação equilibrada entre capacidade e oportunidades nas situações de poder e na vida social. O líder carismático não se presta a nenhuma regulação e se apresenta como um demiurgo da história, plasmando-a e hipostasiando a liberdade do governante enquanto indivíduo dotado de criatividade. O aspecto do sucesso faz do carisma weberiano algo contraditório e problemático, ausente do reconhecimento enquanto fonte de legitimidade. O carisma precisa do sucesso, embora não se alimente dele:

Em última instância, na *Weltanschauung* de Weber, a atuação do líder carismático nem se submete a regras nem a quaisquer *estruturas condicionantes*. Mas enquanto a primeira irrestrição soa como sólida

⁷ “Da maneira como se situa, a teoria weberiana do carisma é por um lado excessivamente “psicológica” e, ao mesmo tempo, insuficientemente psicológica” (MERQUIOR, 1980, p. 121, aspas no original).

observação descritiva (estabelecendo contraste com o governo “legal” ou tradicional), dificilmente pode ser dizer o mesmo da segunda. Mesmo considerada no nível pretendido, estritamente descritivo, a inefável magia do carisma pouco ajuda à caracterização dos processos de liderança, já que irrealisticamente enfatiza o poder *às custas da estrutura* (MERQUIOR, 1980, p. 123, itálicos, parêntesis e aspas no original).

Prossegue Merquior, comentado que o renovado combate à tradição presente na sociologia de Weber é acompanhado da baixíssima preocupação com seu próprio contexto histórico, relativo aos obstáculos e problemas inerentes à industrialização. Além disso, o sociólogo alemão torna o carisma uma de suas forças motrizes em sua concepção de mundo, opondo-o aos efeitos da burocratização irresistível, outro alvo recorrente das críticas de Max Weber:

A carismatologia representou sobretudo a máscara “vazia de valores” de uma melancólica celebração da liberdade, disfarçada como discurso científico proferido pelo “liberal desesperado” Max Weber. Poucos de seus conceitos são tão sobrecarregados daqueles comoventes, embora altamente questionáveis, pressupostos que compõem sua concepção da história, desencantada, sombria e maniqueísta (MERQUIOR, 1980, p. 125, aspas no original).

Merquior (1980, pp. 125-131) reconstitui os aspectos básicos da teoria da burocracia de Max Weber, visando enfatizar aspectos do processo de burocratização e tornar mais evidentes as questões levantadas acerca dos elementos conceituais e empíricos da tipologia weberiana da legitimidade. Inicialmente, informa que a burocracia é a materialização da dominação racional-legal.

Ao contrário do carisma – que é insubmisso a quaisquer regulamentações – a natureza da burocracia é agir conforme regras gerais e regramentos específicos, tanto ao nível do recrutamento de funcionários quanto da estipulação dos deveres e metas. Se antes o carisma parecia ser a única alternativa diante da tradição (e seu “passado eterno”), contemporaneamente a liderança carismática aparece, para Weber, como forma de conter o controle impessoal do irreversível e generalizante processo de burocratização.

A burocratização é a principal encarnação institucional do processo de racionalização específico do Ocidente, no qual a ação instrumental vai progressivamente se sobrepondo às demais orientações da ação social (afetiva, tradicional e racional com relação a valores). Retomando Weber, o ensaísta brasileiro comenta que o avanço da organização burocrática tem como motivo primordial a superioridade técnica sobre as demais formas organizacionais.

Portanto, a burocracia faz mais e melhor: com o crescimento populacional e das necessidades militares, em conjunto com o surgimento dos Estados Nacionais e a consolidação do processo de industrialização, temos o coroamento da burocratização nas atividades econômicas e na esfera governamental.

Considerada enquanto tipo ideal, a burocracia para Weber pode ser entendida em dois pontos fulcrais: a) uma estrutura hierárquica de autoridade; b) uma divisão do trabalho rigidamente definida. Neste último caso, temos a fixação de objetivos e a recompensa para a eficiência na atividade. O elemento hierárquico faz parte de todas as burocracias historicamente constituídas (desde a Antiguidade), ao passo que a característica racional é o traço que distingue a burocracia moderna das demais formas de burocracia. Nesse sentido, a burocracia racional é expressão da dominação “legal-racional”: a justificativa da legitimidade se refere a regras discursivamente analisáveis.

O capitalismo, enquanto principal responsável pelo incremento da atividade econômica eficiente, necessitava tanto de uma ordem racional-legal quanto de uma contabilidade igualmente racional. Assim, a racionalidade formal da moderna burocracia está umbilicalmente vinculada com o processo mais amplo de racionalização, que conduz a história cultural e a emergência da contemporaneidade para Max Weber:

Este tipo de *expertise* legal generalizada está bem no cerne do que Weber tinha em mente quando aludia com razoável frequência ao componente “racional” da administração moderna. Em última análise, na sua representação da burocracia, o conhecimento especializado das regras aparece com tanta importância quanto a eficiência técnica (MERQUIOR, 1980, p. 127, itálicos e aspas no original).

Merquior (1980, p. 130) alude ao debate sobre a burocracia no interior do pensamento social alemão de finais do século XIX, situando Weber entre os teóricos que travaram este debate no interior da *Verein für Sozialpolitik*. Max Weber, diferentemente da ala conservadora da *Verein* (notadamente Gustav von Schmoller) a qual considerava a burocracia algo neutro diante dos interesses classistas e partidários, funcionando como mecanismo de uma monarquia em favor do bem-estar nacional, concebia o fenômeno burocrático (em específico o aparato estatal) como um mero instrumento técnico. Foi um crítico acerbo do governo do funcionalismo público, combatendo a *Beamtenherrschaft*, entendida enquanto uma anomalia do Reich após o governo de Otto von Bismarck. Da mesma forma, Weber irá ver na

burocracia estatal a tendência ao exercício do poder como um fim em si, utilizando sua “neutralidade” para dissimular seus verdadeiros interesses materiais.

Ressalta que até em seus escritos políticos Max Weber percebia a consolidação de tendências antiliberais na sociedade moderna através do avanço irrefreável da burocracia, para além das questões de classe. Weber estava certo que o avanço burocrático, apesar de produzir um novo estrato social composto de indivíduos qualificados do ponto de vista educacional, era um meio de acelerar o processo de nivelamento das diferenças sociais por conta da destruição dos antigos privilégios. A obsessão de Weber para com o pessimismo cultural o fez retorquir o conceito de legitimidade legal-racional em detrimento da democracia e em favor da burocracia, conduzindo à concentração do poder:

Weber concede inteiramente que, assim como a burocracia, a democracia é consubstancial ao princípio da igualdade sob a lei e tende, além disso, a promover a eliminação do privilégio. A burocracia, entretanto, sempre concentra poder. [...] Na perspectiva francamente elitista de Weber, todo poder tende a se concentrar – e o poder burocrático tende a concentra-se em termos absolutos (MERQUIOR, 1980, p. 131).

Mesmo assim, Weber percebe na burocracia moderna a possibilidade de usurpação do poder político e seu exercício de forma particularmente perversa. O burocratismo é um problema, pois é sinônimo de exercício do poder ausente de qualquer responsabilidade política. Merquior retoma que para o sociólogo alemão a política autêntica está diretamente relacionada ao reconhecimento da luta entre valores opostos, implicando no embate entre a ética da responsabilidade e a ética da convicção. Com o domínio da burocracia, a atividade política se metamorfoseia e vira refém da racionalidade burocrática, conduzida segundo os interesses dos políticos profissionais sem vocação política com o solapamento da organização partidária “tradicional” (sistema de caucus).

Em Weber, a política verdadeira se opõe ao carisma: esta é a razão pela qual a democracia, devido ao seu aspecto racional-legal, tem suas bases corroídas pelo poder burocrático. Resta apenas o carisma enquanto alternativa num eventual governo cesarista plebiscitário (democracia com liderança), o qual Merquior enxerga com problemas:

Weber [...] nunca fez questão de posar de democrata. Enquanto a democracia não passa para Weber senão da parteira do carisma, ele, pelo menos, valoriza a atividade política em geral – não qualquer essência política impalpável – como única forma de controlar o irresponsável poder dos burocratas (MERQUIOR, 1980, p. 132).

Merquior defende a tese de que a apreciação weberiana do poder burocrático é ambivalente. Neste sentido, a atitude de Max Weber em relação à burocracia é marcada por uma divisão: não deixa de reconhecer as virtudes históricas de sua superioridade técnica e jamais defendeu sua abolição. Todavia, era avesso à dominação burocrática “sem alma nem coração”, a qual paulatinamente corroía de forma inexorável todo tipo de liberdade humana e criatividade individual e cultural.

O ensaísta brasileiro reconhece o pioneirismo e a precisão do teórico da burocracia Max Weber, em especial na sua conceitualização do poder inerente à esta forma de dominação. Contudo, a busca pela alternativa carismática se revela improfícua, conduzindo a uma metafísica política da história, a qual subsume as categorias sociológicas elaboradas pelo sociólogo alemão e, como corolário, lhe dá um verniz moralista:

O simples fato de que uma noção ideologicamente sobrecarregada como a de carisma avulte tão amplamente em seu trabalho técnico já denuncia a presença central do moralista no próprio coração de sua *Wertfreiheit* de balde procurada. Sua imagem Dr. Jekyll-Mr. Hyde da burocracia – insubstituívelmente eficaz durante o dia, irrepresivelmente tirânica à noite – demonstra a mesma orientação pendular. Entretanto a escolha da impalpável noção de carisma (impalpável pelo menos enquanto não-reduzida ao conceito de simples liderança) como única alternativa real aos males do burocratismo, com toda sua encoberta dimensão metafísica, privou afinal a teoria *da capacidade de constatar o controle, mesmo parcial, exercido sobre a burocracia por outras forças e instituições sociais*. [...] A moral da história é perfeitamente clara. Se não embarcarmos numa visão de história como combate cósmico entre a burocratização, enquanto “condição inescapável de toda nossa existência” (Weber *dixit*), e o carisma como recuperação heróica da liberdade, podemos encarar a burocracia não como um destino cego, mas como apenas uma estrutura de poder (sem dúvida muito importante) entre outras estruturas de poder. Podemos até nutrir, neste caso, algum receio – mas não precisamos adotar a profecia apocalíptica (MERQUIOR, 1980, p. 133, itálicos e parêntesis no original).

A tipologia da legitimidade elaborada por Weber traz não só contribuições para o entendimento da burocracia, como também efetiva uma crítica acurada da dominação estatal e de outras instâncias da vida social. Ademais, lança luzes para a compreensão da ação das burocracias modernizadoras, tais como surgiram nos assim chamados países do bloco socialista. Merquior (1980, pp. 134-137) discute criticamente a bibliografia então reunida sobre o fenômeno dos partidos centralizados de tipo leninista e os desdobramentos da conquista do poder de Estado relacionados a esta forma específica de interpretação do marxismo.

Focalizando as discussões de Ernst Gellner, Richard Lowenthal e Immanuel Wallerstein, o pensador brasileiro percebe que tais burocracias revolucionárias

tornam-se instrumentos de modernização através do uso da força. Sua verdadeira função não é a libertação do proletariado e sim a criação de novas nações, efetivando o processo tardio de industrialização nos países atrasados. Neste sentido, a configuração estatal no dito “socialismo real” descamba para uma burocracia que moderniza ela mesma e se arvora em proprietária da organização estatal.

É com base neste argumento que Merquior se esforça em ver na discussão entabulada por Weber, à luz da tomada do poder estatal pelos partidos leninistas, o protótipo de uma teoria da burocracia carismática. Isso porque o fervor ideológico destes partidos políticos remete à devoção ao líder carismático, ao mesmo tempo em que a organização burocrática é vigorosa, “[...] transformando-se nos melhores espécimes históricos de um inesperado híbrido weberiano: *a burocracia carismática.*” (MERQUIOR, 1980, pp. 135-136, itálicos no original). A burocracia assume o comando por intermédio do carisma encarnado no suposto “partido revolucionário”: seu maior trunfo expressa a vitória do “carisma do sucesso”.

O leninismo é um dos mais destacados agentes da fundamentação teórica da busca pela modernização nacional. Opondo nação ao “imperialismo” e lançando as classes inferiores contra as elites nacionais ou forasteiras, o leninismo tira sua legitimidade da crença fervorosa da árdua e dolorosa transição ao processo de industrialização. Segundo o ensaísta brasileiro, isto é verdadeiro nos primeiros anos de governo do partido único nas sociedades passando pelos primeiros estágios de modernização (leninismo “ortodoxo”), e ainda mais nos países do chamado Terceiro Mundo (leninismo “popular”). No primeiro caso a retórica sob a luta de classes dá o tom do processo, ao passo que nos exemplos do leninismo “popular” a construção do Estado nacional se sobrepõe à fraseologia sobre a “construção do socialismo”, num ataque mais direto ao imperialismo.

Para Merquior (1980, p. 137), é o valor prático da legitimidade que torna os partidos leninistas notavelmente capazes do exercício legítimo do poder quando das rupturas políticas rumo à modernização nacional. A legitimidade torna-se inestimável na medida em que aumenta exponencialmente a viabilidade desta forma governamental. Contrariamente à coerção, a legitimidade é uma necessidade prática de todos os estados, em especial nos estados modernizadores.

A chave explicativa deste tipo de legitimidade reside na relação entre o processo de legitimação e o comportamento de aprendizagem da população. Os

governos modernizadores devem se legitimar mediante gratificações simbólicas, evitando as gratificações reais que não permitiriam a acumulação de capital necessária ao desenvolvimento econômico. Nos períodos iniciais, o partido goza de um prestígio muito semelhante à aura do carisma, na forma de um *carisma de sucesso simbólico*:

A revolução irrompe porque a antiga ordem social, antes do colapso completo, teve sua legitimidade minada entre subordinados, bem como num setor considerável da própria classe dominante. Mas a ordem revolucionária se mantém no poder porque habilmente satisfaz as expectativas populares, que recebem não apenas um aplacamento módico, não-negligenciável, de suas necessidades reais, mas também incentivos à submissão, cuja natureza é principalmente simbólica – sendo que não é o menor entre estes o novo senso de dignidade pessoal e coletiva, o sentimento de liberdade em relação à brutal opressão (não mais cules, ou mendigos, ou prostituição forçada), sentimentos que o regime revolucionário traz consigo (MERQUIOR, 1980, p. 138).

As burocracias dos partidos leninistas são constrangidas à busca pela legitimidade, uma vez que tal sentimento é urgente, sobretudo nos estados em fase de modernização. O uso de símbolos como gratificação para sustentáculo da legitimidade é a forma de reduzir os custos materiais da submissão ao regime de partido único. Assim, o partido leninista consegue ser exitoso na legitimação do poder revolucionário por conta de três fenômenos: I) é manifestação do carisma (a efervescência devocional de pessoas com mentalidade semelhante conduz a uma alta taxa de produção de símbolos); II) é fortemente burocrático (formam-se poderosas burocracias centralizadas, numa espécie de fusão entre burocracia e partido político, produzindo militantes profissionais disciplinados e com chances de progressão na carreira burocrático-partidária); III) em certa medida, combina e mescla elementos de carisma e elementos de burocracia:

[...] os partidos leninistas conseguem misturar, e não apenas combinar, carisma e burocracia ao transformar, de uma maneira geral, virtudes *carismáticas* como devoção à “seita”, ao evangelho e a seus líderes, num fato determinante de *progressão na carreira*. Um dos principais traços de *burocracia* de Weber consiste na existência de critérios de capacidade para a progressão funcional. A burocracia como tipo ideal jamais se afasta da meritocracia. No partido leninista a progressão é um fato – e um fato realmente “meritocrático” (MERQUIOR, 1980, p. 141, itálicos e aspas no original).

Embora o conceito de carisma burocrático de sucesso simbólico não seja imediatamente perceptível na obra de Max Weber, Merquior (1980, pp. 140-143) lança mão de suas características essenciais para compreender o fenômeno do partido político de tipo leninista. Lamenta o ensaísta brasileiro a pouca teorização

por parte de Weber daquilo que considera uma complexa interface entre sucesso, gratificações simbólicas, carisma e burocracia. Todavia, traz uma importante síntese do processo de rotinização do carisma, destacando três pontos elementares.

O primeiro deles é que o fato de a rotinização do carisma significa tanto sua perda quanto uma mutação decisiva: o carisma de cargo, impessoal e burocraticamente regulamentado, opõe-se ao caráter subversivo e pessoal do carisma genuíno. Em segundo lugar, a burocracia em Weber procura sempre e a todo o momento a concentração do poder como um fim em si mesmo. A burocracia, no interior de regimes democráticos, não tem outra natureza que não meramente técnica. Além disso, a burocracia – e não o carisma – podem impor freios ao despotismo totalitário. Por último, Weber sempre evidenciou o carisma como um atributo individual, derivado de sua concepção histórica do mundo. Portanto, dificilmente iria teorizar acerca do carisma do sucesso.

Weber foi um dos primeiros na classificação das justificativas para a legitimidade. Todavia, partindo da premissa de que a discussão entabulada pelo sociólogo alemão é coerente com sua concepção da ciência sociológica, Merquior (1980, p. 144) argumenta no sentido desta constituir, no máximo, uma taxinomia, ao invés de uma teoria no sentido explicativo. Neste sentido, quem pesquisar os condicionantes sociais da legitimidade e suas mutações ao longo da história não terá na sociologia da dominação de Max Weber muita facilidade.

O ensaísta brasileiro é categórico ao comentar que a gênese intelectual das reflexões weberianas sobre o problema da legitimidade não é propriamente sociológica; em verdade, guarda relação direta com a tradição clássica dos tipos de governo, que remonta a pensadores como Aristóteles e Montesquieu. Desta feita, em que pese sua natureza eminentemente descritiva, a tipologia de Max Weber é passível de críticas.

José Guilherme Merquior enfatiza que Weber focaliza na aceitação derivada da crença ao invés de analisar em pormenores a submissão oriunda da busca por evitar sanções. Segundo ele, os tipos ideais weberianos não abrem margem alguma para a possibilidade e utilidade de converter a coerção em autoridade, em se tratando das relações estabelecidas entre detentores e subordinados às relações de poder:

A verdade verdadeira, conquanto surpreendente, é que, embora os próprios conceitos weberianos de estado e poder levem em consideração a dura realidade da coerção, sua “sociologia da legitimidade” não relaciona, de

forma substancial, o poder legítimo com as situações coercitivas. Além disso, sua tipologia – diferentemente daquelas de Aristóteles ou Montesquieu – não admite qualquer sistema *ilegítimo* de dominação. Daí resulta que a teoria weberiana das *justificativas* da legitimidade assemelha-se desconfortavelmente a uma projeção das submissões *de facto*, prolongadas estavelmente dentro do estado, sob a presunção, bastante indesejável, de sua validade aos olhos dos súditos do poder (MERQUIOR, 1980, p. 145, aspas e itálicos no original).

Merquior (1980, p. 146) reforça que devido à ausência de instrumentos conceituais para a classificação e compreensão dos processos de mudança nas relações de poder (dentro ou fora dos tipos de ordem legítima), a tipologia weberiana da legitimidade dificilmente consegue dar conta dos fatos empíricos da submissão, bem como do apoio dos subordinados aos detentores do poder legítimo.

Dito de outro modo, a falta de previsão daquilo que é ilegítimo nas categorias elaboradas por Weber impede um estudo empírico mais aprofundado dos regimes políticos. A negligência das configurações do poder ilegítimo – somada ao foco no valor nominal das justificativas para a legitimidade – impedem que o esforço intelectual de Max Weber da possibilidade real de trazer um arcabouço analítico-explicativo para o exame crítico do grau e da forma de submissão concreta ao estado e aos possuidores do poder.

No caso concreto de Max Weber, sustenta José Guilherme Merquior que a natureza de sua teoria parece não se adequar à necessidade de uma classificação que leve em consideração o apoio político por parte dos governados. Em Weber temos uma justificativa de legitimidade da democracia que se encerra única e simplesmente a partir da perspectiva dos detentores do poder e chefes de governo. Portanto, a democracia aparece muito mais como um meio de legitimar o governo: daí sua alternativa pela democracia cesarista com liderança, dotada de caráter plebiscitário.

A democracia não é uma forma de dominação popular, ou mesmo um mecanismo de controle dos governados sobre os governantes; antes, revela-se uma técnica de governo, ou fórmula política. É devido a isso que Merquior irá caracterizar a tipologia weberiana da legitimidade como “governocêntrica”, posto que negligencia as disposições subjetivas da aceitação aos tipos de dominação legítima. Nestes termos, a crença dos governados é um simples reflexo das justificativas à legitimidade fornecidas pelos governantes:

Muito estranhamente, porém, a sociologia weberiana da legitimidade *não* analisa essas condições subjetivas do acatamento e da submissão. *Na medida em que se atém a uma teoria das justificativas da legitimidade,*

Weber deixa de investigar o significado da legitimidade como motivação dos súditos do poder, sem cuja submissão, entretanto, o poder jamais se desdobraria duradouramente em dominação. [...] Ao invés disso, tomando a obediência como sinal de aceitação íntima, Weber “deriva o significado a partir do ato” e não de qualquer disposição subjetiva (mesmo que coletiva) dos atos do acatamento (MERQUIOR, 1980, p. 147, itálicos no original).

Merquior (1980, pp. 147-148) não desconsidera que a sociologia da dominação de Max Weber é dotada de categorias neutras e empíricas, portanto não-normativas. Ademais, ressalta as contribuições da análise da burocracia (em que pese suas “nuances parametafísicas”) como a mais fecunda perspectiva da sociologia política weberiana: isso porque abrange o problema do poder no Estado moderno, sendo uma abordagem pioneira da problemática-chave da teoria social moderna. Mesmo assim, raramente tais conceitos sociológicos conseguem expressar as proclamadas intenções heurísticas de natureza empírica. Na pena do ensaísta brasileiro, presume-se que se Weber houvesse focalizado menos o ponto de vista exclusivo dos governantes, tenderia a inclinar-se a acentuar a crença dos governados nos detentores do poder legítimo.

Em termos merquioranos, a construção típico-ideal da sociologia da dominação de Max Weber equivale à significação ideológica atribuída pelos governantes ao próprio governo. Em momento algum são investigadas as possibilidades do sentido concreto de suas ações ao conjunto dos governados. A questão é que, assumindo o ponto de vista dos governados, considera-se a submissão como produto de uma transação tácita entre subordinados e superiores, ao invés de um desdobramento oriundo da crença irrestrita no direito de mando dos governantes.

Por estarem totalmente desconectados dos governados, da realidade da coerção e das barganhas pelo poder, os tipos ideais elaborados por Max Weber não superam os limites da autolegitimação. O reconhecimento da ausência de uma ordem ilegítima conduziria ao rompimento do círculo mágico do carisma como equivalente à autojustificativa ideológica.

Igualmente, Merquior (1980, p. 148) sintetiza em três pontos as falhas na estrutura teórica da sociologia da legitimidade de Weber. Em primeiro lugar, desconsidera a relação entre a dominação legítima, ou seja, a autoridade, com as demais dimensões do poder na vida social. Em segundo lugar, trata-se de uma perspectiva governocêntrica, focalizando de modo exclusivo as justificativas do conjunto dos governantes.

Por último e como corolário dos pontos anteriores, falta profundidade sociológica, inclusive no nível descritivo, não-explicativo, uma vez que os três tipos de dominação legítima aparecem como autolegitimizantes, pois analisados fundamentalmente por seu valor nominal. Nas palavras do autor, nem mesmo a elaboração do conceito “híbrido” de burocracia carismática escapa de uma crítica mais acurada, dadas as suas contradições e dissonâncias com os escritos e as interpretações dominantes da sociologia política de Max Weber:

Aliás, esta crítica se aplica parcialmente mesmo à sugestividade descritiva das categorias weberianas, tais como as tentamos consubstanciar [...] ao elaborar o conceito “híbrido” de burocracia carismática. Se, por um lado, duas das principais pressuposições subjacentes à noção de burocracia carismática – (1) o próprio híbrido, agudamente contrastante com a tendência weberiana de pensar a burocracia e o carisma como antagonistas irreconciliáveis; e (2) o postulado de um “carisma do sucesso”, cujas nuances utilitárias têm um destino bastante reprimido em *Economia e sociedade* – são claramente “heréticas” do ponto de vista do weberianismo ortodoxo, por outro lado, a própria ideia de uma provisão de legitimidade derivada e sustentada pelo poder revolucionário, de acordo com um modelo de estimulação behaviorista nos processos de aprendizagem, trai efetivamente o mesmo governocentrismo que inspira a abordagem básica da tipologia weberiana (MERQUIOR, 1980, p. 148, aspas, parêntesis e itálicos no original).

Merquior (1980, p. 153) afirma que o objetivo específico deste que é o último capítulo da obra (*Historismo e Sociologia*) é fornecer uma explicação para, com base nas deficiências por ele encontradas na obra de Weber, o que se atreveu a chamar de falta de profundidade na teoria da legitimidade elaborada pelo sociólogo alemão. Para o pensador brasileiro, a superficialidade sociológica dos tipos ideais de dominação legítima elaborados por Max Weber pode ser entendida como um caso do culturalismo em sua teoria sociológica. Mesmo assim, a sociologia weberiana é, noutros casos, verdadeiramente iluminadora. Em Weber, neste contexto, José Guilherme Merquior define culturalismo como “[...] uma atrofia do poder explicativo da ciência social devido à *exagerada preocupação* com “valores” e a uma superestimação do seu papel na política e na sociedade.” (MERQUIOR, 1980, p. 153, aspas no original);

Neste sentido, nos três tipos puros de dominação legítima construídos por Max Weber inexistem uma relação mais ampla com as demais dimensões do poder social. Uma vez que não há tais conexões, estaríamos diante de uma miopia sociológica. Em outras palavras, a tipologia weberiana é sinônima de um conjunto de padrões de legitimidade definidos com base nas justificativas dos governantes. Do mesmo modo, o carisma dos governantes é o fio condutor da liberdade humana. Na

pena de José Guilherme Merquior, o estudo sobre a teoria da legitimidade feito pelo sociólogo alemão sugere, de modo notório:

[...] uma postura culturalista como origem dos aspectos menos satisfatórios da sociologia política de Weber. Não se põe em dúvida a duradoura sugestividade descritiva de alguns dos elementos desta última; o que se questiona é o seu *status* sociológico como *totalidade teórica* (MERQUIOR, 1980, p. 153, itálicos no original).

Torna-se então necessário então definir o que se entende melhor pela incidência de culturalismo na teoria sociológica de Weber. Merquior (1980, pp. 154-155) comenta que o culturalismo está umbilicalmente ligado a certa propensão ao historicismo: este último foi uma tendência recorrente no pensamento alemão do século XIX. O historicismo recebe diversos rótulos e as mais diversas definições. Para o ensaísta brasileiro, o pensamento de autores tão díspares quanto Hegel, Comte, Marx, Weber, etc. teria algo partilhado: a preocupação reflexiva com a história enquanto qualidade própria da humanidade e do conhecimento desta última na forma de seu objeto de trabalho.

Assim, ao passo que os historiadores estudam a história, os historistas tratam da historicidade: tanto de seu escopo quanto do modo de concebê-la. Todavia, de maneira geral o historicismo como conjunto de posições relativas às concepções de historicidade é focalizado por Merquior. Por conta disso, ele traz a distinção entre historismos ontológicos e historismos epistemológicos. Os historismos ontológicos entendem a história como constitutiva da realidade. Por outro lado, os historismos epistemológicos buscam a compreensão da realidade por meio da história. Os historismos epistemológicos, desta feita, vêm a ser uma epistemologia das ciências sociais, em oposição às ciências naturais. Merquior (1980, p. 156) sentencia que os historismos contemporaneamente (década de 1980) caminham em direção à extinção.

Restariam duas correntes, ainda que trôpegas: a) o historicismo antropológico e b) o historicismo epistemológico. Enquanto o primeiro vinha sendo contestado por diversos autores “[...] desde a “arqueologia das ciências humanas” de Foucault até a socio-biologia” (MERQUIOR, 1980, p. 156, aspas no original), o segundo “[...] *tem-se tornado progressivamente pejorativo no jargão contemporâneo*. De fato, com uma única notável exceção, todos os significados deste rótulo, quando aplicados à matéria epistemológica, tornaram-se pejorativos.” (MERQUIOR, 1980, p. 156, itálicos no original).

Dentre os representantes intelectuais do historicismo dos filósofos que não estavam comprometidos com uma concepção “messiânica” da história, José Guilherme Merquior (1980, p. 159) inicialmente destaca o nome de Wilhelm Dilthey, que cunha o termo “ciências do espírito”. De acordo com Merquior, em Dilthey o cerne da história enquanto domínio distinto ao da natureza corresponde à criação dos valores, das regras e dos objetivos orientados com relação a valores pelo conjunto dos seres humanos no decorrer de sua experiência social.

Dito de outro modo, a história é aqui entendida como o reino dos valores. Também os membros da chamada Escola de Baden (uma ramificação do movimento neokantiano) se dedicaram à problemática da distinção epistemológica entre ciências naturais e ciências culturais. Merquior retoma as contribuições de um dos principais nomes desta corrente, o historiador da filosofia Wilhelm Windelband:

[...] a psicologia introspectiva de Dilthey era o fundamento de uma epistemologia *hermenêutica*, visceralmente alheia ao viés lógico-empírico e às pressuposições naturalistas e mecanicistas da ciência natural. [...] Como Dilthey, Windelband distingue nitidamente as ciências históricas das naturais. Entretanto a separação decorre menos de seu objeto (história/natureza) do que de seu *método*. Para ele, enquanto a ciência natural encara sempre seu objeto em busca de uma lei (*Gesetz*), a história o enfoca como um evento *singular* estruturado (*Gestalt*). A ciência natural era “nomotética”; já a história “ideográfica”. A dicotomia de Windelband, entre conhecimento nomotético e ideográfico, traçado em sua aula magna de 1894, “Geschichte und Naturwissenschaft”, tornou-se de imediato tremendamente influente (MERQUIOR, 1980, p. 159, *itálicos, aspas e parêntesis no original*).

Assim como Dilthey, Merquior (1980, p. 160) ressalta a ênfase atribuída por Windelband à problemática dos valores. Igualmente, a defesa da unicidade histórica e o tema dos valores (questão axiológica) são os dois pontos nodais do historicismo alemão. Aos olhos do ensaísta brasileiro, a mística oriunda da sobrecarga de valores singulares acabou por converter tal historicismo em culturalismo, quer dizer, uma preocupação demasiada com os valores mesclada a concepções relativas ao saber científico. Todavia, o discípulo de Windelband Heinrich Rickert busca fornecer fundamentação objetiva ao conhecimento histórico: na pena de Merquior, Rickert coloca a relação com valores como o critério objetivo da ciência histórica.

Portanto, as ciências da cultura selecionam certos eventos para estudo unicamente para relacioná-los a conjuntos de valores supra-individuais, os quais, por conta própria, atribuiriam significado cultural aos atores, ideias e eventos relativos à

história. O domínio próprio das ciências culturais seria o conjunto de “individualidades significativas”:

Rickert tinha a mesma preocupação que Dilthey de resguardar a autonomia dos valores e *resgatar o “significado espiritual” do jugo da ciência mecanicista*. A única diferença entre eles consistia em que, em vez de assumir, como Dilthey, uma conveniente continuidade entre história e valores, ele situava os valores – sem hesitação – *fora da história* (MERQUIOR, 1980, p. 161, aspas e itálicos no original).

O historicismo mescla a rejeição das leis sociais com um invólucro místico da singularidade dos objetivos históricos. Algo que une todas as modalidades de historicismo é o seu ardor antipositivista, aliado à sua preocupação única e exclusiva dirigida à problemática dos valores. Desta feita, quanto mais profana se expressava a sociedade capitalista alemã de finais do século XIX e inícios do século XX, mais os historistas deste país persistiam na aura da alta cultura como fundamento lógico. Em grande parte a questão dos valores é produto das especificidades de uma intelectualidade tradicional no contexto de um país conturbado como a Alemanha da época, cada vez mais consolidando seu capitalismo:

Este historicismo *culturalista*, obcecado por valores, com sua metodologia contempladora do próprio umbigo, ofereceu à universidade uma espécie de mecanismo de defesa em face da ameaça da história. Quaisquer que tenham sido suas fontes puramente filosóficas no passado, e não obstante a validade de algumas das questões suscitadas, de um modo geral, a busca de valores culturais expressava uma atitude de avestruz por parte de uma *intelligentsia* humanística, que se sentia crescentemente deslocada no processo de modernização da Alemanha imperial. Mandarins não são necessariamente reacionários. Quando assumem alguma posição, tendem até a ser liberais em religião como em política. [...] *Intelectualmente*, entretanto, eles eram, na maioria dos casos, reacionários. [...] Foi contra este pano de fundo intelectual que Max Weber desenvolveu o que seu amigo Rickert veio a denominar de “novo órgão” da ciência histórica (MERQUIOR, 1980, p. 163, itálicos e aspas no original).

Merquior (1980, p. 163) afirma que tanto Weber como Rickert elaboram suas teses a partir de um solo comum. Todavia, distingue o processo de assimilação realizado pelo sociólogo alemão. No que concerna à relação com valores, Max Weber entende que os objetos passíveis de significação cultural (ou seja, os objetos de estudo particulares das ciências culturais) não são consensuais. Isso tanto para os historiadores quanto para os integrantes de uma determinada comunidade cultural. Certos valores não são tidos como valores universais, do ponto de vista científico.

Ademais, a seleção dos valores não é tão neutra para Weber – como Rickert pressupunha. Para o sociólogo alemão, tal escolha de valores se refere, em grande

medida, aos valores conflitantes e presentes. De acordo com José Guilherme Merquior, Max Weber não pensava a relação com valores de forma pessoalmente subjetiva:

Para Weber, a significação cultural não estava previamente “posta ali” – nem mesmo como um universal do espírito; antes, vinha a ser conferida ao mundo pelo homem em permanente atividade, vale dizer, pelos diversos compromissos dos homens com valores (MERQUIOR, 1980, p. 164, itálicos e aspas no original).

A “objetividade” precisa ser conquistada pela pesquisa. Ela se manifesta apenas após uma seleção de valores – “irresgatavelmente irracional”, escreve o ensaísta brasileiro – precedente à escolha de seu conteúdo. Trata-se de um processo de valoração polivalente, admitindo-se a tese do politeísmo de valores, manifesto num politeísmo de divindades guerreiras e em permanente conflito. Merquior censura Weber (um kantiano) por elaborar uma solução não-kantiana ao problema dos valores, elaborados pelos neokantianos com os quais o sociólogo de Heidelberg debateu.

O tema do politeísmo de valores se refere a valores históricos, mutáveis, concretos e particulares criados pelos seres humanos. Devido a este enfoque, Max Weber se recusa ao enfoque da cultura como “substância” abstrata e a-histórica das relações sociais: “Em Weber, a ênfase jamais recai sobre a cultura como o mundo objetificado, mas sobre *os homens*, concreta origem dos valores mutantes, contraditórios.” (MERQUIOR, 1980, p. 165, itálico no original).

Diferentemente de Dilthey, para quem o significado histórico era imanente, Max Weber parte de um processo de seleção de significações culturais, tendo como critério uma determinada configuração de valores. O significado se impõe aos fenômenos, ao invés de ser retirado dos fatos históricos empíricos. Neste processo, emerge uma conotação “existencial” da escolha do significado: os valores surgem do solo fértil da pluralidade cultural, quer dizer, da pluralidade no interior de cada cultura. Isso porque em cada cultura subsistem determinados valores enquanto deuses em conflito eterno.

Merquior (1980, p. 166) resgata a premissa segundo a qual o agente que atribui sentido é para Weber o indivíduo ou o grupo específico, numa renovação perene da atribuição de significados. Dito de outro modo, o ser humano é o sujeito da cultura na concepção weberiana. A discussão sobre a relação de valor também era permeada pelo conflito entre as deidades guerreiras, quais sejam, os valores

culturais. Destes múltiplos e recorrentes confrontos axiológicos histórico-culturais resulta um problema fundamental: o da irracionalidade final dos valores.

Em se tratando do indivíduo pesquisador, por força de seus distintos valores individuais, este pode até certo ponto construir a ideia de significação da sua contemporaneidade. Para Weber, os conceitos determinam os problemas enquanto objetos de pesquisa. Merquior detecta uma tensão paradoxal no pensamento teórico weberiano. Em primeiro lugar, Max Weber defendia simultaneamente a ciência séria enquanto compromisso integral do estudioso. Em segundo lugar, o compromisso com a ciência era tão axiológico quanto os demais compromissos (o que remete para a questão da irracionalidade final da ciência, bem como dos outros valores e esferas de valor e ordem da vida).

Neste ponto em específico, o ensaísta brasileiro sustenta que Weber retoma a distinção kantiana das diferenças entre ética e conhecimento. O sociólogo alemão descarta duas crenças que em Kant estavam fora de discussão. A primeira delas remete à tese da ciência como uma ordem de pensamento e/ou realidade superior às demais valorações e valores criados humanos. Já a segunda é a premissa de que a moralidade possui um invólucro universal homogêneo:

Weber substituiu estas crenças clássicas pela percepção da irracionalidade final da ciência, assim como de qualquer outra valoração, à vista do postulado proto-existencialista do politeísmo dos valores que, não obstante, exigia, ao invés de excluir, um *ethos* de engajamento (MERQUIOR, 1980, p. 168, itálicos no original).

Igualmente, para Max Weber apenas o método racional garantiria que o conhecimento empírico fosse interpretado e explicado enquanto formulação de hipóteses corrigíveis, transmitidas entre os sujeitos de um modo crítico. A discussão sobre a inevitabilidade do método racional nas ciências sociais e o papel da análise lógico-empírica na validação do conhecimento está inserida no debate travado entre os economistas alemães da Escola Histórica. Weber buscava captar a unicidade do histórico no bojo de um arcabouço teórico-explicativo cujo fio condutor fosse o método racional, rejeitando a tese positivista de leis gerais e injustificadas da história.

Assim, temos que o esforço dos cientistas coincidiria com a aceitação do ônus da prova empírica, nos termos formulados pelo método racional: daí a eterna juventude da ciência. Concordando com as contribuições de H. H. Bruun, Merquior

sentença que ao trazer o foco do historicismo epistemológico para o objetivo teórico da ciência histórica, o sociólogo alemão reconciliou o historicismo e a ciência:

[...] a “paz com a ciência” foi aqui obtida sem capitulação graças à sustentação por Weber da *moldura subjetiva* (sua radical retomada do tema da relação com valores) dentro da qual se deveria inserir sempre a pesquisa em ciência social. Em outras palavras: o valor verdade não cancela o processo de valoração (MERQUIOR, 1980, p. 171, aspas, itálicos e parêntesis no original).

Uma vez que conhecimento científico nas ciências empíricas é geralmente de natureza causal, a preocupação fundamental da lógica da ciência histórica para Weber reside numa teoria da causação social. Do ponto de vista metodológico, Max Weber trata do conhecimento causal enquanto o instrumento do objetivo final da ciência histórica. Para ele, tratava-se de determinar a significação cultural dos fenômenos históricos. A preocupação de Weber acima exposta não lhe impedia de perceber que ao partir da análise causal a história tinha condições de possibilidade de ser entendida como um saber científico. Posto que este enfoque na significação cultural formava a história enquanto tal, a análise causal lhe transformava numa ciência: na pena de Merquior, o interesse fulcral de Weber era o da história como ciência.

José Guilherme Merquior (1980, pp. 173-176) resgata em linhas gerais a discussão entabulada por Max Weber a partir da elaboração do método interpretativo (*Verstehen*). Distingue entre interpretação direta (compreensão intuitiva que efetivamos durante qualquer momento de nossa experiência social) e a interpretação indireta (que situa o *interpretandum* num contexto que lhe possibilite apreender o seu significado). Outra distinção de Weber retomada por Merquior é a estabelecida entre máximas comportamentais evidentes e não-evidentes. Neste sentido, a avaliação e a intenção são dois pontos nodais durante o processo de atribuição de significado à ação humana: esta última se torna social quando orientada pelo comportamento dos outros.

Para o ensaísta brasileiro, a *Verstehen* não é um método de verificação e sim um recurso heurístico dotado de utilidade: não possui a capacidade de fornecer, por si só, a explicação das máximas de condutas não-evidentes. O próprio Weber estaria consciente deste limite, o que estaria implícito na sua concepção de análise causal. Aos olhos de Merquior, Weber enfatizava que o método interpretativo ia ao encontro de um saber nomológico, ou seja, vinculado às regularidades observáveis (“leis”) na conduta dos seres humanos. Tais regularidades constroem à

elaboração típico-ideal por parte do pesquisador, visando captar de modo mais adequado possível para compreendê-las e explicá-las. A interpretação weberiana diz respeito à compreensão empírica, postulando de regras de conduta contingentes e generalizáveis tendo como ponto de partida a observação dos comportamentos.

Em Weber a ação é conduzida (de forma autônoma) por determinadas regras e não necessariamente pelas normas específicas de uma dada cultura. A interpretação (*Deutung*) weberiana mescla as definições do observador e as definições do participante. Para o sociólogo alemão, lembra Merquior (1980, p. 174), a sociologia não estava preocupada em analisar a ação concreta do indivíduo e sim as suas interpretações. Ademais, Max Weber acentuou um ponto em comum entre as ciências naturais e as ciências sociais: o processo de seleção, que emerge a partir da coleta dos dados acessíveis via experiência imediata.

Portanto, o verdadeiro enfoque weberiano (a ação social) revela que não se trata de apreender o significado como um fim em si mesmo. Na realidade, este só é abordado na perspectiva da explicação da ação. O conteúdo da sociologia interpretativa gravita em torno da interação dos vastos “complexos de significado”. O método de Weber era dirigido à verificação do sentido da ação intencionada, explicado mediante as consequências não-intencionadas (o que remete para entender Weber enquanto o teórico da contingência, bem como rememora a discussão sobre o paradoxo das consequências não-premeditadas):

Weber foi, desde sempre, um historiador e um pesquisador social interessado nos padrões de compreensão da atividade coletiva e de seus resultados: a diminuição da responsabilidade do trabalho escravo solapando a base econômica do império romano; a migração dos trabalhadores originários da parte oriental da Prússia; o impacto do ascetismo moderno na moralidade econômica. *A hermenêutica tratava do significado na história* (não do “significado da história”); *a sociologia interpretativa tratava da história das ações significativas*, como fonte de cadeias causais. Tudo que Dilthey pretendia era “interpretar” – Weber, entretanto, queria interpretar *para explicar* (MERQUIOR, 1980, p. 179, itálicos e aspas no original).

Merquior (1980, p. 179) percebe com muita acuidade que na tipologia quádrupla das orientações da ação social construída por Max Weber a relação entre meios e fins (que define a ação social racional com relação a fins, ou ação instrumental) é o fio condutor do método interpretativo: tanto com relação ao objeto quanto ao método. Os diversos sentidos a serem atribuídos pelos agentes humanos demonstram um comportamento adaptativo onde com base numa finalidade específica escolhem-se os meios efetivos, os quais se tornam o elo central da conduta individual – daí a possibilidade de compreendê-la, visando explicá-la.

Outrossim, a validade dos tipos ideais enquanto instrumento heurístico é reforçada pelo ensaísta brasileiro. A construção típico-ideal oferece ao estudioso uma ferramenta avaliativa capaz de aferir os desvios da realidade social e, simultaneamente, apreender o seu movimento real. Os tipos ideais dão conta de um mapeamento dos processos histórico-sociais: embora jamais constituam uma teoria (sendo hipóteses para a pesquisa, as quais são descartáveis e passíveis de reelaboração) são tidos como pontos de apoio ao exercício teórico.

Somado a isso, José Guilherme Merquior (1980, p. 180) reforça que os tipos ideais forjados por Max Weber são por vezes “impuros”, isto é, mesclam material conceitual e hipotético. Dito de outro modo, perfazem um amálgama entre fenômenos falsificáveis e não falsificáveis. Portanto, para além da detecção das causas e dos efeitos, o fim último da pesquisa weberiana em ciências sociais é a significação cultural. Nestes termos, o objetivo do cientista social é determinar a significação cultural dos atos e das épocas. Tal metodologia da ação social implica numa concepção específica da liberdade:

O mesmo homem que implacavelmente buscava os valores e a significação cultural encarava a liberdade, *tal como demonstrada na ação social*, à luz de um cálculo agudamente pragmático, envolvendo meios e fins, vantagens e desvantagens. Mais especificamente, considerava a ação humana, fossem quais fossem suas metas e finalidades, como caracterizada intrinsecamente por uma seleção racional de instrumentos “técnicos”. Neste sentido o exercício da liberdade vinha a ser uma espécie de cálculo de “perdas e ganhos”. Na práxis da ação social, a liberdade era “técnica”, não “expressiva” (MERQUIOR, 1980, p. 181, itálicos e aspas no original).

Aprofundando esta análise crítica da metodologia típico-ideal das orientações da ação social efetivada por Max Weber, Merquior (1980, p. 182) sentencia que a liberdade para o sociólogo de Heidelberg aumenta na medida em que nossas ações se conformam à lógica entre meios e fins, ou seja, à racionalidade da ação instrumental (*Zweckrationalität*). Além disso, Weber entendia por livre-arbítrio algo distinto da racionalidade kantiana, vinculada à moralidade e presa aos rígidos imperativos categóricos. Trata-se, antes, da identificação com a racionalidade prática manifesta na correlação entre meios e fins

[...] situando a liberdade ao frio ar do *ethos* econômico – e oferecendo à teoria social uma espécie de sublimação ética do *homo æconomicus*. A conexão fins-meios logo se tornou o cerne de sua visão sociológica. Atribuía uma espécie de privilégio ontológico, entre seus quatro tipos de ação social (tradicional, afetiva, racional e instrumental), às duas últimas, já que só elas constituíam instâncias nítidas de ações dotadas tanto de um “*significado objetivo*”, num nível autenticamente reflexivo, como de uma poderosa dimensão *intencional* – sendo o significado e a intenção [...] os dois

componentes definidores de uma ação versus um mero comportamento (MERQUIOR, p. 182, aspas e itálicos no original).

Portanto, Weber concede um privilégio epistemológico à ação social racional com relação a fins (ação instrumental). Sendo o objetivo da análise sociológica a construção típico-ideal visando compreender e explicar o conjunto dos processos sociais, na forma de uma estrita adequação entre meios e fins, a pesquisa social fundada em tipos ideais constitui um caso de ação instrumental em seu tipo “puro”. Ademais, a concepção weberiana se fundava na ideia da progressiva hegemonia da ação social racional com relação a fins no interior da vida social, isto é, como motor do desenvolvimento histórico-cultural. A unidade e a preocupação geral de sua obra era o progressivo desvelamento do significado da raiz da cultura ocidental. Assim, a sociologia deveria servir como ponto de apoio da análise histórica, utilizando de forma racional o método comparativo para apreender o significado cultural dos indivíduos particulares e históricos (a “civilização ocidental”, o “capitalismo”, a “burocracia”, a “dominação”, etc.).

De acordo com José Guilherme Merquior (1980, p. 184), Max Weber efetiva uma abordagem teleológica da análise das orientações da ação social. Em grande medida, tal abordagem seria sinônima de uma apropriação sociológica de um modelo explicativo preocupado fundamentalmente com elucidar os efeitos não pretendidos de uma determinada ação intencionada pelos indivíduos ou grupos. Dito de outro modo, a construção weberiana dos tipos ideais da ação social visava explicitar os efeitos do paradoxo das consequências não premeditadas da conduta humana.

Weber se esforçou em demonstrar como uma das causas do capitalismo surge de forma inintencional, embora produto de uma condução ético-religiosa da vida marcada profundamente pela intencionalidade. Entendida deste modo, a análise teleológica é o ponto de partida da pesquisa das consequências não premeditadas da ação social. Os eventos da história humana são entendidos como necessários porque se desenrolam com base num conjunto de alternativas (escolhas, o que remete para um processo de seleção) em condições determinadas.

Embora crítico do individualismo metodológico weberiano, José Guilherme Merquior (1980, pp. 186-187) reconhece os méritos da análise de Weber sobre a questão dos valores (*Wertanalyse*), que ocupa um lugar de destaque em seus textos dedicados à metodologia das ciências sociais. Esta se ocupa de três instâncias

analíticas: a) axiológica, buscando avaliar a consistência ou inconsistência interna dos valores; b) teleológica, visando destacar o confronto oriundo das tentativas de representar determinados valores; c) explanatória, cujo mote é esclarecer o porquê da defesa de certos valores e as consequências daí decorrentes.

Como nota o ensaísta brasileiro, a primazia concedida à busca pela “significação cultural” como elemento basilar da história conduz ao privilégio concedido à análise axiológica. Daí Merquior notar o âmago da análise pretendida, isto é, a do paradoxo das consequências não premeditadas da ação humana estimuladas pelo conflito de valores na forma de divindades guerreiras:

Não é por acaso que os efeitos não pretendidos lhe parecem, como notou Schelting, eminentemente *paradoxais*. A ação, desdobrada no tempo, funcionava na verdade como causa – mas certamente não como causa intencional (a não ser no nível mais trivial – JGM). Em Weber, a análise teleológica termina como pura ironia. E é por planejar estratégias de análises capazes de lidar com esta grande ironia, transcendendo sua simples percepção “filosófica” e moralista, que Weber tornou-se um gigante da reflexão sociológica. [...] de qualquer modo, o que importa é que ele tenha concebido a análise explanatória do valor de forma correta, já que sua mais completa ilustração de análise *causal* da ação social, aliás da ação coletiva – o estudo do impacto da ética puritana sobre o *ethos* econômico – é considerada, com toda a razão, um excelente exemplo (alguns diriam mesmo o supremo exemplo – JGM) da *Wertanalyse* explanatória (MERQUIOR, 1980, pp. 186-187, itálicos, parêntesis e aspas no original).

Merquior (1980, pp. 190-192) avança sua análise da obra de Weber focalizando a discussão entabulada pelo sociólogo alemão naquela que pode ser considerada a sua obra mais famosa: *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. O ensaísta brasileiro retoma as então três formas distintas descritas pela exegese weberiana acerca deste livro. São elas: I) a formulação de uma afinidade eletiva entre o sistema de crenças próximo ao calvinismo e a atividade empresarial; II) a análise causal da influência efetivada pelo puritanismo na dinâmica da ação capitalista; III) a interpretação das origens dos pontos fulcrais da cultura moderna do ocidente – e da cultura moderna em sua totalidade.

Visando reforçar os argumentos expostos ao longo da obra, afirma que a postura epistemológica adotada por Max Weber expressa uma preocupação evidente com a análise causal, nos moldes teóricos do culturalismo. Neste sentido, a abordagem culturalista weberiana “seleciona o problema mas não isenta a investigação da obrigação de explicar (e não apenas interpretar) através da observância inevitável de padrões lógico-empíricos inerentes à lógica da explicação” (MERQUIOR, 1980, p. 190, parêntesis no original).

Merquior (1980, p. 192) assinala que Weber em momento algum se dedicou a demonstrar uma influência direta do calvinismo sobre a condução ética da vida própria do capitalismo. Em verdade, tal inspiração era implícita: os adeptos da religião calvinista tornam-se “bons capitalistas modernos” – produtores sistemáticos de riqueza – sobretudo devido à sua angústia religiosa diante da crença na doutrina da predestinação. Foi esta a razão que conduziu à fé no trabalho disciplinado, rígido e vinculado à ideia de “vocação”, enquanto o único meio terreno disponível para a salvação.

Tal interpretação (paradoxalmente ascética, antimundana e intramundana) do dogma da salvação humana provou-se diretamente relacionada à busca pela acumulação primitiva de capital, bem como à generalização de uma condução ética da vida eminentemente vantajosa para os processos de racionalização – tanto da vida econômica quanto da sociedade como um todo. Deste modo, o conceito-chave é o de “vocação”, o qual se expande da esfera religiosa e inunda o conjunto das atividades econômicas, uma vez que

correspondia à noção através da qual Lutero sacralizou a esfera secular da vida, atribuindo uma aura religiosa às obrigações ocupacionais. O calvinismo estenderia essa sacralização da vida secular aos *negócios* e às atividades que levam a ganhar dinheiro, de uma forma geral. A conexão entre o calvinismo e o *ethos* capitalista apresenta-se portanto, em Weber, tão indireta quanto sutil. (MERQUIOR, 1980, p. 191, itálicos no original).

Igualmente, a preocupação fundamental de Max Weber gira em torno da emergência de um novo *ethos*, ou seja, de uma nova condução ética da vida. É incorreto dizer, ensina-nos Merquior (1980, p. 192), que o sociólogo alemão defendesse a tese segundo a qual o calvinismo fosse a causa motriz do capitalismo. Relembrando a discussão weberiana sobre as cidades (realizada em *Economia e Sociedade*), o pensador brasileiro frisa o contexto socioeconômico que revelou ser a premissa básica à emergência do moderno capitalismo: atividade comercial relevante, a cisão entre vida doméstica e atividade empresarial, a racionalização do direito, etc.

Chegado a este ponto, o debate avança para estabelecer os fundamentos sociológicos da explicação weberiana subjacente a mais famosa publicação do sociólogo de Heidelberg. Desse modo, o fio condutor da análise de Weber – o desenvolvimento de uma explicação de um fenômeno histórico delimitado mediante determinadas causas sociais específicas – é eminentemente sociológico: trata-se de um estudo de sociologia histórica, pautado na premissa de que “a história cultural

seria a *explicação sociológica*” (MERQUIOR, 1980, p. 195, itálicos no original). Visando reforçar tal interpretação, o ensaísta brasileiro traz a famosa distinção entre forma e espírito do capitalismo. Tal cisão reforça a coerência entre teoria sociológica e análise histórico-cultural, sob o fio condutor da racionalização:

O *espírito* do capitalismo moderno, ao qual Weber devotou todo um capítulo de seu livro, refere-se sobretudo ao trabalho metódico movido pelo desejo de aumentar os próprios ganhos a partir de um sentimento de dever, originalmente de motivação religiosa. O termo trabalho cobre aqui tanto as acepções de mão-de-obra quanto de empreendimentos. A responsabilidade, derivada do dever, aplicada às atividades produtivas e comerciais, corresponde para Weber ao exercício do comportamento econômico elevado a uma “vocação”. A *forma* do empreendimento capitalista, pelo contrário, refere-se ao uso lucrativo do capital, medido por procedimentos racionais de contabilidade, conjugados com a aquisição dos meios de produção orientados pela realidade do mercado (MERQUIOR, 1980, p. 195, itálicos e aspas no original).

Merquior (1980, p. 195) evoca novamente o paradoxo das consequências não premeditadas, tão caro em sua interpretação da produção intelectual de Weber. É o caso de Benjamin Franklin – uma das referências que perpassa *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* –, diretor de uma gráfica artesanal dotado do verdadeiro espírito do moderno capitalismo. Desta forma, a mescla entre as técnicas dos modernos empreendimentos capitalistas e de uma condução ética da vida marcada pelo ascetismo e pela concepção do trabalho como vocação assentam as bases de uma das causas motrizes da racionalização específica do Ocidente.

Portanto, a explicação de Max Weber não estava diretamente relacionada ao nascimento do capitalismo moderno (cujas causas de emergência o sociólogo alemão estava consciente de serem múltiplas) e sim com sua origem expansiva. Eis a razão pela qual o surgimento de uma nova classe – e do *ethos* que a guiava – correspondente ao capitalismo moderno era tão importante para a explicação sociológica. O decisivo, de uma perspectiva culturalista (isto é, que leve primordialmente em conta o “fator cultural”), é a fusão histórica entre ascetismo religioso, independentemente do dogma, com uma condução ética da vida marcada pela autodisciplina, ascetismo e a busca da salvação mediante o trabalho como vocação, gerando mutações ao nível das ações, relações e instituições sociais:

o grande feito de Weber na análise sociológica não pode ser reduzido simplesmente ao vago reconhecimento da importância de fatores “culturais”. Mais apropriadamente, esta análise leva a uma “tentativa de especificação da *mecânica* através da qual fatores culturais produzem mudança e transformação institucional”. Feita essa ressalva crucial, pouca razão subsiste para questionar a fecundidade da decisão de Weber de concentrar-se em “um dos lados da cadeia causal”. E, afinal, podemos satisfatoriamente extrair de *A ética protestante* um modelo central para a

explicação sociológica (MERQUIOR, 1980, p. 197, aspas e itálicos no original).

Weber estava preocupado principalmente com o desvelamento da conexão causal entre determinadas ideias e certos padrões comportamentais “*inter-relacionados não-intencionalmente*” (MERQUIOR, 1980, p. 199, itálicos no original). Em se tratando do ascetismo, quanto mais verdadeiro na forma de sentimento religioso, isto é, mais paradoxal e mais fundado na contingência (portanto sujeito ao imperativo das consequências impremeditadas) maiores serão os seus desdobramentos, a saber: a racionalização generalizada da vida social, na qual a vocação e a legitimação religiosa cumpriram seu papel, mas que hoje são dispensáveis e foram superadas.

Num nível mais amplo da análise sociológica, o ensaísta brasileiro argumenta que o ascetismo intramundano protestante pode ser entendido como um “disfarce” do processo mais amplo da irresistível racionalização da cultura ocidental. Isso porque ao final de *A Ética Protestante* o sociólogo de Heidelberg finaliza lembrando aos leitores que há muito tempo o capitalismo se trata de um processo independente, bem como a racionalização já se alastrou irreversivelmente ao conjunto da vida social:

Ao tentar inconscientemente proteger-se dos rigores da predestinação, os puritanos e sua vocação finalmente lançaram as bases de um mundo em que *nossa vida é predestinada* – embora dificilmente o seja por alguma vocação. Este, aos olhos de Weber, é o principal significado moral e histórico do movimento cultural mais importante de nossos dias: a racionalização (MERQUIOR, 1980, p. 200, itálicos no original).

A discussão reconstituída a respeito dos trabalhos metodológicos e da mais famosa obra de Max Weber faz o ensaísta brasileiro constatar que o sociólogo alemão guarda diferenças fundamentais com o contexto intelectual da Alemanha, isto é, o historicismo. Segundo José Guilherme Merquior (1980, p. 200), ao passo que os historicistas alemães de fins do século XIX eram em sua totalidade abertamente culturalistas (preocupados de forma excessiva com os valores culturais, de modo a mesclá-los no interior das tentativas de explicação sociológica), Weber era um historicista diferenciado. Na pena do pensador brasileiro, o sociólogo de Heidelberg juntava seu interesse penetrante pela significação cultural e pela unicidade do histórico com um compromisso evidente com a análise causal dos fenômenos sociais, o que remete ao estabelecimento de um conjunto de critérios científicos.

Todavia, ao passo que a sociologia histórica e a lógica das ciências históricas formuladas por Max Weber são expressão dessa preocupação com padrões de cientificidade, a sociologia política weberiana (na qual expõe sua tipologia da dominação legítima) é preñe de deficiências, na ótica de Merquior (1980, p. 200). Aos olhos do pensador brasileiro, em que pesem as contribuições inegáveis acerca de alguns fenômenos – como é o caso de sua abordagem do fenômeno burocrático – seus trabalhos político-sociológicos carecem de profundidade.

Partindo desta premissa e buscando fundamentá-la, Merquior (1980, pp. 200-201) centra suas atenções na discussão weberiana do conceito de carisma. Para ele, o uso deste último na discussão histórica que remete aos seus textos primeiros de sociologia da religião não carece de profundidade sociológica. Entretanto, o contrário pode ser observado quando Weber se utiliza do carisma em suas abordagens políticas: neste caso, faltaria substância de cunho sociológico. Aqui, o ensaísta brasileiro traz os exemplos das tentativas de autores como Wallerstein e Runciman em trazer a discussão da legitimidade carismática na análise de determinadas colônias africanas antigas: do ponto de vista explicativo, a teoria do carisma é tautológica, enquanto que sob um prisma descritivo, apoia-se geralmente em pressupostos inseguros.

Merquior (1980, pp. 201-202) discorda de forma incisiva daqueles que defendem que Max Weber não pode ser responsabilizado pelos usos e abusos de seus conceitos. Embora a citação seja demasiado longa, é evidente que toca num dos pontos nevrálgicos do arcabouço teórico-conceitual weberiano. Trata-se da equiparação proposital entre formas de legitimidade e crença nas justificativas dos – e somente dos – governantes, vista em especial na discussão sobre o valor político do carisma individual. Tal recurso intelectual torna contraditória em termos a discussão formulada pelo sociólogo de Heidelberg no que tange ao conceito de democracia cesarista-plebiscitária (democracia “com liderança”):

De vez em quando, estas dificuldades conceituais chegam a colocar Weber em contradição consigo mesmo. Observe-se sua descrição do carisma político no que lhe parecia seu moderno avatar característico – a democracia “cesarista” ou “plebiscitária”. A ideia em seu todo afigura-se muitíssimo a uma imposição da filosofia weberiana da história, com seu “individualismo aristocrático” nietzschiano, sobre a própria teoria política de Weber, terminando por *contradizer* suposições básicas do próprio conceito weberiano de legitimidade. Este último baseia-se [...] numa variedade de *justificativas* para governar e na aceitação destas como matéria de crença por parte das pessoas sujeitas ao poder. Ora, um típico líder da democracia

plebiscitária como Gladstone (exemplo preferencial de Weber) poderia certamente apresentar-se como candidato ao *status* de liderança carismática – *naturalmente, apenas para seus adeptos e seguidores*. Mas a questão é exatamente esta: como governante democrático, ele vem a ser considerado governante legítimo pela população inglesa, liberal ou não liberal, *por conta de uma justificativa muito diferente*: o fato de ser legalmente eleito. Nesta medida, portanto, a democracia plebiscitária, atualização weberiana da dominação carismática, é mera dialética de seu *Kulturpessimismus* – uma ficção derivada do desejo que impulsionava sua “heróica” resistência à marcha do burocratismo. Pela mesma razão, entretanto, dificilmente corresponderia a uma representação objetiva da realidade democrática, mesmo assumindo-se o evidente posto de observação adotado por Weber: a equação legitimidade = crença numa justificativa para governar. Tocamos aqui o coração do nosso problema. Há, na verdade, fortes evidências em prol do argumento de que a falta de profundidade sociológica de boa parte da teoria weberiana da legitimidade decorre de ela ser demasiadamente frequentada pelos aspectos mais questionáveis de sua *filosofia pessoal da história*. (MERQUIOR, 1980, pp. 202-203, parêntesis, aspas e itálicos no original).

Visando reforçar o argumento acima citado, Merquior (1980, p. 203) comenta que embora Weber tenha sido um ferrenho opositor de quaisquer concepções unilineares e teleológicas do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade, acabou elaborando uma teoria ousada, calcada no avanço irrefreável do processo de racionalização. Na pena do ensaísta brasileiro, há um completo isomorfismo entre o método sociológico e seu objeto de estudo (a ação social, seu curso e seus efeitos). Do mesmo modo, este isomorfismo se expressa na relação havida entre o predomínio da ação social racional com relação a fins – ação instrumental, na pena de Merquior – e a teoria weberiana da evolução histórica, calcada na racionalização.

A racionalização específica do Ocidente torna o capitalismo moderno o sistema econômico dotado de um poder extraordinário, materializando a mais fatal das tendências histórico-culturais, na medida em que corresponde ao padrão da racionalidade instrumental. Na pena de Merquior, em Weber o capitalismo venceu devido à sua inerente afinidade com a racionalização: assim, não é a racionalização um produto da ordem capitalista e sim o oposto. Max Weber ressaltou a racionalidade dos fatores técnicos, sua calculabilidade, próprios do capitalismo. Este último era uma tendência irreversivelmente racionalizadora, a maior da história: a racionalização mantinha-se como o destino fatal das civilizações, gestada no Ocidente e se alastrando ao conjunto da humanidade.

“Racionalidade” é sinônimo da paulatina substituição das tradições pelo domínio da ação instrumental em todas as esferas da vida social. Não se trata de sepultar toda a ordem tradicional, mas de perceber um novo padrão legitimante da conduta social: “A racionalização weberiana baseia-se sobretudo na percepção da

irreversível suplantação da herança, da transmissão e da presunção como formas sociais exclusivas de recepção e conhecimento.” (MERQUIOR, 1980, pp. 204-205).

Merquior (1980, p. 205) se arvora na afirmação de Ernest Gellner, para quem Weber teria sociologizado a concepção de racionalidade elaborada por Immanuel Kant. Se o filósofo de Königsberg entendia a racionalidade como um atributo universal da mente humana, o sociólogo de Heidelberg faz a relação entre racionalidade e um determinado tipo de ser humano, dotado de um modo de vida num dado momento histórico: trata-se do ser humano moderno, gerado pela cultura ocidental. Tal interpretação se apoia em alguns dos prognósticos weberianos, dentre os quais a crença no valor da verdade da ciência com determinadas culturas, ao invés de estarem relacionados a uma suposta condição humana igual em todos os cenários, territórios e contextos socioculturais. Porém, o ensaísta brasileiro questiona até que ponto a sociedade moderna é totalmente racionalizada e desencantada, como Weber presumia.

A “sociedade tecnológica” da segunda metade do século XX é palco de diversos credos extáticos e de tendências irracionistas, os quais, contraditoriamente, reforçam a tendência geral e irresistível da racionalização. Em especial quando estamos diante de fenômenos estruturantes do capitalismo moderno. Ademais, a burocracia era o outro lado igualmente pernicioso da institucionalidade tipicamente racionalizada, o que impacta sobremaneira nas possibilidades de exercício da liberdade. Dessa maneira, tal “surto irracionista” expressa a emergência e consolidação daquilo que Gellner denominou de “culturas irônicas”, isto é:

movimentos culturais que se opõem ferozmente à sociedade racionalizada – mas inconscientemente rendem-se a ela todo o tempo, quando quer que assumam problemas sérios, saúde e produção principalmente. De modo que a tese de Weber nem chega a ser simplesmente desmentida nem completamente confirmada – permanece essencialmente verdadeira, mas sofrendo importantes qualificações. [...] Em certa medida, pode-se dizer que assim como o início do período moderno correspondia para Weber proeminentemente à emergência do capitalismo, a madura modernidade, com que ele conviveu, correspondia à idade do burocratismo. Mas o governo da burocracia, embasado naquele próprio tipo de ação – *Zweckrational* (racional com relação a fins – RVS) – que melhor expressava a liberdade, terminava por frustrar a liberdade. A burocratização generalizada significava uma sempre crescente arregimentação dos homens, a sufocação das individualidades em simples zeros da máquina social (MERQUIOR, 1980, p. 206, itálicos no original).

Na pena do pensador brasileiro, o traço mais característico da visão de mundo de Max Weber reside na mudança repentina da temática “a racionalização

assume o comando” para a discussão sobre as razões pelas quais “a racionalização deu errado.” A abolição da figura dos profetas e magos, o fim das comunidades (e sua transformação em sociedades), a extinção do brilho da aventura cultural na constituição de valores últimos (divindades guerreiras) ou, o que era ainda mais sombrio: o império de mentes limitadas, de homens-escritório impassíveis diante de uma rotinizada e cada vez mais controlada existência restrita à condição de conscienciosos funcionários. Eis o *pessimismo cultural* que Merquior percebe em Weber⁸: um dos mais sombrios de seu tempo, cuja catastrófica previsão apontava rumo a um tipo de era glacial imposta ao gênero humano.

Porém, Merquior ressalta a necessária distinção entre a crítica feita ao processo de burocratização e a percepção de que o avanço da dominação burocrática seja o destino fatal e inevitável da história humana. O modo como Weber critica a burocracia é expressão inconfessada de sua “filosofia da história”, isto é, de sua perspectiva histórico-universal. Ademais, ressalta a ironia de tal assertiva, uma vez que o próprio Max Weber era assaz intolerante no que tange à teleologia que conduz boa parte das “filosofias da história”.

Isso porque as críticas e alternativas diante dos males da burocratização irrefreável fazem parte dos escritos políticos e não dos textos científicos do sociólogo de Heidelberg. Merquior (1980, p. 208) sustenta que em *Economia e Sociedade* a burocracia é analiticamente descrita, bem como livre dos aspectos moralistas de suas conferências engajadas. Não seria o caso de respeitar tal diferenciação na obra de Weber e afastar-se dos embates acerca de seu pessimismo cultural? Não seria esta última manifestação do *Zeitgeist* alemão? Focalizando a sociologia política weberiana, o autor afirma que a resposta só pode ser negativa, pois:

a maneira pela qual a *Weltanschauung* (visão/concepção de mundo – RVS) de Weber condiciona algumas partes do seu trabalho é inevitavelmente perniciosa. Chega a funcionar em alguns pontos como interferência crucial, não como dispensável fonte de inspiração. E em nenhum outro lugar prevalece mais notavelmente que em sua *sociologia política*, dominada como é pelo conceito maniqueísta de carisma, convertido em hipóstase da Liberdade. A racionalização – a disseminação da ação instrumental pelo tecido da vida social – veio a ser o Leitmotiv da criptofilosofia da história weberiana. Mas engloba também o *background* moral do dualismo carisma-

⁸ “Tal é o *Kulturpessimismus* de Weber – um dos mais sombrios de sua época, mais sombrio que o de Spengler, pois pelo menos o que Spengler proclamava era a decadência *ocidental*, enquanto que o que Weber antevia era uma infinita idade glacial para toda a humanidade.” (MERQUIOR, 1980, p. 207, itálicos no original).

versus-burocracia e o poderoso jugo metafísico da discussão weberiana sobre a legitimidade (MERQUIOR, 1980, p. 208, itálicos no original).

O ensaísta brasileiro ressalta a correspondência entre carisma, visão de mundo e análises histórico-culturais no pensamento de Weber. Para tanto, insere uma breve discussão acerca da questão dos valores, no contexto do chamado historicismo alemão de fins do século XIX. Este último foi o cenário intelectual no interior do qual Weber elaborou sua sociologia: na pena do pensador brasileiro, o historicismo alemão era fortemente comprometido com o culturalismo – ou seja, com uma preocupação exacerbada com os valores culturais – o que obliterava a abordagem sociológica e, por conseguinte, manifestava uma hostilidade com relação ao pensamento científico.

Quando Max Weber discute sobre a relação com valores no bojo do conhecimento histórico, insere sua sociologia em moldes historicistas. Mesmo assim, elabora reflexões sociológicas tendo como fio condutor o método racional, fundado em critérios estritamente científicos (lógicos, empíricos). Aqui Merquior (1980, p. 209) retoma a tese de conciliação entre ciência e historicismo. Tal feito é conquistado em especial ao deslocar o problema dos valores para a instância do objeto, aberto à discussão científica. O maniqueísmo dramático da oposição carisma *versus* burocracia (com maiores chances de se impor, porquanto uma “tendência irresistível”) cimenta a sociologia política de Weber:

O mais duradouro legado de Max Weber consiste precisamente *nesta sublimação do historicismo em sociologia*. Apesar disso, descobre-se em seus escritos, ao lado de realizações maiores, uma impressionante *dramatização*, vigorosamente formulada, da *problemática historicista dos valores*, centrada em torno de uma visão histórica segundo a qual a criatividade do carisma e a repressividade do burocratismo eram os grandes antagonistas de sombrio embate maniqueu – combate incessante em sua essência, mas que, afinal, tendia a uma crescente exaustão do carisma (MERQUIOR, 1980, p. 209, itálicos no original).

O ensaísta brasileiro reforça o entendimento de Weber, segundo o qual a modernidade era o palco do crepúsculo carismático. Tal entropia do carisma (expressão tomada de empréstimo a Talcott Parsons) seria o motor da perspectiva histórica weberiana. Além disso, Max Weber guardava uma posição abertamente kantiana, ao reconhecer a cisão havida entre moralidade e conhecimento. Todavia, tal cisão não impede Merquior de diagnosticar que a produção científica do sociólogo de Heidelberg é eivada de paixões moralistas e de crítica cultural – muito embora aparentemente “despojada de valores”, expressando os conflitos e os limites do capitalismo e da intelectualidade burguesa alemãs da época:

O *agon* do carisma versus burocratismo foi o reflexo principal de um infatigável dualismo, dilacerado entre a impessoalidade científica e o *pathos* dos vieses e preconceitos, através dos quais, expressando um drama pessoal agudamente sentido, Weber pagava os tributos devidos aos temores de sua classe, seu país e seu tempo (MERQUIOR, 1980, p. 210, itálicos no original).

Weber concebia o processo de racionalização específico da cultura ocidental como uma manifestação trágica: seria a revolta do conjunto dos meios contra o ser humano, aquele que os criou. Para o sociólogo de Heidelberg, o individualismo estava em sérios perigos diante dos descaminhos da sociedade moderna. Além disso, a individualidade era cada vez mais condenada a um desenvolvimento limitado e circunscrito, em geral, ao escapismo. Na sua quase totalidade, o sombrio prognóstico do mundo moderno, embasado na generalização de um conjunto de “especialistas sem alma” e de “sensualistas sem coração” (conforme a profecia de Goethe – JGM) minava progressivamente o desenvolvimento das individualidades: “o crepúsculo cultural ia de par com a redução de indivíduos ao papel de simples “zeros na máquina”.” (MERQUIOR, 1980, p. 211, aspas no original).

José Guilherme Merquior (1980, p. 215) desloca sua análise dos escritos sociológicos de Weber para os trabalhos políticos. Para ele, aqui se encontra o âmago da concepção de mundo weberiana, onde haveria uma primazia concedida ao poder interiorizado. Na instância dos textos onde a visão de mundo de Weber é abertamente exposta estaria presente a supremacia dada a dois conceitos: sujeito e dominação.

Fiando-se na interpretação do sociólogo brasileiro Gabriel Cohn, Merquior dela reproduz os seguintes pontos: a) na perspectiva de Max Weber, o sujeito está para a liberdade da mesma maneira que a dominação está para o destino; b) a dominação, por garantir a reprodução da ordem social por meio do poder, subjuga os sujeitos nos moldes de um destinado não escolhido; c) como desdobramento, a liberdade parece fomentar a negação de si mesma. Neste contexto, a alternativa carismática é a resposta de Max Weber para seu profundo sentimento de iminente ruína histórico-cultural. Assim, a saga amarga do carisma gira em torno da seguinte premissa: a história da falta de liberdade oriunda da própria emergência da liberdade.

Igualmente, Merquior (1980, p. 215) busca fazer justiça com quaisquer equiparações das propostas políticas de Max Weber com o nefasto desenvolvimento posterior alemão, expresso na ascensão do nazismo. Em verdade, é o contrário que

se observa. O ensaísta brasileiro elenca alguns pontos da prática política de Weber que reafirmam tal argumento: a) em que pese tenha mantido convicções imperialistas, ele foi um crítico ácido dos privilégios econômicos e políticos dos Junkers; b) após 1902, figura-se como liberal de centro esquerda e simpático a um partido progressista que consentiu em repartir o poder com a social-democracia; c) a criação do jornal *Archiv für sozialwissenschaftlicher und sozialpolitik Erkenntnis*, porta-voz da ala progressista dos cientistas sociais alemães da época.

Em síntese, a perspectiva política de Weber é aqui definida como liberal, oposta a qualquer hitlerismo esclarecido. O carisma é entendido como resposta aos problemas pessoais mais íntimos de Max Weber, mediante posturas infatigáveis como a defesa implacável do conceito de liderança carismática (e responsável, acrescentaríamos) contra o autoritarismo alemão, à defesa da modernidade industrial burguesa em face da persistência do tradicionalismo feudal e patriarcal de seu país:

capitalista, urbano, abstrato, nominalista, e com uma perspectiva liberal, o pensamento de Weber era anátema para todo hitlerista *bien pensant*. [...] Deste modo a verdade exige que reconheçamos que o carisma *não* corresponde à obsessão de um conservador inconsciente. Pelo contrário: não apenas expressa um temor autenticamente *liberal*, mais de uma vez justificado, como ainda parece ter correspondido para Weber à corporificação ideológica de uma *liberação pessoal*, meio comovente, meio patética (MERQUIOR, 1980, p. 215, itálicos no original).

Para Merquior (1980, p. 218) é patente uma repressão generalizada de interesses utilitaristas na obra de Weber. Isso tanto no nível da concepção de mundo quanto da elaboração de sua teoria da legitimidade. Uma vez que Max Weber entende a crença dos governados enquanto reflexo da pretensão dos governantes ao poder de governar, acaba fornecendo à sua teoria da legitimidade um verniz eminentemente culturalista. Na ótica do ensaísta brasileiro, tal opção é estranha à própria teoria da ação social, bem como à lógica da ciência histórica formulada pelo sociólogo de Heidelberg.

Para tanto, retoma a relação entre legitimidade, carisma, valores culturais e a problemática da liberdade no contexto de uma sociedade cada vez mais racionalizada e “desencantada”. Embora Weber trate do carisma na forma de uma categoria política, este se refere em grande escala especialmente a “valores culturais”, ao invés de fincar raízes nas relações de poder concretas, revelando outra manifestação de um historicismo tardio: “Neste sentido, e em larga medida, *devido à sua exagerada preocupação com a liberdade do homem cultural, o conceito*

weberiano de legitimidade desconsidera a angústia real das liberdades do homem social.” (MERQUIOR, 1980, p. 219, itálicos no original).

Num contexto social *sui generis*, marcado pela forte oposição entre interesses de classes decadentes (os *Junkers* prussianos e seus funcionários encastelados no Estado) e a ascensão de uma nova classe dominante ainda imatura e covarde do ponto de vista de suas tarefas históricas e políticas, os membros da classe intelectual da Alemanha estavam divididos entre o incômodo gerado pelo avanço do movimento operário e a necessidade urgente de superação da tradição e do passado feudais e patriarcais, que obliteravam a entrada completa da sociedade germânica de então no capitalismo moderno:

Parece bastante plausível sugerir que os sonhos carismáticos de humanistas liberais como Meinecke e Weber não passavam inteiramente ao largo do fato de que eles se sentiam duplamente ameaçados – como humanistas e como burgueses. Cronicamente impotentes em meio a um país vivendo graves tensões, os mandarins liberais revoltaram-se contra o *establishment* prussiano, mas, ao não superar seus vínculos de classe e de casta, acabaram por *transfigurar desgosto político em “crise da cultura”*. O *culturalismo* convertia-se então na forma inevitável de suas apreensões políticas, refletindo um crescente descontentamento; mas, pelo contrário, a própria intensidade do seu desgosto levava-os a *atribuir ao culturalismo a face inesperada de um desejo de poder* – no mundo exterior à academia (MERQUIOR, 1980, pp. 219-220, aspas e itálicos no original).

A intelectualidade – Weber incluso – aspirava de modo inconsciente por uma vida para a política, radicalmente oposta à figura do político profissional que vive da política. Esta última viria a dominar as máquinas eleitorais burocratizadas que são os partidos políticos. Portanto, a fixação no carisma pode ser entendida como expressão de uma “paranoia compensatória”, o que explicaria a mescla presente em Weber e outros historistas/culturalistas, a qual idealizaria a dominação, devido ao caráter diabólico do poder (Merquior aqui resgata a definição, modelar para a intelectualidade alemã de então, do historiador Jacob Buckhardt), entendido como um “mal”. Todavia, a legitimação desta alma satânica nunca fora perdida de vista, sendo realizada mediante “sublimes motivações “culturais”” (MERQUIOR, 1980, p. 220, aspas no original).

Merquior (1980, pp. 221-222) continua sua interpretação ao enfatizar que esta fração da intelectualidade alemã capitulava, por vezes, ante uma antítese simplória entre política e ética. Ressalta o paralelo entre a concepção weberiana dramática da história e a paixão motivada pelo elemento carismático – Weber ressalta a força revolucionária do carisma. Numa palavra, o conceito de carisma é

desprovido de solidez sociológica. Falta-lhe o elemento empírico, conservando-se uma noção inevitavelmente metafísica: tal ausência científica parece ter minado a completude sociológica dos tipos puros de dominação elaborados por Weber.

Dessa forma, não é a profundidade sociológica de alguns dos elementos (a discussão sobre o poder, a análise crítica seminal da burocracia e a relevância das demais construções típico-ideais, as variações patrimonial e feudal da dominação tradicional e a dominação racional-legal) que é posta em xeque, mas, antes, a ênfase exagerada no carisma. Esta última impede a total descrição sociológica – dado o caráter ideológico da noção de carisma, porquanto permeada por “valores culturais” e ausente de empiria – dos graus e tipos assumidos pela dominação legítima.

É devido a estas questões que o entendimento de Merquior (1980, p. 221) segundo o qual Weber reduz a perspectiva dos governados a uma “crença” sem explicação não pode ser confundido com um ataque moral. Na sua avaliação, está explícita a recusa de canonizar Weber como um intelectual livre de equívocos em especial nos seus escritos de sociologia política. Igualmente, não faz questão de denunciá-lo como um simples ideólogo da burguesia.

Na realidade, trata-se de uma crítica originada de necessidades objetivas, próprias da tarefa analítica, que se embasa no mote de explicar as incidentais deficiências culturalistas da teoria weberiana da legitimidade, implicando no reconhecimento da especificidade de Max Weber como membro de uma fração da classe intelectual num determinado momento da história da sociedade alemã:

Especialmente a solidez da maior parte de sua epistemologia da ciência social, a persuasividade na sua sociologia histórica, e a relevância e abrangência da maior parte de *Economia e sociedade*, mesmo na seção devotada à legitimidade (veja-se especialmente a maior parte da exposição sobre patrimonialismo e feudalismo, ou a explanação sobre a cidade na *Herrschaftssoziologie*) não podem ser menosprezadas do ponto de vista de uma avaliação racional. Por mais que ingenuamente presumíssemos não haver interrelação entre estas contribuições principais e alguns dos vieses culturalistas que assolam e prejudicam sua sociologia política, tal conexão não parece vulnerabilizar o vasto e duradouro valor sociológico de todo o quinhão. Assim, no cômputo geral, o culturalismo não é mais que uma incidência na obra de Weber (MERQUIOR, 1980, pp. 221-222, parêntesis e itálicos no original).

Na conclusão do trabalho, Merquior já antevê alguns pontos que seriam nodais em sua obra máxima, dedicada ao liberalismo e sua história. Assim, comenta que, sob os ecos dos conflitos sociais do período da Restauração na Europa, emerge uma vertente do pensamento liberal cuja preocupação central não girava em

torno da participação como elemento básico da legitimidade no bojo da sociedade moderna. Haveria aí uma ligação fatal entre antidemocratismo e liberalismo: tal processo constitui a principal debilidade de grande parcela da doutrina liberal, em especial devido à necessidade de busca pela legitimidade no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas, cada vez mais racionalizadas e burocratizadas.

Este limite não conseguiu ser superado, na sua totalidade, nem pela parcial democratização do Estado Liberal, mediante a generalização do direito ao voto e dos direitos próprios à condição de cidadão. Na realidade, com a constatação da sociedade de classes, o liberalismo (em especial o constitucional, frisa o ensaísta brasileiro) não conseguiu perceber que as relações de propriedade guardam íntima relação com as relações de autoridade: é essa correspondência que permite a análise destas relações sociais com base na discussão sobre a legitimidade:

o poder carismático é festejado como a irrupção da criatividade cultural. Implicitamente, esta fixação na crença em valores, sob a forma de pressuposição generalizada quanto à aceitação íntima da justificação dos governantes, elimina de sua teoria da legitimidade inúmeros caminhos críticos cruciais, mais capacitados a iluminar a realidade das estruturas de poder e a permitir uma classificação dos tipos de legitimidade, bem mais objetiva e específica. Ironicamente, esta atrofia sociológica da teoria weberiana das “justificativas” da legitimidade vem a ser ressaltada pela expressão francamente ideológica de algumas justificativas históricas *reais* para o exercício do governo (MERQUIOR, 1980, p. 244).

Nesse sentido, Merquior situa o pensamento de Max Weber. Embora desprovido de análises político-filosóficas de cunho normativo, o sociólogo de Heidelberg “poderia ter sido um arguto sociologizador da teoria democrática clássica” (MERQUIOR, 1980, p. 231). Isso porque a capacidade de apreensão dos longos processos e contextos histórico-institucionais, aliada à realística compreensão do poder e sua distinção com a questão da autoridade forneciam a Weber as condições de possibilidade para analisar a legitimidade mediante a especificidade das estruturas de poder e das justificativas dos governados para se submeterem aos governantes. Algo muito mais amplo, de uma perspectiva eminentemente sociológica, do “que a tipologia “de justificativas” apresentada em *Economia e Sociedade*” (MERQUIOR, 1980, p. 231, aspas e itálicos no original).

Portanto, a sociologia política weberiana deixou de aprofundar sua capacidade de análise em favor de uma classificação fundada em ordens legítimas. Por conseguinte, a questão do carisma enquanto força de libertação cultural esmagou a discussão do poder social, manifestando uma obsessão pela questão da

crença em valores últimos, tipicamente culturalista. Na pena de Merquior, há na sociologia política de Weber uma negligência notória no que diz respeito às fronteiras que separam as motivações ideológicas para o reconhecimento da coerção das justificativas para a legitimidade oferecidas pelos governantes.

Em virtude disso, Max Weber não consegue analisar o fundamento social desta divisa de poder, revelando um nítido contraste com a profundidade sociológica de outros temas abordados em sua vasta produção intelectual. Para o ensaísta brasileiro, o motivo desta ausência está ligado às preocupações weberianas com o problema da criatividade humana e do amor à grandeza, implícitos na sua concepção de carisma.

4.2. *O Liberalismo*: Weber como liberal conservador/semi-liberal

A seção que encerra este capítulo é dedicada à segunda obra na qual José Guilherme Merquior analisa (ainda que de modo conjuntural) o pensamento político de Max Weber. Estamos falando de *O Liberalismo: antigo e moderno*, considerada a obra máxima de Merquior. O manuscrito original de *Liberalism: Old and New* foi redigido na Cidade do México no verão ano de 1989, ocasião na qual o autor era diplomata naquele país. A obra impressiona pela erudição enciclopédica, onde uma infinidade de ideias, contextos históricos, políticos e em especial a dinâmica do pensamento liberal são analisados de forma sucinta e direta, todavia sem fugir das polêmicas, assentado numa concepção e defesa originais do ideário liberal.

Partindo do pressuposto elaborado pelo historiador britânico Arnold Toynbee, Merquior (2014, p. 35) afirma que uma concepção geral de três séculos de pensamento liberal só pode ser panorâmica em vez de microscópica, cuja ênfase recai sobre o resumo ideológico ao invés do enfoque na análise filosófica. Muito do que já foi escrito de interessante acerca da doutrina liberal parte de uma premissa analítica, em comparação com o número bastante menor de exposições históricas do liberalismo. Aderindo portanto ao ponto de vista histórico, Merquior (2014, pp. 35-36) ressalta duas vantagens.

A primeira delas consiste em revelar como liberalismo é plural e variado quase desde sua origem; tanto suas versões antigas quanto as contemporâneas são muito diversas, tanto no que toca ao posicionamento político quanto aos fundamentos conceituais. Devido a essa variedade discursiva, as ideias liberais

foram altamente enriquecidas em suas finalidades políticas, seus aspectos sociológicos e em seus objetivos morais.

Já a segunda vantagem concerne à certeza segundo a qual a descrição histórica parte dos melhores estudos disponíveis, reinterpretações rigorosas e recentes de cada uma das vertentes do liberalismo. Reforçando sua dívida inestimável para com os trabalhos desta natureza, Merquior comenta que ficaria alegre se sua obra fosse em especial estudada como aquilo que os franceses denominam *haute vulgarisation*, isto é, uma popularização em larga escala de determinado fenômeno social, encampada por parcelas da intelectualidade acadêmica.

A diversidade histórica do pensamento liberal é simultaneamente nacional e internacional. Em que pese seja hegemonicamente uma ideia anglo-saxã (Merquior se refere entre aspas às chamadas “instituições livres”) o liberalismo possui contribuições interessantes dos demais países do Ocidente. Daí o autor abarcar outros autores liberais por vezes esquecidos nas exposições em idioma inglês, tais como Benedetto Croce, Ortega y Gasset e José Sarmiento.

Merquior (2014, p. 36) adverte que ao usar o termo “liberal” admite um obstáculo: se boa parte dos autores escrutinados se definia como liberal, muitos outros não concordariam com tal designação. No caso de liberais clássicos como Montesquieu, Locke e Smith a palavra não possuía a conotação política moderna. Porém, intelectuais que aderiram tardiamente ao liberalismo evitam tal rótulo. O autor traz o exemplo do italiano Norberto Bobbio, que se autodenomina “socialista liberal”. De todo modo, frisa que classificou ambos os grupos como liberais, devido ao fato de entender que tal tradição resta já consolidada.

O ensaísta brasileiro não tem receio em se declarar e expressar uma perspectiva decididamente liberal. Compromissado com os princípios básicos e a herança intelectual do liberalismo, declara de modo categórico ao final do prefácio: **“Este é um livro liberal sobre o liberalismo, escrito por alguém que acredita que o liberalismo, se entendido apropriadamente, resiste a qualquer vilificação”** (MERQUIOR, 2014, p. 37, grifos nossos).

Enquanto fenômeno histórico, é bastante difícil fornecer uma definição do liberalismo. Produto das transformações próprias que foram as condições de possibilidade para a emergência da sociedade moderna, o liberalismo expressa a diversidade da história da organização social da qual surgiu. Na pena de Merquior

(2014, p. 40), é muito mais fácil e sensato descrever o liberalismo ao invés de buscar uma breve e sintética definição. Portanto, para cimentar as bases teóricas do pensamento liberal (antigo e moderno) é necessário efetivar uma descrição comparativa de suas manifestações ao longo da história.

Durante o seu apogeu – no século XIX – o movimento liberal lutava em duas frentes. A primeira delas era no nível do pensamento e a segunda fundava-se no nível das relações sociais. Assumia a forma de um *corpus* doutrinário e num conjunto de princípios que moldavam o funcionamento de diversas instituições, desde as mais antigas como os parlamentos quanto as mais antigas, à exemplo da liberdade de imprensa:

Por consenso histórico, o liberalismo (a coisa, não o nome) surgiu na Inglaterra na luta política que culminou na Revolução Gloriosa de 1688 contra Jaime II. Os objetivos dos vencedores da Revolução Gloriosa eram tolerância religiosa e governo constitucional. Ambos tornaram-se pilares do sistema liberal, espalhando-se com o tempo pelo Ocidente (MERQUIOR, 2014, p. 41).

Durante o período histórico entre a vitória da Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa (as duas grandes revoluções burguesas), o protoliberalismo – a expressão é cunhada pelo ensaísta brasileiro – se achava fortemente vinculado ao chamado “sistema inglês”, isto é, um sistema de governo assentado no poder monárquico e num grau elevado de liberdade religiosa e civil. Na Inglaterra, os acordos entre a lei e a liberdade forjavam uma sociedade mais próspera e longeva em comparação às demais monarquias do continente. O mesmo se observa quando se compara o “sistema inglês” às repúblicas da Antiguidade. Devido a isso, muitos protoliberais estavam convictos de que o governo precisava atuar de forma mínima, garantindo a segurança e a paz: “Porque nasceu como um protesto contra os abusos do poder estatal, o liberalismo procurou instituir tanto uma *limitação* da autoridade quanto uma *divisão* da autoridade” (MERQUIOR, 2014, p. 42, *itálicos no original*).

Passada a Revolução Francesa e o período do Terror jacobinista, a doutrina liberal teve de enfrentar novas oposições em sua luta pela garantia das liberdades fundamentais. Por um lado, combatia os privilégios da nobreza, embora não estivesse pronta para aceitar as consequências democráticas provenientes de um acordo com os setores da aristocracia. O liberalismo acabou aderindo ao centro político, ficando ao meio do caminho entre o antigo absolutismo e a reemergência da democracia, agora sob bases capitalistas. A doutrina liberal era o pensamento da

monarquia limitada e de um governo popular permeado por restrições, uma vez que os dois principais mecanismos da democracia censitária (o sufrágio e a representação) iam ao encontro dos privilégios das classes superiores.

Tal ordenamento burguês foi uma forma histórica e transitória, rapidamente substituída pela instituição do sufrágio universal, ainda que limitado aos homens. A partir dos anos 1870, o processo de consolidação da democracia nos países do Ocidente nos quais o capitalismo se torna vitorioso foi sinônimo da preservação definitiva de algumas premissas do liberalismo, das quais podemos destacar os direitos humanos, a liberdade religiosa, a ordem legal, um governo representativo formalmente responsável e a legitimação das possibilidades de ascensão social.

Porém, adverte Merquior (2014, pp. 44-45) que nem todas as conquistas próprias da democracia foram produto dos esforços assumidamente liberais. Os casos inglês (governo de Disraeli), francês (sob a era de Napoleão I) e alemão (durante a autocracia de Otto von Bismarck) de instituição do voto masculino foram combatidos pelas elites partidárias do liberalismo. Da mesma maneira, o Estado democrático liberal não foi um trabalho apenas das forças liberais.

Assim, a defesa da democracia representativa e do pluralismo político por parte do espectro conservador e também socialista manifesta as concessões ao liberalismo. Contudo, o século XX testemunhara um desenvolvimento menos constante do liberalismo democrático, especialmente durante os períodos das duas Grandes Guerras e da proliferação de ditaduras militares na América do Sul. Com o colapso do socialismo estatal em 1989, o grande oponente da democracia liberal estava liquidado; a democracia – que há mais de meio século e contemporaneamente por mais de três décadas – é o critério de legitimidade nas sociedades modernas.

O pluralismo social e político das democracias liberais é, por sua vez, algo dotado de especificidade, posto que é o único princípio verdadeiramente legítimo no interior do mundo moderno. O liberalismo, desta feita, refere-se a uma enorme quantidade de crenças e valores, opondo-se tanto à concepção defendida pela maioria das utopias radicais quanto pelo pacto moral apregoado pelos conservadores:

Não obstante, a democracia liberal permaneceu a ordem civil “normal” das sociedades industriais, como se vê na reconstrução pós-guerra da Alemanha, Itália e Japão, assim como na fase final da política de modernização dos Estados recém-industrializados. [...] O liberalismo clássico, tal como o de Adam Smith, achou que a competição levaria a um

mundo quase newtoniano de equilíbrio social. Liberais posteriores, como Max Weber, resolveram salientar a irreducibilidade dos conflitos de valores, ao invés da consecução do equilíbrio. Há liberais de harmonias e liberais de dissonâncias. Mas, em ambos os casos, o liberalismo espousa uma opinião liberal da luta humana (MERQUIOR, 2014, p. 44, aspas no original).

Com o desenvolvimento histórico das organizações liberais, produto da consolidação do capitalismo e da democracia, a acepção do termo liberalismo muda drasticamente. Merquior defende a tese segundo a qual na contemporaneidade – na verdade, em finais da década de 1980 – o vocábulo “liberal” significa algo muito diferente na Europa continental e na América Latina, se comparado ao que se entende por tal palavra nos EUA. Desde o *New Deal* que o liberalismo estadunidense assume uma forma que em certos pontos se assemelha às políticas socialdemocratas; ademais, acaba aproximando-se também do que o pensador brasileiro denomina liberal-socialismo, fundado em preocupações igualitárias não vinculadas ao autoritarismo do Estado e que defende uma ação estatal muito acima das condições mínimas apregoadas pelo liberalismo antigo, com seu espírito “de vigia noturno” (MERQUIOR, 2014, p. 45, aspas no original).

Esse fenômeno próprio dos Estados Unidos marcou a história da semântica liberal. Na sua forma renovada, o liberalismo conserva um vínculo tênue entre a definição estadunidense, tornando-se um campo em disputa altamente diversificado e marcado por posições bem distintas. Isso mesmo antes de Keynes e Roosevelt, o teórico e o estadista que provavelmente mais contribuíram para a mudança em torno do legado forjado no século retrasado.

Visando maior concreção em sua análise histórica, Merquior (2014, p. 58) retoma a distinção esboçada por Guido de Ruggiero em seu estudo sobre o liberalismo europeu, diferenciando entre o modelo liberal inglês e o modelo liberal francês. Os dois modelos exemplificam duas formas opostas no relacionamento entre Estado e indivíduo. O liberalismo inglês era profundamente marcado pela necessidade de limitar o poder estatal, ao passo que o liberalismo francês buscava fortalecer a autoridade do Estado, com o intuito de garantir a igualdade diante das leis. Da mesma forma, os liberais na França objetivavam a destruição do feudalismo, assentado no poder da Igreja e nos privilégios sociais.

O ensaísta brasileiro ressalta que tal diferença possuía raízes sociais. A estrutura social inglesa se caracterizava por um acentuado caráter de classe, cuja hierarquia entre os Estados (própria das sociedades tradicionais) foi corroída pelo

surgimento dos agricultores livres e pela conversão dos nobres ao capitalismo agrário. Tal configuração socioeconômica, em conjunto com a centralização e unicidade do Estado, fundou uma ordenação estatal baseada na independência individual. Nesta, a relação com o Estado era mais uma associação do que meramente uma subordinação: em realidade, as classes superiores eram as detentoras do Estado.

Já a sociedade francesa conservou por um longo período de tempo uma estrutura completamente hierarquizada. A Revolução Francesa privou essa estrutura de legitimidade: sua dinâmica conduziu ao uso da máquina estatal para libertar o indivíduo, mediante a garantia de direitos universais. Este novo Estado se torna a fonte única da autoridade considerada legítima, em larga medida inacessível à sociedade civil organizada. Tal lógica da situação evidencia a oscilação da ordem estatal entre formas despóticas e democráticas, o que teve por consequência a preocupação de liberais franceses como Tocqueville em fazer no território nacional uma mescla com o modelo dos EUA, tentando frear o poder de Estado:

[...] enquanto na Inglaterra o relacionamento Estado-indivíduo era basicamente descontraído, na França tornou-se muitas vezes tenso e dramático, fazendo com que os cidadãos entrassem em choque com o poder estatal em solidão heroica e rebelde, como um personagem numa tragédia clássica (MERQUIOR, 2014, p. 59).

Ao longo de três séculos de constituição, a doutrina liberal foi bastante enriquecida em suas temáticas e fenômenos abordados. Todavia, este processo não foi, de modo algum, marcado pela linearidade. As aparências de triunfo devem ser afastadas, na ótica de Merquior (2014, p. 62): isso porque o liberalismo precisou aprender e se desenvolver mediante o conflito travado com ideologias rivais. Para o autor, o liberalismo clássico – em sua forma original – pode ser definido de modo breve como um conjunto de teorias cujo mote é a defesa de um Estado constitucional e uma considerável margem de liberdade civil. Ademais, a doutrina liberal clássica possui três características básicas: 1) a teoria dos direitos humanos; 2) o constitucionalismo; 3) a economia clássica, tal como iniciada por Adam Smith, desenvolvida por David Ricardo e consolidada por outros pensadores, como John Stuart Mill.

Diversos autores deste período histórico defendiam a ideia segundo a qual o desenvolvimento da economia era sinônimo de melhoria e insituição de novos padrões de vida, inclusive para as classes trabalhadoras. Merquior (2014, p. 82)

relembra o pensamento de Locke, que compara os chefes indígenas (embora detentores de grandes extensões de terra) aos trabalhadores diaristas da Inglaterra, afirmando que os primeiros se vestiam e comiam pior do que últimos. Isso porque os trabalhadores estavam inseridos numa economia calcada numa produção superior dos meios de vida, por conta do alto desenvolvimento da indústria e da propriedade privada.

Outrossim, Adam Smith ressaltou como a divisão do trabalho e seu aprofundamento são elementos derivados da prosperidade moderna. O surgimento da economia clássica foi contemporâneo de uma mutação no conjunto dos valores, no embate entre os defensores do bom luxo contra os adeptos do mau luxo. Por um lado, David Hume e Voltaire defendiam o luxo a partir de justificativas utilitárias, sobretudo por produzir empregos.

Por outro lado, Rousseau e Diderot criticavam-no, entendendo como prejudicial. Os partidários do mau luxo culpavam este pela queda dos grandes Impérios, citando como principal exemplo o Império Romano. Já os defensores do bom luxo legitimavam a riqueza, argumentando que a busca pelo interesse pessoal conduzia à prosperidade geral e, por fim, à harmonia social. Merquior sintetiza o debate, concluindo que paulatinamente os interesses se constituíram enquanto novo paradigma ético, domesticando as concepções passionais:

Corrigindo Rousseau, Smith assinalou que, embora os ricos procurassem satisfazer seus desejos infinitos por pura vaidade, seus estômagos não eram maiores do que os estômagos dos pobres, e eles não podiam, através do seu consumo, esfomear o resto, como Rousseau segerira em seu *Discurso sobre a Desigualdade*. Ao contrário: o gosto pelo luxo, por tolo que fosse, dava energia à economia, e assim fazendo criava uma riqueza difundida, embora desigual (MERQUIOR, 2014, p. 83, itálicos no original).

Merquior (2014, p. 82) afirma que Adam Smith inaugura a teoria do desenvolvimento em seu estudo clássico *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Nesta obra, o ensaísta brasileiro salienta a tese segundo a qual a sociedade comercial conduz da pobreza à prosperidade, sem a necessidade seja de uma perspectiva sombria de declínio do gênero humano, bem como sem a necessidade de uma conquista despótica. Entendida enquanto estágio mais elevado da civilização, a sociedade comercial é indubitavelmente desigual em suas estruturas elementares. Contudo, é bem menos injusta se comparada à sua antecessora, a sociedade agrária: isso porque a totalidade de seus membros

poderia, ainda que minimamente, ter acesso aos meios de substância produtos da prosperidade geral.

Crítico do privilégio e da proteção (dois pilares da sociedade pré-moderna e alvos do liberalismo enquanto voz da modernidade, diz-nos Merquior) além de observador arguto das “desvantagens do espírito comercial” (em especial os efeitos destruidores das tarefas simples decorrentes da crescente divisão social do trabalho), Adam Smith era adepto da noção iluminista que via no comércio um caminho livre rumo à perfectibilidade. Na pena do autor brasileiro, vemos em Smith um dos teóricos liberais que injetou profundidade social e econômica à discussão em torno do progresso. Do mesmo modo, ele introduz sua ideia de crença no progresso enquanto defesa do liberalismo:

O avanço de Smith consistiu em enfrentar com êxito o problema do direito natural – justiça – em termos de uma espécie de economia política – a teoria do crescimento – e em mostrar que, pelo menos em perspectiva histórica, a responsabilidade pela justiça distributiva – ou seja, o equilíbrio entre direitos e necessidades – poderia caber àquilo que ele chamou “o sistema de liberdade natural” e a sua evolução espontânea em direção à prosperidade e ao bem-estar. (MERQUIOR, 2014, pp. 86-87, aspas no original).

Progresso e liberalismo foram dois elementos constantes nos escritos de Adam Smith, o principal dos representantes econômicos do liberalismo clássico. Além disso, acabaram se tornando integrantes da doutrina liberal, ao lado dos elementos formativos direitos e constitucionalismo. Porém, o liberalismo não se resume a uma doutrina política: trata-se também de uma cosmovisão, assentada na crença no progresso. A temática do progresso é uma das heranças do movimento iluminista, sobretudo se levarmos em conta as contribuições da economia clássica. Frisa o autor brasileiro que os iluministas escoceses trouxeram uma nova explicação da história ocidental, adicionando ao *corpus* teórico liberal (teoria dos direitos de John Locke e crítica ao despotismo feita por Montesquieu) uma poderosa estrutura: “Seu significado consistia no progresso mediante o comércio que prosperava na liberdade – na liberdade civil, individual, *moderna*.” (MERQUIOR, 2014, p. 87, itálicos no original).

O caráter reformista do Iluminismo aproximou o movimento de um liberalismo empreendedor, ao invés de uma expressão neoconservadora do credo liberal. Para Merquior (2014, pp. 87-88), uma análise histórica comprova que as reformas esclarecidas possuíam um verniz eminentemente libertário. É o caso das reformas na lei penal operadas pelo italiano Cesare Beccaria, bem como a luta de

Voltaire contra a censura e a tortura, além da retirada do apoio por parte do Estado à perseguição e discriminação religiosas, a abolição dos privilégios feudais e da servidão. Todas essas medidas acentuam um caráter libertador. Além disso, visavam dotar as instituições e a sociedade de maior liberdade, no embate contra as desigualdades que imperavam. Merquior enfatiza os aspectos positivos, embora pondere que o Iluminismo não era, na sua totalidade, um movimento liberal:

Via de regra, mesmo quando não era liberal, o Iluminismo terminava por desbravar terreno para instituições mais livres e (no conjunto) uma sociedade menos desigual. Se o ousado reformismo dos déspotas esclarecidos não era libertário em sua intenção, a maior parte de seus resultados ajudou a aumentar a liberdade e a igualdade. (MERQUIOR, 2014, p. 88, parêntesis no original).

A fusão entre elementos do Iluminismo e o liberalismo não se limitou ao pensamento social. Também nas artes do período tal combinação se manifestou, reforçando a afirmação de Merquior (2014, pp. 89-91) segundo a qual houve também uma mutação nos valores. O autor focaliza as contribuições de Goya e Beethoven, comentando que embora não fossem românticos, assentaram as bases do romantismo. Retomando as interpretações do fenômeno, o pensador brasileiro reforça a declaração do literato francês Victor Hugo, para quem o romantismo seria o liberalismo na literatura. Isso porque o próprio Victor Hugo foi um dos pioneiros na mudança do romantismo francês, substituindo o monarquismo político por uma concepção liberal vanguardista.

Na esteira dos estudos da cientista política e filósofa política estadunidense Nancy Rosenblum, Merquior (2014, p. 90) escreve que a mistura entre romantismo e liberalismo se deu devido à apreciação e à experiência do individualismo moderno. Os dois movimentos (a literatura romântica e o pensamento liberal) enfatizam a intimidade: se o liberalismo defendia que o domínio individual era inestimável – e não um meio para outra finalidade – a imaginação própria do romantismo só aflorava quando envolta nas fantasias individuais. Daí o autor sublinhar que “por isso o romantismo *era* liberalismo em literatura, na sua desconsideração do decoro clássico e na subversão das regras clássicas.” (MERQUIOR, 2014, p. 90, itálicos no original).

Do mesmo modo, o utilitarismo inglês de Jeremy Bentham era manifestação do credo liberal. Isso pois tanto o frio cálculo utilitário quanto o expressivismo romântico perfazem duas escolas nacionais do liberalismo, a inglesa e a alemã: “Enquanto o liberalismo utilitarista pertence ao conceito inglês de liberdade como

independência pessoal, o liberalismo de expressão relembra o conceito germânico de liberdade como autotelia psicológica e cultural.” (MERQUIOR, 2014, p. 90).

Entretanto, não foi apenas nas artes onde o romantismo e o liberalismo (em especial o individualismo que lhes unifica) ganharam terreno frente às crenças e ideias que expressavam o Espírito da época, isto é, o século XVIII. As bases românticas do individualismo moderno remetem à reinterpretação da fé cristã pelo protestantismo inglês pertencente às classes médias. Tal revisão teológica reforçava antes o sentimentalismo, opondo ao ascetismo puritano uma devoção que via no prazer um companheiro natural da virtude, fomentando sentimentos como os de melancolia, simpatia e benevolência. “Instalou-se o sentimentalismo, que logo seria reforçado pelo movimento evangélico” (MERQUIOR, 2014, p. 91).

Assim, a teoria ética romântica reconhece a humanização e modernização do protestantismo pelo misticismo. Aos olhos de Merquior, tal processo assentou os alicerces da cultura moderna numa magnitude equivalente à racionalização do mundo produzida pelo capitalismo ascético. Se do ponto de vista moral e dos valores a ética do trabalho forjou a tecnologia e a economia modernas, “[...] a ética romântica faz com que concordem por força de uma demanda perpétua, proteica, ditada pelo hedonismo moderno.” (MERQUIOR, 2014, p. 91).

Todavia, o individualismo romântico de fins do século XVIII é marcado por uma fase sombria, associada a uma concepção relativamente severa das relações econômicas. Prova disso é a mudança no interior do protestantismo, que vai do otimismo de Wesley à Época de Expição proclamada pelo protestantismo evangélico, na qual o lucro fora condenado e julgado como castigo divino. Tal movimento acabou por reforçar as concepções liberistas, especialmente entre os primeiros representantes do capital industrial:

Na medida em que o evangelismo protestante maduro era um romantismo religioso, sua singular justificação teológica do liberismo proporcionou ao liberalismo mais de um poderoso laço com a cultura romântica. Somente na segunda metade do século XIX, com o surto de uma mentalidade meliorista, a Época da Expição começou a retroceder. Mas, antes que isso ocorresse, ela havia tornado romântico o espírito de parte substancial das classes médias vitorianas. E porque tal romantização era um impulso fortemente individualista, ela contribuiu de forma significativa para que se alçasse a uma cultura liberal (MERQUIOR, 2014, p. 91).

Após apresentar sua concepção de liberalismo e dissertar acerca das origens políticas, econômicas, sociais do credo e cosmovisão liberal, José Guilherme Merquior efetua uma síntese histórica do fenômeno. Nela, destaca num primeiro

momento o liberalismo clássico e em seguida discorre sobre os liberalismos conservadores. No interior destes últimos situa a obra de Max Weber e outros autores alemães, naquilo que denomina semiliberalismo. No entanto, para situarmos melhor nossa discussão, faz-se necessário descrever – ainda que sucintamente – como o autor define os termos liberalismo conservador e conservadorismo liberal, a partir das especificidades do conservadorismo inglês.

Portanto, cumpre brevemente informar sobre os principais representantes intelectuais do liberalismo conservador em outros países elencados por Merquior, a saber: Inglaterra (Herbert Spencer e Walter Bagehot); Argentina (Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi); França (Charles de Rémusat e Ernest Renan); Itália (Benedetto Croce) e Espanha (José Ortega y Gasset).

Para Merquior (2014, p. 140), o legado do liberalismo clássico consiste no equilíbrio entre o que chama de libertarianismo e democratismo. As conquistas do protoliberalismo (respeito aos direitos, governo constitucional) foram mantidas e progressos nas esferas social e moral realizados. Com fortes atenuantes se comparado com o otimismo histórico do Iluminismo, o período clássico do pensamento liberal avançou no sentido da defesa do liberalismo e do afastamento das preocupações de ordem teológica – mesmo quando o assunto abordado era a religião. Destarte, seus expoentes intelectuais foram coerentes com o potencial libertário do ideário liberal e com as promessas da democracia: “O liberalismo clássico conduziu sua inventiva institucional, sua imaginação conceitual e sua força analítica num estado de espírito leigo.” (MERQUIOR, 2014, p. 140).

Todavia, o pensamento liberal não se limitou à sua vertente clássica. Em meados do século XIX surgiram diversas correntes liberais, cuja posições eram bastante diferenciadas em comparação ao liberalismo clássico. Ademais, as tendências emergentes eram assaz dessemelhantes dos seus desdobramentos (liberalismo social e neoliberalismo). O que unifica o liberalismo conservador é sua “fuga da democracia” (MERQUIOR, 2014, p. 150). Neste sentido, frisa Merquior: “Tais correntes, algumas das quais eram contemporâneas do último estágio do liberalismo clássico, podem ser reunidas sob um único rótulo racional: *liberalismo conservador*.” (MERQUIOR, 2014, p. 140, itálicos no original).

Já o conservadorismo liberal era uma manifestação tipicamente inglesa e distinta do conservadorismo reacionário do restante da Europa. Este último, em pleno começo do século retrasado, ainda se opunha ao governo representativo e à

liberdade religiosa. Já o conservadorismo britânico buscava respeitar o pacto antiabsolutista fruto da Revolução Gloriosa de 1688-1689.

Na esteira das contribuições filósofo político inglês Anthony Quinton, Merquior (2014, p. 141) elenca três das principais doutrinas no seio do conservadorismo britânico, as quais lhe separam da concepção reacionária dos demais conservadorismos europeus: a) tradicionalismo (a crença que a sabedoria política possui alguma forma de natureza coletiva e histórica, cujas instituições resistiram ao teste do tempo); b) organicismo (a ideia da sociedade como uma totalidade e não a mera soma de suas partes componentes, algo superior e que se sobrepõe aos indivíduos); c) ceticismo político (desconfiança quanto ao pensamento e à teoria aplicados no interior da vida pública, sobretudo com objetivos inovadores).

Na tradição conservadora britânica as duas primeiras posições são maleáveis, posto que a tradição não se opõe às mudanças adaptativas e nem o organicismo exclui as mutações parciais das instituições: “A maioria dos conservadores continentais, em contraste, saindo de uma repugnância raivosa à Revolução Francesa e seu contágio, tendia a petrificar a tradição num edifício intemporal e ter as instituições na conta de inalteráveis.” (MERQUIOR, 2014, pp. 141-142);

Merquior (2014, pp. 142-144) reconstitui a importância de Edmund Burke (1729-1797), pioneiro de críticas contundentes à Revolução Francesa e tido como o pai do conservadorismo britânico, nas formulações teóricas de reacionários europeus como Joseph de Maistre (1754-1840) e Friedrich Gentz (1764-1832). Entretanto, em que pese tal influência, estes representantes intelectuais foram se afastando da concepção burkiana de legitimidade, fundada na prescrição – isto é, na autoridade consagrada pela continuidade. O pensador brasileiro enfatiza que Burke opôs-se frontalmente aos revolucionários franceses. A ideia burkiana estava calcada na certeza de que os realizadores da Revolução Francesa de 1789 estavam decididos a apagar o passado, ao invés de utilizar dos velhos direitos no embate contra a monarquia absolutista.

Ademais, o tributo de Burke às concepções tradicionais tinha como fio condutor o pensamento reacionário. Portanto, Merquior (2014, p. 143) argumenta que o conservadorismo político liberal se mescla à reavaliação romântica da fé religiosa e de símbolos medievais (a cavalaria, por exemplo) como elementos da civilização, envoltos numa visão da história que rechaçava a democracia. Todavia,

seu conceito flexível de tradição – assentado no postulado da mudança na continuidade – ganhou forma numa defesa sólida da antiga constituição, para além da defesa de um conjunto de normas imutáveis:

A inclinação de Burke pela ortodoxia religiosa e pela sociedade orgânica tornou-o um verdadeiro conservador, uma vez que isso significava o próprio oposto de dois traços persistentes do liberalismo: o latitudinarismo moral e o individualismo. [...] Burke logrou manter seus modelos parlamentares separados por uma grande distância de exigências radicais e utilitárias para a democratização do poder. Isso preservou seu conservadorismo liberal a uma grande distância do liberalismo clássico, tanto política quanto conceitualmente (MERQUIOR, 2014, p. 143).

Cumprido ressaltar o contexto político britânico de finais do século XVII e início do século XIX era marcado pela oposição entre os dois maiores partidos políticos da época, o *tory* (partido conservador que reunia a aristocracia) e o *whig* (organização que arregimentava os liberais). Em franca divergência para com o arsenal teórico formulado por Edmund Burke, Merquior (2014, p. 144) enfatiza a figura do historiador liberal inglês Thomas Macaulay (1800-1859).

Este último ressignificou a discussão burkiana de mudança na continuidade, transformando-a (no bojo das reformas constitucionais inglesas da primeira metade do século XIX) na ideia de continuidade da mudança. Contra os argumentos conservadores em oposição às reformas na constituição, Macaulay defendeu a tradição da reforma, abrindo espaço para as amplas mudanças eleitorais no Reino Unido manifestas na Lei de Reforma de 1832.

Entretanto, ainda na segunda metade do século retrasado o conservadorismo liberal inglês irá trazer novos representantes, dos quais Merquior (2014, p. 145) destaca Henry Maine (1822-1888) e lorde Acton (1834-1902), numa tentativa inconsciente de assimilar as ideias burkianas ao individualismo, rechaçado por Burke. O jurista Maine buscou superar as ideias de J.J. Rousseau acerca do estado de natureza. Para Rousseau, o estado de natureza seria fundamental para um contrato social que servia como justificativa para a igualdade universal. Na ótica de Merquior, Henry Maine fora um liberal conservador e não um conservador. Ademais, compartilhava de Macaulay a crença no progresso, expressa na ideia de evolução das sociedades a partir do *status* até o contrato contida no livro de Maine *Ancient Law*, escrito em 1861:

A humanidade, escreveu Maine, evoluíra de um contrato social em que todas as relações eram governadas por um *status* numa estrutura familiar para uma fase em que o moderno individualismo sobre a propriedade pessoal. [...] Assim, em Maine e noutros, argumentos burkianos serviram ao

objetivo não burkiano de individualismo, erradamente encarado como ameaçado pela democracia (MERQUIOR, 2014, p. 145, itálicos no original).

Informa-nos Merquior que o historiador católico lorde Acton tinha preocupações similares. De formação humanista católica, se opôs ao absolutismo papal e combateu o nacionalismo, visto por Acton como iliberal e cujo afastamento o levou a defender o federalismo – de caráter não-democrático. Todavia, a influência de Burke é ressaltada pelo pensador brasileiro, na combinação entre tradição, religião e liberdade. Tal mescla se expressa na defesa da Igreja na Idade Média e gira em torno da recusa da democracia:

Seu antinacionalismo levou-o a sustentar o federalismo; olhou nostalgicamente para a Igreja medieval como o baluarte da liberdade no mundo feudal. Contudo, conquanto para outros historiadores liberais o federalismo era a própria garantia de uma participação política como a da *polis*, o federalismo de Acton foi idealmente dirigido para um propósito muito diferente; pois devia ser um obstáculo à democracia mediante uma multiplicação propriamente *whig* de centros de poder (MERQUIOR, 2014, p. 145, itálicos no original).

Durante as décadas de 1860 e 1870 emerge a tendência utilitária do liberalismo conservador. Um dos representantes intelectuais destacados é Walter Bagehot (1826-1877). Merquior comenta que na obra *The English Constitution*, de 1867, Bagehot expressa seus temores diante da extensão dos mecanismos de inclusão social e política proposta pelos *tories* (conservadores) e pelos *whigs* (liberais). Destarte, os dois partidos disputariam a atenção dos trabalhadores; para Bagehot, tal processo seria um perigo para a liberdade: colocando a evolução social como um obstáculo ao progresso da democracia, defendia o darwinismo social como um freio aos avanços democráticos.

José Guilherme Merquior sintetiza o pensamento político de Walter Bagehot, para quem as classes detentoras do governo deveriam continuar em sua condição por intermédio de práticas eleitorais “astuciosas”. Para Bagehot, tais classes usariam da eleição para manipular elementos considerados dignos da ordem política, com o objetivo de angariar respeito aos poderes vigentes. O pensador brasileiro qualifica a obra do jornalista, banqueiro e economista inglês como expressão do liberalismo utilitário conservador: “Em *Physics and Politics* (1872) Bagehot conferiu a esse maquiavelismo cético uma torção darwinista: ele representou o êxito social e nacional como exemplos da “sobrevivência do mais apto” e apoiou a função social da força junto à fraude institucional.” (MERQUIOR, 2014, p. 146, itálicos, parêntesis e aspas no original).

No entanto, o conservadorismo liberal de finais do século retrasado teve como teórico mais destacado Herbert Spencer (1820-1903), o “pai do evolucionismo como ideologia geral” (MERQUIOR, 2014, p. 147). Merquior comenta que a trajetória intelectual de Spencer foi marcada pela ideia minimalista de Estado e pela forma maximalista de liberismo. Além disso, Spencer era individualista, desprezava os privilégios da aristocracia e rejeitava a hierarquia espiritual.

O autor brasileiro divide dois momentos da obra spenceriana, marcada pelo individualismo, antiestatismo e liberismo. Na obra de juventude *Social Statistics* (1850), Spencer aponta elabora sua teoria dos direitos naturais, desferindo três críticas ao utilitarismo: a) impossibilidade da felicidade geral do maior número de pessoas; b) rejeição das propostas reformistas de Jeremy Bentham (principal nome da doutrina utilitarista) com suas mudanças formais e legais na organização estatal; c) defesa de direitos preexistentes, em oposição à ideia de Bentham assentada em direitos constituídos legalmente.

Para Spencer a ampliação das leis de bem-estar conduziria ao despotismo, bem como retoma sua crítica ao crescimento da máquina do Estado, acarretando o aumento da burocracia (vista como essencialmente corrupta). Spencer condenava o estatismo da legislação de bem-estar – tido como imoral – e considerava a confiança no governo moderno sinônimo de “uma forma sutil de fetichismo” (MERQUIOR, 2014, p. 149). Spencer acabou por rejeitar na fase madura de sua obra a teoria dos direitos naturais, a liberdade geral e a defesa do sufrágio universal formuladas em seus primeiros escritos.

Na famosa obra *The Man versus the State* (1884) adere totalmente ao evolucionismo numa interpretação própria dos escritos de Darwin: a luta pela evolução também ocorre nas sociedades humanas, mas ela operava no sentido de fazer avançar a civilização. Crítica dos governos regidos pela maioria democrática e da supestição política das minorias parlamentares, a interpretação spenceriana do liberalismo entendia este último como um poderoso limitador do poder do parlamento:

Assim, quando o darwinismo social prevaleceu completamente sobre sua primitiva teoria de direitos, Spencer alcançou uma espécie de utilitarismo social. Mas esse utilitarismo social resultou, no seu caso, precisamente no oposto da variedade benthamita: uma desconfiança da democracia representativa. No final do século, em toda parte que se sentiu a extensa influência de Spencer, o liberismo e o liberalismo foram vistos como coisas contrárias à democracia (MERQUIOR, 2014, pp. 149-150).

Na Argentina a linha tênue entre liberalismo conservador e conservadorismo liberal é evidenciada nas trajetórias políticas e intelectuais de Domingo Sarmiento (1811-1888) e de Juan Alberti (1810-1884). Merquior destaca que os dois foram liberais nos anos 1840, em oposição à ditadura caudilhista de Juan Manuel de Rosas, deposto no ano de 1852. A principal obra de Sarmiento, *Facundo, Civilização e Barbárie* (1845), descreve o país de maneira dramática: a violência dos ruralistas grassando num contexto permeado pelo incipiente progresso das cidades. Após as revoluções burguesas que em 1848 sacudiram diversos países europeus, Sarmiento reconsiderou a oposição cidade x campo e interpretou à sua maneira a obra de Alexis de Tocqueville acerca do desenvolvimento político, econômico e social dos Estados Unidos pós-independência.

Ao contrário de Tocqueville, Sarmiento via nos EUA uma democracia social e não uma república, na qual o mercado e a educação cumprem um papel fundamental. Neste sentido, o combate à barbárie se daria com a construção da igualdade, entendida como produto e ao mesmo tempo desdobramento do progresso: “Propriedade amplamente distribuída, escolas onipresentes e comunidades urbano-rurais deviam proporcionar a coluna dorsal da liberdade e da civilização. À moda de Tocqueville, Sarmiento queria injetar virtude cívica na república moderna.” (MERQUIOR, 2014, p. 151).

Sarmiento foi presidente argentino entre 1868 e 1874. Uma vez na condição de mandatário do país, suas preocupações paulatinamente passaram das discussões sobre a virtude cívica para a necessidade de manutenção da ordem social: “O homem que sonhava com a democracia terminou um verdadeiro liberal conservador, colocando a autoridade tão alto como a liberdade cívica, tão próxima de Bagehot quanto de Tocqueville.” (MERQUIOR, 2014, p. 152).

O outro grande representante intelectual do liberalismo na Argentina foi Alberdi. Assim como Sarmiento, Alberdi foi influenciado pela guerra de independência dos EUA, embora tenha aderido à interpretação de Michel Chevalier “[...] o saint-simoniano liberista que tanto adivinhou como avaliou o futuro industrial dos Estados Unidos” (MERQUIOR, 2014, p. 153). Diferentemente de Sarmiento, Juan Alberdi nunca nutriu ilusões sobre a democracia: do mesmo modo, era avesso às retóricas liberais e se opunha às lutas nacionais na América do Sul devido à forte hegemonia das ideias e dos princípios oriundos da Europa ocidental. Todavia, o grande problema não era a transplantação das culturas europeias; o necessário era

importar da Europa as ideias e princípios acertados, isto é, que fossem aplicáveis à realidade dos países sul-americanos.

Ademais, Alberdi fez duras críticas às concepções pedagógicas de Sarmiento, vendo-as como uma expressão atualizada de dominação colonial pelos eruditos, em conjunto com a antiga estratégia da Igreja em arregimentar a população do país para um moralismo que emanava de cima. Segundo o pensador brasileiro, Alberdi via numa educação para as artes e o progresso – e não na mera escolarização proposta por Sarmiento – a verdadeira solução para os problemas argentinos. Alberdi partia de uma ideia dupla de liberdade: a externa (que reside na independência nacional) e a interna (que se vincula à independência pessoal e ao direito de escolha dos representantes do governo). Merquior sintetiza desta maneira a oposição entre os principais nomes do liberalismo conservador na Argentina:

No cerne da contenda de Alberdi com Sarmiento estava a diferença em seus modelos sociopolíticos depois de meados do século. Como vimos, após 1848 Sarmiento aderiu ao modelo americano. Alberdi, em contraste, encontrava-se sob o encanto do Segundo Império francês e de seu progressivismo não liberal. Aceitava – e mesmo queria – a política autoritária, desde que trouxesse uma grande ação econômica livre de amarras. Forçado a escolher entre liberdade e progresso, [...] Alberdi optaria pelo progresso, pois igualava a primeira com o segundo. É esse o roteiro clássico do conservadorismo liberal, ou, talvez se deva dizer, do conservadorismo liberista, tentando resistir à maré democrática (MERQUIOR, 2014, p. 155).

O liberalismo francês foi adepto das conquistas de 1789, em especial a igualdade civil, e crítico do terror jacobinista de 1793, entendido como uma volta ao despotismo e um perigo à propriedade privada. Após a revolução de fevereiro de 1848 emerge um novo conjunto de liberais na França, evidenciando uma segunda “onda”, cujo fio condutor foi o conjunto de lutas político-institucionais naquela nação. Destarte, dois nomes são destacados por Merquior (2014, pp. 158-163): o primeiro deles é o de Charles de Rémusat (1797-1875), com sua ênfase no governo representativo e na república. Em seguida, destaca a guinada conservadora da doutrina liberal francesa, efetivada por Ernest Renan (1823-1892).

Durante o final da Restauração (da queda de Napoleão Bonaparte em abril de 1814 à monarquia constitucional deposta pelas revoltas populares de julho de 1830), Rémusat não apoiou nem o Ancien Régime expresso no absolutismo nem saudou a eclosão revolucionária. No reinado de Luís Filipe I (1830-1848), Rémusat era adepto da liberalização política do “rei burguês”. Após as transformações político-institucionais oriundas da revolução de fevereiro de 1848, Rémusat foi o

precursor da defesa do princípio republicano enquanto forma histórica da soberania da Nação.

Na ótica de Merquior (2014, p. 161), Ernest Renan é o grande responsável pela mudança do “segundo liberalismo” francês num sentido conservador. Por vezes descrito como positivista, Renan partilhava com Auguste Comte a recusa do sobrenatural, o culto da ciência e a transição civilizacional fundada em três estágios. Para o ensaísta e diplomata brasileiro, Renan descrevera a ciência como uma nova religião do saber que iria suplantar os dogmas seguidos pelo homem moderno. Ademais, distinguia três épocas da história humana. Seriam elas a da fé, a de crítica e à época de síntese, simultaneamente científica e religiosa: “O problema-chave de Renan consistia em fundamentar a fé, depois esvaziar a religião tradicional. Ele variou entre o ceticismo e a nostalgia, sem nada daquela ardorosa fé secular típica da “religião da humanidade” de Comte.” (MERQUIOR, 2014, p. 161, aspas no original).

Durante as lutas políticas de 1848, Renan apoia os republicanos. Todavia, a derrota na guerra franco-prussiana em 1870 e a Comuna de Paris de 1871, fazem-no, relembra Merquior, investigar as raízes da decadência francesa, quais sejam: a democracia e o materialismo. No que toca ao primeiro termo (e lembrando que a oposição ou mesmo a depreciação da democracia é a linha de corte na concepção merquiorana acerca dos diversos liberalismos conservadores) Renan atacava-o a partir de dois eixos: a) denúncia do caráter de direito “abstrato”, desprovido de história e fetichizado, do conceito de democracia; b) uma crítica moral da democracia, num viés racial fundado na comparação com os alemães e seu gosto pela hierarquia, rejeitada pela raça gaulesa.

Porém, por conta da dinâmica da política institucional francesa, enfatiza Merquior que ao final dos anos 1870 Renan busca uma conciliação com a democracia. Assentado numa visão elitista que concebia o povo enquanto massa ignorante, Renan via na forma democrática um meio de domesticar as multidões, levando-as à aceitação da república ao dissuadí-las da luta revolucionária: “No conjunto, a imagem de Renan permaneceu prisioneira da separação implausível que praticou entre liberalismo e democracia, num momento em que muitos liberais franceses estavam prontos a acolher uma visão ampliada da liberdade política.” (MERQUIOR, 2014, p. 163).

Em sua concisa digressão acerca do liberalismo italiano e do liberalismo espanhol, José Guilherme Merquior focaliza os nomes do filósofo e historiador Benedetto Croce (1866-1952) e do ensaísta e também filósofo José Ortega y Gasset (1883-1955). Com relação ao primeiro, o autor brasileiro destaca inicialmente o distanciamento para com a tradição positivista.

Croce formou-se no pensamento neoidealista, como os demais hegelianos do sul da Itália. Assim, o positivismo seria a manifestação mais ampla de um erro intelectual, o qual remetia ao racionalismo iluminista e ao pensamento jusnaturalista. Contra o arcabouço filosófico próprio do Iluminismo, Croce se arvora nas contribuições do compatriota Giambattista Vico: “Na opinião de Croce, a razão do século XVIII fora demasiado abstrata e rígida e era definitivamente inferior, como apreensão de todas as coisas humanas, à razão *histórica* concreta forjada por volta de 1800.” (MERQUIOR, 2014, p. 172, itálicos no original).

O contexto histórico e intelectual (sul da Itália, Nápoles) no qual Croce estava inserido era marcado pela existência de diversas correntes antipositivistas. Todavia, o pensador italiano elencava a democracia como um dos princípios corrompidos pelas concepções positivistas do ser humano e da sociedade, as quais seriam marcadas por uma fraseologia profundamente equivocada. Ademais, atesta o pensador brasileiro que Benedetto Croce não simpatizava com as ideias de Giuseppe Mazzini, as quais o conduziam à recusa do republicanismo de esquerda e seu caráter liberal-democrático. Neste sentido, tanto a democracia política e quanto o acirramento da luta de classes que se seguiram ao pós-guerra aumentaram a desconfiança de Croce com relação à democracia: “Croce estimava tão pouco a democracia quanto Weber. Mas, como Weber, ele veio a aceitar, se não propriamente a gostar dos mecanismos democráticos.” (MERQUIOR, 2014, p. 173).

Merquior ressalta a posição antifascista de Croce no interior do liberalismo italiano, a influência da teoria das elites – bem como a defesa das instituições liberais – do conterrâneo sociólogo Gaetano Mosca e duas obras nas quais o pensador italiano expõe sua concepção do liberalismo: *História da Itália de 1871 a 1915* (1925) e *História da Europa no Século XIX* (1932). Nelas, a história filosófica é entendida como a história da liberdade a partir de um ponto de vista ético-político.

Benedetto Croce era o principal representante intelectual do anticlericalismo entre os italianos não socialistas. Entretanto, implicitamente sugere certo consenso moral, ao invés da fé, como combustível para o movimento político liberal. Por conta

de seu antimaterialismo ético, Croce irá elaborar uma clivagem conceitual entre liberalismo e liberismo, sendo este último sinônimo de liberdade econômica. Dessarte, o liberalismo possuía uma conotação fundamentalmente ética. Portanto, não deveria ser equiparado aos tempos de *laissez-faire*, isto é, circunscrito à sua dimensão econômica:

Em seu ensaio “Liberalismo e Liberismo (1928)”, Croce salientou que, enquanto o liberalismo é um princípio ético, o liberismo não passa de um preceito econômico que, tomado equivocadamente como uma ética liberal, degrada o liberalismo a um baixo hedonismo utilitário (MERQUIOR, 2014, p. 174, aspas e parêntesis no original).

Merquior sintetiza os aspectos positivos e realça os traços negativos do liberalismo conservador de Croce. No que tange aos primeiros, destaca a refutação da doutrina fascista do Estado elaborada pelo ex-amigo de Croce, Giovanni Gentile: em especial ao chamar atenção para os elementos coercitivos inerentes a toda organização estatal, aproximando-se, segundo o autor brasileiro, da concepção weberiana.

Negativamente, ressalta a indiferença crociana diante do preceito liberal básico acerca dos limites do poder e do Estado, com base numa concepção nebulosa e metafísica da organização estatal e da coerção. A concepção neohegeliana de Croce revela-se ausente de análise empírica, desembocando em grande medida numa ideia quase mística e semirreligiosa da liberdade: “Mas, no final das contas, o inspirado “historicismo da liberdade” de Croce não foi um grande ganho teórico, enquanto seu exorcismo do liberalismo parece um tanto inadequado em nossa idade de liberalização econômica.” (MERQUIOR, pp. 175-176, aspas no original).

José Ortega y Gasset foi o nome mais destacado do liberalismo conservador na Espanha. Ortega é famoso por sua análise política na obra *A Rebelião das Massas*, publicada pela primeira vez em 1929. Neste trabalho, informa-nos Merquior que a civilização rejeitara pela primeira vez na sua história o princípio da elite. Assim, a sociedade de massas é perpassada por indivíduos um tanto perdidos em meio à tecnologia, produzindo um tipo humano que se afirma nos direitos da mediocridade. No texto *Espanha Invertebrada* (1922), Ortega afirma que o país exclui e menospreza a atividades dos melhores. A Espanha era uma nação marcada pela “aristofobia”: “Ortega queria ir tão longe possível numa abordagem mais radical: a busca das antigas raízes do mal espanhol.” (MERQUIOR, 2014, p. 176).

Ortega faz duríssimas crítica à democracia. Em primeiro lugar, censura o hábito dos democratas em perguntar como deve ser uma sociedade, o que deixa entrever uma concepção normativa. A grande questão reside em definir no que consiste uma sociedade. Dessa forma, a Espanha fora uma grande potência, e para recuperar seu posto seria essencial um “projeto sugestivo de vida em comum” (MERQUIOR, 2014, p. 176), no qual a aristocracia era uma necessidade.

O país padecera devido ao seu medo e represália diante dos melhores (*aristo*), gerando uma sociedade com tão poucos grandes personagens quanto a Rússia. Se os gregos e romanos pereceram devido à falta de determinados princípios, a modernidade perece por conta da ausência de uma autêntica aristocracia. Além de uma liderança que contasse com a aceitação popular, o povo deveria acompanhá-la de forma entusiasmada: “Sem aristocracia, não podia haver formação do Estado ou expansão de Estado – nem mesmo formação nacional.” (MERQUIOR, 2014, p. 177).

Ortega defendia o valor da tecnologia e da ciência, questiona as utopias revolucionárias (o culto à revolução ia numa direção contrária às necessidades da cultura ocidental moderna) e sonha com um grande projeto de Estado-nação na Espanha de seu tempo. Diferencia o estadista do revolucionário: o primeiro é um homem de ação com base numa visão pragmática e realista, ao passo que o segundo acaba obtendo o contrário daquilo que buscava.

Discordando de Ortega neste ponto em específico (embora ressaltando a presciência das observações sobre o culto à revolução, na contramão da cultura moderna do Ocidente), a ponderação de Merquior a este respeito é interessante. Isso porque ele questiona o argumento do pensador espanhol com base no desenvolvimento histórico, focalizando o caso do bolchevismo russo: “Eu [JGM], por exemplo, não posso esperar em Lênin como alguém que obteve o oposto do que queria – mas exatamente o contrário.” (MERQUIOR, 2014, p. 180). Feitas essas ponderações, o pensador brasileiro nos conduz ao seguinte questionamento:

Por que então toda a raiva contra a democracia? A resposta de Ortega é uma tautologia, pois parece residir em sua equalização implícita da democracia como uma civilização alegadamente estéril, a cultura vitoriana da razão e do progresso (MERQUIOR, 2014, p. 178).

Merquior sumariza brevemente a trajetória político-intelectual de Ortega. Quando jovem mesclou a influência de seus mestres neokantianos com o socialismo reformista de nomes como Ferdinand Lassalle e Eduard Bernstein. Todavia, após a

tentativa de juntar sua visão do socialismo com o pensamento de Nietzsche, envereda por um caminho não-democrático. Nos anos 1920 Ortega vai se tornando mais conservador, com simpatias à direita pela República. Devido à semelhança com o pensamento de Croce, o pensador espanhol se recusa a apoiar o franquismo, embora não tenha endossado o movimento de resistência liberal

Como Weber e diferentemente de Croce, Ortega era um nacionalista. [...] no fim, a forma pela qual Ortega foi hostil ao estatismo fascista implicava tanto a tradicional preocupação liberal pela esfera social, em contraposição à política, quanto a repugnância do elitista cultural pela política populista – muito menos porque é uma política não liberal e muito mais porque é plebeia.” (MERQUIOR, 2014, p. 181, grifos nossos).

José Guilherme Merquior dedica um tópico específico à relação entre a evolução do conceito de *Rechtsstaat* (Estado de Direito) e o pensamento de Weber. Merquior retoma sua distinção dos dois conceitos relativos ao liberalismo alemão. O primeiro deles diz respeito à noção de Wilhelm von Humboldt acerca dos limites do Estado, originária da ideia de não intervenção do Estado nos moldes de um “vigia noturno” (*Nachtwächterstaat*). O segundo está assentado no princípio da liberdade como autodeterminação na ideia de *Bildung*, isto é, de formação e cultura pessoal. A obra dos pós-kantianos Fichte e Hegel promove um afastamento dos postulados liberais, “o que faz com que tenhamos de regressar a Kant para apreender as sementes do pensamento liberal alemão, por volta de meados do século XIX” (MERQUIOR, 2014, p. 164).

Neste sentido, o conceito-chave é o de *Rechtsstaat* (Estado de Direito), enquanto alternativa alemã ao governo do direito. Merquior ressalta o fato de os publicistas alemães liberais serem em sua maioria juristas. A noção de *Rechtsstaat* foi desenvolvida por Kant, embora a expressão fora criação de Karl Theodor Welcker, no ano de 1813, cuja significância remete à existência de quatro fenômenos: a) um arranjo constitucional que garanta segurança, dotando o sistema legal de uma regularidade; b) a positivação dos direitos públicos subjetivos; c) a despersonalização da lei, mediante o reconhecimento do direito enquanto norma imposta tanto aos governantes quanto aos governados; d) a participação cidadã, ainda que indireta, no processo legislativo.

Concebido desta maneira o Estado de Direito consagrava os princípios liberais basilares dos direitos individuais e constitucionais, ambos submetidos ao governo legal. A emergência do conceito é uma resposta à noção de *Polizeistaat* (Estado de Polícia, este último termo entendido em seu sentido clássico: “polido”,

“civilizado”). O *Polizeistaat* era o “Estado moral” dos déspotas esclarecidos absolutistas e da monarquia constitucional, ambos dedicados à felicidade de seus súditos. De acordo com Merquior, o pensamento liberal original era um opositor ferrenho do Estado de Polícia e sua política paternalista: “Havia um parentesco claro, portanto, entre o “Estado de direito” e o “Estado vigia noturno” do primeiro liberalismo em ambas as margens do Reno” (MERQUIOR, 2014, p. 165, aspas no original).

Merquior resgata as origens da teoria do *Rechtstaat*, as quais remontam ao pensamento do jurista Robert von Mohl (1799-1815) radicado em Heidelberg e com atividade notória no interior do movimento liberal alemão. Fora ministro da Justiça durante o breve governo parlamentar constituído em Frankfurt durante a revolução de 1848. Mohl distingue o direito estatal sob dois aspectos, o constitucional e administrativo. Isso foi a condição de possibilidade para a ideia de um “Estado legal” assentado num conjunto de direitos. Mohl guardava reservas com relação ao individualismo kantiano: na sua concepção, o filósofo de Königsberg reduzira o escopo político dos direitos individuais.

Entretanto, o liberalismo do conceito de Estado de Direito foi alvo de críticas, dentre as quais se destaca a de Friedrich Julius Stahl, teórico conservador que lecionava na cidade de Berlim. Embora também fosse a favor do governo constitucional, Stahl ponderou o fato de, mediante os dispositivos legais, era de competência do Estado o direito de garantir e determinar as atribuições e limites inerentes ao governo, seguido dos direitos do conjunto da cidadania. Stahl buscava fortalecer limitações aos direitos dos cidadãos por meio de obstáculos legais e da ação estatal.

Por outro lado, os liberais do sul da Alemanha Karl von Rotteck e Karl Theodor Welcker (criador do termo *Rechtstaat*) buscaram fortalecer a abrangência da liberdade política no bojo do *Rechtstaat*. Rotteck e Welcker eram liberais constitucionalistas, o que acarretou a perda de suas cátedras na Universidade de Heidelberg por conta de sua exigência no governo representativo moderno: “O conservadorismo alemão autoritário era tão forte que, o mais das vezes, os liberais sulistas, que sustentavam opiniões antiprussianas, como as de Mohl, tinham de lutar contra medidas reacionárias em vez de propor reformas liberais abrangentes” (MERQUIOR, 2014, p. 166).

Sustenta Merquior que com a ascensão de Bismarck e seu Segundo Reich, constituído sob hegemonia prussiana, o liberalismo alemão era facilmente confundido com o conservadorismo liberal (e mesmo o não tão liberal). Entretanto, Rudolf von Gneist, principal opositor de Stahl, atacara o parlamentarismo com base do exemplo francês, cuja dinâmica expressava a vitória da política sobre a consciência legal. Ele combatia tanto o conservadorismo de Stahl quanto o liberalismo ocidental: saudou as reformas bismarckistas como uma alternativa entre a dominação dos *Junkers* e o governo representativo ocidental. Gneist defendia o modelo germânico, ausente de poder do parlamento, em que pese assentado em tribunais executivos. Tal concepção foi retomada por Heinrich von Treitschke, que “definiu *liberdade* como autonomia *no interior* do Estado, não *exterior* a ele, descartando enfaticamente o conceito de vigia noturno” (MERQUIOR, 2014, p. 167, itálicos no original).

O positivismo legal típico do período Guilhermino se tornou hegemônico na segunda metade do século XIX. Era assentado na negação dos direitos subjetivos – cuja existência fora a razão do surgimento da ideia de *Rechtsstaat*. Por outro lado, Georg Jellinek, da Universidade de Heidelberg, distinguiu dois tipos de direitos pessoais: a) os direitos privados, que têm por natureza o caráter lícito; b) os direitos públicos, inerentes ao indivíduo, equivalentes a uma posse. Os direitos públicos são simultaneamente direitos e deveres. Diferentemente do direito natural, sua afirmação não implica numa reconhecimento absoluto do *status* individual: “**O liberalismo jurídico alemão, impregnado de muita reticência diante do individualismo, revelou-se no máximo um semiliberalismo**” (MERQUIOR, 2014, p. 168, grifos nossos).

O pós-bismarckismo (1890-1918) traz consigo uma nova geração de liberais na Alemanha, dedicada a questionar a ordem política vigente, dos quais Max Weber foi indubitavelmente o mais destacado representante. Conforme Merquior, em sua aula magna na Universidade de Freiburg no ano de 1895, critica as classes sociais da Alemanha por sua imaturidade política, isto é, sua incapacidade de promover os interesses alemães enquanto potência mundial. Já nos artigos escritos durante a guerra durante 1917 (abreviados pelo pensador brasileiro como *Parlamento e Governo*) defendeu o sistema parlamentar como meio mais eficaz na seleção de líderes políticos, criticando a autocracia bismarckista cujo arranjo institucional impediu o país de uma educação política adequada:

Sua crítica da mentalidade “feudal” *Junker* e do *status* oligárquico continha uma opção tanto para o capitalismo quanto para o liberalismo. De modo mais amplo, Weber desafiou a estrutura autoritária do Reich Guilhermino a partir de uma posição nacional-liberal avançada. [...] Diferentemente de Tocqueville e Mill, foi muito um “liberal do poder”, sustentando ousadamente o governo, o domínio da elite, e a hegemonia nacional (MERQUIOR, 2014, p. 168, aspas no original; grifos nossos).

Na interpretação de Merquior (2014, p. 168), Weber não ignorava o fato de mesmo as lideranças mais engenhosas necessitavam de apoio do conjunto da sociedade, bem como precisavam atuar num contexto classista. Todavia, sustenta o pensador brasileiro que há um componente nietszschiano em seu pensamento⁹: a liderança era entendida como meio para hierarquizar modos de vida. Igualmente, Max Weber concebia a modernidade como crescimento da racionalidade formal, ou seja, um número cada vez maior de normas aplicadas mediante a exigência de competências específicas visando à máxima eficiência. Estas últimas seriam a alma do processo amplo de burocratização.

Weber desconfiava bastante dos rumos da racionalização típica do Ocidente, cuja dinâmica tendia para a consolidação do domínio dos meios sobre os fins, ao mesmo tempo em que a burocracia poderia obstaculizar a sociedade moderna, manifestando a “gaiola de ferro” da servidão. Contra esse diagnóstico sombrio, ele distinguiu dois remédios: a vocação e o carisma. A primeira era uma antiga concepção luterana, ressignificada e utilizada no esboço de uma dialética entre individualidade *versus* a emergência da profissionalização:

Embora Weber não ignorasse o fato de que mesmo os líderes mais criativos necessitam de apoio social e têm de trabalhar num contexto de classes, um elemento nietszschiano em seu pensamento fez com que ele encarasse a liderança como um arrimo para hierarquizar modos de vida. Para ele, como para Nietzsche, a criação de valores implicava hierarquia e dominação. Sua visão histórica era uma forma branda de *Kulturpessimismus*. A modernidade era o reino da racionalização – o crescimento contínuo, difundido de racionalidade instrumental (a adaptação ideal “dos fins aos meios” em ação social – JGM), em contraste com comportamento governado por valores absolutos, tradição ou sentimento. Essa espécie de competência em normas era, tanto quanto a eficiência, a alma do vasto processo social de *burocratização*. Weber alimentava graves desconfianças quanto à marcha da racionalização porque ela poderia afirmar um domínio dos meios sobre os fins, enquanto a burocracia poderia trancar a sociedade moderna numa “gaiola de ferro” de servidão (MERQUIOR, 2014, pp. 168-169, itálicos e aspas no original).

⁹ Acerca das aproximações entre o pensamento de Weber e Nietzsche, conferir Santos (2014). Sobre o debate do peso da influência relativa do pensamento de Nietzsche na obra de Weber, veja-se Velho (2018).

Nos seus últimos escritos políticos, Weber efetua uma mescla entre vocação e carisma. Merquior retoma a alternativa weberiana exposta na conferência *A Política como Vocação* (1919) entre democracia com liderança (*Führerdemokratie*) assentada na máquina partidária e democracia sem liderança, expressa na dominação de políticos profissionais sem vocação e qualidades carismáticas internas necessárias ao líder político responsável. Por conseguinte, a única forma de impedir a dominação descontrolada dos burocratas era uma política carismática: Max Weber advogava o cesarismo eletivo na forma de uma liderança plebiscitária. No interior dos debates constitucionais oriundos do surgimento da República de Weimar, ele recomendou a presidência do Reich fortalecida, nascida do voto direto e universal.

Merquior destaca que a democracia, em Weber, não implicava distribuição do poder e sim na eliminação progressiva dos chefes locais com a conseqüente ascensão do líder plebiscitário. Isso porque a emergência das máquinas partidárias era o mecanismo correspondente ao desafio de regularizar o voto massivo. A compreensão de Max Weber na função das oligarquias dos partidos políticos nas modernas democracias de massa conduziu-o a matizar a função do parlamento como o espaço mais adequado para a seleção das lideranças políticas. Todavia, permanecia convicto do papel de controle da administração e na proteção dos direitos civis por parte do sistema parlamentar:

Em seus escritos políticos tardios, “talento” e carisma são misturados, como na clara advertência de “Política como Vocação”, publicado em 1919: “há apenas a opção: democracia com liderança (*Führerdemokratie*), com a ‘máquina’ (partidária), ou democracia sem liderança – ou seja, o domínio dos ‘políticos profissionais’ sem uma vocação, sem as qualidades carismáticas internas que somente elas constituem um líder”. A única maneira de evitar “o domínio burocrático descontrolado” era uma política do carisma [...]. Weber ansiava por cesarismo coletivo, liderança plebiscitária; e no debate constitucional no começo da República de Weimar ele prescreveu uma presidência forte que brotasse do sufrágio universal (MERQUIOR, 2014, pp. 169-170, aspas, parêntesis e itálicos no original).

De acordo com o pensador brasileiro, Weber foi um excelente analista da conjuntura e da estrutura sociopolítica da revolução de 1905 na Rússia. Ademais, conceitua de modo sistemático o Estado, além de efetuar uma abordagem pioneira do patrimonialismo em sua obra máxima *Economia e Sociedade*. Entretanto, sua ambivalência diante da democracia e seu apelo ao carisma são expressões daquilo que Merquior (2014, p. 184) denomina “revolta modernista contra a modernidade”,

resultando numa inflexão conservadora do liberalismo, por conta da baixa importância concedida à democracia liberal.

Dessa maneira, o lugar de Max Weber na história do liberalismo é prejudicado pela inexistência – em seus escritos políticos e também nos trabalhos sociológicos – de uma perspectiva que vincule a legitimidade dos regimes e dos governantes à condição real dos governados:

O liberalismo de Weber não continha qualquer teoria de direitos naturais e nenhum amor pela democracia. [...] Ele não proporcionou, em poucas palavras, qualquer visão de baixo para cima. Mas se o liberalismo deve ser fiel à sua preocupação com o controle de poder, ele tem de permanecer atento ao ponto de vista daquele que está por baixo. Só isso, com efeito, classifica o liberalismo de liderança de Weber como um liberalismo conservador. Enquanto o seu individualismo e o seu dissabor pelo Estado Guilhermino salvaram-no do semiliberalismo dos juristas da *Staatslehre*, ou seja, da Doutrina do Estado, inclusive de seu colega de Heidelberg Jellinek, a sua falta fundamental de instintos democráticos colocou-o atrás da sabedoria, e não apenas das esperanças, dos clássicos da liberdade (MERQUIOR, 2014, pp. 170-171, itálicos no original).

Para finalizar este capítulo, é possível esboçar o seguinte entendimento. Se em *Rousseau e Weber* temos uma análise estrutural, isto é, sistemática da concepção de legitimidade na obra do sociólogo de Heidelberg, cujo resultado conduz a despreocupação com os interesses dos dominados e a sobreposição destas ante as justificativas dos dominantes, a força das crenças em valores últimos desembocando numa discussão teórico-crítico dos fundamentos do poder e dos tipos puros de dominação weberianos em suas capacidades explicativas sociológicas em *O Liberalismo* há uma discussão conjuntural do pensamento político de Max Weber.

Todavia, aqui Merquior historiciza sua interpretação de modo específico, inserindo Weber numa vertente específica que expressa uma inflexão histórica retrógrada do pensamento liberal: o liberalismo conservador. Nesta segunda obra, são ressaltadas a posição diante da democracia e sua recusa enquanto desta valor universal, somada às ambiguidades desta tendência com relação ao ideal democrático. A partir de agora nos dedicaremos ao quarto capítulo de nosso trabalho, no qual apresentaremos os elementos essenciais da interpretação de Maurício Tragtenberg acerca do pensamento político de Max Weber, perfazendo uma forma distinta em relação aos escritos de José Guilherme Merquior.

5. A INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE MAX WEBER POR MAURÍCIO TRAGTENBERG

Neste capítulo iremos expor a interpretação realizada por Maurício Tragtenberg acerca do pensamento político de Max Weber. Inicialmente, iremos reconstituir a discussão exposta na apresentação aos escritos políticos de Weber sobre a Rússia, onde o sociólogo brasileiro se dedica a expor aspectos biográficos e históricos que ensejaram os textos, uma síntese de cada um dos artigos, encerrando com uma discussão crítica sobre a obra política, nacionalismo e liberalismo weberianos de então. Num segundo instante, apresentaremos os momentos da obra *Burocracia e ideologia*, na qual estão presentes as concepções de Tragtenberg sobre o liberalismo alemão e a doutrina liberal, definindo Max Weber enquanto membro do máximo possível do liberalismo na Alemanha de finais do século XIX e início do século XX.

5.1. Max Weber e a revolução russa segundo Maurício Tragtenberg

Maurício Tragtenberg, na apresentação aos três textos originalmente por ele selecionados, traduzidos (*A situação da democracia na Rússia*, de fevereiro de 1906; *A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional*, de agosto de 1906; *A transição da Rússia à pseudodemocracia*, de abril de 1917) e reunidos para publicação na década de 1980, traz um conjunto de elementos que aponta para uma síntese interpretativa do pensamento político de Max Weber.

O trabalho é dividido em três partes, as quais se intercalam continuamente: a) o contexto biográfico, político e intelectual, gerador do interesse de Weber pela Rússia; b) as breves sínteses dos três textos e demais escritos políticos onde Weber analisa a sociedade russa, com base nos aspectos metodológicos e políticos presentes nos mesmos; c) os apontamentos crítico-reflexivos de Tragtenberg, visando destacar os pontos fortes e fracos do pensamento político de Max Weber no que tange aos acontecimentos russos e ao liberalismo, passados mais de cinquenta anos das publicações originais.

De início, frisa que a publicação dos dois primeiros artigos sobre a política russa da época, um tema até então desconhecido para ele e fora de sua especialidade (historiador da economia) levanta a dúvida sobre quais seriam as

motivações de Weber – que então saía de uma crise psíquica severa entre 1897 e 1902, a qual lhe constrange à inatividade político-intelectual – para em poucos meses aprender russo e estudar com afinco a imprensa diária local no calor dos acontecimentos de 1905.

Para Tragtenberg (2005, p. 8), o interesse de Weber pelas lutas políticas na Rússia de então estava situado para além da mera fascinação. Antes, vinculava-se a uma constelação de valores reputados como essenciais, quais sejam: o destino da liberdade e o destino da Alemanha. Por conseguinte, o autor sintetiza que, num primeiro momento (final do século XIX, como atesta o clássico discurso inaugural na Universidade de Freiburg), as convicções políticas de Weber consistiam na junção de nacionalismo calcado numa política de poder com a fidelidade ao liberalismo democrático.

Tragtenberg relembra, na esteira das contribuições de Karl Jaspers, como Max Weber manteve-se adepto da defesa intransigente da dignidade humana e dos direitos inalienáveis do ser humano:

O próprio Weber jamais se cansara de reafirmar sua fidelidade aos princípios democráticos. Ao mesmo tempo, definira suas convicções nacionalistas: “Eu sempre considerei a política do ponto de vista nacional”, declara em 1916, “não somente a política externa, mas a política em sua totalidade”. (TRAGTENBERG, 2005, p. 8, aspas no original).

Embora contraditórios, os elementos de nacionalismo e de liberalismo nos escritos políticos e na trajetória de Weber não eram incompatíveis. Isso porque a dicotomia nacional versus liberal expressa o caráter ambíguo do ideário liberal na Alemanha. Este último, em especial no século XIX, foi cingido entre seus desejos nacionalistas (tal como a colaboração com o bismarckismo) e as ideias liberais na esfera econômica e no plano da política externa, conduzindo à oposição ao Reich.

O sociólogo brasileiro destaca a crítica de Max Weber ao regime de Otto von Bismarck, ressaltando que o desenvolvimento intelectual e a vida política do primeiro foram diretamente condicionados pelas ideias e características pessoais do “chanceler de ferro”. A correlação de forças alemã de finais do século XIX fora o ponto de partida das ideias iniciais de Weber. Daí o desenvolvimento da tese segundo a qual o poder é a essência da política (entendida esta como a atividade que objetiva distribuir e manter o poder).

Nesse sentido, o interesse de Weber pela dinâmica da política russa se deu por conta do nacionalismo – particularmente a ameaça que representava para os

interesses políticos alemães o avanço econômico-institucional da Rússia – e do processo histórico, sobretudo devido à concepção weberiana das tendências que permeavam o Ocidente:

O nacionalismo foi uma das razões de seu interesse pelos problemas políticos russos. A Rússia preocupava-o por ser o vizinho mais forte e concorrente da Alemanha, cujo desenvolvimento interno poderia afetar o destino político de seu país. Outra razão está na sua visão do processo histórico, notadamente sua visão a respeito dos rumos políticos do Ocidente. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 9-10).

Conforme Maurício Tragtenberg (2005, p.10) as pesquisas históricas de Max Weber sedimentaram sua concepção de que a história mundial – e da Europa em comparação com os demais territórios – possui como fio condutor um processo de progressiva racionalização de todas as esferas da vida social. Uma das marcas distintivas da racionalização no Ocidente seria o “desencantamento do mundo”. Assim, após libertar o ser humano da ignorância, do preconceito e da superstição, a razão tenderia a dominá-lo.

Desta feita, uma sociedade racionalizada da raiz às pontas submeteria a espécie humana a uma escravidão renovada, reduzindo-a a uma mera engrenagem de uma máquina aparentemente insuperável. Tal constelação de fenômenos preocupa o sociólogo de Heidelberg, especialmente diante da possibilidade real de esmagamento completo da liberdade e autonomia individuais no contexto de uma ordem social cada vez mais rotinizada e secularizada: “A angústia sentida por Max Weber ante o triunfo final do princípio da racionalização só poderá ser explicada por sua vinculação profunda a um ideal de liberdade e ao valor atribuído ao homem, como sujeito de relações de produção, sejam elas quais forem.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 10).

A racionalização e secularização próprias do capitalismo ocidental percebidas por Max Weber diante de seus olhos despertam sua curiosidade sobre os acontecimentos do turbulento ano de 1905 na Rússia. Na pena de Tragtenberg (2005, pp. 10-11), este país estaria se formando culturalmente; até certo ponto, isso poderia fazer frente à escalada de opressão no continente europeu. O resultado seria a supressão da liberdade individual. Tal interpretação de Maurício Tragtenberg nos conduz a perceber que é o interesse complementar, a busca pela manutenção da liberdade e autonomia do sujeito que conduz sua análise. Como complemento, temos a preponderância do interesse imediato, nacional/alemão, diante das chances de avanço do capitalismo russo: “Se o primeiro interesse de Weber aparece como

inteiramente subjetivo em sua manifestação, o segundo está despido de qualquer motivação emocional ou nacional.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 11).

Tragtenberg (2005, p. 11) defende que uma das dificuldades diante da análise dos textos políticos de Weber consiste em entender que eles se constituem com base em dois planos: a) político, onde Weber está interessado na busca pelo poder alemão no contexto internacional; b) científico, em que “[...] contempla as coisas *sub specie aeternitatis*¹⁰” (TRAGTENBERG, 2005, p.11, itálicos no original). De acordo com o sociólogo brasileiro, nos trabalhos dedicados à Rússia as posturas – tidas como incompatíveis – se evidenciam, o que demonstra os limites e a impossibilidade de “[...] efetuar a separação entre a vida e o pensamento com o rigor exigido pelo neokantismo, que tanto influenciara sua postura intelectual.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 11).

Maurício Tragtenberg (2005, pp. 11-12) sintetiza alguns elementos do pensamento político de Max Weber. Num primeiro instante, com base em *Economia e Sociedade*, define a divisão da sociedade em três setores: a) os detentores do poder; b) os que executam as ordens dos que detém o poder; c) os dominados. Em seguida, destaca como Weber sustenta ser o exercício do poder o traço distintivo das instituições políticas. Dessa forma, as formações políticas são produto da violência: no interior das estruturas sociais, a autoridade efetiva – ainda mais em consonância com o ideário democrático – se concentra numa elite, cujo número reduzido expressa as possibilidades de manobra por parte de minorias dirigentes.

Tal “lei do pequeno número” domina e fornece a dinâmica da vida política, de modo que o princípio da seleção cesarista é intrínseco ao moderno Estado legal-burocrático. Seguindo este raciocínio, temos que a correlação de forças entre esta elite política e sua hegemonia econômica está na base do funcionamento de uma organização política. Portanto, a convergência de interesses entre os que conduzem o leme do Estado e a população em geral deve guiar as ações dos líderes políticos, devendo também ser projetada na consciência dos cidadãos nacionais.

Para além do seu exercício, os grupos economicamente dominantes devem ter vontade de poder. Todavia, esta última não é criada artificialmente. Na verdade,

¹⁰ Do latim, “na forma de/sob o aspecto/ponto de vista da eternidade”. Este termo é usado por Baruch de Spinoza (1632-1677) na obra *Ética* para designar a necessidade do que é eterno (*aeternitas*), em contraste com a contingência de coisas e eventos temporais que têm duração (*duratio*). Ao analisar as características de Deus (o Deus *sive Natura*, isto é, enquanto Natureza) o pensador holandês postula que “é da natureza da razão perceber as coisas na forma de eternidade” (*sub specie aeternitatis*).

ela se constitui diante da contínua necessidade de se posicionar e manifestar seus interesses políticos na conjuntura dos fatos:

É a derrota infringida aos liberais alemães pelos *junkers* que leva Weber a escrever que “a essência última do problema sócio-político não reside no status econômico das classes dirigidas, mas na aptidão política das classes dirigentes em ascensão”. Um movimento político em que tais qualidades estejam ausentes está destinado ao fracasso, qualquer que seja o número de seus adeptos, a qualidade de seus líderes e o valor de seu programa. (TRAGTENBERG, 2005, p. 12, aspas e itálicos no original).

Tragtenberg (2005, pp. 12-13) prossegue em sua digressão acerca do pensamento político de Weber, afirmando que o exercício efetivo da autoridade dos grupos dominantes se vincula diretamente a um mínimo de corroboração por parte dos dominados. Ademais, esta concordância tácita se revela um ato de fé, ou seja, uma crença. É com base nessa premissa que Max Weber irá elaborar sua tipologia da dominação legítima, consubstanciando três categorias típico-ideais de regimes políticos.

São elas: a) dominação carismática – essencialmente instável e onde as relações dominantes *versus* dominados se baseiam no “reconhecimento” dos primeiros pelos segundos; b) dominação tradicional, cuja legitimidade é calcada no costume; c) dominação racional burocrática, essencialmente estável e na qual a corroboração ocorre através de meios jurídica e racionalmente elaborados (eleições, plebiscitos, referendos). É exatamente no último – e predominante na sociedade moderna – dos três tipos puros de dominação legítima onde o parlamento emerge como um dos sistemas políticos organizado sob bases racionais-burocráticas:

Não constitui leviandade supor que a posição de Weber sobre a limitação das funções parlamentares, como seu ceticismo ante um poder legislativo democrático, tenham como a origem a história do *Reichstag*, esse Parlamento que, apesar das suas prerrogativas, mostrara-se, em todas as crises políticas da história alemã, um instrumento dócil às imposições da Coroa e seus ministros. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 13-14, itálicos no original).

Tragtenberg (2005, p. 14) ressalta como Weber via nas instituições parlamentares elementos indispensáveis para garantir o ótimo desempenho das funções administrativas nos modernos Estados de massa, fulcrados na dominação racional-legal (burocrática). Em que pese as chances limitadas de influência na dinâmica político-institucional, em especial a possibilidade de ser reduzido a uma política negativa, é impossível prescindir dos parlamentos.

Outrossim, o sociólogo brasileiro frisa a relação complementar existente nos tipos puros de dominação legítima elaborados por Max Weber. Neles, a busca pelo

consentimento institucionalizado do conjunto dos cidadãos é acompanhada da necessidade da constituição de um aparato administrativo capaz de executar as decisões tomadas pelos grupos dominantes. Isso revela a originalidade e a profundidade das análises de Weber diante de outros pensadores que se dedicaram ao fenômeno da política, do poder e da dominação:

A grande contribuição de Weber reside na sua análise penetrante dos aspectos administrativos da soberania e da importância que atribui aos poderes políticos exercidos, na maioria das sociedades, por mediação de um quadro de funcionários na qualidade de executores. Enquanto a maioria dos pensadores políticos, fiéis à tradição medieval, definem a essência do poder político na relação do soberano com os cidadãos, Weber, como sociólogo preocupado mais com a práxis política do que com as normas legiferantes, acentua a importância de um terceiro fator: o quadro administrativo. A cada um dos três tipos de dominação corresponde um quadro administrativo específico. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 14-15).

Aos olhos de Tragtenberg (2005, p. 15), Max Weber entende o funcionamento da relação entre quadro administrativo e tipos puros de dominação legítima da seguinte maneira. Na dominação carismática o quadro administrativo é composto por pessoas de confiança, tais como representantes inspirados em Deus e os apóstolos de um profeta, os quais irradiam suas ordens aos dominados sem a necessidade de uma estrutura burocrática estável e consolidada. Ademais, a dominação carismática é rara e sua duração curta. Parece-nos que ele ignora, talvez devido aos objetivos do texto, o processo de rotinização do carisma, isto é, sua “reinterpretação antiautoritária”, na qual o líder carismático vai, mesmo em situação de preponderância (devido e muito à confiança de seus seguidores/eleitores), entrando em consonância com os ditames essenciais da dominação burocrática.

Já nas sociedades hegemônicas pela dominação tradicional o quadro de gestão (e a nobreza hereditária) tem sua composição formada pelos servidores do senhor. Igualmente, não há um processo de avaliação profissional e fixação de competências para o efetivo cumprimento das ordens e funções administrativas.

No que toca à dominação racional-legal/burocrática, esta se constitui mediante um conjunto de procedimentos realizados pelos funcionários, com base num treinamento sistemático que os constitui num corpo de indivíduos assalariados e remunerados pela capacidade funcional e/ou tempo de serviço. Aqui temos uma definição, no sentido lato do termo, da burocracia; um sistema de administração umbilicalmente ligado à autoridade política racional, típica do capitalismo moderno ocidental:

Se Weber concedeu importância excessiva à burocracia, é porque ela constitui o problema central da política moderna. O surgimento e a extensão da burocracia aparecem-lhe inerentes ao processo de racionalização sob o capitalismo, visto no seu conjunto. O fenômeno da burocratização estende-se da usina ao Exército, ao laboratório científico, aos partidos políticos, ao ensino. Para Weber, “o Estado moderno, do ponto de vista da ciência social, é uma ‘empresa’ como é a usina: nisso é que reside sua especificidade histórica”. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 15-16, aspas no original).

Maurício Tragtenberg (2005, p. 16) resgata que a ênfase fornecida por Max Weber aos elementos burocráticos da política vai ao encontro de sua tendência a conceder menos importância aos efeitos das ideologias. Do mesmo modo, a administração burocrática é extraordinariamente superior, mais eficaz e, em especial, estável diante das demais formas típicas de dominação legítima. Ela materializa uma categoria elevada de servidores públicos em comparação à dominação tradicional e ao tipo de dominação exercida mediante o carisma do líder. Por conseguinte, o Ocidente caminha a passos largos e de maneira inelutável rumo à burocratização: o poder exercido pelo funcionário especializado é quase indestrutível.

Igualmente, Tragtenberg (2005, pp. 16-17) adverte como Weber via tanto no moderno capitalismo quanto no autointitulado socialismo uma característica em comum: o domínio irrefreável da burocracia. Se no primeiro algumas instituições – dentre elas o parlamento, e lideranças políticas com interesses coletivos, embora a sociedade capitalista já seja liderada por grandes executivos bem distintos do empresário individual de seu início – no segundo o Estado burocrático tende a dominar o conjunto da vida social. Ao eliminar o capitalista privado, o “socialismo” destrói o único capaz de fazer frente ao quadro burocrático. Sem contar que a estatização da propriedade é, concretamente, sinônimo de sua gestão efetiva pela burocracia, a qual não possui interesses em comum com o proletariado.

A “ditadura do proletariado”, nas mãos dos burocratas, torna-se uma ditadura de funcionários sobre a classe proletária. Ao proletariado alemão faltaria vontade de poder para dirigir a nação, indo além dos estreitos limites de seus interesses imediatos – de classe. Todavia, nem o proletariado nem mesmo a burguesia alemã estavam prontos para assumir suas tarefas históricas e contribuir como um efetivo contrapeso ao poder da inepta burocracia então dominante no país (subalterna aos *junkers* prussianos), vinculada a uma classe social economicamente decadente. Daí o vácuo de poder existente, sem nenhuma classe capaz de aspirar ao poder político, cair como uma luva aos interesses dos burocratas:

Max Weber critica aqueles “marxistas” incapazes de responder à questão de quem dirigirá as indústrias estatizadas. Para ele era fora de dúvida que tal função seria destinada à burocracia, “para quem o sentimento de solidariedade com o proletariado não existe”. [...] Somente uma classe social dinâmica, politicamente ambiciosa e em processo de expansão econômica, poderia limitar o crescimento da burocracia. Na Europa do século XIX, tal classe não existe. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 17-18, aspas no original).

Diante desta correlação de forças, a grande questão constitucional do século XX gira em torno da necessidade de cooperação entre os poderes Legislativo e Executivo, atuando como limitadores (em efetivo contrapeso) diante de um adversário em comum, qual seja, o corpo burocrático de funcionários. Assim, Tragtenberg (2005, p. 19) sustenta que Weber enxerga como tendências praticamente irresistíveis para a Europa da época uma organização social racional e altamente eficaz, pois racionalizada por completo, acompanhada da progressiva perda da liberdade individual.

Por sua vez, quaisquer esperanças na manutenção da liberdade passavam pela Rússia e pelos EUA, cujas condições concretas apontavam para a emergência de uma nova forma de civilização devido ao ainda incompleto desenvolvimento das possibilidades econômicas – e o conseqüente esmagamento intelectual – que permeiam a racionalização no Ocidente capitalista.

Em especial, o caso russo chamava a atenção de Max Weber. Primeiro pelo fato de sua cultura ser menos influenciada pelos europeus quando comparada aos Estados Unidos. E segundo devido à dinâmica político-institucional da Rússia impactar de maneira imediata a situação da Alemanha. Mais uma vez, a preocupação com o sufocamento dos direitos e liberdades individuais na Europa Ocidental – além das possibilidades de seu ressurgimento noutros territórios do globo – é a força motriz para a análise política da efervescente sociedade russa pós-revolucionária:

Num certo sentido, trata-se das “últimas” chances para edificação de culturas “livres” sobre um terreno virgem. Outro motivo que levava Weber ao estudo da Rússia era que a revolução de 1905 parecia-lhe anunciar uma nova ordem econômica e social que romperia as cadeias que estrangulavam o Ocidente, anunciando o renascimento da sociedade livre. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 19-20, aspas no original).

Passadas as considerações gerais sobre as reflexões de Max Weber a respeito da dinâmica da política institucional russa, Maurício Tragtenberg elabora uma breve síntese de cada um dos textos publicados. O primeiro deles é “A situação da democracia burguesa na Rússia”, escrito no começo de 1906 e elaborado em

conjunto com um militante da Liga da Libertação russa. Igualmente, se baseia no trabalho *L'empire des tsars et le russes*, escrito pelo jornalista e historiador francês Henri Jean Baptiste Anatole Leroy-Beaulieu. Tragtenberg (2005, p. 20) destaca que nesse artigo Weber desenvolve sistematicamente uma análise da correlação de forças entre as classes sociais e os programas políticos das organizações liberais. O objetivo era diagnosticar os elementos fulcrais do liberalismo russo, além de suas possibilidades institucionais.

Na pena do sociólogo brasileiro, a premissa de Weber – com base nos argumentos de Leroy-Baulieu, especialista em história da Rússia – se fundamenta no fato de que apenas a monarquia, a Igreja e a comuna campesina compõem os “valores históricos” russos. Portanto, negligencia a tradição liberal no país, cuja emergência data do século XVIII. Max Weber analisa os zemstvos e a atuação da Liga da Libertação, frisando como estes dois organismos centrais do liberalismo se relacionam com a burguesia e o campesinato.

O fio condutor da análise é condicionado por sua perspectiva política, ou seja, a cosmovisão liberal com matiz nacionalista. Diante disso, percebe que os liberais russos não contam com o apoio efetivo dos setores sociais que, em tese, deveriam aderir ao seu programa (sobretudo a burguesia local):

A abordagem da questão, a escolha dos dados e os elementos desconsiderados na análise são determinados por sua visão política. Concentra a atenção nos “valores” do liberalismo russo e seus pontos de apoio, para determinar em que medida o liberalismo russo é apoiado por interesses econômicos de uma classe ascendente. A hipótese é que a conjunção destes valores e tal apoio são indispensáveis ao sucesso de qualquer movimento político que tenha em mira o poder. A resposta de Weber às questões básicas suscitadas pela análise é negativa: o liberalismo não tem o apoio de grupos interessados na realização de seus fins, e seus ideais, na maioria dos casos, são subalternos. (TRAGTENBERG, 2005, p. 21, aspas no original).

A revolução de 1905 traz para Max Weber uma ingrata certeza: o liberalismo russo não é apoiado pela classe capitalista daquele país. Além disso, os zemstvos não são, na realidade, organizações burguesas. Tais instituições são partidárias de um ideário social e político. Dito de outra maneira, a burguesia russa se nega a defender tais ideias e combate-os de modo ativo. Tragtenberg (2005, p. 22) enfatiza que o rompimento entre as frações superiores dos capitalistas locais com o movimento liberal encarnado nos zemstvos – quando do início dos eventos de 1905 – foi uma das bases desta marcante oposição de interesses.

Analisando o processo de constituição da burocracia dos zemstvos, Weber percebe um quadro burocrático recrutado localmente e com forte enraizamento

social. Esta composição poderia fornecer aos adversários do czarismo o quadro administrativo necessário. Os membros do KD (Partido Constitucional Democrata), um dos pilares do movimento liberal na Rússia, não apoiam a burguesia. E esta última defende o czar e sua burocracia, opondo-se aos anseios dos liberais: “O que resta ao liberalismo russo como base de apoio possível? Somente o campesinato.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 22).

Embora só restasse a classe camponesa como eventual suporte ao movimento liberal da Rússia, Max Weber não vê chances de um apoio real. Ao contrário: o campesinato mais atrapalharia do que contribuiria. Isso porque colocaram os liberais russos frente a um problema de larga complexidade (a questão agrária e a necessidade de distribuição radical da terra), o qual requer um conjunto de mudanças de caráter estrutural. Além disso, o campesinato é essencialmente contra a ação parlamentar, levando suas demandas diretamente à autocracia czarista e objetivando o confisco imediato das terras. Em síntese, diante deste cenário, torna-se impossível a continuidade da aliança entre setores do campesinato e dos liberais.

Há um fosso enorme entre os defensores do liberalismo russo e as classes economicamente atuantes no país, o que evidencia a ausência de uma base econômica e social que garanta o triunfo do ideário liberal. Somado a isso, Weber descarta quaisquer saídas para os problemas agrários e demais contradições sociais da Rússia com base numa visão democrática:

O abismo entre os liberais e as classes economicamente influentes da sociedade – em outras palavras, a falta de qualquer base sócio-econômica – é o ponto fraco que poderá condenar ao fracasso o movimento liberal russo. Weber critica o otimismo daqueles que acreditam que, apesar das dificuldades encontradas, o triunfo final da democracia está garantido pela força do progresso histórico. A ampliação da cultura ocidental e da economia capitalista não garante à Rússia a conquista das liberdades, como ocorrera no Ocidente. (TRAGTENBERG, 2005, p. 23).

Tragtenberg (2005, p. 24) retoma os dois principais pontos da tese de Weber. O primeiro ponto é o fato de a liberdade na Europa ser resultado de circunstâncias sociais, políticas e culturais bastante particulares, num momento no qual as condições intelectuais e materiais eram favoráveis – algo excepcional. Portanto, havia um processo de destruição da crença total na autoridade de Deus e de harmonia no espírito humano perpetrado pelo Iluminismo e pelo capitalismo, somado à expansão transoceânica europeia, o que conduzia às “possibilidades infinitas à empresa capitalista”. Todavia, este período idílico passou e não pode se

repetir por razões imateriais, mesmo em solo russo. Isso porque o individualismo tipicamente burguês estava desaparecendo entre a burguesia e a intelectualidade e não floresceria novamente no seio da pequena burguesia.

O segundo ponto diz respeito ao equívoco (muito bem percebido por Max Weber) de acreditar que o desenvolvimento capitalista caminha de mãos dadas com o progresso – ou que constitua uma ‘afinidade eletiva’ – com a liberdade e a democracia. O sociólogo de Heidelberg inverte a sentença. Para ele, a questão era até que ponto seria possível, em longo prazo e em todos os territórios do globo, manter a liberdade e democracia no interior da sociedade capitalista. Tais circunstâncias específicas se desdobram, diz-nos Tragtenberg, numa conclusão nada otimista acerca do movimento liberal e da democracia russas, embora ressaltados os méritos do liberalismo dos *zemstvos*:

Pessimista a respeito do futuro do liberalismo na Rússia, Weber desvaloriza inteiramente suas realizações. O liberalismo *zemstvo* constitui para ele um movimento admirável. Compara seu papel ao do Parlamento de Frankfurt em 1848, vendo nele uma manifestação de liberalismo “puro”. Para Weber, os *zemstvos* podem servir utilmente à democracia consagrando-se à tarefa de difundir em todos os grupos sociais a ideia dos direitos inalienáveis da pessoa humana, para contrastar a influência da burocracia e do jacobinismo. (Por jacobinismo Weber entende o leninismo, aludindo numa nota à tendência jacobina no seio da social-democracia russa). (TRAGTENBERG, 2005, pp. 24-25, aspas, itálicos e parêntesis no original).

Conforme Tragtenberg (2005, p. 25), diante do conjunto de elementos que atentam contra a liberdade humana, a vontade de ser livre é o último refúgio da humanidade. Portanto, liberdade e democracia só se tornam chances reais quando estão alicerçadas por um desejo perene no interior de uma nação que se recusa a ser governada como um rebanho.

Frisa o sociólogo brasileiro que Max Weber estava então convicto do fato de apenas um conflito bélico perdido no continente europeu poderia corroer os poderes da autocracia czarista. Ademais, o destino dos setores democráticos russos tende a ser o mesmo, podendo conduzir a um constitucionalismo de fachada regido pelas forças quase incontroláveis da burocracia:

A derrota das forças democráticas não é menos patente: a Rússia é submetida a um regime no qual a burocracia poderá exercer sua dominação acobertada por um regime pseudoconstitucional. A longo prazo, tal regime não se manterá, e o país atravessará uma sucessão ininterrupta de movimentos sociais. (TRAGTENBERG, 2005, p. 25).

Meses após escrever o primeiro trabalho sobre a dinâmica da política institucional russa pós-1905, Max Weber publica seu segundo material. Este último,

com maior ponderação, versa sobre a possibilidade de uma revolução levada a cabo não pela vontade da maioria da população. Dadas as debilidades do movimento liberal, as chances de uma mudança na cúpula dirigente poderiam tornar a Rússia uma democracia parlamentar nos moldes ocidentais. A este respeito, salienta Tragtenberg a mutação analítica de Weber, numa analogia com sua descrição do poder burocrático: “O tom do estudo é mais frio, distante e profissional; é feito, sem amor e sem ódio, por um homem que, perdidas suas grandes esperanças, examina o conjunto do problema impessoalmente.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 26).

Relembra Tragtenberg (TRAGTENBERG, 2005, pp. 26-27) um dos pontos nodais relacionados aos desdobramentos da revolução de 1905, qual seja, o fato de a Rússia ser um Estado repleto de credores estrangeiros, especialmente o grande capital bancário francês e alemão. Visando acalmar os ânimos destes últimos, a autocracia czarista em aliança com a burguesia instaura um regime pseudoconstitucional. O mote era causar uma impressão de estabilidade interna, com a retomada da ordem política: tal manobra contribuiria para a retomada dos investimentos e dos créditos vindos do exterior.

Longe de acenar para a concessão de direitos políticos e civis ao conjunto da população, a ação concreta do czarismo foi ao encontro da manutenção e do alargamento da repressão. Tal movimento revela uma estratégia dúplice, mesclando uma aparência de ordem institucional ao manter a essência repressiva e policialesca: “[...] estamos diante de uma política de duas faces: no plano externo, o governo russo conduz-se como uma monarquia constitucional; no plano interno, mantém o regime tradicional caracterizado pelo arbitrário poder de polícia.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 27).

Neste segundo ensaio, Max Weber focaliza suas atenções numa análise pormenorizada da Constituição russa de 1906. Seu esforço é simultaneamente prático e teórico, amalgamando os impactos da nova legislação em comparação com a realidade concreta. Além disso, avalia as competências legislativas, dos novos ministérios, a legislação eleitoral e a atuação do corpo burocrático. Este *modus operandi* evidencia um conjunto de brechas legais, enfatizando “[...] as diversas disposições escapistas que possibilitarão às forças antiparlamentares reduzir a oposição à impotência” (TRAGTENBERG, 2005, p. 27, itálicos no original).

Maurício Tragtenberg (2005, pp. 27-28) retoma as conclusões e frisa os acertos nas previsões de Max Weber. Em primeiro lugar, a impotência da Duma

(parlamento russo) em exercer e consolidar sua autoridade. Num segundo momento, a permanência e o refinamento da repressão estatal (em especial da polícia política). O terceiro elemento diz respeito à ausência de gabinete ministerial autêntico, impactando diretamente na natureza do regime.

Tanto a Rússia quanto a Alemanha são vistas por Weber como um constitucionalismo de fachada, uma vez que o poder não se exerce de forma compartilhada e o conjunto dos cidadãos está aliado das decisões políticas reais:

Para Weber o novo regime não é autenticamente constitucional, pois o poder não está partilhado entre o Executivo e um partido político dominante no Parlamento. Tal partilha constitui um traço característico do regime constitucional; o sistema russo é na realidade um “pseudoconstitucionalismo”. Weber não aplica esse termo somente à Rússia, mas também à Alemanha contemporânea, como o regime onde a população, se está representada por partidos na Assembléia, participa, não do poder real, mas somente de suas adjacências. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 27-28, aspas no original).

Tragtenberg sintetiza a análise que Weber realiza da Constituição russa de 1906, sublinhando os dois principais pontos: a) o crescimento do poder burocrático e b) a diminuição do poder do czar. Qualificando a sociedade russa da época como uma “autocracia hesitante” (TRAGTENBERG, 2005, p. 28), Max Weber percebe que o país se encontra cindido entre diversos setores sociais em luta constante contra o czarismo e entre si. Os dispositivos legais da Carta Magna traziam diversas brechas para fugir ao exercício de um controle eficiente e racional exercido pela burocracia, cujo término se dá com a assinatura relutante do Manifesto de Outubro.

Outra tentativa de conter a radicalização dos movimentos políticos da época - em especial a greve dos ferroviários - forçará Nicolau II a assinar entre setembro e outubro de 1905, o Manifesto de Outubro que cria a Duma (parlamento) nacional e legaliza a existência de partidos políticos. Na luta partidária de então, destaca-se o Partido Social-Democrata, que havia se dividido em 1903 num Congresso clandestino realizado na Suíça. Tal cisão deu origem ao Partido Menchevique (do russo, men'shinstvo), em minoria, mais moderado, que defendia a conquista do poder estatal pela via eleitoral e reformas em conjunto com a burguesia, e ao Partido Bolchevique (bol'shinstvo), que detinha a maioria, era mais extremista e defendia a violenta tomada do poder de Estado por um partido militarmente organizado.

Com a assinatura do Manifesto de Outubro emerge uma nova ordem constitucional. Assim, se reorganiza o funcionamento, fixam-se as competências, e se dá um basta na confusão, antinomia e multiplicidade de aparatos administrativos. O objetivo era, ao menos legalmente, controlar o poder de Estado. Trata-se, enfim,

da burocracia moderna que sustenta a breve monarquia constitucional russa. Na verdade, a *Duma* (parlamento) ficou impedida de funcionar efetivamente e o exercício do poder político fora negado à totalidade da população do país; ficou, de fato, a cargo de uma burocracia manipulada por Nicolau II e a ele amplamente subordinada.

O cume da pirâmide, formado pelo primeiro-ministro e seu conselho, era o quartel-general da burocracia e agia livremente ante o controle parlamentar. Maurício Tragtenberg sumariza a dinâmica político-institucional descrita por Weber nos seguintes termos:

O czar conservou o direito de veto; no plano administrativo, ficou sob dependência do órgão ministerial que controla o poder real. A Constituição de 1906, assim, equivale de fato à “racionalização burocrática definitiva da autocracia em todas as esferas da política interna, isto é, à passagem do poder da Coroa à burocracia”, escreve Weber (em argumento que reencontramos na alusão ao papel de Bismarck na Alemanha em *Economia e sociedade*). (TRAGTENBERG, 2005, pp. 28-29, aspas, parêntesis e itálicos no original).

A criação de um regime parlamentar e constitucional cujo apoio político era restrito às classes superiores – em especial a alta burguesia e a burocracia governamental – conduziria a uma luta aberta entre o czarismo e as demais classes sociais da Rússia. O resultado seria uma perene guerra civil. Na pena de Tragtenberg, (2005, pp. 29-30) as análises então desenvolvidas por Max Weber deixaram-no convicto da impossibilidade de germinar na Rússia uma cultura livre e uma nova civilização. Tanto em solo russo quanto nos demais países, o exercício do poder e da dominação é efetivado pela moderna burocracia.

Em resumo, as lutas políticas e convulsões sociais de 1905-6 colocaram a Rússia na linha de desenvolvimento tipicamente europeia. Essa linha de raciocínio, indica-nos o sociólogo brasileiro, parece demarcar a linha que situa a mescla entre nacionalismo e liberalismo no pensamento político de Weber:

Embora essa perspectiva encorajasse muitos liberais, ela aparece diferente para Weber, para quem só poderia haver liberdade, nas condições do mundo moderno, fora da cultura européia. Desiludido, deixa de estudar a política russa. Cada vez mais sua atitude ante a Rússia será definida por considerações históricas e filosóficas imbuídas de nacionalismo. Se é injusto taxa-lo de “russóforo” [...], não é menos verdade que, a partir de 1906, Weber manifesta uma tendência a julgar política interna e externa da Rússia em função de sua incidência sobre os interesses alemães. (TRAGTENBERG, 2005, p. 30, aspas no original).

Dez anos após a publicação de *A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional*, Weber retoma algumas considerações conjunturais sobre a Rússia no trabalho *A Alemanha entre as grandes potências europeias*. Nesta

conferência temos duras críticas à política externa guilherminista, em especial por sua ausência de realismo político: as tarefas então postas ao Estado alemão eram impossíveis, dada a situação geopolítica do país.

Tragtenberg (2005, pp. 30-31) assinala que, mesmo num contexto de censura imposto pela guerra, Weber alerta para os nefastos desdobramentos da política externa nacional. Resgata o argumento central de Max Weber: por ser a única potência mundial localizada no centro da Europa (portanto imbricada entre as grandes nações capitalistas) ela precisa urgentemente de aliados e não pode dispensá-los. Diante desse cenário, as alternativas são as seguintes: no leste a Rússia e no oeste a França e a Inglaterra.

Conforme Tragtenberg (2005, p. 31), Max Weber vê a Rússia como um “inimigo natural” da Alemanha. Isso pois: a) o aumento populacional russo contrasta com o declínio demográfico dos países europeus ocidentais; b) a Rússia possui uma tendência irresistível à expansão territorial e de zonas de influência, por conta da miséria de seu campesinato; c) os interesses expansionistas russos se dirigem aos mesmos países que na época eram os pontos de apoios da Alemanha, isto é, a Turquia e o Império Austro-Húngaro.

Esta correlação de forças particular conduz Weber a rejeitar uma aliança com a Rússia. Para ele, era urgente fazer cessar a propaganda anti-britânica. As consequências de um afastamento geopolítico da França e da Inglaterra poderiam se revelar catastróficas, pois isto deixaria a Alemanha extremamente vulnerável ao avanço russo

Weber evita qualquer consideração de ordem ética ou moral, preferindo definir conclusões fundadas no cálculo racional. Jamais escondeu sua qualidade de adepto do realismo político, daí colocar-se unicamente a questão sobre quem faz à Alemanha a melhor oferta. É a resposta a essa questão que origina sua posição em relação à Rússia. (TRAGTENBERG, 2005, p. 31).

É com a eclosão da revolução de março de 1917 que Max Weber renova, de fato, seu interesse sobre a política da Rússia. O trabalho *A transição da Rússia para a pseudodemocracia* traça um panorama dos acontecimentos. O mote é avaliar os prováveis desdobramentos deste processo político para os interesses alemães, em especial seus esforços bélicos.

Na interpretação fornecida por Maurício Tragtenberg (2005, p. 32) Weber percebe que, diferentemente do fracasso de 1905, março de 1917 fora um avanço. O que foi possível devido ao comportamento e ação política da burguesia russa

diante da continuidade da violência estatal e da inépcia administrativa do czarismo. É ela, a classe burguesa – classe média – quem detém o controle do crédito, fundamental ao sucesso dos eventos revolucionários:

Em 1905, a classe média apoiara a Coroa; em 1917, após um decênio de arbítrio policial e de incosequente política do czar, setores dos mais conservadores da sociedade russa, desesperados com a incompetência do czar, pronunciaram-se pelo regime parlamentar. Se a burguesia continuasse leal, a monarquia a neutralizaria, como ocorrera em 1905. (TRAGTENBERG, 2005, p. 32).

Tragtenberg (2005, pp. 32-33) comenta que Weber vê o primeiro mês do Governo Provisório como um carro sem direção. Isso porque temos a aliança frágil entre setores da intelectualidade revolucionária e democrática e os setores mais conservadores da sociedade russa (frações da classe média, militares de carreira, burocratas e credores tanto nacionais quanto estrangeiros). O exercício compartilhado do poder de Estado revela interesses transitoriamente comuns: todavia, é muito difícil que tal coligação vingue, em virtude dos interesses fundamentais opostos.

O apoio da burguesia aos movimentos políticos em favor da democracia parlamentar era feito no sentido de se livrar de um rei diletante e inepto; não visavam transformações sociais mais amplas, aumento da participação na vida política e avanços institucionais. Enquanto a pequena burguesia queria de preferência um ditador militar (ou um “rei cidadão”) o interesse imediato do capital na Rússia ia ao encontro da manutenção da guerra, que garantiria a continuidade das inversões estrangeiras e do crédito internacional.

Isso impediria que os sentimentos coletivistas das classes inferiores do país se impusessem diante da ordem constitucional e legislativa do Estado. Daí a necessidade de apoio dos setores progressistas da *intelligentsia* russa (socialistas-revolucionários e social-democratas), marcados pelo antimonarquismo, com meios de comunicação, de transporte e em contato direto com as massas do país: “A presença de esquerdistas no governo dá ao novo regime a possibilidade de manter uma aparência revolucionária, sem enfraquecer o controle exercido pelos conservadores sobre o aparelho de Estado.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 33).

Comenta Tragtenberg (2005, p. 34) que Max Weber constata ser a ausência de crédito e de capital a principal fraqueza dos socialistas-revolucionários. Assim, não tinham como fazer ou assumir as responsabilidades concernentes ao exercício do poder; isso lhes conduz à colaboração com os capitalistas e ao papel

subordinado numa “coalizão essencialmente antidemocrática” (TRAGTENBERG, 2005, p.34). Weber percebe outra causa do caráter instável do Governo Provisório, isto é, os interesses incompatíveis entre burguesia e o campesinato – classe social mais populosa da Rússia. Com isso emerge um antagonismo entre as classes (camponeses *versus* capitalistas) cuja dinâmica pode pôr fim ao próprio regime nascente:

Surge um conflito social que ameaça a própria existência do Governo Provisório: enquanto a pequena burguesia procura manter o *status quo* em matéria de propriedade e estrutura política com a continuação da guerra, o campesinato aspira a mudanças radicais nas relações de propriedade, democratização do governo e o fim da guerra. (TRAGTENBERG, 2005, p. 34, itálicos no original).

Maurício Tragtenberg (2005, p. 35) prossegue sua síntese, resumindo a opinião de Max Weber acerca da relação entre a classe operária industrial e o ideal democrático. Vista como a terceira das três grandes classes sociais da Rússia, Weber acha pouco provável que o proletariado possa aliar-se aos democratas. Isso porque seus interesses históricos eram fundamentalmente antagônicos aos do campesinato, o que lhes convertia em dependentes do movimento burguês. Aos proletários era mais vantajosa uma ordem social regida pela pequena burguesia ao invés de uma Assembleia Constituinte de maioria camponesa.

Analisando a situação Weber conclui que em abril de 1917 inexistiu um processo revolucionário. Em verdade, única e tão somente um monarca incompetente fora aliado do poder. Salvo um evento realmente revolucionário, a política institucional russa continuaria igual a dos anos anteriores, mediante a manutenção da guerra e o abafamento dos movimentos democráticos. Toda essa correlação de forças impede o surgimento de uma democracia liberal-parlamentar autêntica em solo russo, tal como ocorrera em 1905:

Weber retoma os argumentos de quando se perguntava a respeito das perspectivas do liberalismo russo à luz dos acontecimentos de 1905. Em 1917, dez anos depois, ele defende a tese de que as chances de instauração de uma verdadeira democracia inexistem na Rússia, devido à oposição daqueles que possuem os meios e os outros que, por motivos materiais ou ideológicos, tenham interesse nisso. (TRAGTENBERG, 2005, p. 36).

Com a conquista do poder de Estado pelos bolcheviques, Tragtenberg avança em sua argumentação, mencionando que Weber se posiciona diante do bolchevismo em duas oportunidades. A primeira delas data de fevereiro de 1918, num texto jornalístico sobre a conjuntura política da Europa. A segunda em julho do referido ano, em sua famosa conferência sobre o socialismo proferida para jovens

estudantes vienenses: “Para ele [Max Weber – RVS], o regime bolchevique é uma “pura ditadura militar de sargentos.”” (TRAGTENBERG, 2005, p. 37, aspas no original). O sociólogo brasileiro reconstitui os pontos básicos da opinião de Max Weber: 1) a intelectualidade apoiada num proletariado de soldados anseia por recompensas e botim; 2) a única autoridade formalmente democrática, a Assembleia Constituinte, foi dissolvida autoritariamente e não devido à existência de divergências políticas estruturais.

Adverte Tragtenberg (2005, p. 38) para o fato de na conferência sobre o socialismo Max Weber refinar sua posição, duvidando das intenções dos bolcheviques e rechaçando a estabilidade política. O marxismo é entendido como um protesto do trabalhador da indústria contra sua situação de alienação, a qual Weber percebe como inevitável. Além disso, para o sociólogo de Heidelberg o proletariado não tem condições de dirigir a economia e o poder estatal. Todavia, a manutenção das relações de produção capitalistas e da dominação burocrática em solo russo lhe pega positivamente de surpresa, como atesta o autor brasileiro:

As notícias recentes vindas da Rússia, diz Weber, indicam que o salário por tarefa foi restabelecido, que os antigos chefes de empresas, burocratas e oficiais de carreira voltaram a seus cargos. “Mas não é possível desta forma assegurar o funcionamento permanente do aparelho de Estado e da economia, e até o momento a experiência não é de encorajar”. Weber manifesta surpresa por ter subsistido o regime bolchevique; por ser ele menos uma ditadura socialista do que uma ditadura militar de sargentos. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 38-39, aspas no original).

Weber não subestima o caráter sedutor do ideário socialista. Igualmente, concorda com os termos das negociações que redundaram na assinatura do Tratado de Brest-Litovski, firmado em março de 1918 e que selou a paz entre a Rússia e as potências centrais (dentre as quais a própria Alemanha), marcando sua retirada do conflito. Este acordo permitiu-lhe entender os reais objetivos do poder bolchevique. Refletindo sobre a derrota alemã, o sociólogo de Heidelberg não fica surpreso, uma vez que ela: “[...] foi o fruto de aventureirismo irresponsável, contra o qual não se cansou de advertir seus compatriotas.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 39).

A partir deste momento do texto, Maurício Tragtenberg se esforça numa síntese onde resume suas críticas ao pensamento político de Max Weber. E isso não no sentido de julgar sua clarividência diante da correlação de forças na sociedade russa da época. Antes, o intuito é a busca para compreender os pontos fracos e a força analítica dos escritos políticos de Weber, passado mais de meio século das suas publicações originais.

A primeira parte dos apontamentos focaliza a pertinência das previsões de Weber acerca do processo político russo. A segunda parte tem como foco as prospecções de Max Weber sobre o liberalismo da Rússia – e, implicitamente, da Alemanha. Uma vez que o intuito do sociólogo de Heidelberg ao escrever os três textos apresentados foi “traçar os contornos prováveis de um futuro próximo” (TRAGTENBERG, 2005, p. 40), tal percurso permitiria, argumenta o sociólogo brasileiro, a confrontação entre os prognósticos weberianos “com os fatos do nosso conhecimento hoje em dia” (TRAGTENBERG, 2005, p. 40).

Tragtenberg (2005, p. 41) frisa que a abordagem fornecida por Weber ao processo político russo de 1905-6 tem como pressuposto essencial sua tese de que a civilização ocidental marcha, de forma inexorável, no sentido de um processo cada vez mais crescente de racionalização – racionalização de dominação do mundo. Este último avançaria irrefreavelmente em todos os aspectos da vida social.

Dessa maneira, a política seria conduzida pela mutação da forma estatal numa “empresa”, cujo desdobramento seria o exercício do poder real concentrado nas mãos da burocracia. Sustenta Maurício Tragtenberg o fato de a premissa formulada por Max Weber ter como origem o desenvolvimento social moderno do território alemão: “A tese funda-se na evolução moderna da Alemanha, o que explica a tendência de Weber a inspirar-se, para a análise de instituições e processos políticos, na experiência germânica.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 41).

Por conseguinte, é o desenvolvimento do capitalismo alemão da época a chave explicativa para a tendência expressa em Weber, com base na comparação entre a dinâmica política e institucional dos demais países com a experiência (que se desenrolava diante dos olhos do sociólogo de Heidelberg) concreta da Alemanha de final do século XIX e início do século XX. O modelo analítico é o de seu país; isso explicaria seus limites no entendimento da vontade popular, da instituição parlamentar, o desprezo pelo diletantismo político, a correlação entre autoridade política *versus* supremacia econômica, bem como o receio ante qualquer ação incontrolável da burocracia:

É lá [na Alemanha – RVS] que devemos encontrar as raízes de sua rejeição da crença na vontade popular; de sua concepção extremamente limitada das instituições parlamentares; de sua insistência no papel das “elites” e da importância que atribui às “manobras” na direção dos processos políticos sociais; de seu desprezo pelos políticos não-profissionais; de seu medo a qualquer burocracia (o *Beamtenum* alemão); da sua insistência em ligar a autoridade política à supremacia econômica, enfim, de sua tese sobre a “política como

exercício do poder". (TRAGTENBERG, 2005, p. 41, aspas, parêntesis e itálicos no original).

Para o autor brasileiro, este encadeamento teórico-metodológico calcado na situação político-econômica da sociedade alemã conduz Weber ao longo de todas as suas tentativas de analisar as lutas políticas russas – ou seja, as revoluções de 1905 e de 1917. O fio condutor é a tese da mudança de um regime fundado numa autocracia descentralizada e incompetente rumo ao moderno Estado burocrático, impessoal e racionalmente dirigido por um quadro administrativo formado por especialistas eficientemente treinados. Todavia, a dinâmica das lutas políticas russas sepultou as previsões de Max Weber:

Essa passagem, que Weber considera dedutivamente a partir de princípios mais gerais como a principal consequência da Constituição de 1906, não se dará. Contrariamente, no último decênio de sua existência, o Estado czarista será mais caótico e determinado do que nunca. (TRAGTENBERG, 2005, p. 42).

A retrospectiva histórica de Tragtenberg (2005, pp. 42-43) expõe os enganos de Weber em seus prognósticos acerca da Rússia – duplamente – pós-revolucionária. A passagem para um Estado burocraticamente dirigido em moldes ocidentais não ocorreu. Entre 1906 e 1917 não houve qualquer esforço dos burocratas no sentido de tomar o poder da autoridade czarista.

Em verdade, o poder exercido pela autoridade monárquica se fortaleceu ao passo que o poder real dos burocratas diminuiu de maneira considerável. Outro ponto evidenciado é o equívoco de Weber com relação às revoluções de 1917, especialmente em sua análise dos interesses de classe hegemônicos quando de seus desdobramentos político-institucionais.

Os vaivéns do ano de 1917 na Rússia foram o produto de um conjunto de determinações diretamente vinculadas à desagregação político-social do país, expressão dos interesses imediatos das classes inferiores (campesinato, a mais numerosa e proletariado, a mais radicalizada), bem como de setores da intelectualidade, do Exército e das minorias nacionais.

Longe, portanto, de uma trama dirigida conscientemente por frações mais elevadas da burguesia, ou mesmo por forças políticas visando um golpe institucional (alto capital financeiro internacional, militares, burocratas ou próprio partido bolchevique, o qual foi dirigido pela revolução). Aqui, o sociólogo brasileiro retoma o elo entre ideais políticos e considerações teórico-metodológicas na análise feita por Max Weber dos acontecimentos russos:

Seu sistema não reconhece nas massas nenhuma espécie efetiva de capacidade no plano de ação; com efeito, para Weber qualquer atividade política pressupõe a existência intra-muros de pequenos grupos manobrando em concordância com a alta burocracia e os meios que controlam as finanças e o crédito. [...] Colocando *a priori* que uma burocracia qualificada, capaz de perpetuar-se, é indispensável ao Estado moderno, Weber elimina praticamente qualquer possibilidade de transformação política no mundo atual. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 42-43, itálicos no original).

Para Tragtenberg (2005, p. 44), a mesma premissa equivocada da qual Weber parte para prognosticar o mês de março lhe conduz às conclusões incorretas quando dos eventos de outubro de 1917, que culminaram com a constituição do rapidamente burocratizado poder estatal bolchevique – conforme ele mesmo previra em obras posteriores. Aos olhos do sociólogo brasileiro, a Max Weber parece impossível conceber a emergência do Estado moderno mediante a ruptura com o aparato administrativo da ordem política que lhe antecede.

Tal ruptura pode até acontecer, mas ou é muito mais aparente do que real ou então até existe, contudo provisoriamente. Isso leva à conclusão de Weber segundo a qual o novo Estado criado pelos bolcheviques durará pouco tempo. Consideração que a história da sociedade russa provou estar errada:

De qualquer forma, Lênin teve sucesso em construir um novo Estado composto de intelectuais e de revolucionários “profissionais” – esses “literatos” a quem Weber tanto desprezava – desprovidos de qualquer experiência burocrática. E, contrariamente à expectativa de Weber, o Estado soviético sobreviveu; é bem verdade, burocratizando-se. (TRAGTENBERG, 2005, p. 44, aspas no original).

Maurício Tragtenberg é categórico ao afirmar que não se deve analisar a teoria do Estado moderno de Max Weber tomando como base os seus trabalhos a respeito da sociedade russa¹¹. Contudo, os prognósticos weberianos sobre o processo político da Rússia não foram confirmados: isso implica o reconhecimento de certas debilidades teóricas. A definição do Estado análogo a uma “empresa”, isto é, “funcionando da mesma forma que uma usina (TRAGTENBERG, 2005, p. 45)” leva Weber à supervalorização técnica dos aparatos governamentais.

Dentre esses, o sociólogo brasileiro destaca o apoio financeiro, a formação/experiência dos funcionários da burocracia e o aparato burocrático. Na mesma medida, elementos que escapam aos aspectos puramente racionais e organizativos (ideologia, opinião pública, tradição, psicologia das massas) são secundarizados ou abstraídos da análise, revelando uma visão de mundo específica: “Weber deixa-se fascinar pelos aspectos técnicos do governo, a ponto de negar

¹¹ “Logicamente não cabe pronunciar-se a respeito da teoria do Estado moderno de Weber tendo como elementos seus textos sobre a Rússia.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 45).

qualquer possibilidade de revolução no século XX, colocando em xeque a própria possibilidade de realização de um sistema verdadeiramente democrático.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 45).

Em resumo, para além do valor da teoria política de Max Weber, Tragtenberg (2005, pp. 45-46) questiona como e em que medida é correto analisar a dinâmica política, social e econômica de uma sociedade dotada de um passado histórico tão complexo (a Rússia) usando conceitos próprios de outras sociedades. “O problema central é que para Weber a Rússia não tem história política, é uma *tabula rasa*” (TRAGTENBERG, 2005, p. 45, *itálicos no original*). Com base neste argumento, Maurício Tragtenberg reflete sobre essa lógica de análise, a qual teria fundado a esperança ingênua de que no solo russo poderia botar uma civilização totalmente original.

Na pena de Tragtenberg (2005, p. 46), Weber reproduz, portanto, um pensamento desprovido de historicidade. Aplica ao território russo categorias e noções produzidas na Europa ocidental, particularmente na Alemanha. Pressupõe uma série de critérios presentes em todas as formações histórico-sociais, ou seja, elementos universalmente válidos e abstrai a especificidade das relações sociais concretas que geraram tal raciocínio e conceitos. Faltou-lhe uma análise mais acurada da história, bem como da gênese política das instituições russas. Este procedimento analítico adotado por Max Weber acaba implicitamente revelando a propagação da historiografia dominante no oeste europeu de finais do século XVIII¹².

Ademais, no plano da análise da correlação de forças entre as classes sociais, nota Tragtenberg como em Weber o papel da burocracia é extremamente ressaltado enquanto o da intelectualidade fica praticamente relegado. A Rússia contava com um amplo e rico passado, dotado de uma forma estatal específica e que moldara o conjunto das ações e comportamentos de sua população, influenciando sobremaneira nos dois processos revolucionários analisados nos trabalhos de Max Weber:

Atrás desta postura está a mesma atitude ante a história, o mesmo método dedutivo, a mesma indiferença em relação à especificidade da formação econômico-social, a mesma dependência de valores “universais”, a mesma tendência a medir o progresso pelos critérios da burguesia ocidental. Retrospectivamente, é claro que Weber trabalharia em terreno mais seguro se

¹² “A atitude de Weber em relação à Rússia constitui uma reprodução da posição historiográfica “filosófica”, tão desenvolvida na Europa nos fins do século XVIII. [...] Eles também esperam que a Rússia e outras nações não-ocidentais como ela, “partindo do nada”, possam dar origem a uma sociedade mais racional” (TRAGTENBERG, 2005, pp. 46-47, *aspas no original*).

fizesse um esforço sério para iniciar-se no patrimônio histórico russo; isso possivelmente o levaria a não superestimar a burocracia e subestimar a *intelligentsia*. (TRAGTENBERG, 2005, p. 47, aspas e itálico no original).

No que tange ao liberalismo russo, Tragtenberg (2005, pp. 47-48) ressalta os acertos de Max Weber. Sua discussão pormenorizada do parlamento (*Duma*) e do movimento liberal define considerações que a história provou estarem corretas. O sociólogo brasileiro imputa a precisão de Weber ao seu extraordinário senso de percepção da realidade política, à compreensão do curso dos acontecimentos, à sua habilidade em desmistificar as justificações ideológicas e processos legislativos e ao seu discernimento dos reais interesses das distintas classes sociais em conflito. Estas características “representam uma contribuição perene à análise política.” (TRAGTENBERG, 2005, p. 47).

Segundo Tragtenberg (2005, pp. 47-48) tendo como fio condutor os equívocos e limites da Constituição de 1906 enquanto ferramenta para a conquista da democracia, Weber mensura a correlação de forças entre as classes e frações de classe em luta pela hegemonia política. Daí concluir que os interesses opostos farão como que o Governo Provisório tenha duração extremamente curta.

Outra questão corretamente respondida por Max Weber é a da certeza de derrota do liberalismo na ausência de uma base social, ou seja, uma ou mais classes que o apoiem politicamente. Enxerga o abismo entre intelectualidade e burguesia como principal fraqueza do liberalismo russo. No entanto, não percebe corretamente os papéis do proletariado e da intelectualidade revolucionária, cujo comportamento na Rússia diferia sobremaneira daquele observado na Alemanha.

O sociólogo brasileiro finaliza seu texto de apresentação ressaltando a profundidade e extensão nas análises políticas de Weber, feita com base nas questões sociais e numa adoção não doutrinária de certas contribuições dos pensadores socialistas. Além disso, delimita suas diferenças analítico-explicativas para com o movimento liberal russo, os temas similares ao liberalismo alemão e suas particularidades em relação aos países anglo-saxões. Por último, sustenta a existência de uma contradição existente entre a sua agudez na explicação dos fenômenos políticos e o seu nacionalismo passional, oriundo do “Espírito da época”:

Contrariamente à maioria dos liberais russos, que privilegiam o jurídico e o formal das instituições políticas, Weber insiste na importância de compreender estas instituições em conexão com as classes sociais e a totalidade da vida econômica. A bem da verdade, Weber vê com clareza os dilemas do liberalismo russo na medida em que estes são uma reprodução dos dilemas do liberalismo alemão, muito mais do que da realidade anglo-saxã. Os dois países, Alemanha e Rússia,

apresentam problemas de acumulação econômica sob um capitalismo retardatário, mas os liberais russos estavam presos ao modelo anglo-saxão. Em Weber, operam duas forças contraditórias: de um lado, seu agudo senso das realidades políticas, sua preocupação com a vinculação do político ao todo social, buscando discernir interesses e ideologias; de outro lado, seu nacionalismo emocional da época, que compromete sua análise. (TRAGTENBERG, 2005, pp. 48-49).

Neste trabalho de apresentação Tragtenberg coloca os contornos essenciais de sua interpretação do pensamento político de Max Weber. A contradição acima mencionada entre a arguta percepção da realidade político-social de seu tempo e o elemento nacionalista acaba sendo depurada ao longo das mudanças sociais na Alemanha e no restante do continente europeu. Desta feita, percebemos que a abordagem tragtenberguiana engloba os elementos conjunturais de nacionalismo na concepção mais ampla do liberal Weber, que conduz seu raciocínio e estrutura sua análise.

A atitude de Max Weber diante da Rússia das primeiras décadas do século passado evidencia que a preocupação com o sufocamento das possibilidades de garantia da liberdade e de um regime democrático naquele país manifestam uma adesão sem reservas ao ideário liberal. Somado a isso, o nacionalismo emocional típico da época vai sendo depurado, conforme dito, em virtude das mutações políticas e sociais em seu país e no continente. É na obra *Burocracia e ideologia* onde essas e outras problemáticas são mais bem colocadas. Este livro, fundamental para os objetivos aqui propostos e onde o sociólogo brasileiro realiza uma discussão ampla acerca da vida e obra de Weber, será o tema do próximo tópico do presente trabalho.

5.2. *Burocracia e ideologia*: Weber como representante do máximo liberalismo possível

Antes de nos determos às partes de *Burocracia e ideologia* que tratam diretamente do pensamento de Max Weber e da sociedade alemã cumpre sumarizar, ainda que sucintamente, os pontos centrais e objetivos gerais da referida obra. Escrita originalmente como tese doutoral no ano de 1973, sob orientação de Francisco C. Weffort (prefaciador da primeira edição) o livro é o primeiro esforço de um intelectual brasileiro para entender, criticamente, o processo histórico que engendrou a emergência e o significado ideológico do conjunto das teorias

administrativas. Somado a isso, o leitor é brindado a um arcabouço analítico primoroso das relações entre a história da sociedade alemã, os dilemas do liberalismo naquele país e seus desdobramentos no pensamento de Max Weber – cuja obra Tragtenberg argumenta inaugurar a sociologia das organizações, como resposta às ideologias da administração.

De início, cabe atestar o fato de Tragtenberg escrever em tom de ensaio, indo além das representações predominantes sobre o significado desta produção intelectual. Enfatiza que este, mais do que um universo teórico organizado com fulcro em fontes primárias, é essencialmente uma interpretação e associação nova de ideias baseada em textos “antigos”. O objetivo do ensaio é, assim, o exame do surgimento e definhamento das teorias da administração ao longo da história das sociedades humanas, a partir das determinações econômicas e sociais vigentes. Outro ponto alto do trabalho é a concepção de burocracia exposta por Maurício Tragtenberg, a qual é permeada por forte influência de Karl Marx e Max Weber.

Portanto, determinadas teorias administrativas foram hegemônicas em certos momentos históricos devido ao fato de expressarem os interesses das classes dominantes em determinadas formações econômico-sociais. O estudo das teorias administrativas assume caráter dinâmico, ou seja, enquanto representação intelectual de um dado momento histórico-social, espelhando sua natureza de classe dominante. Esta opção metodológica permite perceber simultaneamente a transitoriedade e a ambiguidade da Teoria Geral da Administração, na medida em que apresenta como universais, de forma dissimulada, os interesses particulares – de classe – subjacentes. Isso leva à sua mutação em teoria dominante, isto é, em ideologias administrativas, combinada à sua operacionalidade técnica: “[...] *ideológicas* como *falsa consciência* da realidade, ao mesmo tempo, *operacionais* em nível técnico.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 20, *itálicos no original*).

Partindo de uma análise eminentemente sociológica, com foco na sociologia do conhecimento – por meio do estudo das causações sociais das teorias administrativas e sua transformação em ideologias –, Tragtenberg (2006, p. 20) coloca quatro questões fundamentais para cumprir com os objetivos de seu ensaio. Cumpre ressaltar a relação entre as últimas duas perguntas com os propósitos de nosso trabalho: a) tendo como premissa que a Teoria da Administração corresponde a uma análise da legitimação do poder burocrático, porque em sua evolução histórica ela assume tão-somente uma feição repressiva, com foco no controle e na

adaptação do ser humano mediante um conhecimento instrumental vinculado ao controle e à adaptação do ser humano?; b) qual a relação entre as transformações operadas pela Revolução Industrial, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o surgimento das ideologias administrativas manifestas nas obras de Frederick Taylor e Elton Mayo?; **c) quais eram as correlações de forças e as condições históricas da sociedade alemã que determinaram a passagem da teoria da administração para a sociologia das organizações mediante os trabalhos de Max Weber?; d) quais as ambições e os limites explicativos de Weber, bem como os níveis de articulação entre sua metodologia com sua sociologia organizacional, seu foco no racionalismo burocrático com o capitalismo moderno e sua neutralidade axiológica com o liberalismo político?**

As duas primeiras perguntas são respondidas na primeira parte do ensaio, intitulado “Pré-capitalismo e capitalismo”. Nela, o autor percorre a história e características basilares do chamado modo de produção asiático, encontrando-o em outras sociedades fora da Ásia (especialmente as chamadas pré-colombianas). Relaciona seu surgimento com a emergência da burocracia, cuja gênese remete ao Estado mediante as reflexões críticas de Hegel à forma estatal alemã e aos limites do corporativismo. Além disso, temos uma brilhante pesquisa bibliográfica a respeito dos impactos da acumulação capitalista para a emergência das teorias administrativas. Enquanto a resposta radical-crítica remete ao pensamento de Saint-Simon, Fourier e particularmente Marx, a burguesia tem como representantes intelectuais a Administração Científica (Taylor) e a Escola de Relações Humanas (Fayol e Mayo), principais ideologias administrativas.

Consciente de não esgotar a amplitude dos temas, o sociólogo brasileiro reitera a relevância da produção intelectual sobre a temática. Maurício Tragtenberg (2006, p. 21) busca inserir seu ensaio no bojo das contribuições críticas investigativas acerca da sociologia do conhecimento, particularmente no que se refere à Teoria Geral da Administração. O autor destaca a importância do estudo das teorias explicativas, uma vez que nascemos, vivemos e morremos numa sociedade permeada por organizações formais. Em especial, a análise e a explicação das ideologias administrativas revelam-se importantes quando o Estado intervém diretamente na economia, agindo de modo análogo ao de uma organização/empresa: “Daí, qualquer análise da Teoria Administrativa deve partir da

burocracia enquanto poder, para atingir a burocracia na estrutura da empresa.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 20).

Tragtenberg (2006, p. 21) articula seu livro em três níveis. O primeiro deles é o nível lógico: igualando administração à burocracia, resgata as contribuições de Hegel a esse respeito. O segundo nível é o histórico: aqui, tendo como fio condutor a perspectiva dialética, as teorias da administração são tidas como ideológicas e transitórias. Por fim, temos o nível lógico histórico, que amalgama as dimensões anteriores e cuja síntese Maurício Tragtenberg realiza da seguinte maneira:

[...] na medida em que as teorias administrativas posteriores, embora refletindo momento histórico-econômico diverso do anterior, trazem em seu âmago o conhecimento cumulativo das teorias preexistentes, fundamo-nos na perspectiva de Marx, da relativa autonomia da produção teórica em relação às determinações econômico-sociais globais. (TRAGTENBERG, 2006, p. 21).

A segunda parte do trabalho, denominada “A crise do capitalismo e a passagem da teoria da administração à sociologia das organizações complexas” inicia com uma discussão de fundo sobre a sociedade alemã, o desenvolvimento do capitalismo naquele país e os avanços e recuos do liberalismo. Logo no começo do terceiro capítulo (A crise da consciência liberal alemã) o autor nos apresenta uma relação entre o funcionamento do Estado e do mercado e sua fetichização. Assim, a sociedade é, simultaneamente, estranha e inseparável diante da formação estatal, o que implica num relação mútua de proteção e opressão. Por conseguinte, Tragtenberg (2006, p. 113) argumenta que não é sem razão o fato de os dois maiores estudiosos da burocracia na aurora do capitalismo serem alemães – Hegel e Weber: “Eles generalizam a experiência da burocracia prussiana à burocratização do mundo capitalista” (TRAGTENBERG, 2006, p. 113).

Tragtenberg (2006, pp. 114-115) resgata as diferenças basilares entre a burocracia moderna (capitalista) em relação às burocracias patrimoniais. No caso da Europa Ocidental, temos uma transposição da divisão social do trabalho e da racionalização que lhe acompanha à esfera da administração. Foi o impulso dado pelo conjunto das relações de produção do capitalismo em franca expansão que forjou os alicerces da estrutura burocrática do Estado moderno. Isso não significa um determinismo econômico, ainda que como último recurso explicativo: em realidade, é necessária a articulação entre as causas de natureza econômica e política.

Fazendo um breve comparativo entre o desenvolvimento do capitalismo em solo inglês – a maior potência do século XIX, embora menos burocratizada – francês

(mesclando burocracia e capitalismo, numa mediação política não tão fraca quanto na Inglaterra nem tão forte quanto na Alemanha) e alemão (o menos desenvolvido até finais do século retrasado), reforça e busca explicar o caráter extremamente burocrático deste último. Articulado as dimensões do poder político e dos interesses de classe da burguesia, frisa como a unificação do Estado alemão aliado ao acelerado desenvolvimento capitalista tiveram como pano de fundo a incapacidade dos setores mais dominantes em cumprir com suas tarefas históricas, deixando o país nas mãos de classes economicamente decadentes:

Isso, pelo fato de o poder político sob o capitalismo ter sido inversamente proporcional à maturidade de cada burguesia local. [...] É provavelmente o caráter retardatário da Revolução Industrial alemã que explica essa falha de uma burguesia que não soube assumir as responsabilidades que lhe impunha sua preponderância no aspecto econômico. (TRAGTENBERG, 2006, p. 114, itálicos no original).

Portanto, é o impasse na correlação de forças entre as classes sociais em luta que abre caminho para a possibilidade da burocracia em tomar para si as rédeas do poder político. Quando isso acontece, os burocratas ao mesmo tempo em que regulam o aparato estatal controlam e impõem suas decisões políticas ao conjunto das relações sociais. Dessa maneira, a França dos Tudors e Bourbons instala uma burocracia pré-burguesa, por meio de uma ditadura militar que emerge como continuidade do absolutismo anterior à revolução, misturando relações feudais em decadência ao modo de produção capitalista em ascensão; na Alemanha dos Hohenzollern há um processo semelhante – embora marcado por especificidades nacionais – podendo ser observado no “[...] *equilíbrio instável entre o feudalismo decadente e o capitalismo nascente como modo de produção*. Enquanto a França fundiu o Exército na burguesia, *na Alemanha, pelo contrário, a sociedade fundiu-se no Exército*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 115, itálicos no original).

O precedente histórico fundamental a tal processo Tragtenberg (2006, p. 115) encontra nos termos do famoso Tratado de Paz de Westphalia (1648), e seus principais impactos para a sociedade alemã nos séculos posteriores. Segundo o sociólogo brasileiro, a Paz de Westphalia promoveu uma devastação nacional na Alemanha: a redução drástica do contingente populacional e a divisão política em principados menores com interesses próprios – visando manter sua independência diante do poder imperial – acabam tendo ressonâncias no atraso cultural presente nas universidades do país. Desta feita, o declínio da população conduz a uma decadência espiritual que se manifesta em atrasos nos salários dos docentes, na

condição de vida precária dos estudantes e num clima geral de docilidade ante os donos do poder político, os príncipes.

Como resultado, temos universidades formadas por indivíduos que ao invés de produzirem um saber novo se limitam à catalogação sistemática de informações e autores. A ausência de uma “aristocracia nacional” capaz de sustentar os setores da intelectualidade (sábios e artistas) dá lugar ao único tipo de ajuda possível, advinda dos príncipes. Dentre os últimos, alguns viam no conhecimento um meio de manutenção do próprio poder. O problema fundamental da Alemanha era a reconstrução do Estado. Nesse sentido, as questões de natureza jurídico-administrativa eram entendidas como prioritárias. A política é fundada na rivalidade entre os principados, o que gera um contexto intelectual retardatário e decadente, destoando sobremaneira daqueles existentes na maioria dos países europeus da época:

Uma tal situação prolonga a tradição escolástica e aristotélica que dominara nas universidades medievais e que nessa época desaparecera na maioria dos países da Europa. Na segunda metade do século XVII, enquanto os intelectuais ingleses e franceses se comunicam na sua língua nacional, os intelectuais alemães usam exclusivamente o latim, mesmo nas numerosas teses que os príncipes de quem são servidores pedem para publicar. A venalidade e o servilismo são traços dos universitários da época. (TRAGTENBERG, 2006, p. 116).

Em 1727, Frederico Guilherme I cria a cátedra de Cameralística e Economia na Universidade de Halle, com foco na formação jurídica da burocracia prussiana. Os estudantes recebiam nas escolas reais os conhecimentos básicos diretamente das propriedades rurais, das minas e dos meios de tributação oficiais, com o mote de prepará-los para a prática administrativa. Boa parte da intelectualidade alemã pensava a estatística como sinônimo de informação estatal. Ao lado disso, a concepção mecanicista de causalidade domina a pesquisa acadêmica e a vida cultural do país. Determinado estudo científico será mais bem articulado na medida em que seja análogo a uma máquina, cujas rodas e engrenagens se adaptam exatamente umas às outras: “O francês O. Lammettrie (1709-1751) publica em Leyde *L’Homme machine*, sendo nomeado depois por Frederico, o Grande, leitor e membro da Academia de Ciência de Berlim” (TRAGTENBERG, 2006, p. 117, itálicos no original).

Diante desse cenário, a atuação do movimento liberal alemão nas principais lutas políticas do século XIX (1812, 1848 e 1861) é marcada pela sucessão de derrotas, transformando o liberalismo em “[...] uma *atitude* mais do que uma doutrina

política coerente e militante.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 117, itálico no original). Os acordos com o Império – através da reorganização da burocracia na Prússia sob o ministro Von Putkammer entre 1881 e 1888 – fizeram dos liberais uma força política com pouca ressonância na sociedade alemã, deixando as portas abertas para o predomínio do atendimento aos interesses de classe da aristocracia fundiária (*Junker* residentes na Prússia) no interior do Estado.

A manutenção da proeminência *Junker* prussiana teve o movimento liberal como ator coadjuvante, contribuindo implicitamente para a moldura de uma burocracia alemã conservadora e preocupada exclusivamente com seus próprios interesses. Uma revolução burguesa real, que conduzisse os setores superiores da classe capitalista à conquista do poder estatal foi obliterada sistematicamente pela ação política dos *Junker*, como demonstra o período inicial da Unificação Alemã com Otto Von Bismarck nas três últimas décadas do século XIX. Em outras palavras, nas lutas políticas da Alemanha do século retrasado os avanços do prussianismo – e do nacionalismo – corresponderam aos recuos do liberalismo:

A revolução liberal foi necessária e sua supressão igualmente inevitável. Em 1819 – ano dos decretos de Carlsbad –, com a discussão entre Humboldt e Bojen, ruíram os projetos liberais sob o triunfo do prussianismo. O prussianismo venceu novamente em 1848; a guerra de 1866 se de um lado fortaleceu o nacionalismo, do outro permitiu o êxito parcial do liberalismo. [...] Os partidos de tendência liberal precisavam, de um lado, da revolução e, de outro, da contra-revolução. *A indecisão política da classe média fez a Alemanha submergir na moldura burocrática modelada pela contra-revolução.* (TRAGTENBERG, 2006, pp. 117-118, itálicos no original).

A Prússia era dominada pelo militarismo dos *Junkers*, cuja herança remete aos tempos de Frederico Guilherme I (1713 – 1740) e, em menor medida, Frederico II, o Grande (1740 – 1786). Nas palavras de Tragtenberg (2005, p. 119) o prussianismo era conservador, isto é, diferentemente de Frederico II, influenciado pelo liberalismo democrático. Com o período de Otto Von Bismarck (1871 – 1890) e Guilherme II (1888 – 1918) no poder a Alemanha passa por um período de extraordinária expansão econômica, embora este desenvolvimento capitalista seja retardatário quando comparado às potências continentais da época. Em pleno ano de 1882, o capital industrial absorvia 35,6% da força de trabalho do país, ao passo que agricultura, pesca e economia florestal somavam 42,2%.

A “Revolução Industrial” alemã se realiza tardiamente, nos três últimos decênios do século retrasado, bem depois de França e Inglaterra. A originalidade da industrialização na Alemanha reside na ação estatal. Esta foi conduzida mediante a

aliança entre o Partido Conservador, a burocracia prussiana e a Igreja Protestante. Tal união de forças forneceu as condições necessárias para a hegemonia *junker* no Estado, o predomínio do protestantismo religioso no plano dos valores e o arranque do capital industrial na economia. Ademais, levou à constituição de um novo estrato social, de tipo feudal-burguês, o qual manifestava “[...] uma síntese entre o Exército, a burocracia, a aristocracia *junker* e os proprietários industriais, *todos com tendência à exploração conjunta do Estado.*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 119, itálicos no original).

As políticas bismarckistas (criação do Banco do Império, estatização das ferrovias, imperialismo colonial na África, exploração de minérios da Alsácia-Lorena após a vitória na guerra contra a França em 1870 e protecionismo aos aristocratas *junker*) contribuem decisivamente para a expansão industrial do país. A concentração de capital se dá nas mãos de poucas famílias – como os Krupp e os Thyssen – com a formação de carteis, fixando os preços, regulamentando o mercado e definindo a concorrência. Paralelo a isso, o comércio interno se expande cada vez mais e as sociedades por ações controlam a indústria metalúrgica, química e elétrica.

Todavia, persiste um considerável descompasso entre o crescimento industrial e a produção voltada à agricultura. Este se expressava no fato de a Alemanha, anos antes da eclosão da I Guerra Mundial, ainda importar muitas mercadorias. Portanto, a industrialização alemã fora marcada pelo aburguesamento da nobreza e pelo enobrecimento da burguesia, mediada pela ação da burocracia. Noutras palavras, a manutenção do poder estatal da aristocracia feudal – economicamente decadente – somada à inexistência de uma burguesia revolucionária – politicamente imatura – e incapaz de cumprir com suas tarefas históricas permitiu a elaboração deste quadro político-institucional tão contraditório quanto atrasado:

Os reformadores alemães precisavam de uma burguesia com consciência de destino, *classe para si*; isso inexistia na Alemanha. Tal é provado pelo fato de, apesar de perder *status* com a crise da agricultura no século XIX, a nobreza continuará a predominar no governo, alta administração diplomacia e Exército. *Ela possui um papel que não corresponde à realidade da estrutura econômica do Reich. A hegemonia da nobreza deve-se à indiferença da burguesia alemã às realidades sociais e políticas.* (TRAGTENBERG, 2006, p. 121, itálicos no original).

No alto escalão da administração pública a proeminência da nobreza é evidente. Com Bismarck, a nomeação dos cargos era feita em geral aos membros

da diplomacia e do Exército. Raras vezes um representante parlamentar fora nomeado. Além disso, no Exército e na diplomacia a maioria dos que ocupava as vagas indicadas era oriunda da nobreza. A cavalaria e a guarda imperial formam as armas nobres, ocupadas predominantemente pela aristocracia. A cooptação dos militares de baixa patente – inclusive os da reserva – pelos altos oficiais de cada Regimento torna-se uma prática comum: “*O controle das nomeações está nas mãos da burocracia, escapando a qualquer controle parlamentar.*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 122, itálicos no original).

A recomposição e o aumento das demais frações da classe operária ocorrem simultaneamente com o fencimento de outros modos de produção. O proletariado urbano salta de 5 milhões em 1880 para 8,64 milhões no ano de 1907. O artesanato entra em declínio, a migração para as cidades despovoava o território da Prússia, boa parte do sul e das planícies do norte alemão. No interior das fábricas, as jornadas de trabalho são longas, exaustivas, marcadas pela disciplina altamente rígida, bem como pela existência de trabalho feminino e infantil. Sob o bismarckismo, a perseguição ao movimento socialista (especialmente à social-democracia) se mescla à promoção de melhorias mínimas nas condições de vida dos operários: “Em 1891, o descanso quinzenal é obrigatório e em 1908 uma lei limita a jornada de trabalho das mulheres e crianças. No que se refere à legislação social, até 1914 o modelo inaugurado por Bismarck constitui-se em seu pilar.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 123).

De acordo com Tragtenberg, (2006, p. 124) a população – espremida pela união feudal-burguesa e pela ação da burocracia – rejeita o liberalismo com base numa visão de mundo religiosa e milenarista. Simultaneamente, depois da morte de Marx, assimila a literatura nacionalista burguesa-feudal. Essa síntese poderia ser a chave explicativa das ideologias reformistas na social-democracia alemã. Observa o sociólogo brasileiro a imposição de um *ethos* conservador e burocrático na Alemanha pós-Bismarck. A política social do último e maior dos *Junker* estava inserida numa tradição patrimonial, vinculada à burocracia prussiana.

Esse *ethos* conservador-burocrático, embora formalmente imbuído de uma filosofia liberal, acenava fortemente à intervenção estatal e reprimia energicamente o movimento socialista. Daí a emergência de uma figura cesarista, que visava proteger as classes inferiores dos abusos da classe dominante por meio de políticas sociais paliativas. Para tanto, a legitimidade do voto amplo, geral e irrestrito era de crucial

importância: *“Isso explica a preocupação de Bismarck em apoiar-se no sufrágio universal contra a burguesia liberal.”* (TRAGTENBERG, 2006, p. 124, itálicos no original).

Para Maurício Tragtenberg (2006, pp. 124-125) as condições da hegemonia feudal-burocrático burguesa foram a ausência de uma burguesia industrial libertada das influências patrimonialistas e uma população totalmente cooptada pela ação da burocracia sindical, por meio dos sindicatos “amarelos”, de orientação nacionalista, religiosa – fundados na disputa entre católicos e protestantes – e tutelados pelo Estado. Os fundamentos político-institucionais residiam num aparato estatal que reunia liberais consentidos (Partido Liberal do Império e Partido Nacional Liberal, o primeiro identificado com a monarquia e o segundo eminentemente burguês reatado ao bismarckismo), o Partido do Centro (numa aliança entre setores do campesinato, proletariado, nobreza e burguesia), o Partido Progressista e a corrente moderada da social-democracia (defensora do expansionismo imperial).

Adverte Tragtenberg (2006, pp. 125-127) que a República de Weimar não altera substancialmente a correlação de forças anteriormente mencionada: esta nasce orientada à manutenção do poder de Estado e hostil às organizações autenticamente revolucionárias – vide a perseguição e assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, os dois membros mais proeminentes da Liga Spartacus, pelo ministro da defesa Gustav Noske. Portanto, não se deve exagerar o impacto das ações radicais do ano de 1918. Ao invés de uma traição perpetrada pela social-democracia, a Revolução de 1918 já nascera com o espírito reformista (que dominava o Partido Social-Democrata Alemão há mais de uma década), como atestam a busca pelo sufrágio universal, a defesa da democracia parlamentar e a responsabilização do chanceler ante o parlamento.

A influência do capital proveniente dos EUA e a deterioração das condições de vida da população trabalhadora viriam a ser determinações importantes para o surgimento de ideologias supremacistas e reacionárias vinculadas ao nacionalismo extremado. Por outro lado, uma crítica radical e anticapitalista emerge na cena cultural e artística, em especial com o nascimento do movimento que ficou conhecido como expressionismo alemão.

Durante Weimar formam-se os maiores trustes da história da Alemanha, cuja concentração de capital permitiu que setores da burguesia industrial constituíssem fortunas gigantescas durante a I Guerra Mundial. Concomitantemente, assiste-se à

decadência da instituição parlamentar, cujas atribuições são cada vez mais restritas. A nova constituição¹³ vedava ao parlamento o controle sobre o Gabinete presidencial e também sobre o orçamento federal. Fundado na ideologia da colaboração de classes (reformismo socialista de Eduard Bernstein, membro da ala moderada da social-democracia; liberalismo burguês do Partido Democrata; catolicismo político do Partido do Centro), Tragtenberg (2006, pp. 129-130) declara que o período weimariano acabou sendo vitimado por suas alianças frágeis e ambiguidades mal resolvidas: tal fim era inevitável.

Arrematando este capítulo introdutório à análise sistemática dos aspectos metodológicos, políticos e da concepção de burocracia na obra do sociólogo de Heidelberg, Maurício Tragtenberg frisa como o conjunto das contradições políticas, institucionais, econômicas e sociais na Alemanha de finais do século XIX e começos do século XX permeou a sociologia de Max Weber. Cabe sublinhar a ênfase dada pelo sociólogo brasileiro ao caráter simultaneamente dicotômico e antinômico do pensamento sociológico de Weber:

A dualidade da realidade alemã é vivida por Weber no seu labor sociológico: a separação das esferas do político e o econômico; a dialética das formas de dominação oscilando entre o carisma e a burocracia; a dominação do *ethos* burocrático na vida política alemã e o recurso ao *carisma plebiscitário* que Weber qualifica como fenômeno inextirpável na democracia de massas; a posição política da Alemanha entre o convencionalismo anglo-saxão e o despotismo russo. A não superação das contradições levará a Alemanha a uma solução autoritária. No plano individual, tal possibilidade levará Weber aos limites da razão. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 130-131, itálicos no original).

No capítulo 4, nomeado “Max Weber”, Maurício Tragtenberg sistematiza uma interpretação e fornece uma breve crítica do pensamento de Weber. Tendo como pano de fundo a realidade social, a correlação de forças entre as classes sociais em luta e os vaivéns do liberalismo no interior da Alemanha de finais do século XIX e início do século XX¹⁴, o autor brasileiro articula sua análise sobre o conjunto da obra do sociólogo de Heidelberg. E o faz com base em dois níveis inter-

¹³ O novo dispositivo constitucional foi rechaçado por setores revolucionários e criticado por alas do movimento liberal. Até mesmo os reacionários mostraram seu descontentamento: viam a Constituição de Weimar como uma “[...] obra não alemã, traição cometida por judeus, inspirada pelo judeu Hugo Preuss, importada dos países anglo-saxônicos e imposta pela *Entente*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 125, itálicos no original).

¹⁴ “Nos fins do século XIX e início do século XX, passa a Alemanha por um arranque industrial, dirigido pela burocracia bismarckiana, pela estruturação de um proletariado com consciência *para si* e por uma burguesia dependente de sua associação com a classe *junker* temerosa das reivindicações operárias. Daí o liberalismo ficar a meio caminho. Nesse, contexto, ocorre a produção intelectual de Max Weber, entre 1889 e 1920, desenvolvendo interesses múltiplos” (TRAGTENBERG, 2006, p. 134, itálicos no original).

relacionados: o primeiro mais conjuntural e curto; o segundo mais estrutural e desenvolvido.

Cumpra ressaltar o entrelaçamento entre as duas partes, como evidencia a crítica que encerra a primeira e fundamenta o final da discussão. São elas: a) método e concepção de história, onde traça uma pequena biografia com ênfase nas pesquisas de campo, bem como as influências do neokantismo nos escritos metodológicos, principalmente aqueles dedicados à discussão do que ficou conhecido como “neutralidade axiológica”; b) burocracia e política, na qual enfoca os textos políticos e em especial as seções de *Economia e Sociedade* dedicadas ao fenômeno burocrático. Devido aos interesses de nosso trabalho, iremos nos restringir ao segundo ponto, uma vez que neste Tragtenberg elabora sua síntese acerca do pensamento político de Max Weber.

No que diz respeito à burocracia e à política, argumenta Tragtenberg (2006, p. 144) que os estudos de Max Weber sobre a realidade social da Alemanha foram determinantes para o seu interesse pela política. Fundamentado em sólida e ampla bibliografia, o sociólogo brasileiro reconstituiu - cronologicamente e em seus pontos fulcrais - alguns dos textos políticos fundamentais de Weber, sendo este o fio condutor do processo analítico.

Portanto, inicia com o famoso Discurso de Freiburg (“O Estado Nacional e a Política Econômica”, de 1895), onde Weber se opõe ao naturalismo, baseado numa concepção positivista do conceito de seleção natural de Darwin, insurgindo-se contra a aplicação da luta pela existência das ciências biológicas à economia política. De acordo com Tragtenberg, tal modelo era visto por Max Weber como duvidoso e falido. Ademais, mostra Weber como esta ambição naturalista tinha uma ânsia ideológica, cujo mote era refutar o socialismo: “[...] ao fazê-lo, transforma-se numa ideologia do *status quo*, numa justificação do existente” (TRAGTENBERG, 2006, p. 144, *itálicos no original*).

Em “O Estado Nacional e a Política Econômica” Weber estuda as condições de vida dos trabalhadores da região do rio Elba. Percebe a mudança no uso da força de trabalho sazonal dos alemães pelos poloneses, acostumados com um nível de vida inferior. Ressalta Tragtenberg (2006, p. 145) o modo pelo qual Weber expõe a agonia econômica da classe *Junker*: a substituição da grande propriedade patriarcal pela pequena propriedade submetida às relações de produção capitalistas conduz à ruína dos antigos proprietários de terra. Diante disso, Max Weber questiona: a) como

uma classe economicamente decadente continua com os lemes do poder político? b) quais os desdobramentos deste processo na vida nacional?; c) como venerar uma classe que impede o cidadão comum de acessar minimamente o poder, sem deter a cultura política necessária para tal?

Premida pela propriedade capitalista, a classe dos aristocratas fundiários perde sua razão de ser, se revela decadente do ponto de vista econômico e começa a definhar. Salieta Tragtenberg (2006, p. 146) que, aos olhos de Max Weber, a grande questão não é a nacionalidade e sim a classe social. Os poloneses estão entre os estratos mais desfavorecidos das classes inferiores. Dessa maneira, a emigração de frações das classes inferiores alemãs para zonas culturalmente superiores e a imigração de trabalhadores poloneses para zonas culturalmente menos elevadas tem como pano de fundo a herança cultural.

Todavia, frisa Maurício Tragtenberg (2006, pp. 146-147) como a situação do proletariado alemão não era das melhores aos olhos do então economista político e jurista Max Weber. Professores de política medíocres constituam o núcleo das lideranças operárias: uma pequena burguesia de caráter filisteu dirige o conjunto da classe. Numa palavra, um pequeno grupo com forte tendência ao monopólio da direção do movimento operário era a determinação fundamental da imaturidade política – isto é, da incapacidade política de impor os interesses nacionais, independentemente das circunstâncias, ante os interesses de classe – do proletariado alemão.

Isso desloca o problema para as qualidades e tarefas políticas impostas para a nova classe economicamente superior, ou seja, os capitalistas da Alemanha. Caso estes últimos não estejam à altura de suas responsabilidades no sentido de consolidar o modo de produção e as relações sociais burguesas, tal incumbência caberia ao conjunto dos trabalhadores produtivos: “Reconhece Weber que o perigo não está na massa, mas sim na qualificação política da classe em ascensão, admitindo, na impossibilidade de a burguesia cumprir com seu papel histórico de dirigente da sociedade, *que tal papel passasse às mãos do proletariado*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 147, itálicos no original).

Conforme Tragtenberg (2006, p. 148), Max Weber é autoconsciente no que toca à sua condição de membro da classe burguesa, educado nos seus sentimentos e ideias. Entretanto, reconhece a imaturidade política da burguesia alemã para dirigir a sociedade da qual ela deveria, efetivamente, ser a classe dominante. Ao lado

disso, a emissão de diplomas nas universidades da Alemanha chancela o privilégio social de setores incompatíveis com as novas necessidades nacionais. Tais diplomas são em geral fornecidos a indivíduos que desconhecem totalmente a práxis política e são desprovidos de consciência social: características estas presentes num dirigente sindical ou em qualquer trabalhador comum que vive os problemas políticos do país.

Comparado a “O Estado Nacional e a Política Econômica” (o primeiro texto político de um jovem economista político) Tragtenberg (2006, pp. 148-149) enfatiza o salto interpretativo de Weber no que diz respeito ao conceito de Nação¹⁵, considerando a discussão entabulada em sua obra máxima¹⁶ “Economia e Sociedade” (a derradeira síntese de um maduro sociólogo tardio). Em termos metodológicos, sociológicos, econômicos e políticos, há uma depuração do juízo de valor anteriormente concedido ao nacionalismo, mostrando o caráter histórico do termo Nação e suas distintas configurações conforme os diversos condicionantes sociais. Aliado a isso, a oposição ao pangermanismo e aos desejos de expansão territorial demonstram como o liberalismo defendido por Max Weber é de natureza excepcional, indo além dos preceitos clássicos desta doutrina política:

Weber no seu *Discurso de Friburgo* aparece como nacionalista, germanista patético e fanático. Posteriormente, por ocasião da elaboração de *Economia e sociedade*, muda sua atitude: a Nação não possui para ele nenhum atributo racial ou linguístico específico; ela é fruto da *História*. A Nação não lhe aparece como algo absoluto e o poder não constitui valor último. As atitudes variam com as determinações de classe e estamentos. Contrariamente aos expansionistas e pangermanistas de sua época, Weber considera o sentido do *limite* um valor básico que eles perderam. *Coloca-se na situação complexa de um pensador liberal que ultrapassou os limites do liberalismo clássico.* (pp. 148-149, itálicos no original, grifos nossos).

¹⁵ “Como ciência explicativa e analítica, a política econômica é *internacional*, porém, tão logo emite *juízos de valor*, vincula-se àquele tipo de humanidade que encontramos em nossa própria essência. E isso com mais frequência justamente quando mais acreditamos que escapamos de nossas limitações pessoais. [...] Mesmo nossos supremos e máximos ideais terrenos podem mudar e desaparecer. Não podemos querer impô-los ao futuro, mas podemos querer que este reconheça o caráter *de seus próprios antepassados* em nosso caráter. Com nosso trabalho e nossa essência, queremos ser os precursores da geração futura. Por essa razão, tanto a política econômica de um Estado alemão quanto o critério de valor usado por um teórico alemão da política econômica só podem ser alemães.” (WEBER, 2015, p. 47, itálicos no original).

¹⁶ “A casuística poderia facilmente ser ampliada, o que deveria fazer todo exame sociológico exato. Mostra que os sentimentos de comunidade designados com o nome coletivo de “nacional” não são nada unívocos, mas podem ser nutridos a partir de fontes muito diversas: diferenças na estruturação social e econômica e na estrutura de dominação interna, com sua influência sobre os “costumes”, podem ter algum peso, mas não necessariamente o fazem – dado que dentro do Império alemão são tão acentuadas quanto se possa imaginar; lembranças políticas comuns, a confissão religiosa e, por fim, a comunidade da língua podem atuar como fontes, bem como, naturalmente, o *habitus* racialmente condicionado.” (WEBER, 1999, p. 277, aspas e itálicos no original).

O sociólogo brasileiro destaca a luta efetivada por Max Weber contra a dominação política dos burocratas prussianos subservientes ao reacionarismo *Junker*. Fundada na ilegitimidade e hegemonizada por funcionários despolitizados, a militarização do Reich alemão foi uma das marcas deste período histórico. Havia uma confusão proposital entre os interesses nacionais e os interesses imediatos dos grupos então à testa do poder de Estado. Igualmente, sublinha o tom demolidor das críticas de Weber ao bismarckismo e seu *ethos* burocrático. Nesse contexto, a sua preocupação girava em torno da “[...] necessidade de falar menos no Estado e lembrar mais da Nação.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 149).

Na pena de Tragtenberg (2006, p. 150), vemos que em seus escritos políticos Max Weber busca demonstrar a impossibilidade de governar com base no Sermão da Montanha¹⁷. Rememora as impressões de Jacob Burckhardt acerca do caráter diabólico do poder¹⁸ e contenta-se com o fato de o germanismo não se restringir à atmosfera do Estado¹⁹. Por outro lado, admite a existência de um mínimo de ética, sem a qual a política se torna inviável. Weber percebe que a polarização social entre burguesia e proletariado poderia conduzir a primeira e a se unir à burocracia contra a democracia.

No que toca ao regime de Otto Von Bismarck, Tragtenberg (2006, pp. 151-152) reproduz os aspectos elementares do diagnóstico de Weber. Enfatiza que a pseudomonumentalidade do Chanceler de Ferro vincula-se ao seu autoritarismo, sendo impossível qualquer espécie de diálogo. Em torno de sua figura emergiu toda uma literatura filisteia e popular, fundada na veneração ao herói militar e agente da

¹⁷ Podemos perceber pela edição consultada que a maioria das citações diretas (feitas todas em nota de rodapé) de Tragtenberg se baseia em livres traduções das edições consultadas. A citação que fundamenta a afirmação acima é, claro está, uma tradução livre do texto *Política como Vocação* [1919], publicado em inglês por H. Gerth e C. Wright Mills na coletânea *From Max Weber: Essays in Sociology*. Reproduzimos aqui, conforme versão brasileira intitulada *Ensaio de Sociologia*, traduzida por Fernando Henrique Cardoso: “As exigências do Sermão da Montanha [...] deixavam implícito um direito natural de imperativos absolutos baseado na religião. Esses imperativos absolutos conservaram a sua força revolucionante e entraram em cena com um vigor elementar durante quase todos os períodos de transformação social. Produziram especialmente as seitas pacifistas radicais, uma das quais na Pensilvânia tentou pôr em prática uma política que renunciava à violência contra terceiros. Tal experiência teve um destino trágico, pois com a deflagração da Guerra da Independência os quacres não puderam levantar-se de armas pelos seus ideais, que eram os mesmos da guerra.” (WEBER, 1971, p. 148)

¹⁸ Tragtenberg cita aqui o texto *Entre duas leis* [1916]. Usamos a edição publicada na coletânea *Escritos Políticos* editada pela Folha de S. Paulo: “Vocês conhecem os argumentos de Jacob Burckhardt, que muitas vezes causaram espanto, sobre o caráter diabólico do poder.” (WEBER, 2015a, p. 103).

¹⁹ “Nós também temos todas as razões para agradecer ao destino haver populações alemãs (*Deutschtum*) fora do *Machstaat* nacional.” (WEBER, 2015a, p. 103, itálicos no original).

unificação. Tal culto à autoridade logrou altíssimo custo social à Alemanha, o qual se manteve após a morte do último e maior dos *Junker* prussianos.

Na verdade, o verdadeiro legado bismarckista foi a ausência de cultura política e vontade política próprias na sociedade alemã. Somado a isso, um governo de burocratas que defendia o cesarismo como melhor regime e único possível, dissimulando seus próprios interesses e sua manutenção no poder do Estado. Com base no desdobramento deste dramático capítulo da história política do país, temos um resgate das reflexões de Max Weber a respeito da liderança unipessoal como único e correto meio de educação política:

Pois bem, Bismarck partia, e lacaios conservadores ocupavam as cadeiras dos ministérios e aguardavam os acontecimentos; não pronunciaram uma palavra ao criador do Reich que deixava o poder. No fundo, Bismarck colheira o que semeara: a impotência política do Parlamento e dos líderes políticos, concluindo Weber sua crítica a respeito: o domínio do grande homem nem sempre é o meio mais idôneo de educação política. Por isso Weber na sua época fora apelidado de *agente do estrangeiro, antialemão e demagogo*. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 151-152, itálicos no original).

Um dos destaques fornecidos por Maurício Tragtenberg é a crítica feita por Max Weber ao Estado corporativo. Este último tinha como objetivo eliminar a concorrência dentro das cidades e conservar o monopólio dos poucos mestres sobre o mercado urbano. As corporações medievais e desenvolveram mediante as confrarias religiosas. Citando Mikhail Rostovzeff, historiador ucraniano radicado nos EUA, o Tragtenberg relembra que a organização corporativa existiu na Antiguidade, ao mencionar “[...] a existência de corporações na Ásia Menor com presidentes hereditários especiais de diferentes profissões” (TRAGTENBERG, 2006, p. 153). Em se tratando da Alemanha, foi a ausência de um poder político efetivo que deu as condições para o florescimento da autonomia das corporativas, cujo primeiro grande ideólogo foi Von Gierke. Portanto, a corporação tradicional (em especial a do período medieval) é eminentemente econômica, de modo que as ideias corporativas são antigas em território alemão.

Retomando a síntese totalizante operada entre a sociedade civil e o Estado pelas corporações com Hegel²⁰, a defesa de Bismarck²¹ de uma monarquia limitada

²⁰ “Hegel concebia os estamentos como mediadores entre a sociedade civil e o Estado, acreditava que o sistema corporativo fundiria a sociedade civil e o Estado num todo.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 154).

²¹ “Bismarck defendera também a tese de uma Monarquia forte limitada pelo sistema de representação corporativa.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 154).

unicamente pelo sistema corporativo e o fenômeno nazista²², Tragtenberg comenta que tanto o corporativismo como representação profissional quanto na forma de Estado manifestam uma reação conservadora ao avanço da luta política e revolucionária da burguesia na Europa Ocidental. Dessarte, as ideias corporativas expressam o reacionarismo da nobreza ante a vitória revolucionária da burguesia liberal: “[...] estão ligadas ao Romantismo e à reação à Revolução Francesa e aos valores liberais.” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 153-154).

Weber polemiza contra os defensores do corporativismo de seu tempo em duas frentes. A primeira delas em oposição ao corporativismo como representação profissional e a segunda se insurgindo diante dos partidários do corporativismo estatal. Critica a literatura especializada (erigida sob diletantescas bolhas de sabão), que ignora completamente a natureza do capitalismo moderno, criando um sistema sem quaisquer pressupostos válidos. Na sociedade contemporânea tornou-se impossível definir as funções econômicas de um indivíduo mediante vínculos de natureza corporativa: “[...] muito menos criar um corpo político eleitoral, articulado organicamente, num mundo em que a técnica e a economia estão em contínua transformação.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 155).

Max Weber denuncia a reemergência do corporativismo estatal em plena aurora do século XX como um produto ideológico de autores filosóficos. Ideólogos que desconhecem completamente a realidade histórica condicionante da própria estrutura das corporações. Além disso, Weber demonstra a inutilidade de um conselho de Estado meramente consultivo, proposto pelos teóricos do corporativismo.

Tratar-se-ia de um compêndio de ideais totalmente alheios aos partidos, organismos formalmente livres cujo aparato, luta e compromisso são indispensáveis às relações econômicas modernas. A incompreensão da natureza e do papel dos partidos políticos modernos leva a tal proposta irrealizável. Sua implementação não diminuiria e sim reforçaria a influência do capitalismo, transformando o parlamento num “[...] mercado de acordo com interesses puramente econômicos sem orientar-se por interesses políticos de caráter geral, sem qualquer controle público.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 157).

²² “Com o nazismo tínhamos a institucionalização do corporativismo totalitário na forma de Estado corporativo.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 154).

Ao contrário dos intelectuais corporativistas, Max Weber demonstra que o corporativismo não foi um produto da burocracia. Na realidade, as corporações surgem no bojo de uma sociedade dispersa, onde havia lugar para os direitos singulares. No capitalismo atual, tal ordenação estatal é impossível. Ademais, o sistema corporativo é alheio ao processo eleitoral; fecha os olhos para a inevitabilidade da burocratização, cuja dinâmica caracteriza e é o futuro previsível dos tempos hodiernos: “Desmistificando o sentido das *idéias alemãs de 1914, socialismo do futuro e sociedade organizada* defendidas pelos *literatti* conservadores, Weber mostra que a burocratização é o resultado; ela não só caracteriza nossa época, como o futuro previsível.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 160, itálicos no original).

Numa palavra, aos olhos do sociólogo de Heidelberg a constituição de um Estado corporativo faria com que os cartéis capitalistas dominassem indiscriminadamente. O antagonismo entre as duas concepções de Estado revela o clímax da luta política alemã entre a modernização capitalista tardia e o persistente atraso político-institucional:

O conceito moderno de Estado e o sufrágio universal chocam-se com o corporativismo, enquanto representação profissional. O corporativismo, enquanto Estado, significa a integração do indivíduo na *comunidade orgânica*, entidade mística do Romantismo na sua reação ao liberalismo e ao industrialismo. (TRAGTENBERG, 2006, p. 161, itálicos no original).

O reacionarismo é quem mais defende o corporativismo estatal. Aspira nostalgicamente a um novo cesarismo, que lhe proteja e salvaguarde certas frações do capital contra o crescente descontentamento das massas. Sempre que seus privilégios de classe corriam minimamente perigo, a direita alemã apelava ao medo do fantasma da revolução, visando sensibilizar o poder monárquico. Somado ao temor com uma insurreição das classes exploradas, temos o oportunismo de carreiristas políticos ansiosos por viverem da – e não para a – revolução socialista num cenário marcado pela humilhante derrota na Primeira Guerra Mundial. Nesse torvelinho, Weber antecipa o nazismo²³ em sua análise crítica do Estado corporativo:

[...] a preservação de um repugnante regime de privilégios na Alemanha pelas potências ocupantes como resultado dos *pecados* políticos do país só levaria a incinerar a fé da massa no socialismo e amadurecer a Alemanha para cair nos braços de uma nova força autoritária, não importa de que cor fosse; em outros termos: *as condições para o nazismo estão criadas*. Weber atuou como um

²³ Acerca da utilidade dos conceitos da sociologia da dominação de Max Weber, em especial o papel da liderança carismática na emergência e consolidação do regime nazista, conferir Gigante (2021).

profeta, na sua previsão do declínio alemão e na subjugação da Nação a novo autoritarismo. (TRAGTENBERG, 2006, p. 163, itálicos no original).

Tragtenberg (2006, pp. 163-165) expõe em linhas gerais a posição de Weber a respeito das tendências dominantes do movimento socialista da época. Nesse sentido, o sociólogo de Heidelberg percebia o processo crescente de estatizações – com a centralização economia gerida por um “Estado operário” – como um impulsionador da burocratização, tendência irrefreável e dominante no mundo moderno. Ao invés da ditadura revolucionária do proletariado, Max Weber antevê a ditadura da burocracia e dos funcionários²⁴. Outrossim, o socialismo moderno é resultado da disciplina imposta e originalmente proveniente das fábricas. Weber reproduz a concepção de Saint-Simon, segundo a qual o socialismo pressupõe a industrialização.

No plano concreto da luta política alemã, critica Weber as causas principais das miseráveis condições de vida do proletariado²⁵. Vê o socialismo de forma semelhante à teoria do evolucionismo socialista, sistematizada pelo ideólogo da ala revisionista do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) Eduard Bernstein²⁶. Em linhas gerais, Bernstein sustenta que diante das chances de colapso econômico em virtude da radicalidade e ações políticas mais violentas, a classe operária deve buscar se inserir nas instituições capitalistas, aliar-se a setores esclarecidos da burguesia e - por meios pacíficos de reformas graduais - progredir rumo à sociedade socialista.

Uma crítica radical aos postulados de Bernstein e que manifesta a luta política no interior do SPD na época é o texto “Reforma Social ou Revolução?”, escrito em 1900 por Rosa Luxemburgo, eminente figura da ala oposicionista/de esquerda (LUXEMBURGO, 1986). Aliás, cumpre ressaltar o fato de Karl Marx, na brochura “O Manifesto dos Três de Zurique” (onde analisa ponto por ponto o texto “Retrospectivas do movimento socialista na Alemanha”, escrito pelos membros da

²⁴ “Para Weber a crescente *socialização*, ou melhor, estatização da economia nas mãos de um Estado proletário, implicaria aumento da burocratização. No lugar da ditadura do proletariado, prevê ele a ditadura do burocrata, do funcionário.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 163, itálico no original).

²⁵ “Em relação ao proletariado, desenvolve uma atitude crítica da sua situação de carência absoluta ocasionada não só pela sua posição estrutural nas relações de produção capitalistas, como também como objeto da demagogia bismarckiana preocupada com os inválidos e velhos, relegando ao esquecimento a *população ativa*.” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 164-165, itálicos no original).

²⁶ “Sua visão do socialismo é tomada dos textos de E. Bernstein: a teoria do evolucionismo socialista. Weber seguiu as pegadas de Bernstein ao enunciar o socialismo identificado com a teoria da catástrofe final, o profetismo e o fatalismo enunciados no *Manifesto Comunista* de Marx, segundo interpretação de Bernstein.” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 163-164, itálicos no original).

direção do SPD em Zurique Karl Höchberg, Eduard Bernstein e Karl August Schramm e publicado em *Jahrbuch fur Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* - Anuário de Ciência Social e Política Social - revista existente em Zurique entre 1879-1881, da qual eram os editores) já em 1879 demolir sem piedade o esboço da concepção de Bernstein, que então buscava ressonância no nascente Partido Social-democrata Alemão (MARX, 2014). Aproximando-se do SPD ao final da Guerra, Max Weber comenta que os conservadores não precisam ter medo do “marxismo” por ele defendido; ao invés de um método de análise crítica da dinâmica do capitalismo, este partido havia transformado sua interpretação do marxismo numa ideologia legitimadora da burocracia²⁷.

Maurício Tragtenberg (2006, pp. 165-166) comenta como Weber ressaltava a importância dos elementos morais na luta de classes, onde os sentimentos de solidariedade atuam com enorme força durante as reivindicações operárias. Sustenta o sociólogo brasileiro que Max Weber fora, indubitavelmente, influenciado pelos estudantes socialistas e pacifistas que lhe visitaram entre 1917-1918 nos domingos inverniais em Heidelberg. Seu depoimento a favor do então jovem universitário espataquista Ernst Toller, bem como sua presença nas reuniões dos conselhos operários e de soldados criados durante a Revolução Alemã de 1918²⁸ atestam tal fato.

De acordo com Maurício Tragtenberg (2006, p. 168), a alternativa proposta por Max Weber para a Alemanha consistia em organizar os interesses dos consumidores da seguinte forma: a) cooperativas de consumidores, as quais regulariam a produção conforme a demanda social; b) para tanto, urgia um parlamento livre e que defendesse o consumidor, efetivo responsável pelo controle da produção nacional²⁹. No que toca às relações entre planificação econômica das

²⁷ “No fim da guerra, declarou compartilhar pontos de vista idênticos aos da social-democracia alemã. [...] Em relação à social-democracia, nota que a mesma convertera o marxismo de um método crítico de análise da sociedade capitalista em ideologia justificativa da burocracia. Daí, os conservadores não precisam temê-la.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 165). Entretanto, embora expressasse o desejo pessoal na adesão ao SPD, páginas adiante Tragtenberg (2006, p. 169, itálico no original) cita um discurso onde Weber pondera sua decisão explicando que “[...] não o faz, para não renunciar ao direito de manifestar sua opinião ante o povo e o Estado e também isentando-se de auxiliar a ação autodestrutiva dos *ideólogos*, manifestando seu desejo de reforçar sem reservas as conquistas da revolução no sentido de um planejamento socialista.”

²⁸ “[...] não deixando de elogiar e homenagear o idealismo de seus dirigentes e sua atividade política.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 166).

²⁹ “Como alternativa, Weber propõe a organização dos interesses do consumidor, estabelecendo imensa cooperativa de consumidores que regularia a produção conforme a demanda, implicando a

sociedades “socialistas” (via estatização dos meios de produção e reprodução da vida material), reprodução do cálculo racional-capitalista e manutenção das relações de expropriação das classes trabalhadoras dos meios de produção, Tragtenberg assim resume os argumentos de Weber:

Considera no nível teórico que uma economia planificada não implica obrigatoriamente prejudicar os interesses mais importantes da sociedade; ela implica a disposição da mão-de-obra e utilidades existentes; ao mesmo tempo, tem que lançar mão de regulamentações heterônomas e ordenadoras da economia, acreditando que a socialização plena não poderia coexistir com o cálculo de capital (racionalismo formal) e argumentando que a economia socialista manteria a expropriação dos trabalhadores com mais plenitude ainda. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 166-167, parêntesis no original).

Lançando mão de variada bibliografia, Tragtenberg (2006, pp. 169-172) articula a gênese e o desenvolvimento do pensamento político de Weber com sua teoria da burocracia. Com base neste itinerário, sustenta e busca comprovar que a passagem da teoria da administração para a sociologia da organização tem como marco inicial a obra de Max Weber, sobretudo sua análise do fenômeno burocrático. Salieta a experiência do sociólogo alemão na Primeira Guerra Mundial como capitão e diretor dos hospitais militares em Heidelberg³⁰. Seus diretores foram convertidos “[...] de *diletantes em burocratas racionais*. De agosto de 1914 ao outono de 1915 trabalhou nessa unidade. Aposentado, preocupou-se em estudá-la sistematicamente” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 169-170, itálicos no original).

Na pena de Tragtenberg, a motivação principal de Weber para o estudo sistemático da burocracia foi que sua generalização na organização social moderna manifesta o maior perigo à humanidade. Sua análise objetiva criar os mecanismos de defesa diante do avanço irresistível do poder burocrático. Igualmente, o sociólogo brasileiro sublinha que Max Weber entendia a burocracia como um tipo de poder, sinônimo de organização racional, fundado numa divisão do trabalho que visa adequar, de modo coerente, meios e fins planejados: “Assim, para Weber a burocracia implica predomínio do formalismo, de existência de normas escritas, estrutura hierárquica, divisão horizontal e vertical do trabalho e impessoalidade no recrutamento dos *quadros*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 171, itálicos no original).

Na interpretação fornecida por Maurício Tragtenberg, os pontos centrais da administração burocrática para Max Weber são os seguintes: a) especialização; b)

existência de um Parlamento livre, para a defesa do consumidor, que regularia a produção nacional.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 168).

³⁰ Na realidade, Tragtenberg (2006, p. 170) menciona um hospital. Concretamente, Weber ficou responsável pela administração dos nove hospitais militares então constituídos na cidade.

constituir profissões, e não mais honorárias; c) cisão entre administrador e meios de gestão; d) remuneração em dinheiro, isto é, assalariamento; e) fidelidade impessoal ao cargo ocupado. Dessarte, a nomeação do membro da burocracia é sempre realizada por uma autoridade hierarquicamente superior, estabelecendo uma carreira que termina mediante a concessão de aposentadoria por tempo de serviço. Um elemento destacado é a hegemonia burocrática efetivada com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, em especial com a consolidação do capital industrial: “Na medida em que no capitalismo a unidade de produção dominante for a indústria gerida burocraticamente, a burocracia se torna fator social dominante.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 172).

Desta feita, Weber traça um paralelo entre a ação burocrática e o desempenho contínuo de funções. Isso implica reconhecer que cada funcionário possui autoridade necessária ao desempenho do cargo. Nesse sentido, as frações mais elevadas têm direito de supervisionar os setores inferiores. No caso deste último, o direito constituído é o de apelação. Somado a isso, temos uma separação rigidamente delimitada entre a receita pública e os proventos pessoais dos membros da burocracia. No capitalismo moderno a burocracia se racionaliza e atinge um patamar nivelador, do ponto de vista formal. Ou seja, tanto o povo quanto o burocrata que cumpre com as leis são considerados “iguais”.

Há um condicionamento técnico das ações dos burocratas, especialmente com a formação e posterior consolidação dos modernos meios de comunicação. Isso porque estes últimos propiciam a concentração dos meios de gestão em favor da burocracia empresarial. Este processo, conforme indicado, invade todos os poros da vida social e afeta diretamente a pesquisa científica. Tragtenberg ilustra as reflexões de Weber sobre o desenvolvimento da burocracia moderna na Europa e nos Estados Unidos, advertindo para o caráter ilusório da afinidade entre capitalismo, democracia e dominação burocrática:

O desenvolvimento da burocracia, para Weber no caso alemão, significou a impossibilidade de formar uma *elite política* à altura do país. Uma Nação sem formação política fora dominada por uma burocracia *tecnicamente* capaz, porém *politicamente* inepta. O desenvolvimento da democracia na Europa e nos EUA processou-se paralelamente à burocracia, porém, tais processos democratizantes podem estar a serviço de interesses capitalistas. (TRAGTENBERG, 2006, p. 173).

Há, desta maneira, uma inevitabilidade da organização burocrática num moderno Estado de massas. O próprio desenvolvimento das relações de produção capitalistas e a acentuada intervenção estatal na economia reforçam esse processo.

O sociólogo brasileiro destaca que Max Weber não recusa a necessidade da burocracia na sociedade moderna. Contudo, “[...] *combate o domínio absoluto da burocracia sobre a sociedade.*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 175, itálicos no original). Retoma a crítica de Max Weber aos intelectuais defensores do corporativismo, os quais com sua ênfase nas associações profissionais se constituíram em “artífices destas conchas de servidão [...] trabalhando em favor da *ordem*, ou melhor, do *pacifismo da impotência social.*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 177, itálicos no original).

Dessarte, a ação da burocracia torna-se irracional quando extrapola os limites de sua esfera de atuação. Seguindo o raciocínio, um burocrata competente pode ser um funcionário exemplar, mas jamais será um bom estadista. Ao passo que as lideranças políticas assumem – ou deveriam assumir – publicamente a responsabilidade de seus atos junto ao conjunto da população, os burocratas sacrificam suas convicções pessoais em prol da disciplina e obediência hierárquicas. Ademais, devido à sua superioridade técnica a dominação burocrática moderna é inexorável e coloca a humanidade diante de uma prisão futura. Igualmente sombria em relação às burocracias patrimoniais, a racionalização burocrática do ocidente capitalista pode impedir de uma vez por todas qualquer espaço para a manutenção das liberdades individuais e coletivas³¹.

Somado a isso, nem mesmo a eliminação do capitalismo privado poderia frear o curso cada vez mais crescente da burocratização. Na realidade, a condição de classe do proletariado em nada seria alterada com o domínio da burocracia estatal, pois esta última faria de tudo para obstaculizar qualquer participação efetiva dos trabalhadores no poder de Estado. Tragtenberg inverte a interpretação dominante acerca da teoria da burocracia de Weber, enfatizando os traços liberais de seu pensamento político e o problema do controle da dominação burocrática no contexto das sociedades capitalistas modernas:

Coloca-se a questão central: ante o avanço da burocracia, como preservar qualquer resquício de liberdade individual? *A ênfase no estudo de Weber a respeito da burocracia deve ser dada não como o é por muitos autores, nas suas virtudes organizacionais, mas no oposto, como defender-se ante este avanço implacável da burocracia?* Esta é a preocupação central de Weber que não esquece de advertir que a burocracia é uma máquina de difícil destruição. No Mundo Antigo ela só caiu com o colapso da estrutura de poder, assim se deu na China, no Egito, no Baixo-Império Romano. Weber desmistifica a tese segundo a qual é possível vida digna sem os *Direitos do Homem*; em outras palavras, sem a *liberdade política, de pensamento e de expressão*. Isso coloca o problema do

³¹ “A máquina inanimada alia-se a inteligência empírica para fabricar a concha da servidão em que os homens estarão tão impotentes quanto o felá do Egito Antigo.” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 176-177).

controle *político-social* da burocracia. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 177-178, itálicos no original).

Diante da busca por antídotos que funcionassem como um contrapeso ao poder gigantesco da burocracia, Tragtenberg reconstitui algumas das alternativas expostas por Weber ao longo de sua trajetória intelectual. Inicialmente, resgata a possibilidade de aliança entre o processo de democratização política e a plutocratização, isto é, a formação de um conjunto de políticos demagogos e aristocratas profissionais cujas ações servem unicamente aos empresários capitalistas que os financiam. A instituição mais adequada para controlar a ação e conter os interesses da burocracia é o parlamento. Isso porque tanto o capital quanto o burocrata possuem um interesse em comum, qual seja, escapar do controle efetivado pela instituição Parlamentar. Nesse quadro, “a opção coloca-se: ou controle Parlamentar ou predomínio da burocracia aliada à plutocracia.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 179).

Weber reconhece o poder de nivelamento social expresso na burocracia. Destarte, o voto universal – “[...] a única arma daqueles que são portadores de mínimos direitos, o povo [...]” (TRAGTENBERG, 2006, p. 179) deve estar vinculado ao direito de inquérito pelo parlamento. Em se tratando deste último, deveria ser um chicote contra a burocracia, com vistas a conclamá-la para o efetivo cumprimento de suas responsabilidades. Do mesmo modo que com os burocratas e na senda do ideário liberal, Max Weber não nutria fantasias com o voto popular diante do poder e do dinheiro dos empresários capitalistas financiadores das principais lideranças políticas, manifestando o risco de preponderância do elemento emocional na vida política³². Afinal de contas, em aliança direta com a plutocracia os burocratas sempre fracassaram quando confrontados com problemas políticos, o que implica “[...] *a necessidade de os políticos serem os elementos de equilíbrio contra a dominação da burocracia*, embora a igualdade eleitoral formal encubra às vezes o domínio plutocrático.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 180, itálicos no original).

Em se tratando da sociedade alemã de finais do século XIX e inícios do século XX, esta era politicamente dominada por uma burocracia com forte tradição autoritária. Houve uma democratização passiva, onde os grupos de pressão –

³² “Weber, por outro lado, desconfiava da *democracia plebiscitária* de igual maneira como o fazia com o burocrata. Enquanto este significava nível de racionalização na conduta, a *democracia plebiscitária* corria o risco de fazer prevalecer o emocional nas decisões políticas, algo que ele na tradição liberal-racionalista reprovava, propondo o controle parlamentar sobre o carisma plebiscitário.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 185, itálicos no original).

controlados e legitimados pelos burocratas estatais – atuavam como agentes ativos de uma administração nitidamente corporativa.

Na pena de Tragtenberg (2006, pp. 180-181), Weber entendia a democracia enquanto a influência decisiva da vontade da maioria da população na administração econômica, contrariamente ao *status quo* na Alemanha³³. Nesse contexto, um parlamento que controlasse a atividade dos burocratas era uma das condições elementares para a redemocratização do país. A ausência da supervisão parlamentar era sinônimo do retorno à velha miséria, reproduzindo a união entre capitalismo e burocracia contra a ordem democrática.

Se a democratização passiva manifestava a hegemonia da burocracia autoritária em união com a aristocracia e setores do capital industrial na política institucional, a democratização ativa conduz ao processo de seleção cesarista mediante o voto direto popular. No Estado moderno, tal antinomia persiste: por outro lado, a correlação de forças alemã deixava nítida a impossibilidade de negligenciar o perigo do predomínio dos elementos irracionais e emocionais na luta política³⁴.

Conforme Tragtenberg (2006, pp. 182-183) adverte Weber que a técnica plebiscitária não leva à abolição da instituição Parlamentar. Pelo contrário, garante a confiança das massas no líder cesarista e no respeito deste aos dispositivos constitucionais. Em nossa opinião, aqui fica nítida a oposição antinômica entre carisma do líder e a necessidade de sua rotinização, ou melhor, reinterpretção antiautoritária, mediante sua submissão ao rígido controle Parlamentar.

Portanto, o contexto alemão pós-guerra contribuiu sobremaneira para Weber consolidar algumas posições acerca do parlamento, da democracia e do controle político-social da burocracia. Mesmo assim, o caráter antinômico de seu pensamento político se mantém, bem como sua crítica ferrenha aos *Junker*, ao caráter contraditório de seus burocratas e à ausência de vontade e maturidade políticas da burguesia alemã, incapaz de cumprir com suas tarefas históricas.

Desta feita, a busca pela reconstrução da nação exigia o entrelaçamento de três seguintes processos. O primeiro deles era a desmilitarização completa, seguido abolição da hegemonia prussiana. Por último, da eleição direta do presidente pelo

³³ “Para Weber democracia, ao contrário, significa influência *decisiva* da vontade das massas na administração da economia.” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 180-181, itálicos no original).

³⁴ Tal risco “[...] pode ser conjurado, no quadro alemão, pela existência de Parlamento; dos partidos, sindicatos e social-democracia.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 183).

povo, expressando autenticamente a democracia, como o chefe político estando submisso ao conjunto de seus eleitores:

A posição de Weber era essencialmente crítica ante a realidade alemã. Verificava ele em relação à burocracia germânica sua perfeição *formal* e sua incapacidade *real*. A incapacidade política de uma classe economicamente decadente, a classe *junker*, e a impossibilidade econômico-social da burguesia em dominar hegemonicamente a sociedade, após a derrota de 1914-1918, plasmaram uma acessível massa a qualquer demagogo totalitário. [...] Weber trabalha com antinomias: à burocracia e o carisma, ética da convicção e ética da responsabilidade, democratização passiva e estamentalização. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 184-185, itálicos no original).

Tragtenberg resgata o contexto político-institucional do qual emergem as concepções de Max Weber ao mesmo tempo em que enfatiza sua interpretação do pensamento político do sociólogo de Heidelberg. Na Alemanha da época, a legislação impunha a renúncia às atividades políticas e partidárias para os representantes do parlamento interessados em ocupar uma vaga nos Ministérios. Em decorrência disso, o Estado perdia suas melhores lideranças políticas e ganhava péssimos gestores, bem como a instituição parlamentar se transformava “[...] em mero trampolim para políticos *carreiristas*, à cata de um ministério.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 185, itálicos no original).

Maurício Tragtenberg (2006, p. 185) procura tornar evidente como Weber foi um crítico contumaz da ação política da burguesia germânica. Tratava-se de uma burguesia apolítica, deixando a nação carente de uma classe social portadora dos interesses nacionais, alienando-se deste papel. Esta alienação, somada ao receio da ação política das classes inferiores e ao oportunismo eleitoral abriram o caminho para o domínio completa da burocracia prussiana – vinculada aos *Junker*, classe economicamente decadente no capitalismo – a qual agia contra o conjunto da classe capitalista.

Por conseguinte, Max Weber se preocupava com as determinações econômicas do fenômeno do poder, bem como aos seus elementos sociais e sua influência na ação política. Isso se aplicava independente da forma estatal, seja ela parlamentar, plebiscitária ou monárquica. Weber reconhece o fato de os partidos políticos terem como objetivo fundamental a luta eleitoral pelo poder.

Era pessimista com relação à reconstrução alemã ao fim da Primeira Guerra Mundial, cuja época histórica exigia a consciência nacional e onde o parlamento tinha como foco central uma política negativa que propiciava sua manipulação pela burocracia descontrolada: “Impossibilitado de controlar a burocracia, o Parlamento

era manipulado por esta, transformando-se numa escola de apaniguados e carreiristas.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 186).

Maurício Tragtenberg (2006, pp. 186-187) ressalta a preocupação de Weber em contribuir com a reconstrução nacional mediante a ampliação das conquistas democráticas a partir de um governo paritário burguês-socialista. Para tanto, a condição básica seria a centralização política, pondo fim às rivalidades regionais e ao domínio prussiano no interior do *Reich*. A descentralização política era um mal a ser superado, uma vez que impedia a implantação do planejamento e da socialização (sinônimo de administração para Max Weber) política. Em outras palavras, é possível vislumbrar nas exigências postas pelo sociólogo de Heidelberg um alerta profético, cujas consequências redundaram no horror nazista:

Tal situação seria posta em xeque, se por acaso a Nação alemã não tomasse consciência da época histórica em que vivia: perda a guerra, a defesa do regime, que ele qualificava como *repugnante*, a colocaria [a Alemanha – RVS] à mercê de uma nova força autoritária, não importa de que tendência, sempre vinculada aos interesses da indústria pesada interessada nas guerras, financiando partidos políticos. (TRAGTENBERG, 2006, p. 187, *itálicos no original*).

Desta feita, Tragtenberg (2006, pp. 187-188) sublinha o fato de Weber deixar bastante nítido que o desenvolvimento do processo de burocratização, próprio da sociedade moderna, não implica necessariamente em democratização ativa. Na realidade, a burocracia tende concretamente a serviço de seus próprios interesses, inerentes à dominação. Daí Max Weber propor a análise específica do sentido da burocratização em cada caso histórico particular, embora reconhecendo que a burocracia e o cesarismo são inevitáveis nos Estados de massas contemporâneos. Relacionando o desenvolvimento capitalista tardio, a correlação de forças entre as classes sociais e as especificidades do liberalismo alemão como elementos basilares da produção intelectual de Weber, o sociólogo brasileiro irá enfatizar o caráter burguês e liberal de sua obra, argumentando da seguinte forma:

O liberalismo na Alemanha fora implantado como flor exótica, de importação. Objetivamente, a obra de Weber representa o último combate da burguesia progressista na Alemanha, *a autoconsciência de sua crise* que levaria à *revolução do niilismo* com os nazistas no poder. A obra de Weber representa *o reflexo e o protesto contra as condições retardatárias de uma Alemanha* onde o liberalismo nunca se realizara na sua plenitude, ou melhor, a hegemonia da burguesia como força material na sociedade germânica não se dera de forma definida e sim mediante o compromisso com a aristocracia e setores da classe média enquadrados na burocracia. (TRAGTENBERG, 2006, p. 188, *itálicos no original*).

As críticas devastadoras de Weber aos equívocos da política de Bismarck, bem como as alternativas por ele elaboradas após o bismarckismo, são manifestações de sua lucidez e coragem no combate teórico na Alemanha de fins do

século XIX e começo do século XX. Ante a impossibilidade de uma ação política e concreta imediata, Max Weber focaliza seus esforços na ação intelectual vinculada ao conjunto de questões mais urgentes de seu país e de seu tempo. Sua obra combina neokantismo, idealismo epistemológico e liberalismo político: “É porque está preocupado com o *futuro* que Weber estuda o *passado*. Pretende defender o futuro, o *futuro de sua classe na reorganização alemã*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 189, itálicos no original).

Aos olhos de Maurício Tragtenberg a proposta de cooperativas dirigidas pelo Estado, que fundamentaria a concepção de socialismo constituída por Weber, é produto de seu idealismo. A defesa do idealismo manifesta nas opções do político ante o politeísmo dos valores, se revela impossível, pois a realidade não é regida apenas pelas ideias. Retomando o humanismo radical de Karl Marx em sua *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* escrita em 1843, para quem a teoria só se torna uma força material quando é apreendida e comove as massas³⁵, Tragtenberg comenta sobre o afastamento de Max Weber para com as classes inferiores do ponto de vista da expressão dos interesses de classe. Daí a necessidade de contextualizar sua obra e postura intelectual no quadro institucional da sociedade alemã marcada por um conjunto de interesses divergentes e contraditórios, os quais chegaram ao auge durante o período weimariano:

O utopismo de Weber consistia em opor à burocracia prussiana o sistema de controle parlamentar inglês. É necessário situá-lo no jogo das alianças que se formam no decorrer das lutas intelectuais do momento na República de Weimar, isto é, a *descontinuidade* na elaboração das ideias, a *presença inimiga*, a reação a uma posição oposta. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 189-190, itálicos no original).

Tragtenberg expõe – ainda que de maneira confusa, muito provavelmente por conta de uma trajetória intelectual marcada pelo autodidatismo – os fundamentos para sua crítica ao pensamento de Weber. Nela, fica nítida a erudição aliada à influência direta do pensamento marxista. Inicialmente, apresenta uma brevíssima digressão sobre a história do pensamento alemão e uma interpretação específica da ultrapassagem das ideias de Kant pela dialética em Hegel e deste por Marx³⁶, defendendo que “A única fidelidade válida na história do processo da

³⁵ “A teoria é capaz de comover as massas quando expressa o ser humano, e expressa o ser humano quando se torna radical. Ser radical é alcançar a coisa pela raiz. Porém, a raiz, para o ser humano, é o próprio ser humano.” (MARX, 2020, p. 30).

³⁶ “É *ultrapassando* Kant que Hegel se firma como representação do movimento interno do pensamento à procura de si; é *criticando* Hegel que Marx funda o materialismo dialético.” (p. 190, itálicos no original).

formação e do desenvolvimento das idéias é a fidelidade criativa, que constitui *superação*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 190, itálico no original).

Num segundo momento – e novamente a partir de Marx – discute o processo de consciência histórica ao longo da história das sociedades humanas. Nesse sentido, sustenta que “Os problemas dominantes de uma época exprimem as contradições das relações reais dominantes.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 190). Outrossim, retoma a discussão sobre produção ideológica e vontade consciente dos ideólogos com base no significado real de seu discurso. Querendo ou não, todo intelectual está inserido num conjunto de relações sociais, território e momento histórico determinado, isto é, “[...] na totalidade em que trabalha, reproduzindo-a em sua linguagem, pois só em relação a ela define sua *função real*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 191, itálicos no original).

Por conseguinte, argumenta Tragtenberg (2006, p. 191) que o pensamento político de Weber carece de uma base social estruturada, é crítico voraz da aristocracia e desconfia do movimento operário. O sociólogo de Heidelberg se opunha de modo contumaz – embora em distintos aspectos – a praticamente todas as forças políticas organizadas na Alemanha de seu tempo: dos conservadores e progressistas aos setores reacionários. Em decorrência disso explica-se a baixíssima ressonância social do conjunto de sua obra³⁷. Tal síntese de múltiplas determinações restringiu sua capacidade doutrinária, ausente de setores sociais capazes de torná-la uma força material.

Consciente do antagonismo entre capital e trabalho desde seus primeiros estudos em economia, Max Weber não podia se conformar com o *ethos* burocrático prussiano, dominante na Alemanha durante e após o bismarckismo. Devido à sua postura político-intelectual sofreu represálias profissionais e por conta de sua condição de classe obteve impedimentos políticos³⁸. Defensor de uma elite política fundada numa vocação competente e em qualidades de liderança que não se limitavam aos aspectos tradicionais (fossem estes vinculados à aristocracia ou à

³⁷ “As opiniões de Weber sobre a Alemanha não conseguiram larga audiência por oporem-se ao reacionarismo *junker*, ao *marxismo* que cultivava do *esquerdismo* (condenada por Lenin) de Kurt Eisner e ao marxismo edulcorado da social-democracia de outro, sem falar dos pangermanistas da direita.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 192, itálicos e parêntesis no original).

³⁸ “[...] perde uma nomeação para uma cátedra em Berlim, quando Von Putkammer se recusou a nomeá-lo por suas críticas à burocracia prussiana. De outro lado, é colocado fora da lista dos candidatos do Partido Democrata Progressista Alemão. Era-lhe vedado pertencer à social-democracia, dado ser pensionista do Estado, afastado do magistério universitário por doença pertinaz.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 191).

burocracia), intelectualmente decepcionando e politicamente solitário ante quase todos os partidos políticos alemães, Weber expressa a crise ideológica da burguesia de então:

É um franco atirador da cultura e um grande isolado, tendo tomado no decorrer de sua vida posições ideológicas contrárias aos interesses da burguesia tanto antiliberal como liberal, da classe *juncker* antiliberal e contrários ainda ao socialismo. *Era fatal o seu isolamento*. De seus textos, emerge a profunda decepção do intelectual ante a *práxis* política dos liberais, direitistas e *diletante* da esquerda alemã. Entende-se assim a postura de Weber em manter-se no plano estritamente intelectual, de *scholar* universitário. [...] Em Weber, *reflete-se* a crise ideológica da consciência social burguesa. É uma reação lúcida à *quebra da razão*, àqueles que preferem fazer o *sacrifício do intelecto, para o qual as velhas Igrejas estão misericordiosamente abertas*. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 192-193, itálicos no original).

Ao invés de desprezar o legado de sua obra e optar pela desqualificação desta, Tragtenberg (2006, pp. 193-194) busca refletir e pensar criticamente com Weber. Fugindo das polêmicas improdutivas – que fogem dos problemas centrais – pretende assimilar suas contribuições visando superar seus limites histórico-sociais. A discussão sugerida pelo sociólogo brasileiro é assentada numa análise que vai além dos compromissos ideológicos, os quais por vezes redundam no abandono da honestidade intelectual. Com base nela e nos aspectos contraditórios da realidade social alemã que a produziu, ressalta os aspectos profundamente polêmicos da obra de Max Weber.

Todavia, o caráter profundamente polêmico do pensamento de Weber, produzido por uma realidade social contraditória, manifesta ele próprio uma reflexão intelectual contraditória. Max Weber sente as condições político-institucionais alemãs: em suas obras, recusa-as e não se deixa moldar por elas. Seu trabalho intelectual não é meramente uma reflexão de tais condições de existência. Daí sua reação crítica e vigorosa diante da constituição de uma república hegemônica pelo funcionalismo burocrático, aliada à preocupação constante com formas racionais de controle ante o inevitável avanço do processo de burocratização.

Ainda assim, percebe Maurício Tragtenberg a maneira pela qual o sociólogo de Heidelberg – defensor do ideário político liberal – transita de forma independente diante das ideologias dominantes de seu tempo: “Weber não significa um *compromisso*; não está nem do lado do republicanismo burguês nem do socialismo proletário; defende o *liberalismo político*, combate o *liberalismo econômico*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 197, itálicos no original).

Na totalidade do pensamento político de Max Weber se manifestam dialética e contraditoriamente as tensões sociais, cuja persistência ele estudou visando

transformar. Entretanto, essa crítica fica presa ao nível das instituições e das relações de produção burguesas. Na pena de Tragtenberg, o teor crítico weberiano não ultrapassa o nível daquilo que Marx, no prefácio de *Para a crítica da economia política* (1859), metaforicamente denominou superestrutura³⁹. Weber, portador autoconsciente dos interesses da classe capitalista, não pretende abolir o aparato burocrático. Quer controlá-lo e aprimorá-lo, dada sua superioridade técnica e suposta indestrutibilidade:

Weber não partia de uma consciência da necessidade da demolição do aparelho burocrático criado por Bismarck e sua substituição por outro, como condição de uma revolução verdadeiramente popular. *Daí sua crítica reduzir-se ao nível da superestrutura: a necessidade da reorganização da Alemanha por novas estruturas constitucionais. [...] A análise crítica de Weber sobre a realidade alemã situa-se no plano da apreciação burguesa-radical, de uma burguesia bafejada pela Aufklärung, consciente dos óbices histórico-institucionais que no passado entravavam seu progresso, impedindo-a de possuir a hegemonia no aparelho de Estado e de elaborar uma ideologia que correspondesse aos seus interesses mediatos e imediatos.* (TRAGTENBERG, 2006, pp. 196-197, itálicos no original).

Existiria alguma associação direta entre o pensamento político de Max Weber e o socialismo? Em outras palavras, haveria um socialismo de Weber? Maurício Tragtenberg, polemicamente e fundamentando-se numa concepção policlassista (quer dizer, que expressaria os interesses das distintas classes sociais no capitalismo e não apenas os do proletariado) da história do movimento socialista, entende que sim.

Trata-se, sublinha o autor, de um socialismo burguês-reformista. Para tanto, baliza os pontos fulcrais desse processo, comparando-o com as demais expressões políticas do socialismo dentro e fora do território alemão. Primeiramente, remete ao fato de Weber não defender o socialismo utópico, nos moldes de Robert Owen e suas cooperativas, Henry Saint-Simon e sua defesa da sociedade industrial ou mesmo dos falanstérios concebidos por Charles Fourier.

Da mesma maneira, Max Weber não era adepto do socialismo pequeno-burguês, no nível de Pierre-Joseph Proudhon ou Jean de Sismondi, cuja dinâmica buscava uma aliança de interesses entre proletariado e burguesia mediante a

³⁹ “O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. **A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.**” (MARX, 1978, pp. 129-130, grifos nossos).

produção industrial em pequena escala. Não é um socialista pequeno-burguês, pois não pinta as contradições sociais em colorações divinas e também não visa conciliá-las⁴⁰.

Buscando comprovar sua tese, Tragtenberg percebe no socialismo de Weber a existência de um vínculo direto entre a negação do caráter transitório das relações sociais capitalistas, o combate político-intelectual da burguesia autoconsciente ao pensamento revolucionário de Marx e o espectro reformista na correlação de forças dos partidos políticos autointitulados “marxistas” na Alemanha da época:

O socialismo de Weber é burguês-reformista, que se impunha à burguesia esclarecida se quisesse evitar o socialismo fundado em Marx. Burguês, mas não pretensamente operário, nem pretensamente marxista como a social-democracia ou o Partido Comunista Alemão vinculado à Terceira Internacional. Burguês e não proletário, na medida em que recusa a idéia segundo a qual as relações de produção burguesas são tão transitórias quanto as representações mentais delas derivadas. Burguês, ainda, na medida em que, não rompendo com ela e contribuindo objetivamente para a sua consolidação, preocupa-se com os fatores de desintegração das relações de produção capitalista e com a *necessidade* de sua correção *racional*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 197, itálicos no original).

A crítica de Max Weber ganhou notoriedade no contexto alemão de finais do século XIX e inícios do século XX porque chocava-se frontalmente com os interesses de frações da aristocracia e da burguesia que se alimentavam do *status quo*. O esforço destes setores sociais em manter intocáveis seus interesses e as estruturas econômicas que lhes davam sustentação – anteriores ao período weimariano – consistia em focar as atenções para questões sociais e políticas que Weber entendia serem secundárias. As opiniões de Weber entravam em conflito com os interesses do conjunto da classe dominante alemã de seu tempo, “[...] preocupada com o problema da denominada *questão social*, com conflito entre capital e trabalho e com uma solução em nível não repressivo – com as leis anti-socialistas de Bismarck –, mas integrada no sistema pluralista weimariano.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 198, itálicos no original).

Tragtenberg (2006, p. 198) argumenta no sentido de enfatizar os aspectos marcadamente democráticos no pensamento político de Weber tendo como pano de fundo o contexto alemão. Dentre eles, destaca a crítica à direita pangermanista, aos diletantes corporativistas que dominavam a intelectualidade de seu país e ao

⁴⁰ “Weber não define o espírito pequeno-burguês, que oscila entre burguesia e proletariado, entre conservação e revolução; não acreditava estar acima das classes e não negava os laços que ligam os intelectuais e as instituições culturais aos interesses de classe.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 197).

conservadorismo burocrático. As proposições políticas de Weber – próximas ao que era defendido pela Segunda Internacional, diz-nos Maurício Tragtenberg⁴¹ – também se revela na proposta de aliança entre a burguesia nacional e as classes inferiores sob sua direção política: a força dirigente e política da classe capitalista alemã deveria ser o motor da reconstrução nacional.

O franco-atirador da burguesia autoconsciente de suas tarefas históricas também dispara contra o liberalismo, sobretudo por conservar as relações sociais que permitiam a manutenção da dominação burocrática a serviço da aristocracia fundiária prussiana. Essa situação deveria ser urgentemente destruída: só assim se poderia garantir o desenvolvimento livre do capitalismo na Alemanha. Embora adepto da separação entre as esferas política e econômica da vida social, Weber censura os liberais por não acentuarem o peso dos fatores economicamente condicionados. Nisso, vemos em que grau as razões da crítica do sociólogo de Heidelberg iam além das fronteiras políticas do liberalismo, denunciando os limites de sua ação e seus postulados⁴².

Buscando aprofundar sua crítica ao pensamento de Weber, Tragtenberg elenca dois pontos: a) contradições; b) postulados básicos. A contradição fundamental de Max Weber reside entre o teor metodológico, preso ao pressuposto da neutralidade axiológica que remete à influência de Kant e do idealismo neokantiano⁴³ e a sociologia histórica dos tipos puros de dominação legítima, onde

⁴¹ Weber “[...] é de um *democraticismo burguês próximo ao socialismo reformista da Segunda Internacional.*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 198, itálicos no original).

⁴² “A crítica de Weber ao burocratismo conservador prussiano dá a medida de *até onde ele vai além dos limites liberais.* Acusa os liberais de não terem quebrado a tradição burocrática, o que se tornava urgente, no que é fundamental, para que fosse eliminada, de uma só vez, a doença que atacava o corpo nacional. *As causas reais infra-estruturais permaneceram as mesmas.*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 198, itálicos no original).

⁴³ Ao longo do capítulo Tragtenberg delinea a influência kantiana e neokantiana no método de Max Weber. Para nossos propósitos, limitamo-nos à doutrina da neutralidade em relação a valores (“neutralidade axiológica”) e ao individualismo manifesto na sua teoria da ação social. Assim, lembra que “Weber procura construir um esquema interpretativo fundado na *neutralidade axiológica*, o que significa: construir uma Ciência Social *sem* pressupostos. [...] O problema dos valores é básico nas Ciências Sociais, em que ele tem um valor *constitutivo*. Weber funda-se em Rickert, para distinguir juízo de valor e relação de valor.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 138, itálicos no original). Mais adiante, ressalta “A doutrina da neutralidade axiológica weberiana é fundada em Kant, em que ele procura a autonomia da vontade. Admite Weber uma fundamental posição diante dos valores, assentada na opção individual. [...] Weber desenvolve o conceito de ação social significativa, tendo como ponto de partida o *indivíduo*; mesmo as formações como Estado, empresa ou sociedade anônima aparecem a ele como produto de *entidades individuais*, ou melhor, são palcos onde se define a ação social de uns quantos *indivíduos*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 141, itálicos no original).

há um diálogo com a sombra de Marx – o que ocorre noutros momentos de sua obra, em que pese suas críticas ao materialismo histórico⁴⁴.

Derivada desta contradição fundamental emerge uma contradição secundária entre sua produção intelectual e a classe social que ele buscava expressar. Claro está que falamos da burguesia alemã, incompetente no cumprimento de suas tarefas históricas: “Em virtude disso, Weber é o reflexo das contradições e do agravamento destas na vida alemã, que levaram à solução nazista de 1933, já por ele pressentida.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 200).

Conforme Maurício Tragtenberg (2006, p. 200), os postulados básicos da obra política de Max Weber são os protestos e a luta contra a atmosfera política e intelectual vigente na Alemanha de seu tempo. Ademais, no conjunto do pensamento político de Weber há uma simultânea busca pela ruptura com o presente – manifesto nas críticas e no desejo de superação da hegemonia burocrática-prussiana/*junker* na sociedade alemã, o maior dos entraves ao desenvolvimento capitalista e nacional – e uma tentativa de reconciliação com o passado. Não se tratava de resgatar o passado que deu origem à dominação da burocracia prussiana em conluio com a aristocracia fundiária, mas ao que remete às tentativas de revolução burguesa em 1814-1848, cujos sonhos liberais e democráticos não se realizaram.

Tragtenberg avança em sua análise: relaciona a heterogeneidade de interesses e correlação de forças da luta de classes na sociedade alemã como elementos da obra política de Max Weber. Busca enfatizar o caráter ambivalente do pensamento weberiano no tocante à burocracia. Tratar-se-ia de algo inevitável embora perigoso, devido à incompetência da burguesia industrial em fazer valer sua dominação de classe – o que viria a desembocar no horror nazista. Comenta que a

⁴⁴ Importante destacar aqui que Tragtenberg irá perceber em Weber o reforço recíproco entre a influência relativa de Marx, sua crítica – a seus olhos confusa e permeada por interpretações equivocadas oriundas da ala moderada do SPD e um de seus principais ideólogos, Bernstein – ao materialismo histórico e seus pressupostos metodológicos neokantianos: “Embora criticando o materialismo histórico, em várias passagens de sua obra, Weber dialoga com a sombra de Marx ao considerar as determinações da luta de classes na sua análise da *cidade antiga e medieval*, sintetizando-as em duas reivindicações dos *negativamente privilegiados*: a luta contra a escravidão por dívidas, e a luta pela divisão da terra. [...] Por outro lado, quando hostiliza o materialismo histórico que ele confunde com materialismo econômico, define suas filiações ao neokantismo, à filosofia crítica à qual tendiam os social-democratas alemães na época. Mesmo sua crítica a Marx funda-se nos escritos de E. Bernstein, teórico do reformismo social-democrata e um dos adeptos da *volta a Kant*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 202-203, *itálicos no original*).

crítica de Weber à burocracia dos tempos de Otto von Bismarck está alicerçada na exaltação das virtudes do parlamento enquanto autêntica escola da política.

Dessarte, a instituição parlamentar seria o local formador de lideranças políticas com efetiva vocação. Concomitantemente, Max Weber antevê o processo irreversível de burocratização dos partidos políticos modernos. A divisão do trabalho no interior da organização se consolida mediante o fortalecimento do quadro administrativo, criação de imprensa, jornalistas, da inevitável hegemonia dos políticos profissionais e seus financiadores capitalistas. Por conseguinte, torna-se cristalino o fato de os partidos se oporem a quaisquer mudanças sociais. Especialmente caso estas entrem em conflito com os interesses – ideais e materiais – dos burocratas pertencentes aos estratos superiores:

Na obra de Weber, não se refletem os interesses específicos de uma camada ou determinado grupo social rigidamente delimitado. A complexidade e riqueza de sua obra são irreduzíveis à caracterização elementar de classe. Não quer dizer que ela se ache desvinculada da luta de classes e das relações de forças da sociedade alemã de sua época. A melhor prova disso está na valorização das determinações econômico-sociais vinculadas às formas de dominação: patrimonial, burocrática ou carismática; (TRAGTENBERG, 2006, p. 201).

Maurício Tragtenberg (2006, pp. 201-202) relembra que Max Weber inaugura a sociologia da religião. Frisa sua discussão sobre o papel do *ethos* religioso de setores do protestantismo enquanto atmosfera moral capaz de acelerar o desenvolvimento capitalista, sua organização e divisão do trabalho. Desta feita, há uma ligação direta entre a ação religiosa das distintas classes e estamentos sociais com a definição da religião como um mecanismo de poder e domesticação na história das sociedades humanas.

Assim, os valores religiosos são desmistificados por Weber: manifestam na verdade as condicionantes sociais e econômicas, estereotipadas na oposição entre seitas e igrejas, mago/profeta e sacerdote, ortodoxia e teologia racional. Aos olhos do sociólogo brasileiro, a análise do fenômeno religioso é mais uma das contribuições de Max Weber ao esclarecimento do ser humano. Ressalta que a religião é um produto eminentemente histórico e social, cuja alienação é análoga àquela manifesta no trabalho⁴⁵.

⁴⁵ É evidente, como em outras partes da obra de Tragtenberg, a influência de Marx e de Weber. Inclusive ela permite perceber os pontos comuns e aproximações entre os dois pensadores. Muito embora o sociólogo brasileiro sublinhe o antagonismo no que diz respeito à perspectiva de classe, a questão religiosa em Karl Marx e Max Weber traz contribuições que conduzem seu raciocínio ao seguinte ponto: “[...] o homem, sofrendo a *necessidade* no sentido hegeliano, constrói um mundo invertido em que Deus aparece como demiurgo, criador, e ele como criatura. Do mesmo modo como

Na interpretação de Maurício Tragtenberg, modo como se posiciona diante dos problemas de seu tempo insere Max Weber como manifestação de determinadas tendências sociais vinculadas a um conjunto de fenômenos determinados historicamente. Suas opiniões no contexto da Alemanha de finais do século XIX e começos do século XX estão situadas numa totalidade de relações sociais, as quais lhe condicionam fundamentalmente. Elas definem seu caráter ideológico – no sentido marxista do termo –, bem como a intrincada relação entre Weber e a burguesia alemã, classe social da qual ela era ao mesmo tempo representante intelectual honesto e crítico político astuto⁴⁶.

Daí Tragtenberg (2006, p. 203) sustentar que não há o menor sentido em Weber ser meramente qualificado como um autor burguês/pequeno-burguês, simples defensor irrefletido da ordem social capitalista. Na pena do escritor brasileiro, a singularidade da obra do sociólogo de Heidelberg manifesta a crise do liberalismo alemão, cujo pano de fundo é a multifacetada e efervescente correlação de forças das lutas políticas em seu país:

Embora sua obra tenha fundamento numa classe social determinada, na consciência social que a exprime e na ideologia que a define, *é a realidade alemã de fim do Império e início da República que se acha refletida*. Trata da crise da consciência liberal alemã, pressionada pelo radicalismo dos revolucionários-conservadores da direita e da esquerda, situando-se entre as teses do pangermanismo de Moeller van den Bruck e as teses marxistas revolucionárias de Rosa Luxemburgo. *Assim se coloca a posição de Weber, um burguês da Aufklaerung numa época de crise da razão*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 203, itálicos no original).

Tragtenberg se esforça em realizar uma análise do conjunto da obra de Max Weber. Produtor de cultura, em sua atividade universitária é forçado a se afastar temporariamente do universo acadêmico por problemas de saúde. Escreve seus trabalhos à margem da carreira docente, distanciando-se da extrema-direita pangermanista tanto quanto da extrema-esquerda revolucionária. Sua crítica ampla define os posicionamentos originais tomados no contexto ideológico e político da época.

Esse emaranhado de situações produziu, aos olhos do sociólogo brasileiro, uma série de contradições. O fio condutor dos pontos fortes e das fraquezas do

o produtor é dominado por um produto que cria por suas próprias mãos – a mercadoria –, no espírito o é por um produto de sua própria imaginação: a religião.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 202, itálicos no original).

⁴⁶ “De origem burguesa, combateu a aristocracia e a sua incapacidade de dirigir a política do país. Intelectual, combateu os *diletante* e os universitários *com* diploma credenciador, porém, *sem* consciência social e política. Discordou da orientação dos políticos burgueses sempre dispostos a uma composição com a aristocracia;” (TRAGTENBERG, 2006, p. 205, itálicos no original).

pensamento de Weber é a oposição entre as frações de classe e setores que compõem a totalidade da classe burguesa:

Weber é um intelectual que tem *consciência* de sua *existência* como *burguês*; não ama o setor representante do capitalismo moderno: a indústria pesada; não ama a classe *juncker*, odeia os *literatti* diletantes que procuram *soluções acósmicas* a problemas históricos e sociais, manifesta identidade de pontos de vista com a social-democracia alemã. Ao mesmo tempo em que critica seu conservadorismo, manifesta-se contra a discriminação ideológica no recrutamento de professores na universidade alemã. Em suma, *representa a vivência de valores liberais numa época em que o liberalismo passa por uma crise mortal*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 204, itálicos no original).

Para Maurício Tragtenberg (2006, p. 206), o pensamento político de Max Weber manifesta no plano das ideias o descontentamento real e cada vez maior de setores da pequena burguesia e do proletariado iludidos com as promessas não cumpridas pela República de Weimar. Na pena de Tragtenberg, Weber defendia o cumprimento urgente das tarefas democrático-burguesas e a total aniquilação da dominação econômico-política da aristocracia fundiária *juncker*. Relembra que o militarismo no período weimariano se dera já na tentativa de revolução proletária no ano de 1918, com a repressão do SPD mediante os contatos telefônicos secretos entre Friedrich Ebert e Paul von Hindenburg⁴⁷.

Max Weber é um crítico da democratização passiva alemã de finais do século XIX e começos do século XX. A mera nivelção dos dominados – realizada por Napoleão I e, antes dele, pelo catolicismo feudal – era fomentada por setores do capital industrial e da construção civil. Ademais, se opõe à transformação da razão técnica em razão vinculada à dominação, cujo desdobramento foi o legado da dominação burocrática bismarckista na Alemanha. Ataca com virulência a despolitização do país e a conversão de políticos profissionais em funcionários públicos obedientes, cujas preocupações se reduzem à manutenção de seus cargos e rendimentos.

Nesse sentido, o abandono da ética da responsabilidade – inerente às lideranças políticas com vocação – significava a adesão ao *ethos* burocrático, inerente ao dócil funcionário de carreira. Somado a isso, o perigo de uma revolução proletária que abalasse frontalmente as estruturas sociais do país e a ausência de líderes políticos competentes poderiam levar a Alemanha ao predomínio do

⁴⁷ “Não esqueçamos que a repressão à Revolução de 1918 pelo social-democrata Ebert se dera com o aval de Hindenburg, com o qual mantinha uma linha telefônica secreta. *Isto colocara a República de Weimar, desde seu nascedouro, sob o aval do militarismo.*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 206, itálicos no original).

emocional na vida política, perfazendo o que Weber chamou pejorativamente de “domínio da *democracia de rua*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 207, itálicos no original). Em outras palavras, a existência de uma burocracia descontrolada era produto da inexistência de um parlamento que efetivamente realizasse seu trabalho, controlando-a com base numa política positiva:

[...] a impossibilidade de uma democracia liberal numa República em que os monopólios haviam crescido demasiadamente, sua contestação pela direita conservadora e a impossibilidade de a classe operária tomar o poder, apesar de pressioná-lo, levariam a um *impasse*, que seria decidido autoritariamente, isto é, *um prenúncio da solução nazista aos conflitos sociais*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 207, itálicos no original).

O estudo de Weber sobre o poder não tinha por objetivo legitimar esta relação de dominação do ponto de vista ideológico. Não se tratava, portanto, de converter a razão histórica – onde são enfatizadas as determinações sociais do poder e das formas de dominação – em razão teórica, onde o processo analítico acaba justificando o poder como algo independente da história e ação humanas. A análise dos três tipos puros de dominação legítima elaborados por Max Weber é focalizada por Tragtenberg (2006, p. 207) na antinomia histórica entre carisma e burocracia no que toca às lideranças políticas, seu *modus operandi* e seus interesses materiais/ideais⁴⁸.

Desse modo, é importante rememorar o fato de a dominação burocrática ter como uma de suas características, do ponto de vista institucional, a luta política pelos votos. Tanto no processo legislativo quanto no que toca às organizações político-partidárias. A luta é uma relação social presente e generalizada em todas as esferas da vida social, especialmente na esfera política e fundamentalmente no Estado. O domínio dos burocratas precisa ser efetivado mediante um controle político-institucional.

A existência de uma burocracia descontrolada (pela inépcia das instituições representativas da democracia moderna e de suas respectivas lideranças políticas) ou todo-poderosa (cujo avanço das estatizações poderia enredar a humanidade numa nova concha da servidão, análoga àquela dos camponeses no Egito Antigo) era vista por Weber como o grande perigo à humanidade. Por conseguinte, o político

⁴⁸ “Weber estudara o poder, no qual vira *uma criação do demônio*. [...] Estuda as diferentes formas de dominação: *a carismática*, onde o caudilho combate contra a *despersonalização*, os clãs, afirmando sua *magia pessoal* contra interesses corporativos: *a dominação burocrática*, a autoridade encarnando o direito, no qual a luta pelo poder é a luta pela influência decisiva sobre as ordenações jurídicas que se instituem.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 207, itálicos no original).

profissional dos modernos partidos políticos, burocratizados nas democracias de massas.

Deve disputar a liderança não só nos comícios, mas também *contra* a burocracia, pois na vida cotidiana *administração* significa *dominação*. O triunfo do político nas urnas arrisca-se a perder a significação se não for complementado por um *controle político* sobre a administração burocrática. Sua impossibilidade conduz à usurpação burocrática do processo de decisão política. *Weber estuda a burocracia porque vê nela o maior perigo*, a sua expansão com a estatização. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 207-208, itálicos no original).

Para Maurício Tragtenberg (2006, p. 208), a preocupação de Max Weber pelo funcionamento da instituição parlamentar não se reduzia a questões ideológicas. Na realidade, via no parlamento a organização que poderia fornecer a garantia mínima da cidadania (personificada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789), base para a sobrevivência de qualquer ordem social moderna. Weber vê uma progressão cumulativa dos direitos democráticos na história humana: estes não deveriam se abolidos e sim aperfeiçoados, ou seja, estendidos da esfera política à esfera econômica. A crise da sociedade alemã fora percebida por Weber como resultado da aristocracia agonizante, cuja lealdade o regime monárquico favoreceu a burocracia e impediu à Nação quaisquer demonstrações de vontade e maturidade políticas.

Conforme Tragtenberg, Weber notou como a democracia poderia facilmente conduzir à demagogia. Dessa maneira, uns quantos aristocratas no governo dissimulariam seus reais interesses, falsamente identificados com os interesses nacionais. Do mesmo modo, a dominação da burocracia faz emergir o funcionário preocupado com sua carreira, substituindo o político forjado nas batalhas políticas. Percebendo que em todo regime político se encontram os embriões de sua corrupção e destruição, Max Weber critica os políticos alemães de seu tempo. Muito embora fossem ativos, lhes faltava um pensamento político concreto e criador: “Isto explica a razão de seu nome ser retirado da lista dos candidatos à deputação pelo Partido Progressista, como represália. *O fracasso do militante político estimulou o escritor político.*” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 208-209, itálicos no original).

No que toca à correlação de forças na Alemanha de finais do século XIX e início do século XX, o pensamento e ação política de Max Weber, o sociólogo brasileiro busca resumir o cenário. Assim, o Partido Democrata Progressista (representante dos interesses da burguesia republicana conservadora) o rejeitava. Essa situação era uma evidência cabal das dificuldades ideológicas da burguesia

alemã. Seu atraso político lhe impedia de uma visão teórica condizente com seu papel dominante na vida econômica. Hegemônicos durante o brevíssimo período weimariano, os horizontes de classe burgueses foram contestados pelo proletariado (na Primeira Guerra e em suas tentativas de revolução), pela reação e pelo Centro católico (em especial no que tange à representação política).

Pela inconsistência política da natimorta democracia de Weimar, os setores reacionários – que mais tarde viriam a tomar o poder, instaurando o terror nazista – conseguiram aglutinar os setores descontentes da classe capitalista nacional, há tempos distantes das poucas identificações com o liberalismo. Na pena de Maurício Tragtenberg, não restam dúvidas de que o conjunto da obra de Weber é produto dos avanços e recuos do ideário liberal em solo alemão. Todavia, também as antinomias dicotômicas e os elementos de nacionalismo aqui ecoam, do ponto de vista político-discursivo:

Nos escritos de Weber, refletem-se de forma profunda e dramática os dilemas do liberalismo alemão numa época de monopólios, a crise profunda da ideologia burguesa na Alemanha, suas dúvidas e indecisões, suas incoerências, contradições e insuficiências, que aliás o próprio *Weber contribuiu para evidenciar*. Queira ou não, Weber é tributário da burguesia como classe, mas o é da burguesia na sua passada fase de ascensão, progressista, *como classe revolucionária no nível europeu*, pois a burguesia alemã abortara o liberalismo nos inícios do século XIX, não tendo jamais logrado levar ao término sua revolução no plano político. [...] Os elementos *liberais* componentes de seu modo de pensamento definem-se na separação que estabelece entre a esfera econômica e a esfera política. O conceito de Nação e o de interesse nacional nesta fase são o limite de sua perspectiva política. Contrapõe no universo de discurso liberal massa à personalidade, carisma à burocracia, ética de convicção à ética de responsabilidade. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 209-210, itálicos no original).

Tragtenberg (2006, p. 211) articula um esboço de crítica metodológica de Weber ao final de sua discussão. Desse modo, ressalta que no método weberiano o indivíduo é, simultaneamente, o ponto de partida e o ponto de chegada, constituindo sua unidade explicativa. Assim, o processo de conhecimento tem como fundamento o indivíduo, o sujeito que conhece. Os tipos ideais elaborados por Max Weber se definem nos moldes de uma teoria subjetiva do conhecimento, um meio para chegar ao objeto em si, isento de quaisquer características substanciais. Aí reside o nominalismo e seu elemento pragmático, uma vez que os conceitos são mais unívocos quanto mais seu conteúdo estiver esvaziado diante da realidade concreta.

Maurício Tragtenberg defende que o pensamento de Weber é dotado de um subjetivismo. Ele aparece quando Max Weber ressalta a importância cultural atribuída pelo pesquisador ao fenômeno estudado e à origem de sua definição

(social ou econômico). Portanto, são as relações conceituais – e não as relações entre as coisas, isto é, as relações sociais reais – que fornecem a delimitam o processo de especialização do trabalho científico. Tais conceitos funcionariam como os pressupostos do conhecimento humano, ordenando a realidade: “Quanto ao valor de verdade, só o conhecimento empírico pode fornecer-nos critérios.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 211).

O sociólogo brasileiro elenca traços ideológicos no pensamento metodológico de Max Weber. O primeiro deles vem a ser o foco na individualidade aliado à separação, de modo positivista, entre juízos de fato e juízos de valor, distinguindo as ciências históricas das ciências naturais pela sua premissa referente ao indivíduo⁴⁹. Em Weber, a explicação do caráter individual dos fenômenos pressupõe uma série de regularidades típicas de comportamento, as quais são capazes de constatação empírica. A abstração intelectual destas regularidades típicas do comportamento dos indivíduos conduz a um modelo permeado na identidade e na ausência de contradições, cujo conceito-limite é o de tipo ideal. Tragtenberg resgata a discussão sobre o paradoxo das consequências não-premeditadas:

Embora enfatize o *indivíduo* como unidade explicativa, não admitindo significados *objetivos*, tem consciência dos resultados das ações humanas: o resultado não é aquele que o agente pretendia; assim, os puritanos queriam servir a Deus pelo ascetismo e pela ética do trabalho. Criaram, no entanto, o capitalismo e o consumismo. (TRAGTENBERG, 2006, p. 213, itálicos no original).

O segundo traço ideológico de Weber está relacionado com sua ênfase na racionalização. Existe em Max Weber o reconhecimento da historicidade dos conceitos: a posição acerca dos processos de desencantamento do mundo manifesta o liberalismo e a filosofia iluminista. Isso porque o método weberiano pensa a história da humanidade nos termos de um progresso unilinear rumo à perfeição moral. Ao mesmo tempo, a racionalização de dominação do mundo é permeada por uma concepção cumulativa da tecnologia. No Mundo Ocidental, a burocracia moderna é um elemento progressivo da sua forma específica de racionalização, umbilicalmente vinculada à ação da classe capitalista:

⁴⁹ “Para Weber “a referência a valores determina o objeto histórico, que constitui virtude de seu significado cultural; esse significado é sempre *individual*”. No entanto, a referência ao dado empírico a valores não fornece garantia absoluta, *os valores são múltiplos*. A escolha na multiplicidade é resultante de elementos que provêm do ponto de vista específico do *sujeito*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 212, aspas e itálicos no original).

O liberalismo na época de Weber está em crise; porém, no contexto de seu pensamento e ação constitui marco de referência. O característico básico do liberalismo é a ênfase na *razão*. A análise do racionalismo liga-se à atividade da burguesia, a sua atividade econômica é definida pela *troca*. [...] A regulação pelo mercado da lei da oferta e da procura *aparece* ao indivíduo como resultante da justaposição das *vontades individuais*, de seres *autônomos*, orientados para fins *racionalmente* definidos. O racionalismo e o empirismo que derivam da economia de mercado têm como ponto de partida a *consciência individual, como origem absoluta do conhecimento e da ação*. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 213-214, itálicos no original).

Nesse sentido, racionalismo, individualismo se complementam enquanto unidades sintéticas das economias de mercado. A autonomia da vontade do indivíduo tem como corolário a liberdade, as quais correspondem o conjunto das relações de troca hegemônicas na sociedade burguesa. Vincula-se a essas categorias a ideia de contrato, que remete às contribuições de John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes: se a troca subentende a igualdade absoluta entre as partes, a igualdade formal entre as partes é a essência do contrato. A troca universal só existe caso se confrontem indivíduos jurídica e formalmente livres e iguais no mercado: “*A universalidade* implica oferta de mercadorias a um mercado impessoal; é a condição e o resultado do processo de troca.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 215, itálicos no original).

O conjunto das relações sociais capitalistas produz um *ethos* liberal, cujas categorias básicas são as seguintes: a) individualismo – fundamento das estruturas das classes e do Estado em Max Weber, bem como sua posição diante da integração dos partidos políticos; b) igualdade – preocupação de Weber com a predominância da racionalidade formal numa economia que garanta a igualdade entre trabalho e capital no mercado; c) liberdade – fio condutor de sua crítica do Estado corporativo e da defesa do parlamento como instituição garantidora, Max Weber quer salvá-la ante o avanço perigoso e inevitável da burocratização; d) contrato – elemento básico do capitalismo para Weber, em especial no que diz respeito à livre disposição da força de trabalho; e) Tolerância – valor básico (cultural e político) em Max Weber, vinculado ao politeísmo dos valores e à luta contra a intolerância religiosa e racial; f) propriedade – a crítica da burocratização deixa implícita uma defesa da livre iniciativa privada, na qual as vocações políticas nacionais obstaculizadas pelo período de Bismarck se realizariam

O universo de discurso liberal é profundamente ideológico, isto é, ele não se auto-explica pelo fato de a sociedade produtora de mercadorias, através do processo de circulação, que integra a *totalidade* do processo social, apresentar-se como algo *independente* do indivíduo. Seu ponto de partida não é o indivíduo, porém as

determinações sociais que o condicionam. O chamado interesse *individual* na realidade é *socialmente condicionado* e só pode ser alcançado no âmbito das condições requeridas pela *sociedade*. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 215-216, itálicos no original).

Tragtenberg (2006, p. 216) assinala que os problemas das categorias ideológicas (igualdade, liberdade e contrato), componentes do *ethos* liberal e presentes em Weber, não se esgotam e nem são passíveis de explicação no plano puramente lógico. Isso revelaria sua incapacidade de apreender os problemas categoriais como problemas de uma realidade social e histórica em constante processo de transformação. Tal atitude metodológica, eminentemente ligada às determinações imediatas, defronta-se com objetos petrificados em vez de entender o real como algo em constante desenvolvimento.

A categoria contrato, por exemplo, só pode ser entendida enquanto manifestação concreta da livre oferta de força de trabalho no mercado. A força de trabalho aparece como uma mercadoria e seu dono como proprietário livre, em confrontação com o capitalista, ambos juridicamente iguais. Dessa maneira, a liberdade contratual é resultado de uma relação entre indivíduos formalmente livres e iguais, dissimulando a supremacia do capital sobre o trabalho. A liberdade e a igualdade surgem como ideias puras, idealizações do processo real de produção de mercadorias, no qual a força de trabalho é uma mercadoria cujo preço é definido socialmente. A verdadeira liberdade é antagônica à dinâmica do capitalismo: tanto no capitalismo privado quanto no capitalismo de Estado⁵⁰.

Já a liberdade, elevada à condição de mito pelo *ethos* liberal do qual Max Weber é integrante, remete à seguinte questão postulada por Maurício Tragtenberg: liberdade para quem? Não se trata da liberdade individual enquanto pessoa ante os demais seres humanos. Aqui estamos diante da liberdade manifestando um poder especificamente social: a classe burguesa, proprietária do capital e que dispõe, livremente, da força de trabalho (manual ou intelectual) das classes trabalhadoras.

⁵⁰ “O reino da liberdade *real* aparece como incompatível com o domínio do capital, seja privado, seja estatal. É compatível com a associação livre entre os homens, com a formação social objetiva em que a liberdade se realiza em *ato* e se nega enquanto categoria abstrata e formal. Na civilização ocidental, é necessário notar que a realização da *liberdade* como valor liberal pressupõe sua negação: a intervenção do Estado como elemento de dissolução das condições pré-capitalistas e criador das possibilidades do industrialismo da livre concorrência. A realização da liberdade, enquanto ideologia, pressupõe seu aniquilamento enquanto determinação social. Assim, a *Lei dos Pobres* de Elisabeth, com seu *autoritarismo coercitivo real*, fora condição necessária aos *Direitos do Homem e do Cidadão* em seu *liberalismo abstrato*.” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 220-221, itálicos no original).

Até a liberdade de consciência, valor elementar do *ethos* liberal, deve ser entendida como uma mistificação:

O homem se realiza pela *praxis* na História e na sociedade; não são intenções que contam, mas comportamentos que se definem no plano histórico-social, objetos das Ciências humanas. Por mais pessoal que seja a relação que os indivíduo estabelecem entre si, eles definem tais relações num plano *socialmente determinado*. Tal plano se torna opaco pela aparência que essas relações apresentam genericamente individuais e criadas livremente, produto *independentes* das determinações sociais, expressões *naturais* e *livres* das determinações pessoais. (TRAGTENBERG, 2006, pp. 219-220, itálicos no original).

A tolerância vincula-se diretamente com o pluralismo político. Em substituição ao individualismo, o pluralismo democrático somado à tolerância torna-se o ápice do processo de tomada de decisões políticas no quadro das instituições do capitalismo moderno. Na ótica tragtenberguiana, tal categoria político-ideológica é a transposição da livre concorrência. Trata-se da representação mais adequada ao contexto da sociedade mercantil, baseada na aquiescência voluntária da existência e promoção do direito de interesses opostos. Interpretada pelo *ethos* liberal como proteção à autoridade presidencial, a tolerância torna ilegítima a contestação social ao mesmo tempo em que torna legítima a dominação de uma maioria contrária à manifestação da vontade geral da população: “Não se trata de indivíduos que na esfera política *abstraíram* seus interesses *privados*, mas sim de *indivíduos* que *identificaram estes interesses com suas funções públicas*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 222, itálicos no original).

Do mesmo modo, a categoria propriedade reside no escopo do discurso liberal do individualismo proprietário. Assim, o conjunto das relações entre os seres humanos é reduzido às suas relações na condição de proprietários privados. Encoberto o seu caráter histórico, particular e transitório, o capital (em todas as suas manifestações) se torna a força motriz das ações humanas. Através da propriedade privada dos meios de produção e distribuição da vida material, domina a humanidade como um poder universal: “A propriedade privada nada mais é do que uma categoria *histórica* que enfrenta no mercado a força de trabalho como *situação limite da não-propriedade, mas propriedade do outro*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 223, itálicos no original).

Portanto, em se tratando de metodologia, a autonomia radical da razão individual pode estabelecer condutas injustificáveis, que só se justificam se forem necessariamente aceitas pelos indivíduos. Tendo como fio condutor o

individualismo, emerge a possibilidade de demonstrar a necessidade de nenhum sistema de valores e moral. Tal impossibilidade, para Maurício Tragtenberg (2006, p. 224), torna-se a base epistemológica do niilismo. Esta visão da realidade é estática e destituída de historicidade.

Para ela, só existe uma organização social, naturalizada e vinculada à racionalidade econômica. Esta última só pode ser compreendida por indivíduos tecnicamente competentes. Focalizando a ação social racional com relação a fins, Tragtenberg associa a sociologia da ação social de Weber ao movimento real de expansão e generalização da dominação burguesa:

O agir racional em *relação a fins* é a conduta da burguesia; sua visão racionalista do mundo invade a Economia (contabilidade racional), a política (o Estado racional). A Ciência cumpre uma função técnica; ela torna consciente a adequação de meios a fins, com seu produto cultural: a clareza e a instrumentalidade conceitual. O agir racional de Weber representa uma generalização feita a partir de um dos níveis de análise da ação social; a descrição da ação social do ponto de vista do *ator individual*. Na sua sociologia da ação social, a relação entre sistema de relações sociais e idéias institucionalizadas [...] se conceitua na relação entre o ator individual e suas idéias. (TRAGTENBERG, 2006, p. 225-226, itálicos no original).

Tragtenberg (2006, p. 226) se insurge contra o modelo de racionalidade elaborado por Max Weber. Um componente do fio condutor do pensamento weberiano, a discussão dos tipos de racionalidade, é posto em xeque. Na interpretação tragtenberguiana, trata-se de algo abstrato, um recurso psicológico e que não se aplica ao plano da sociedade global. Para o sociólogo brasileiro, o conceito de racionalização não manifesta processos semelhantes na totalidade dos níveis analíticos da ação. O esquema conceitual de Weber beira o psicologismo, posto que é perpassado por orientações, expectativas e motivações⁵¹.

A autonomia da técnica manifesta na racionalidade formal capitalista dissimula as relações de exploração e dominação impostas pela ordem do capital. Enfatiza Maurício Tragtenberg (p. 227) que, no interior das sociedades classistas, não há um conflito perene entre racionalidade formal e material. Concretamente, temos um conjunto de racionalidades correspondentes às diversas classes sociais presentes em uma determinada sociedade⁵². Em outras palavras, tanto a produção

⁵¹ “A conceituação dos fenômenos *significativos* para a sociedade global deriva da ação, paradigma básico que *constitui mais um recurso psicológico do que qualquer outra coisa*, pois trata de motivações, orientações e expectativas.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 226, itálicos no original).

⁵² “Numa sociedade dividida em classes, não há tipos de racionalidade, como Weber preceitua, a racionalidade formal e a material em perpétua tensão. Há um *pluralismo* de racionalidades em função das classes sociais existentes numa dada sociedade.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 227, itálicos no original).

quanto a técnica estão isentas de neutralidade, por estarem vinculadas à dominação capitalista.

Somado a isso, no interior do trabalho improdutivo surge uma esfera autônoma enquanto forma organizacional. Nela, produz-se uma larga divisão social do trabalho intelectual profundamente especializada, cujo ápice se encontra na organização estatal. Desta feita, os problemas político-institucionais são passíveis de resolução por uma elite, ínfima minoria da população. A racionalidade econômica, que gera essa esfera relativamente autônoma, é naturalizada e transformada em assunto exclusivo de especialistas⁵³.

Nesse contexto, o desenvolvimento científico-tecnológico está a serviço dos interesses da classe burguesa. Progresso, eficiência e racionalização dissimulam o processo real de extração de mais-valor do proletariado pelos capitalistas. Por conta disso, temos a generalização das organizações burocráticas na sociedade moderna. Produtora de fornadas de especialistas com competências rigidamente delimitadas, a burocracia moderna não se reduz a um fenômeno somente técnico.

Acima de tudo, quando nos defrontamos com a burocracia estamos diante de um fenômeno de dominação. No pensamento liberal de Max Weber, isto se manifesta também na concepção de democratização passiva e na esperança de emergência das lideranças carismáticas rotinizadas pela dominação racional-legal:

Na medida em que Weber, adepto da democracia liberal, estuda a burocracia como padrão ótimo de dominação pela impessoalidade de sua ação, continuidade e eficiência, possuindo competência fundada num saber especializado, portanto acessível a poucos, a burocracia representa uma democratização *passiva*. A ênfase que ela atribui ao conhecimento especializado, como característica qualitativa que separa a burocracia capitalista ocidental das burocracias pré-capitalistas fundadas no saber humanista, privilegia essa competência técnica que, traduzida no plano político, significa a confiança no carisma. Weber preocupou-se com a relação carisma-emocionalismo e as consequências irracionais que adviriam para a vida política do domínio carismático. (TRAGTENBERG, 2006, p. 227, itálicos no original).

Ainda sobre a racionalidade, Tragtenberg (2006, p. 227) retoma as considerações de Max Weber, associando-a com a “ênfase iluminista na razão do sistema econômico capitalista”. Tal movimento torna opacas as percepções do caráter irracional da produção burguesa de mercadorias e seu uso predatório da

⁵³ “A classe dominante, no plano econômico, produz e reproduz em todas as atividades extra-econômicas uma *esfera autônoma* da organização, concretizando a força coletiva dos trabalhadores produtivos através de um grupo de *especialistas*. A existência dessa esfera suprema aparece como o coroamento do sistema no Estado. Os problemas da *razão de Estado* ficam sendo preocupação exclusiva de uma elite. A racionalidade econômica aparece como *lei natural* que só o *especialista* entende.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 226, itálicos no original).

força de trabalho⁵⁴. Assim, define-se a racionalidade instrumental com base em expectativas de comportamento. Neste tipo de racionalidade, os meios antitradicionais são os mais usados: a ação livre é realizada com a consciência da utilização de determinados meios visando determinados fins, numa correspondência cujo resultado vincula-se à ética da responsabilidade.

Todavia, o conceito de racionalidade formal manifesta – ainda que implicitamente – determinados valores de Weber: isso é outra expressão do caráter histórico-social e não meramente pragmático-utilitário da influência mobilizadora dos valores nas ações humanas⁵⁵. Sobretudo a associação entre distribuição social dos bens e seus efeitos deletérios no processo de produção eficiente, onde a propriedade privada dos meios de produção é identificada como modelo de máxima técnica e eficiência⁵⁶.

Em suma, o método de Weber se encontra preso à tradição neokantiana. Manifesta uma volta às categorias individualistas dominantes no período onde a burguesia desponta como classe social revolucionária. Sua obra – politicamente distante e pouco ressonante entre os círculos extremados tanto à direita quanto à esquerda – é produto direto do conjunto das relações sociais constituídas na Alemanha e na Europa de finais do século XIX e começos do século XX, figurando como expressão limite da consciência burguesa-nacional e da agonia do liberalismo alemão anterior à sua derrocada com a barbárie nazista:

Assim, Weber, no seu apego ao neokantismo no plano metodológico, representa retorno às categorias individualistas da *Aufklaerung* da época da ascensão da burguesia. Situado num momento de transição e crise da consciência e existência burguesa, em nível europeu, Weber significa a *consciência limite* da consciência burguesa alemã na transição dos fins do século XIX e início do século XX. [...] Weber representa no quadro alemão o *canto de cisne* do liberalismo, cuja contestação assumirá a forma da *revolução conservadora* de Hitler. (TRAGTENBERG, 2006, p. 228, itálicos no original).

A guisa de conclusão, percebe-se como Tragtenberg (de modo análogo, porém expressando uma perspectiva política antagônica de Merquior, a qual

⁵⁴ “A ênfase *iluminista* na razão do sistema econômico capitalista obscurece a percepção da *irracionalidade* da subutilização da técnica, poluição do ar, água, do desgaste humano ocasionado pela intensificação do ritmo de trabalho. Apesar da diminuição da carga horária, são complementos lógicos ao único sistema que produz e reproduz uma mercadoria coletiva: a força de trabalho.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 227, itálicos no original).

⁵⁵ “Diferentemente do que postula Weber, os valores são fatores de otimização da ação, no sentido sócio-histórico e não no sentido pragmático-utilitário.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 226).

⁵⁶ “Seu conceito de racionalidade formal é ligado a valores, embora não o admita explicitamente, pois Weber vincula a idéia da distribuição social dos bens a um efeito perturbador no processo de produção eficiente, em que a propriedade privada dos meios de produção aparece como o paradigma da eficiência técnica.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 227, itálicos no original).

deságua numa definição oposta do liberalismo, tanto em suas formas gerais quanto na visão de Weber) articula sua interpretação do pensamento político de Max Weber tendo como fio condutor uma concepção específica de liberalismo. Ambas são perpassadas pelo mesmo entendimento: expressam os interesses de classe da burguesia.

Porém, no caso concreto e que simultaneamente fornece o pano de fundo e as condições de possibilidade da produção intelectual de Weber – a sociedade alemã e o capitalismo de finais do século XIX e começos do século XX – temos, para lembrar a crítica weberiana, uma burguesia sem maturidade política e sem vontade política.

A Alemanha de Max Weber é marcada por sua forte tradição autoritário-conservadora e pela simultânea decadência/ascendência de determinadas relações sociais e de produção. Tal fenômeno constituiu uma classe capitalista – e uma democracia burguesa, a weimariana – bastante frágil politicamente e mais preocupada com seus interesses imediatos do que com o fortalecimento e consolidação das instituições devidamente adequadas ao bom funcionamento da acumulação de capital; eis uma das determinações que levará setores desta classe a mais tarde apoiar o horror nazista.

Ademais, no plano internacional, a classe capitalista já estava cumprindo outras tarefas políticas – o imperialismo, ao qual teve a entrada tardia da Alemanha – para além da consolidação de instituições minimamente garantidoras dos direitos humanos fundamentais e da liberdade. No caso alemão, a burocracia e a democracia efêmera da República de Weimar caminharam juntas, num contexto de sufocamento de lideranças partidárias com vocação e de limitação da participação das classes sociais na eleição presidencial.

Isso conduz ao entendimento de Tragtenberg segundo o qual a obra de Max Weber é manifestação do máximo liberalismo possível na sociedade alemã de seu tempo. Tal caracterização destoia sobremaneira da concepção liberal conservadora defendida por José Guilherme Merquior.

Em nossas considerações finais arremataremos esta discussão, comparando as duas posições expostas: tanto em linhas gerais quanto diante das principais tendências interpretativas mundiais elencadas inicialmente. Antes disso, discutiremos criticamente a visão merquiorana da teoria da legitimidade de Max Weber, a qual implica de forma direta na sua definição do liberalismo weberiano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese apresentamos, primeiramente e em termos típico-ideais, o panorama internacional da pesquisa sobre o pensamento político de Weber. Foi possível destacar três correntes interpretativas: a) Weber como liberal-nacionalista (Wolfgang Mommsen e Raymond Aron); b) Weber como liberal-pluralista (David Beetham e Richard Bellamy); c) Max Weber na contemporaneidade (Kari Palonen). Finalizamos o capítulo inicial com um pequeno balanço das tendências mencionadas calcados no trabalho de Hinnerk Bruhns, o qual, à luz das contribuições da *MWG (Max Weber Gesamtausgabe)*, evidenciou os limites da abordagem liberal-nacionalista defendida por Mommsen e Aron, além de corroborar com os acertos dos trabalhos de Beetham, Bellamy e Palonen. Em suma, após um longo processo descritivo, comentários de natureza crítica foram apresentados, com base numa bibliografia assentada na publicação mais recente das obras completas de Max Weber.

Em nossas considerações finais, traçaremos um roteiro semelhante. Após a descrição biográfico-intelectual e das interpretações fornecidas pelos autores brasileiros (o social-liberal⁵⁷ José Guilherme Merquior e o marxista autogestionário⁵⁸

⁵⁷ “José Guilherme Merquior não pode ser considerado um neoliberal ou um liberista *strictu sensu*: embora reconheça a importância da liberdade econômica, as suas afinidades intelectuais e políticas estão com o liberalismo social. Merquior simpatiza com esta vertente do pensamento liberal porque ela, no plano teórico, é uma tentativa de conciliar liberdade e igualdade, valorizando mais a participação política do que o liberalismo clássico, o conservador e o neoliberal; a proposta social-liberal também é um esforço de aproximar o liberalismo do ideal da *Bildung*, isto é, de uma ética humanista, uma visão mais nobre da condição humana (mas, evitando uma filosofia da história demasiadamente otimista e “estadofóbica”). No plano prático, o social-liberalismo de Merquior consiste em uma adesão limitada ao livre mercado, pois julga que certas intervenções do Estado são importantes não só para promover a igualdade de oportunidades, mas também para estimular a liberdade positiva enquanto virtude cívica” (FELIPE, 2015, p. 227, aspas, parêntesis e itálicos no original).

⁵⁸ “Por meio das obras de Tragtenberg, podemos concluir que as principais características do marxismo desse autor são: a) a negação da burocratização, da vanguarda, do leninismo, do sindicalismo e dos partidos políticos; b) a rejeição da necessidade de um período de transição entre o capitalismo e o comunismo (mesmo porque quem afirma isso não é Marx, como nos fazem acreditar os livros didáticos de história, mas sim Lênin); c) a afirmação do caráter revolucionário das associações de trabalhadores por meio da autogestão das lutas operárias, cuja causa motriz é a luta contra a exploração; d) o apoio à criação de “organizações horizontais” igualitárias, como os comitês de greve, as comissões de fábrica e os conselhos operários que, além de construir uma existência social comum, objetivam eliminar a concorrência entre os trabalhadores e a divisão de classe em profissões, substituindo-as pela união de classe. [...] Esse marxismo pode ser inserido na tradição que se inicia na França, caracterizado pela união entre pensamento marxista e projeto autogestionário, cujos antecedentes são o marxismo original (Marx) e o comunismo de conselhos” (VIANAb, 2020, pp. 151-152, aspas e parêntesis no original).

Maurício Tragtenberg) ao pensamento de Weber, teceremos apontamentos discordantes em relação aos esforços empreendidos por ambos intelectuais. Portanto, dividiremos este último tópico em três momentos: a) apoiados no trabalho recente de Carlos Eduardo Sell (2021), que fundamentado na *MWG (Max Weber Gesamtausgabe)*, diverge do estudo merquiorano sobre a teoria da legitimidade de Max Weber; b) comparar criticamente a visão de Merquior e de Tragtenberg acerca do pensamento liberal do sociólogo de Heidelberg, a partir da concepção de liberalismo de cada um dos dois pensadores brasileiros, sendo cotejados os pontos de aproximação e afastamento para com o debate internacional; c) nossa posição diante da concepção de democracia na obra política de Max Weber, visando enfatizar o caráter burguês de seu pensamento político.

Podemos resumir os pontos nodais da crítica exposta no estudo de José Guilherme Merquior sobre a legitimidade em Weber: 1) há uma carência democrática, pois Max Weber focalizaria a legitimidade do ponto de vista dos governantes em detrimento de uma análise da visão dos governados, esvaziando o conteúdo da democracia; 2) tendo como único elemento de legitimidade o aspecto da crença, elabora-se uma tipologia protagonizada pela tensão entre a dominação burocrática e a figura do líder carismático, cujas irrupções tendem a ser rotinizadas. O primeiro ponto impacta diretamente na concepção merquiorana do liberalismo weberiano. Já o segundo é o pano de fundo para o inovador construto “burocracia carismática”, com o qual Merquior efetua sua análise do bolchevismo russo.

Cabe ressaltar que a discussão é realizada sem levar em consideração o processo descontínuo, complexo e multifacetado de *Economia e Sociedade*, no qual temos – antes e após a Primeira Guerra Mundial – duas versões redigidas da sociologia da dominação weberiana. A emergência deste empreendimento intelectual conjunto se dera apenas cinco anos após a primeira publicação de *Rousseau e Weber*. Sua conclusão recente lançou novas luzes sobre as interpretações do fenômeno da legitimidade na obra do sociólogo alemão, trazendo uma argumentação que coloca em xeque a visão de Merquior.

Contrariamente àquilo que qualifica como “redução unilateral-idealista ao aspecto da crença” manifesta na interpretação de Merquior, Carlos Eduardo Sell (2021, p. 96) sublinha que apesar da legitimidade estar vinculada especificamente

ao elemento normativo das instituições, a dominação não se restringe a uma série de crenças compartilhadas. O idealismo de Merquior consiste em subordinar o fator simbólico da crença ao elemento estrutural que são as formas organizacionais. Ao fazê-lo, acentua unilateralmente as representações acerca da aceitação, submissão e institucionalização da dominação.

Ocorre que as crenças (nas leis, na tradição, no carisma do líder) necessitam ser institucionalizadas num conjunto de formas organizacionais. Ademais, manifestam distintas atribuições subjetivas de sentido. O conceito de legitimidade é analisado em sua dimensão histórica no bojo da sociologia política de Weber, onde os determinantes causais de corte estrutural e simbólico da dominação se reforçam reciprocamente.

Considerando a mescla entre em seus aspectos simbólicos e estruturais, a legitimidade da dominação pode ser entendida a partir da diferenciação entre as garantias externas (forma) e os fundamentos internos (espírito). Esta dupla conceitual desemboca na percepção de distintas dimensões da legitimidade, o que permite argumentar no sentido de reconhecer o fato de, com o entrelaçamento estrutural e simbólico dos componentes externos e internos da dominação legítima “[...] Weber plantou os alicerces de um conceito multidimensional de legitimidade cujos parâmetros ainda permanecem válidos no cenário teórico contemporâneo” (SELL, 2021, p. 96).

No que concerne à legitimidade na sociologia política de Weber, Sell (2021, p. 97) recorda que os estudos sobre a dominação foram produto de um grande processo de amadurecimento e reflexão. Em vários dos trabalhos publicados ao longo dos últimos dez anos de vida, podemos destacar os dois capítulos sobre a sociologia da dominação presentes em *Economia e Sociedade*.

O trabalho conjunto que culminou na publicação das obras completas do sociólogo alemão em idioma original, a *MWG (Max Weber Gesamtausgabe)* permite entender que a investigação realizada não possui sistematicidade e se divide em dois momentos, separados temporalmente por ocasião da Primeira Guerra Mundial:

No bojo desse processo, Weber escreveu duas versões da sociologia da dominação: o capítulo 3 (“Os tipos de dominação”) da quinta edição de *Economia e Sociedade* é mais recente e foi redigido por Weber depois da

guerra; enquanto o capítulo 9 da segunda parte (“Sociologia da dominação”), muito mais extenso e histórico-descritivo, foi produzido por ele ainda no início de suas pesquisas sobre o assunto (em torno de 1909) (SELL, 2021, p. 97, aspas, itálicos e parêntesis no original).

Por conseguinte, estamos diante de duas versões acerca da dominação. Para além de dois capítulos, é possível conferir um amadurecimento intelectual repleto de mudanças em aspectos centrais do modelo teórico de Weber. Fiando-se nos apontamentos de Edith Hanke (organizadora da seção da *MWG* relativa à primeira fase da sociologia da dominação), Sell (2021, p. 98) comenta que na primeira versão parecemos estar diante de uma compreensão estrutural-objetivista da dominação. Ou seja, é apenas após o conflito bélico que Max Weber concede um lugar de destaque ao caráter cultural-simbólico da legitimidade.

Assim, antes da guerra o sociólogo de Heidelberg centrou forças no exame da dominação por meio da organização. Tal enfoque analítico conduziu-o ao entendimento de que, em termos sociológicos, a estrutura da dominação se compõe da relação entre o (s) governante (s) e seus meios administrativos e destes dois com o conjunto dos dominados, bem como dos princípios específicos de determinado tipo de dominação. Já a validade da dominação aparece como desdobramento de seu exercício, deslocando a questão da legitimidade propriamente dita para um segundo nível de análise compreensivo-explicativa. A dominação subsistiria graças a uma série de justificativas: “[...] dentre elas, Weber nomeia 1) um sistema de regras estatuídas, bem como 2) a autoridade pessoal, seja ela baseada na tradição ou na crença no carisma.” (SELL, 2021, p. 98). Além disso, os tipos de dominação presentes nessa primeira versão são definidos em seus pontos estruturais ao invés dos componentes de ordem simbólica.

Deste modo, a tríade burocracia-patriarcalismo-dominação carismática exposta de modo estrutural no texto anterior à Primeira Guerra Mundial se opõe à segunda versão da sociologia da dominação de Weber. Nesse último escrito, a emergência dos três tipos puros de dominação legítima (racional-legal, tradicional ou carismática) depende da validade de sua legitimidade. O raciocínio de Max Weber sobre a dominação avança no sentido de um alinhamento entre justificativas de legitimação e suas formas de gestão

Logo, em sua segunda fase, Weber parece inverter o peso dos fatores determinantes de sua tipologia, pois “dependendo da *natureza* da

legitimidade pretendida diferem o tipo de obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação”. Ele conclui, portanto, que “é conveniente distinguir as classes de dominação segundo suas *pretensões* típicas à *legitimidade*” (SELL, 2021, p. 99, aspas e itálicos no original).

Por esse ângulo, a polêmica interpretativa toca num elemento fundamental do esquema de análise de Max Weber. Estamos diante do problema teórico da relação entre duas dimensões da dominação: a simbólica e a estrutural. Os dois elementos constitutivos do modelo weberiano da ordem política são a estrutura, ou seja, as formas organizacionais, e a legitimidade, vinculada ao conjunto de representações sociais. Aparentemente, a leitura isolada de *Economia e Sociedade* nos faz crer que a legitimidade dos tipos de dominação deriva muito mais de causas de tipo simbólico (a crença: nas leis e sua efetividade, na tradição e seu caráter imemorial, na figura excepcional do líder carismático e suas comprovações) em detrimento das causas estruturantes, como é o caso da discussão feita por Merquior⁵⁹.

Com o mote de rechaçar essa concepção unilateral e que reduz a complexidade do conturbado e diacrônico processo de constituição da teoria da legitimidade de Max Weber ao elemento simbólico-ideal (fundamentalmente o aspecto da crença), Sell (2021, p. 100) recorre ao escrito *Política como profissão*. Mesmo sendo uma conferência – e não um trabalho teórico – o autor sustenta que Weber parece encontrar uma solução menos ambígua para a dinâmica estrutura *versus* representação do que aquela exposta em *Economia e Sociedade*.

Na palestra proferida em 1919, o sociólogo de Heidelberg sustenta que todas as associações políticas – dentre elas o Estado – perfazem relações de dominação dos seres humanos sobre os seres humanos. A submissão à autoridade é condição sem a qual as associações de dominação não podem prescindir, caso queiram continuar a existir. Esse argumento acaba levando Weber ao questionamento acerca das justificativas internas e dos meios externos nos quais se apoia a dominação⁶⁰. Tanto as primeiras quanto os segundos são analisados sem

⁵⁹ “A impressão que surge é que as estruturas são unilateralmente derivadas de representações simbólicas, o que deixaria Weber exposto à crítica de que seu esquema resvala na direção de reducionismo idealista, como já sustentava, por exemplo, José Guilherme Merquior” (SELL, 2021, p. 100).

⁶⁰ “O Estado, bem como as associações políticas que o precederam historicamente, é uma relação de *dominação* (*Herrschaft*) de seres humanos sobre seres humanos, apoiada no instrumento da

conceder um peso causal mais forte, além de não se reduzirem a si mesmos. Na realidade, Weber analisa todas as possibilidades objetivas como causas cuja importância é equivalente. Trata-se de uma argumentação relacional, cujas variáveis condicionam-se reciprocamente

A formulação, segundo se pode ver, não apenas elide qualquer prioridade causal entre esses dois elementos, como também deixa transparecer qual o critério de distinção entre a dominação concebida enquanto organização e a dominação entendida como legitimidade, a saber: a diferenciação entre interno *versus* externo, ou ainda, entre justificativas *versus* recursos. Na sequência do texto, ao examinar ambos os fatores, Weber evita qualquer tipo de reducionismo e analisa o papel causal de cada um deles (SELL, 2021, p. 100, itálicos no original).

Em se tratando dos fundamentos internos, Max Weber traz novamente a tipologia tripartite da dominação legítima: tradicional, carismática e burocrática. Os tipos ideais elaborados por Weber são ao mesmo tempo garantidores da legitimidade à dominação e razões da obediência legítima. No que compete às garantias externas, os meios enumerados são o quadro administrativo (cuja motivação e laços com os governantes existem antes por interesses do que pelas visões da legitimidade) e os meios próprios de gestão.

A estes três tipos correspondem formas específicas de relação entre o quadro administrativo e os meios próprios de gestão: todas as formações estatais do presente e do passado são atravessadas por esta distinção. No caso do feudalismo, temos a identificação entre propriedade dos meios de gestão e quadro administrativo. Já a dominação patriarcal, patrimonial e a moderna dominação racional-legal são caracterizadas pela separação entre o quadro administrativo e os meios próprios de gestão: esta cisão é análoga àquela existente entre as classes trabalhadoras e os meios de produção⁶¹. Ademais, Weber relembra da necessidade de bens materiais tangíveis como dinheiro, instalações, meios de transporte, dentre

violência legítima (isto é, violência considerada legítima). Para que ele continue existindo, os homens dominados devem precisar se *submeter*, portanto, à autoridade continuamente reivindicada por aqueles que estão dominando no momento. **Quando e por que eles fazem isso? Em que justificativas internas e em que meios externos está apoiada essa dominação?** (WEBER, 2015b, p. 317, itálicos e parêntesis no original. Grifos nossos).

⁶¹ “Todas as ordens estatais podem ser classificadas segundo dois princípios básicos. Na primeira categoria, aquele quadro de pessoal – funcionários ou seja lá o que forem –, com cuja obediência o potentado deve poder contar, é ele mesmo o *proprietário* dos meios administrativos, que podem consistir em dinheiro, edifícios, material bélico, lotes de veículos, cavalos etc. Na segunda categoria, o quadro administrativo está “separado” dos meios administrativos, no mesmo sentido que hoje em dia o empregado de escritório está “separado” dos meios materiais de produção. [...] Essa diferença atravessa todas as organizações administrativas do passado” (WEBER, 2015b, p. 319, aspas e itálicos no original).

outros. Tal dinâmica é muito mais complexa do que a reprodução única de elementos simbólicos

Com base nesses elementos estruturais, Weber nos oferece uma nova tipologia afirmando que todas as ordens estatais podem ser classificadas segundo dois princípios básicos. A existência de uma tipologia estrutural independente do fator da representação é, aqui, de importância decisiva: é ela que nos indica que o aspecto estrutural/organizacional da dominação não é uma espécie de emanção que deriva de suas justificativas simbólicas (SELL, 2021, p. 101).

Considerando a menor ambiguidade presente em *Política como profissão*, onde há uma delimitação mais precisa do condicionamento recíproco entre determinantes causais estruturais e simbólicos, resta avançar na compreensão do fenômeno da legitimidade, suas garantias externas e fundamentos internos. O núcleo da legitimidade se encontra na discussão teórica sobre as estruturas sociais no primeiro capítulo de *Economia e Sociedade* e, especialmente no conceito de validade (*Geltung*).

Relembrando a crítica de Max Weber ao jurista alemão Rudolf Stammler em sua apreciação confusa da validade normativa e da validade empírica da ordem social, Sell (2021, p. 102) afirma que a grande questão é se toda ordem social pode ser considerada legítima ou se existem outras ordens sociais. Somado a isso, o próprio Weber não é rigoroso no uso da expressão *Geltung*: em certos momentos focaliza a dimensão empírica e noutros reforça a dimensão normativa da validade de uma determinada ordem social.

É do parágrafo 5 ao 7 do primeiro capítulo de *Economia e Sociedade* onde a confusão e ambivalência das definições de Max Weber sobre a validade de uma ordem social se manifestam. Inicialmente, o termo *Geltung* indica algo além do desenvolvimento cotidiano de uma ação social motivada por interesses ou costume⁶². Noutro contexto, a vigência das ordens manifesta modelos ou obrigações válidos para a ação, ao menos de uma parte dos indivíduos⁶³. Somado a isso, uma

⁶² “Para nós, a “vigência” de uma *ordem* significa, portanto, algo mais do que a mera regularidade, condicionada pelo costume ou pela situação de interesses, do decorrer de uma ação social” (WEBER, 1999, p. 19, aspas e itálicos no original).

⁶³ “Ao conteúdo do sentido de uma relação social [...] somente falamos de b) de “vigência” dessa ordem quando a orientação efetiva por aquelas máximas sucede, entre outros motivos, *também* (quer dizer, num grau que tenha algum peso na prática) porque estas são consideradas vigentes *com respeito* à ação, seja como obrigações, seja como modelos de comportamento” (WEBER, 1999, p. 19, aspas, parêntesis e itálicos no original).

ordem social cumprida enquanto interesse ou hábito é muito mais instável do que uma ordem obrigatória, ocasião na qual o sociólogo alemão rememora o fenômeno da legitimidade e acentua seu traço normativo⁶⁴.

Noutras passagens, a definição de validade remete às chances de uma determinada orientação da ação social por parte do agente, mesmo essas chances sendo fluidas e contraditórias entre si⁶⁵. Todavia, em termos sociológicos, a validade de uma ordem social só é possível havendo a ocorrência de certos tipos de ação social, implicando determinadas relações de causalidade⁶⁶. Seguindo essa linha, somos levados a entender que há uma correspondência entre a vigência de uma ordem social e sua validade. Em outras palavras, *Geltung* é a chance da existência concreta e efetiva de uma ordem social mediante a sucessão de ações ou relações sociais:

Apesar dessas oscilações terminológicas, o raciocínio de Weber só faz sentido caso o aspecto da validade normativa, por um lado, e da validade da vigência factual, por outro, sejam claramente demarcados. Qualquer ordem social só existe enquanto persiste de forma real e efetiva a chance de que as ações sociais se orientem por um conteúdo de sentido que lhes serve de referência. Desaparecendo essa base microssociológica, desaparece também toda a ordem social: trata-se, pois, da vigência (factual) da ordem. Mas se toda ordem social possui o atributo da vigência empírico-factual, nem toda ordem social pode ser considerada uma ordem legítima, ou seja, nem todas as regras/máximas que a constituem orientam os indivíduos enquanto máximas exemplares ou obrigatórias (SELL, 2021, p. 103, parêntesis no original).

Por outro lado, embora as ordens sociais possam ser consideradas vigentes devido à sua legitimidade, nem sempre isso vale como regra. Tal premissa conduz à distinção e ao reconhecimento de tipos distintos de ordens sociais. Fiando-se na *MWG* e em bibliografia especializada recente acerca desta questão, Sell (2021, pp. 103-104) diferencia duas modalidades: a) ordens sociais simples/de fato, onde os agentes da ação social se orientam por máximas de natureza livre (como o

⁶⁴ “Neste trecho, ele faz ainda o seguinte acréscimo: “ou conforme dizemos, a legitimidade”. Em todas essas passagens a validade da ordem [...] deve ser entendida no sentido de “norma obrigatória” [...]” (SELL, 2021, p. 102, aspas no original).

⁶⁵ “Existem transições fluidas [...] e pode haver, conforme já observamos, vigência paralela de ordens contraditórias entre si, o que significa que cada uma delas vige na medida em que há a *probabilidade* de que a ação *efetivamente* se oriente por ela” (WEBER, 1999, p. 19, itálicos no original).

⁶⁶ “[...] entre a *probabilidade* de que a ação se oriente pela *representação* da vigência de uma ordem que, em média, se entende de determinada maneira, e a ação econômica existe, evidentemente (em determinados casos), uma relação causal. Para a Sociologia, precisamente aquela probabilidade da orientação por esta *representação*, e mais nada, “é” a ordem vigente” (WEBER, 1999, p. 19, aspas, parêntesis e itálicos no original).

costume) e sua regularidade factual; b) ordens sociais legítimas, nas quais a orientação da ação social é feita com base em regras válidas para a ação, ressaltando sua natureza normativa e sua importância fundamental para a institucionalização das formas organizacionais

A legitimidade nos remete para o “dever-ser válido” [*Geltensollend*] na medida em que nos fornece referências modelares [*Vorbindlichkeit*] e obrigatórias [*Verbindlichkeit*] (MWG I/23, cap. I, §5, nota 2) de ação social. Em função desse componente é um fator fundamental do processo de institucionalização das estruturas sociais. [...] De uma ordem fundada no interesse, passando pela ordem tradicional, até chegar a uma ordem legítima, o que temos é um processo crescente de estabilidade cujo ponto culminante é o atributo da normatividade (SELL, 2021, p. 104, aspas, colchetes, itálicos e parêntesis no original).

No texto do primeiro capítulo de *Economia e Sociedade* a discussão entre os dois tipos de ordem social (parágrafo 5) é sucedida pelo exame das garantias e fundamentos da legitimidade. Sell (2021, p. 104) consegue avançar nesta concepção e, seguindo a linha elaborada por Thomas Schwinn⁶⁷, estabelece os parâmetros das dimensões macro e micro da ordem legítima: “Mais especificamente, enquanto as garantias dizem respeito ao aspecto macroestrutural propriamente dito, a questão da atribuição [*Zuschreibung*] nos coloca na perspectiva dos agentes sociais, pois, como diz Weber, “a vigência legítima [é] atribuída pelos agentes a uma ordem” (MWG I/23, Cap. I, § 7)” (SELL, 2021, p. 104, parêntesis, colchetes e itálicos no original).

No que concerne às garantias externas da legitimidade, estamos diante das expectativas de determinadas consequências externas que impactam na ação. Nesse sentido, o esquema de Weber analisa quais os meios institucionais cuja ação externa condiciona a ação social, garantindo a legitimidade. As consequências externas variam conforme a natureza da ordem, podendo se tratar de: a) uma situação de interesses, no plano da ordem econômica; b) convenção, na esfera da ordem convencional; c) direito, ou seja, na ordem jurídica.

A ordem econômica, especialmente no âmbito do livre mercado, é dominada pelos interesses, cuja implicação perene é a adaptação

⁶⁷ “[...] que procura aproximá-la da conhecida tipologia utilizada por Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Conforme tal entendimento, as garantias externas correspondem aos princípios estruturais (forma) da dominação, enquanto os princípios simbólicos (espírito) resultam de um processo de atribuição que tem sua base no plano dos agentes sociais” (SELL, 2021, p. 104, parêntesis e itálicos no original).

externa/planejada. Já a convenção (ordens convencionais, cuja validade legítima se garante no fato de que o desvio das formas de ação implica a chance de reprovação social) e o direito (ordens jurídicas, cuja legitimidade é garantida pela possibilidade de coação psíquica ou física por um quadro de especialistas) perfazem duas consequências externas marcadas pela normatização. Assim, o conceito de garantias de legitimidade centra forças nos impactos das estruturas sobre os agentes sociais, indo do nível macro para o nível micro:

Como ambas nos remetem às normas e deveres, elas exercem efeitos macroestruturais de modo completamente diferente da ordem econômica. [...] A conclusão que Weber quer chegar é que, do ponto de vista estrutural, ordens sociais legítimas podem assumir a forma social da convenção e do direito, ambos entendidos como dois mecanismos das garantias externas das estruturas sociais (SELL, 2021, pp. 105-106).

Seguindo o esquema weberiano, em se tratando dos fundamentos da legitimidade, o ponto de vista é outro: o foco é nos agentes sociais em direção às estruturas (direção micro-macro). A atribuição dos indivíduos tende a ser feita com base em quatro possibilidades: a) em virtude da tradição; b) em virtude da crença afetiva; c) em virtude da crença racional referente a valores; d) em virtude de um estatuto em cuja legalidade se acredita. “Vale notar que o termo “crença” aparece apenas duas vezes e apenas no que diz respeito à crença afetiva e à crença em valores.” (SELL, 2021, p. 106, aspas no original).

Aqui temos uma questão em aberto, que remete a um diagnóstico já concedido por Merquior (1980). Neste tópico de *Economia e Sociedade*, em vez de relacionar as quatro vias de atribuição individual até então apresentadas, Weber se resume a retomar sua tipologia tripartite da dominação. Desta feita, não há uma teorização entre a correspondência das quatro formas de atribuição e dos três tipos puros de dominação legítima. Com base no entendimento de Stefan Breuer, Carlos Eduardo Sell compreende assim essa suposta contradição na teoria da legitimidade de Max Weber:

Para explicar essa aparente discrepância, Breuer (2006) relembra que esse tópico de *Economia e Sociedade* trata do conjunto das ordens legítimas: ele é, pois, um tópico de sociologia geral [que trata das estruturas políticas em sentido amplo] e não de sociologia política [que trata apenas das estruturas políticas em particular]. A ordem política é um tipo de ordem social legítima, mas não é a única desse gênero. Por essa razão a descrição dos tipos de dominação deve ser entendida como uma exemplificação, quer dizer, como ilustração concreta de uma ordem social legitimada normativamente. Mas como as formas de dominação são apenas um caso em particular, não há

razão para postular uma relação de correspondência exata entre os quatro motivos de atribuição (que dizem respeito às ordens sociais no sentido amplo) e os três tipos de dominação (SELL, 2021, p. 107, parêntesis, itálicos e colchetes no original).

Indo além desse argumento e tendo como fio condutor o trabalho de Andrea Maurer, Sell (2021, p. 107) arremata a questão trazendo contribuições de ordem teórico-sistemática. Assim, as garantias da legitimidade (institucionalizadas em estruturas/formas de dominação como as ordens jurídica e convencional) dizem respeito à esfera da reprodução das estruturas políticas, isto é, no nível macro. Já os fundamentos da legitimidade fazem parte da esfera micro, no plano da constituição das estruturas políticas; estas últimas emergem, pois, com base no modo como os portadores da ação social atribuem um sentido objetivo e válido acerca das estruturas políticas.

As crenças, unilateralmente enfatizadas na concepção merquiorana, conferem sim legitimidade às ordens sociais legítimas: em particular as crenças de natureza política. Todavia, sua existência não se dá enquanto entidades metafísicas e que se autorreproduzem por si mesmas, “pois residem em um sentido que precisa encontrar seu ancoradouro último nas relações sociais” (SELL, 2021, p. 108).

Adepto da tradição kantiana entre ser (*Sein*) e dever-ser (*Sollen*), Max Weber elabora uma concepção dicotômica (porém dinâmica) que ressalta em pesos equivalentes as dimensões externas e internas sobre o poder legítimo. Dessarte, a legitimidade para Weber tem como solo o sentido do agente, o elemento simbólico: são os seres humanos que atribuem validade legítima a uma ordem política⁶⁸. Contudo, esse sentido subjetivo precisa, para continuar existindo, tomar forma em estruturas políticas e sociais particulares: as ordens sociais (jurídica ou convencional)⁶⁹. As ordens sociais normatizam as estruturas sociais e políticas,

⁶⁸ “A disposição de uma ou várias pessoas de se submeter à imposição de uma ordem – desde que o decisivo não seja simples medo ou motivos racionalmente ponderados, ligados a um fim, mas a existência de idéias de legalidade – pressupõe a crença na *autoridade* em algum sentido legítima daquele ou daqueles que impõem essa ordem.” (WEBER, 1999, p. 23, itálicos no original).

⁶⁹ “**Em regra, a disposição de se submeter a uma ordem** – desde que não se trate de estatutos completamente novos – **está condicionada por uma mistura de vinculação à tradição e de idéias de legalidade – prescindindo-se das mais diversas situações de interesses. Em muitos casos, as pessoas cujas ações se mostra essa submissão não têm consciência de se tratar de costume, convenção ou direito.** Cabe então à Sociologia averiguar o gênero *típico* de vigência em questão.” (WEBER, 1999, p. 23, itálicos no original e grifos nossos).

evidenciando a indissociabilidade entre os fatores simbólicos/culturais e os fatores institucionais/organizacionais nos quais se apoia a dominação.

Portanto, o equívoco de Merquior é desfeito: em lugar de uma concepção unilateral e idealista (subordinando o aspecto simbólico da crença ao elemento estrutural que reside nas formas organizacionais, e, com isso, acentuando de modo unilateral as representações acerca da aceitação, submissão e institucionalização das formas e estruturas assumidas pela dominação) estamos diante de uma concepção multidimensional. Esta inclui fundamentalmente três aspectos que se condicionam reciprocamente: a) crenças coletivas (simbólico); b) fundamentos internos (esfera microssocial); c) garantias externas (nível macrossocial). A partir dessa visão mais ampla, é possível reconhecer que a legitimidade em Weber é passível de ser entendida tanto do ponto de vista dos governantes quanto da perspectiva dos governados.

A teoria da legitimidade de Weber se encontra tanto em sua sociologia política quanto em sua sociologia geral. Na esfera da sociologia política, a estabilização e rotinização das estruturas e formas de poder político necessitam tanto e em igual medida de justificativas internas quanto de meios externos. São elementos que se determinam e que se reforçam causalmente de maneira recíproca. Já no âmbito da sociologia geral a legitimidade, entendida em seus aspectos simbólicos, é um elemento basilar para o processo de institucionalização: tanto das estruturas sociais em sentido amplo quanto das estruturas políticas em sentido estrito.

Passado o primeiro ponto destas considerações finais, encerramos a presente tese com uma comparação crítica entre a concepção de liberalismo em José Guilherme Merquior e Maurício Tragtenberg, bem como do modo pelo qual a oposição conduz e cimeta as visões divergentes dos dois autores sobre o liberalismo de Max Weber. Por fim, traçaremos uma visão panorâmica dos pontos próximos e distantes das visões dos pensadores brasileiros ante as tendências interpretativas internacionais, descritas de modo típico-ideal em nosso primeiro capítulo.

Como já pontuado, Sergio Paulo Rouanet (2014, p. 370) afirma que diante da obra de José Guilherme Merquior temos uma unidade que se constitui a partir de

três blocos considerados irracionistas e que manifestam a patologia do pensamento ocidental (marxismo, psicanálise e formalismo estético). Na crítica a estes que considera três rebentos do irracionalismo, vemos Merquior manifestando a defesa do progresso, da modernidade e do pensamento racionalista aliada à explícita opção pela democracia diante das elites autoproclamadas.

No que toca à orientação político-intelectual, Hélio Jaguaribe (2014, p. 331) nos informa que Merquior buscou se engajar no sentido da defesa das ideias e interesses públicos, configurando um tipo específico de intelectual engajado para além da militância partidária. Na juventude, se aproxima da social-democracia a partir do estilo de San Tiago Dantas, vindo a depois se decepcionar com a máquina estatal. Tal decepção com a doutrina social-democrata e sua reavaliação do papel do Estado o conduziram ao espectro do liberalismo.

Esta aproximação, num primeiro momento, foi com o liberalismo conservador, nos moldes de Friedrich von Hayek e de Ludwig von Mises. Entretanto, salienta o autor que há um desenvolvimento rumo ao social liberalismo. Na obra de José Guilherme Merquior, este social liberalismo toma forma numa crítica aos componentes ideológicos do neoliberalismo e sua valorização extremada da esfera do mercado, com relativa proximidade junto às ideias de sociólogos liberais recentes, tais como Ralf Dahrendorf e Raymond Aron, que buscam equilibrar liberdade e equidade social.

Numa conferência escrita em 1987 para os cursos de formação política do PL (Partido Liberal) intitulada *Socialismo e Liberalismo*, Merquior (2021, p. 65) afirma que o moderno liberalismo social não é sinônimo de menos Estado e sim de mais liberdade. A contenção da máquina estatal, em sua ótica, poderia se revelar uma ferramenta indispensável para a máxima promoção da liberdade ao maior número de pessoas. Assim, o liberalismo não deveria temer o Estado e sim limitar sua ação ao escopo de seus verdadeiros objetivos: eis a essência do liberalismo social.

A ideia de um “moderno liberalismo social” é sintetizada por José Guilherme Merquior, como produto da evolução de um jovem social-democrata a um intelectual consolidado e defensor de um liberalismo em bases sociais. Alguns elementos desta síntese podem ser observados no texto *O Argumento Liberal*, publicado originalmente na revista Tempo Brasileiro em 1981.

Após uma breve discussão acerca das três grandes fases da história do liberalismo e suas peculiaridades em relação ao socialismo e ao conservadorismo (entendidas como as três grandes ideologias políticas de nosso tempo), bem como a discussão entre tais ideologias políticas e seu relacionamento com a forma de governo assumida pela democracia (sem a qual inexistiria legitimidade de governo e cujos pressupostos são a cidadania, os direitos políticos e os direitos civis universais), o autor nos brinda com a seguinte definição, a qual ilustra em linhas gerais o desenvolvimento do seu próprio pensamento político, do ideal democrático e concepção da doutrina liberal:

[...] o liberalismo é, das nossas três grandes ideologias políticas, a única a levar profundamente a sério o ideal democrático no sentido rigoroso da palavra, de governo do povo. Os socialismos de estado se querem democráticos por serem igualitários, mas ninguém se atreveria a dizer que pratiquem a democracia como forma de governo – exatamente aquilo que democracia, antes de tudo significa. Por conseguinte, é puro confucionismo afirmar que a democracia pode ser liberal ou “popular”. Enquanto democracia liberal é realmente democracia, variando apenas no grau do seu teor democrático, a popular, na prática, não o é. O argumento liberal não precisa fugir à realidade; mas o antiliberalismo socialista só consegue se estribar num problemático ideal, promessa continuamente refeita e adiada de um paraíso da liberdade (MERQUIOR, 1983, pp. 96-97).

Em *Liberalismo: antigo e moderno*, Merquior (2014, p. 174) salienta, com base no escrito de Benedetto Croce – *Liberalismo e Liberismo*, de 1928 – que o liberalismo deve ser entendido como um princípio ético. Por outro lado, o liberismo se limita a um preceito de natureza econômica o qual, entendido na forma de uma ética liberal, degrada o liberalismo ao nível do hedonismo utilitário. A proposta política de Merquior tinha como mote livrar o Brasil de velhas amarras, a saber: o patrimonialismo e o personalismo, que às vésperas do século XXI insistiam em hegemonizar a conjuntura política nacional. Defendia uma atuação do Estado fundada na moderação, tanto social quanto econômica. Todavia, era necessário favorecer o contexto dos negócios vinculados à “livre-iniciativa privada”. Uma alternativa bastante peculiar, pois ao mesmo tempo pautada na defesa da privatização das estatais e calcada no forte investimento estatal nas áreas de educação, saúde e segurança.

Somado a isso, torna-se revelador o próprio julgamento de Merquior acerca do pensamento neoliberal. Em *O Argumento Liberal* (1983), o diplomata e ensaísta brasileiro situa o neoliberalismo como a terceira fase da ideologia liberal. Marcado pelo antikeynesianismo e pela guinada direitista na política anglo-saxônica, tem

como maior profeta o austro-inglês Friedrich Von Hayek. A proposta neoliberal é descrita como fundada no desmantelamento total dos alicerces do social liberalismo. Ao lado disso, temos a defesa do retorno ao Estado mínimo e da concepção de progresso enquanto derivação automática da soma (não-planejada) dos esforços individuais: “Quietismo governamental no plano econômico e simples legalismo no plano político-social” (MERQUIOR, 1983, p. 94).

José Guilherme Merquior (1983, p. 94) é taxativo: o neoliberalismo se assemelha a uma utopia liberal-conservadora, a qual dificilmente irá satisfazer as necessidades democratizantes das sociedades industriais. Isso é ainda mais verdadeiro para países como o Brasil, nos quais a mescla entre democracia e liberalismo segue inacabada. Em outras palavras, o neoliberalismo só se fia nas relações de mercado e representa um retrocesso no interior do pensamento liberal.

Embora admita que o mercado seja fundamental para a criação de riqueza e para o desenvolvimento econômico, Merquior (1983, p. 95) pondera que este não tem a chance de gerar, por conta própria, as condições para a plena e significativa individualidade. Sua incapacidade de apreender a história e sua falta de consciência social fazem do neoliberalismo algo datado. Diante desse cenário, a alternativa é uma retomada criativa dos fundamentos social liberais.

Como vimos, em *O Liberalismo: Antigo e Moderno* José Guilherme Merquior entende o liberalismo de Weber como uma manifestação do liberalismo conservador. Este último é uma inflexão antidemocrática da doutrina liberal ao longo da história da sociedade moderna, especialmente em comparação com sua gênese, isto é, com o liberalismo clássico. No caso do liberalismo clássico, houve um desdobramento de discursos conceituais, tais como os direitos naturais, a história a partir de estágios evolutivos, o utilitarismo, o humanismo cívico e a sociologia histórica. Tendo como fio condutor esse processo de diversidade conceitual, o liberalismo clássico avançou de uma posição *whig* (fundada nas exigências de governo central e de liberdade religiosa) para a defesa da autonomia e da democracia assentadas numa vasta base social.

Inversamente, os liberais conservadores – Merquior enfatiza os 100 anos decorridos entre 1830 e 1930 – estavam em geral atuando o sentido de atrasar o desenvolvimento político do liberalismo. Acabaram por efetuar um retrocesso às concepções defendidas pelos *whigs*, de representação limitada e restritiva. O

escritor brasileiro relaciona tal posição com a defendida por Immanuel Kant, cuja proposta liberal republicana e constitucional entendia que os membros das classes subalternas (empregados domésticos, barbeiros, balconistas e trabalhadores em geral) não estavam qualificados para o estatuto de cidadãos e nem eram membros do Estado.

Isso porque ao viver da venda de sua força de trabalho se encontram desprovidos de uma base enquanto proprietários, o que os impede da independência necessária ao exercício pleno dos direitos políticos. Conforme José Guilherme Merquior, a democracia censitária fora o bastião do liberalismo dos *whigs*, sendo ultrapassada pelo esforço intelectual do liberalismo clássico⁷⁰. Ademais, o que unificou o liberalismo conservador foi um conjunto de políticas estatais e sociais (o sufrágio universal, em especial) cujo mote era satisfazer uma série de interesses não-democráticos.

José Guilherme Merquior (2011, p. 182) cita os seguintes exemplos: a inclusão do povo nos direitos políticos por Macaulay, a tentativa federalista de Acton e o liberismo de Paine, o evolucionismo de garantia dos mais aptos de Bagehot e Spencer, a equivalência entre decadência e democracia oposta por Renan. Além disso, estes objetivos políticos se manifestaram enquanto embates acerca das concepções do que era ser liberal e nos rumos do liberalismo mundo afora, opondo conceitual e praticamente temas como liberdade, ordem, coerção e legitimidade; vide os casos alemão, argentino, italiano e espanhol⁷¹. O resultado da onda conservadora do liberalismo foi uma regressão no que concerne à aceitação das democracias liberais, elitizando-a⁷².

A posição sustentada por José Guilherme Merquior acerca do pensamento político de Max Weber guarda semelhança com os posicionamentos de Wolfgang

⁷⁰ “Os liberais conservadores eram *neowhigs*. Diferiam dos conservadores, liberais ou não, pela fidelidade aos traços básicos da visão liberal do mundo, como o individualismo e o latitudinarismo, e na rejeição do holismo e da autoridade religiosa. No entanto, coincidem com os conservadores na sua inclinação contra a democracia.” (MERQUIOR, 2011, pp. 182-183, itálicos no original).

⁷¹ “O semiliberalismo dos juristas alemães, com seu tema de direitos sob controle, foi ainda outro exemplo do retardamento conservador no interior do liberalismo, e assim foi a primazia da ordem sobre a liberdade na fórmula de Alberdi de construção de nações. Finalmente, os primeiros liberais conservadores do século XX, tais como Weber, Croce e Ortega, relutavam todos, ou no mínimo eram ambivalentes diante da democracia. [...] os liberais conservadores tendiam a brigar com o próprio princípio democrático, o qual estavam preparados a esposar no máximo por causa de motivos racionais, e não como uma verdadeira preferência.” (MERQUIOR, 2011, p. 183).

⁷² “Em meados do século XIX, ocorreu uma importante inflexão na teoria liberal, quando o medo da democracia levou muitos pensadores proeminentes a defender um *liberalismo conservador*. [...] Falando em termos gerais, o liberalismo conservador produziu uma versão elitista da ideia liberal.” (MERQUIOR, 2011, pp. 262-263, itálicos no original).

Mommsen e Raymond Aron: os elementos estruturais são o foco no poder político, os fortes elementos de nacionalismo e uma visão liberal que traz consigo a esperança no carisma do líder ante o contexto histórico-social irreversivelmente burocratizado e racionalizado, acompanhado de um repúdio à ideia de democracia como valor universal. Contudo, Merquior parece não reconhecer e dar a devida importância ao processo histórico alemão pós-guerra, que acarreta numa mutação em como Weber enxerga a eleição direta e a votação num regime democrático, muito embora com a manutenção dos elementos cesaristas censurados pelo diplomata brasileiro.

No mesmo entendimento, se dedica muito pouco a uma análise mais acurada dos escritos políticos e dos textos weberianos sobre a Rússia, nos quais a esperança no liberalismo dos *zemstvos*, o fim da assembleia constituinte, o caráter ditatorial do bolchevismo e a busca pelo florescimento da liberdade e autonomia individuais demonstram como o sociólogo de Heidelberg, embora nunca tenha posado de democrata, nunca foi um defensor de soluções autoritárias.

Entretanto, na interpretação merquiorana há um esforço intelectual no sentido de reconhecer, mediante a necessidade da recusa categórica – o que perpassa as concepções liberal-nacionalista e liberal-pluralista, bem como o entendimento elaborado por Tragtenberg – de quaisquer indícios ou identificações do pensamento político de Weber (em especial sua reflexão sobre o carisma do líder plebiscitário e sua reinterpretação antiautoritária) no bojo das modernas democracias de massa marcadas pela burocratização com os desdobramentos que conduziram aos horrores do nazismo.

Ao mesmo tempo, Merquior se distancia da noção de um Weber autoconsciente de seu papel enquanto intelectual burguês: o defensor de uma aliança com setores do proletariado, o adepto do pluralismo político e da defesa dos direitos e liberdades elementares do ser humano, que depura ao longo do tempo seus elementos nacionalistas, sobretudo tendo em conta as mudanças históricas da sociedade alemã e europeia de finais do século XIX e inícios do século XX (como é perceptível conjunturalmente na obra pioneira de Mommsen, bem como fundamental para a elaboração das concepções de David Beetham, Richard Bellamy e, em menor medida, Kari Palonen). Cumpre ressaltar que estes pontos até emergem, mas em menor peso, isto é, como elementos conjunturais no conjunto da linha interpretativa.

Em relação à interpretação de Maurício Tragtenberg acerca do liberalismo e do Weber liberal, iremos nos basear nas reflexões presentes no quinto e último capítulo de *Burocracia e Ideologia*. Sendo assim, na pena deste sociólogo brasileiro, no conjunto da reflexão sociopolítica de Max Weber temos a totalidade das contradições do liberalismo clássico. Isso num momento histórico no qual este se encontrava em crise: sobretudo em solo alemão. Isso porque na Alemanha de finais do século XIX e começos do século XX a defesa do pensamento racional fora aos poucos dando lugar a uma mitologia irracionalista cuja institucionalização tomaria forma com o nacional-socialismo.

Portanto, tanto a sociologia geral quanto a sociologia política de Max Weber expressam sua perspectiva política e filosófica. Tal visão de mundo estava diretamente vinculada à burguesia europeia pós-revolucionária, defensora do racionalismo enquanto parte integrante da sociedade moderna. Weber manifesta o liberalismo filosófico através do idealismo filosófico: a apreensão do real é feita com base na razão e em categorias racionais que fundam o pensamento.

Do mesmo modo, expressa o liberalismo mediante o idealismo histórico: em sua busca vã pela emergência de uma elite política capaz de resolver os problemas e contradições da sociedade alemã. Tragtenberg (2006, p. 252) afirma que o idealismo político também se faz presente na defesa da constituição de lideranças políticas com vocação, em detrimento da seleção burocrática (tradicional em seu país de Bismarck a Guilherme II). Em síntese, a totalidade de sua produção intelectual é marcada pela adesão ao liberalismo⁷³.

Entretanto, como Maurício Tragtenberg define o liberalismo? Trata-se simultaneamente de uma ideologia política, uma forma específica de consciência social que reproduz, na esfera do saber complexo, os interesses fundamentais da burguesia e as relações de produção capitalistas⁷⁴. O credo liberal defendido por

⁷³ “Max Weber é tributário da *ideologia liberal*. Tal *ethos* percorre toda sua obra.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 252, itálicos no original).

⁷⁴ “A ideologia política liberal é forma de consciência social, como são a arte e a religião, *porém, forma específica de consciência*. Ela reflete como todas as outras ideologias a existência social de maneira particular, porque é expressão direta dos interesses fundamentais da classe proprietária. No capitalismo, ao mesmo tempo, a ideologia política se apresenta como a expressão mais concentrada da economia. Os problemas da concentração de renda e da distribuição alimentam as forças que se opõem ao sistema proprietário e ao *credo liberal*. Este é entendido como reprodução ideológica no plano do conhecimento, da produção e reprodução de mercadorias subordinadas à reprodução ampliada do capital e à elevação de sua taxa média de lucro.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 252, itálicos no original).

Weber reproduz a igualdade e a liberdade formal da troca mercantil: daí ele dizer que os membros da sociedade concorrem (de modo voluntário e em condições iguais) na esfera econômica, distinguindo os partidos políticos das corporações pelo recrutamento livre nas instituições liberais⁷⁵.

No plano concreto da sociedade alemã, o período republicano de Weimar é visto pelo sociólogo de Heidelberg como um ideal, com base nas experiências políticas inglesa e estadunidense. A forma republicana ideal à manutenção da sociedade burguesa, censura Tragtenberg (2006, p. 253), pois a burocracia e o voto se dão em relações de propriedade que dissimulam as relações de exploração e da troca mercantil supostamente livre. Sob as condições ideais de igualdade política e liberdade econômica, o Estado das modernas democracias de massas é inevitavelmente conduzido sob a competição eleitoral entre os partidos. Isso ocorre com base na ideia abstrata de cidadania em detrimento das condições, interesses e perspectiva de classe⁷⁶.

A liberdade formal do contrato de trabalho manifesta a dependência no plano econômico. Já a liberdade formal na esfera política – com a democracia atuando como niveladora das diferenças sociais mediante o sufrágio universal – expressa o poder mediador da burocracia numa sociedade de classes⁷⁷. Do mesmo modo, o racionalismo liberal de Max Weber se manifesta na dupla conceitual racionalidade formal e material, onde a razão parece residir acima das relações sociais concretas, desprovida de historicidade, como criadora do ser humano⁷⁸.

⁷⁵ “Como os membros da sociedade concorrem *voluntariamente e igualmente* no plano da atividade econômica, os partidos políticos, para Weber, distinguem-se das organizações corporativas pelo *recrutamento livre*, no âmbito das instituições liberais.” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 252-253, itálicos no original).

⁷⁶ “Assim, o Estado democrático é dirigido eleitoralmente pela competição, em que seus membros como *cidadãos* abstratos – em detrimento das determinações de classe – participam sob as mesmas condições de igualdade e liberdade *universais*.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 253, itálicos no original).

⁷⁷ “Assim, sob a liberdade formal do contrato, temos a dependência econômica e, sob a liberdade formal no plano político e a democratização niveladora, a burocracia aparece como *mediação* da opressão.” (TRAGTENBERG, 2006, p. 253, itálicos no original).

⁷⁸ “O racionalismo liberal, especialmente em Weber com seus conceitos de racionalidade *formal* e *material* tende a assumir a forma de um antropomorfismo, isto é, a concepção de uma razão acima do pensamento humano, que seja a essência ou *causa primeira* da realidade. Ora, a razão não aparece como *coisa em si*, tem origem e evolução definidas em sua *historicidade*; [...] A questão está em situar as determinações sociais em que está atividade *racional* está inserida.” (TRAGTENBERG, 2006, pp. 253-254, itálicos no original).

Além disso, Tragtenberg (2006, p. 255) resgata – como já o fez pioneiramente Mommsen – como a herança kantiana e neokantiana leva o raciocínio político weberiano às antinomias perpassadas pelo *ethos* liberal. Na conturbada sociedade alemã, com suas lutas políticas e contradições de classe, Max Weber é o mais avançado intelectual que representa a crise da consciência da burguesia nacional. Seu liberalismo valoriza o indivíduo, defende o contrato livre de trabalho, bem como a igualdade política mediante a ação niveladora de uma burocracia impessoal sob os dominados em regimes democráticos:

Weber constitui um representante da crise da consciência burguesa europeia vivida nos limites alemães. [...] Participam da visão weberiana o liberalismo com a valorização do indivíduo; o contratualismo livre, regulador da disposição da mão-de-obra enquanto mercadoria; a igualdade formal realizada pela burocracia com sua democratização impessoal e a nivelção dos dominados; (TRAGTENBERG, 2006, pp. 254-255, itálicos no original).

Em direção oposta à Merquior, Tragtenberg (2006, p. 255) entende que o liberalismo vê na organização estatal a ruína e a condição da liberdade. Igualmente, enfatiza como Max Weber sublinhava o caráter nivelador dos dominados nas democracias liberais mediante o voto universal. No liberalismo de Weber há a ideia fundamental de individualismo proprietário, na qual os indivíduos são ligados à propriedade, seja a dos meios de produção ou simplesmente da força de trabalho: “[...] veja-se a valorização da empresa privada em Weber como portadora da racionalidade ótima em nível formal” (TRAGTENBERG, 2006, p. 256). O discurso liberal entende que a propriedade se autorreproduz e pode ser concentrada numa minoria, ao passo que a maioria fica dela desprovida.

O liberalismo subordina a totalidade das relações sociais aos fins econômicos. Sua defesa da soberania da economia como libertadora das paixões irracionais dos seres humanos acabou por aprisionar a humanidade à ferrenha necessidade da economia. Do ponto de ideológico, a doutrina liberal universaliza seus valores fundamentais (a razão, a liberdade, a igualdade). Dito de outro modo, os valores liberais são os valores dominantes. Servindo ao interesse da burguesia, a classe dominante no capitalismo, sua universalização dissimula que estes são históricos, particularistas e transitórios. Tal dinâmica tem relação direta com a concepção weberiana do carisma: “O que Weber denomina *o culto carismático da razão* nada mais é do que a *transfiguração dos valores burgueses como valores dominantes na sociedade.*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 257, itálicos no original).

Tragtenberg nos parece acertar em diversos pontos, a saber: a) percebe (ainda que de forma implícita no corpo de seus trabalhos dedicados a Weber, cuja influência é ao lado da de Marx, vital para compreender o conjunto de sua obra) um paulatino abandono de um nacionalismo extremado; b) enfatiza a adesão integral e sem reservas, ao longo da trajetória intelectual de Max Weber, da defesa consciente e intransigente do credo e da democracia liberais; c) discute, criticamente e sem rodeios, o pensamento weberiano tendo como fio condutor seu caráter nomeadamente burguês, no bojo da concepção de que a luta de classes é o motor da história das sociedades de classes. Seus acertos poderiam ser maiores, caso tivesse o cuidado de fazer um estudo focalizado, por exemplo, da relação entre democracia e capitalismo no pensamento do sociólogo de Heidelberg.

Entretanto, o sociólogo marxista acaba se perdendo ao longo de sua argumentação, especialmente por dois grandes problemas que podemos perceber ao longo de anos de atenta leitura autodidata e estudo rigoroso. Igualmente, a pesquisa aqui empreendida nos permitiu o aprofundamento e releituras que nos colocam na necessidade de ousar intelectualmente, no sentido de uma crítica deste pensador cuja perspectiva política concordamos totalmente. O primeiro deles é a mescla entre a concepção marxista e uma forte influência weberiana: isso é notável no próprio estudo de Tragtenberg sobre o fenômeno burocrático aqui sintetizado. Em poucas palavras, Karl Marx está no plano da teoria para a defesa da necessidade de revolução proletária do mesmo modo que Max Weber está para a argumentação (não apenas sociológica, dada sua erudição enciclopédica) de que o capitalismo moderno necessita persistir, muito embora deva ser, para usar uma ironia, “desencantado”.

Se Marx é o grande teórico do proletariado revolucionário, Weber é um dos grandes representantes do pensamento burguês radical e autoconsciente. Tão autoconsciente que critica, assim como o fez Marx numa perspectiva antagônica, a covardia, falta de vontade e imaturidade políticas da burguesia alemã em relação ao conjunto de suas tarefas históricas. E tão autoconsciente que Weber se dedica, ao longo de sua vasta produção intelectual e posicionamento político, a ser um contraponto ao marxismo de Marx, à concepção materialista da história, ao método dialético.

O desdobramento dessa limitação tragtenberguiana se revela na ausência de um método próprio de análise (Tragtenberg usa Marx para entender a dinâmica do capitalismo, suas contradições e possibilidades de superação e, simultaneamente, usa Max Weber para entender os partidos políticos e a burocracia; como se ambos não tivessem concepções totalmente antagônicas em relação a este conjunto de fenômenos). Ressaltamos que Maurício Tragtenberg mescla ambas as concepções numa perspectiva política e de classe muito bem definida, com base na tentativa de assimilar Weber a partir da concepção marxista. É ela que lhe permite uma crítica honesta e fundamentada, sem deixar de perceber os acertos e por vezes, num respeito deveras elogioso. Ao querer mesclar dois gigantes do pensamento que olham o mundo e seu tempo com olhares completamente distintos, Maurício Tragtenberg acaba perdendo de vista que o antagonismo Marx e Weber está para além de uma querela acadêmica.

O segundo problema de Tragtenberg e desdobramento direto do primeiro é a fuga das definições e a simultânea excessividade de citações sem o devido rigor e de modo fragmentado, até confuso⁷⁹. É isso que lhe faz, equivocadamente, pensar em Weber como um autor do liberalismo clássico numa época em que essa corrente já tinha sido suplantada historicamente. Acrescente-se aí seu equívoco em ver contradição entre liberalismo e nacionalismo no pensamento de Weber. Na verdade, a história do capitalismo demonstra que o único lugar onde os valores liberais podem florescer é no Estado nacional. A formação histórica dos Estados nacionais atesta que estes emergiram como necessidade da acumulação capitalista.

Em suma: nacionalismo e liberalismo são duas poderosas ideologias burguesas, e sua falsa oposição revela sua complementaridade do ponto de vista de garantir as tarefas culturais da burguesia ao longo de sua dominação de classe. A noção de nação é o antagonismo mais nítido e o anátema pronto da percepção das classes sociais como agentes transformadores da história das sociedades de classes. Não é a toa que se antagonizam, como no caso de Weber, a luta enquanto conceito essencial das classes para a disputa eterna entre nações.

Dessa maneira, o antagonismo de perspectivas de classe entre os dois intérpretes aqui analisados se expressa em concepções totalmente opostas da

⁷⁹ Concordamos aqui com a análise de Viana (2021).

sociologia política do grande analista crítico da burocracia. Para nos deter num ponto fulcral, temos que diferentemente de José Guilherme Merquior – para quem Weber representa o liberalismo conservador, vertente específica e nacional de uma inflexão antidemocrática e de um recuo histórico ante os avanços do liberalismo clássico – Maurício Tragtenberg sublinha que Max Weber é expressão das contradições do liberalismo clássico numa Alemanha em ebulição ante o progressivo abandono da razão às vésperas do irracionalismo nazista que dominaria a partir de 1933.

O liberalismo para Merquior representa a verdadeira ideologia democrática, garantidora da igualdade e da liberdade mediante uma ação estatal em fundamentos sociais. A crítica ao pensamento weberiano conduz José Guilherme Merquior ao entendimento de um Weber liberal a meio do caminho: entre o nacionalismo e uma concepção de democracia não enquanto valor universal e sim como mecanismo de seleção de lideranças políticas carismáticas com vocação.

Em termos merquioranos, o ideário liberal precisa ser social e garantidor do processo democrático: fundado na defesa da razão, é o antídoto contra irracionalidade do marxismo, da psicanálise e do formalismo na estética. Sua visão do liberalismo de Weber é próxima daquela elaborada na obra pioneira de Wolfgang J. Mommsen, ratificada por Raymond Aron: liberal-nacionalista, onde a visão depreciativa da democracia, o nacionalismo e a política de poder como objetivo último são os eixos norteadores.

Já para Maurício Tragtenberg o liberalismo é visto sob as lentes do marxismo, tendo seu conteúdo de classe e seus vínculos com a sociedade moderna evidenciados. Portanto, o credo liberal trata-se de uma ideologia, uma forma específica de consciência social cujas ideias fundamentais dissimulam os interesses da burguesia e sua sociedade fundada em relações de exploração e dominação de classe. Na concepção tragtenberguiana, o liberalismo transcende suas fronteiras ideológicas e acaba gerando, no plano do saber complexo, a crítica marxista e o *ethos* tecnocrático. Distante de um liberal conservador, na Alemanha de finais de século XIX e começos do Século XX Weber é o liberal possível: o máximo da consciência burguesa pós-revolucionária e em plena corrida imperialista.

De forma inovadora, a elaboração de Tragtenberg se assemelha parcialmente, portanto, tanto de um Weber liberal-pluralista quanto da concepção contemporânea, fundada nas contribuições da *MWG – Max Weber Gesamtausgabe*. Por meio dela, somos apresentados a mais argumentos em favor do paulatino abandono de qualquer defesa apaixonada do nacionalismo *tout court*. Obviamente, não se trata de recusar os elementos nacionais e sim de reconhecer que estes são diluídos, modificados e atenuados ao longo da obra política de Weber, cuja totalidade é permeada por uma adesão ao liberalismo, levando em conta o conexto histórico e a correlação de forças de seu país e seu tempo.

Além disso, o esforço deste autor evidencia que Weber era um adepto da democracia sob bases liberais, defendendo-a no contexto alemão e europeu; embora não nutrisse ilusões com o regime democrático enquanto valor universal e consciente das afinidades eletivas entre a ordem democrática e a dominação burocrática, o sociólogo de Heidelberg não prescindia dela em suas argumentações políticas.

Em Merquior, o eixo norteador que é a defesa do liberalismo em bases sociais conduz a uma interpretação liberal-democrática alicerçada na crítica das carências da obra weberiana, em especial sua posição ambivalente acerca da democracia. A historicidade é conjuntural, microscópica ante uma visão que se funda numa rica e avançada história das ideias.

Em Tragtenberg, o eixo norteador que é a defesa do marxismo em bases autogestionárias conduz a uma interpretação simultaneamente crítica e elogiosa alicerçada na perspectiva de classe manifesta no pensamento do sociólogo de Heidelberg. A historicidade é estrutural, pois conduz a linha de raciocínio tragtenberguiana.

De nossa parte, o conceito político de democracia é visto por Weber como um desdobramento, sob o pano de fundo das transformações ocorridas na Alemanha de seu tempo, da defesa de um modelo específico de democracia para outro. Referimo-nos à passagem da democracia parlamentar para a democracia plebiscitária⁸⁰. Na primeira, que dura até o fim da I Guerra, a instituição parlamentar

⁸⁰ Aqui, concordamos em linhas gerais com o conjunto dos argumentos postos a partir dos trabalhos de Sell (2010; 2011). Todavia, as referências diretas serão remetidas aos textos políticos de Weber. Além disso, focalizaremos o aspecto de autoconsciência do caráter burguês dessa teoria de Max

é visto como o modelo de organização responsável pela seleção de lideranças políticas com interesses coletivos e que vivam para a política. Na segunda, que abrange os anos 1918-1919, as mutações na sociedade alemã constroem o sociólogo de Heidelberg a rever sua posição, advogando com ênfase a tese de eleição direta, pelo voto amplo do povo, do mandatário da República. Se fizermos uma rápida reconstituição histórica e cronológica dos seus textos, esta hipótese se confirma. Portanto, é o que pontuaremos a seguir⁸¹.

No primeiro trabalho político de Max Weber, seu Discurso Inaugural de Freiburg (1895), emerge uma das preocupações fundamentais do autor: a questão da liderança política. Refletindo sobre a correlação de forças entre as classes sociais manifesta na hegemonia decadente dos *Junker* prussianos ante uma burguesia sem consciência de suas tarefas enquanto classe, percebe que nem sempre a classe mais avançada economicamente é a mais madura para assumir o poder político.

A situação alemã daquele momento conduz Weber a defender enfaticamente que a função própria das camadas dominantes na economia e na política nacionais é expressar o sentido político. Isso é o único meio para a justificação política de sua existência de classe. Donde conclui:

Em todas as épocas, a obtenção do poder econômico fez determinada classe acreditar que poderia *aspirar à liderança política*. É perigoso e, a longo prazo incompatível com o interesse da nação quando uma classe em declínio econômico mantém em suas mãos o

Weber. Para tal, iremos nos valer apenas de um apanhado de seus escritos políticos mais conjunturais e diretamente vinculados às questões imediatas da sociedade alemã. Por isso, deixaremos de lado a discussão sobre a democracia com liderança exposta na conferência *A política como profissão e vocação* (1919). Primeiro, pois é um corolário da argumentação que aqui será exposta. Segundo, porque a discussão da democracia com liderança é secundária no conjunto do tema e da exposição de Weber.

⁸¹ Por motivos de espaço, não abordaremos a concepção de liberalismo em Max Weber. Sobre mais este controverso debate, recomendamos (escrito numa concepção divergente das até aqui apresentadas e que se fia nas contribuições recentes da MWG) o trabalho de Sell (2020). Nele, o pensamento liberal de Weber é entendido como uma mescla entre elementos de natureza multidimensional. Num primeiro momento, há a percepção e defesa de uma específica condução ética da vida com base no conceito de personalidade e na já comentada noção de *Bildung* (a cultura entendida como um processo histórico e subjetivo de apropriação cultural enquanto fim em si, cujo mote é a constituição da personalidade). Somado a isso, temos a intransigente luta pela liberdade enquanto vontade humana (a partir do contexto da época e da busca por arranjos políticos que garantam a liberdade e não a destruam). Ademais, o sociólogo de Heidelberg é partidário de um liberalismo social – que reforçaria a sociedade civil, numa curiosa tentativa de conciliar os interesses de burguesia e proletariado – e simultaneamente político-institucional. Este último revela um nacionalismo bastante peculiar: ao invés de uma concepção imperialista e pautada na homogeneidade cultural, “[...] o que ele defendia era apenas clareza das lideranças políticas quanto a necessidade de defender os interesses nacionais.” (SELL, 2020, p. 332).

domínio político. Porém, mais perigoso ainda é quando as classes *em direção às quais* se move o poder econômico e, com ele, o direito à liderança política, ainda não têm maturidade para assumir a direção do Estado. Neste momento, ambas as coisas estão ameaçando a Alemanha e, na verdade, esta é a chave para entender os atuais perigos de nossa situação (WEBER, 2015c, p. 53, itálicos no original).

A busca pela constituição de líderes políticos responsáveis, com vocação e que vivam para a política vai permear a obra de Weber. Outro elemento que surge com vigor em seus textos políticos é o problema da democracia. É o caso do trabalho *Sobre a situação da democracia constitucional na Rússia*, publicado em 1906. Nele, os temas da democracia, das possibilidades do liberalismo democrático dos *zemstvos* e do sufocamento paulatino das velhas tradições democráticas em todo o mundo sujeito à racionalização burocrática são encarados sem ilusões. Daí o sociólogo alemão perceber a diferença entre o liberalismo possível e o liberalismo ideológico.

Assim, a vocação do liberalismo russo residiria em sua luta contra o centralismo, tanto o burocrático czarista quanto o jacobino bolchevista. Além disso, era necessário divulgar ao conjunto das massas russas a antiga ideia dos direitos humanos inalienáveis, “[...] que para nós, europeus ocidentais, tornaram-se tão “triviais” quanto o pão preto para quem tem comida farta.” (WEBER, 2015d, p. 94, aspas no original).

Weber também percebe que o capitalismo moderno com sua racionalização de dominação do mundo acaba por causar fortes danos aos valores individualistas e à democracia liberal que ele mesmo ajudou a fomentar. Os interesses materiais prevalecem e tornam pronta a morada para a futura servidão. Em todos os cantos do globo essa tendência se torna irrefreável, donde que quaisquer identificações entre a democracia e o capitalismo devem ser rechaçadas. Não obstante, as defesas da liberdade e da democracia continuam sendo a arma contra a hegemonia dos interesses materiais, num contexto de uma nação que não se torne um rebanho de líderes políticos incapazes e irresponsáveis:

É extremamente ridículo atribuir ao alto capitalismo atual, tal como existe na América e está sendo importado na Rússia, a essa “inevitabilidade” de nosso desenvolvimento econômico, alguma “afinidade eletiva” com a “democracia” ou até com a “liberdade” (em qualquer sentido da palavra), enquanto a questão só poder ser a seguinte: a longo prazo, como serão “possíveis” todas essas coisas sob o domínio do capitalismo? De fato, elas só são possíveis quando

suportadas pela *vontade* de uma nação que não deixa governar como um rebanho de ovelhas. “Contra a corrente” das constelações materiais, somos “individualistas” e partidários de instituições “democráticas” (WEBER, 2015d, p. 96, aspas, parêntesis e itálicos no original).

Nesse raciocínio, as preocupações com a liderança e a defesa de uma democracia política em bases liberais que nascem nos primeiros escritos políticos de Weber necessitavam de um arranjo institucional capaz de garantir sua plena efetivação⁸². O primeiro destes arranjos é esboçado por Max Weber na sua defesa do parlamento e na crítica demolidora do arcaico e decadente sistema eleitoral de classes alemão, manifesto pela primeira vez no artigo *Sufrágio e democracia na Alemanha* (1917). Assim, a crítica aos limites da monarquia semiparlamentar é feita com base na defesa ainda embrionária de um novo aparato organizacional.

A isto correspondem as tarefas políticas de todos os Estados nacionais da sociedade moderna, ou seja, esta era uma necessidade urgente. Rechaçando qualquer igualdade natural entre os seres humanos e focalizando a questão política, Weber defende o voto universal, democrático como a chave para a superação do atrasado sistema de eleições então vigente no território alemão. Tratar-se-ia do passo essencial para a generalização da condição de cidadão moderno, bem como um ponto central para a conquista da unidade nacional:

Do ponto de vista puramente político, não é nenhum acaso que hoje o sufrágio igual “por número de eleitores” esteja avançando por toda parte, posi essa *igualdade* do direito de voto corresponde, em sua natureza “mecânica”, à essência do Estado atual. O Estado moderno é o primeiro a ter o conceito de “cidadão do Estado” (*Staatsbürger*). O sufrágio igual significa, em primeira instância, simplesmente o seguinte: nesse ponto da vida social, o indivíduo *não* é considerado, como em todos os demais casos, pela peculiaridade de sua posição na profissão e na família nem por sua situação material ou social, e sim apenas *como cidadão do Estado*. Em vez da fragmentação em esferas da vida privada, isso exprime a unidade da nação (WEBER, 2015e, p. 128, aspas, parêntesis e itálicos no original).

Conforme argumentamos, no referido texto há uma defesa ainda incipiente e pouco propositiva do parlamento e sua atuação efetiva numa democracia liberal com base no voto universal, na qual a instituição parlamentar serviria como centro de seleção e produção de autênticas lideranças políticas. A efetiva sistematização e o posterior modelo de democracia parlamentar aparecem (aliada ao desenvolvimento

⁸² Cumpre ressaltar o já citado texto curto *Entre duas leis* [1916], onde Weber (2015a, p. 103) se encontra plenamente cômico da até então inaplicabilidade prática de uma autêntica democracia em nenhuma das potências mundiais.

das críticas expostas no artigo anteriormente citado) em *Parlamento e governo numa Alemanha reordenada* (1917-1918).

Para além da crítica ao legado bismarckista, a defesa de uma ativa democratização e da organização parlamentar como o meio para romper com a burocracia *Junker* se encontram articuladas à percepção de Weber da simultaneidade entre a unidade nacional, uma burocratização eficiente e a busca pela democratização ativa. Tal confluência de fenômenos sociais é independente das diferenças na estrutura interna dos partidos.

Se Max Weber aqui sentencia que o futuro pertence à burocratização e que a administração burocrática do Estado moderno de massas é algo inextirpável, é através do exemplo inglês que defende, sem rodeios, o modelo da democracia parlamentar. São expostos e confrontados os modelos de seleção de liderança plebiscitária e parlamentar, ocasião na qual o sociólogo alemão parece entrever uma preferência pela segunda. Isso na medida em que o líder eleito mediante plebiscito esteja apoiado na ampla e irrestrita confiança de uma massa de eleitores. Sua concepção de democracia parlamentar se revela argumentando da seguinte forma:

Em face do representante cesarista efetivo das massas, o parlamento da Inglaterra garante: 1) a continuidade; 2) a supervisão da posição de poder desse representante; 3) a preservação dos direitos civis; 4) um campo de provas político apropriado para cortejar a confiança das massas e 5) a eliminação pacífica do ditador cesarista quando este tenha perdido a confiança das massas. [...] onde quer que partidos de massa democráticos se viram a braços com grandes tarefas, tiveram que se submeter mais ou menos incondicionalmente a líderes que detinham a confiança das massas (WEBER, 1997, p. 108).

No conjunto da obra política de Max Weber, são poucos os momentos onde o sociólogo alemão traz reflexões e elementos que apontem para uma definição de democracia. Neste sentido, as contribuições são amplas e, até certo ponto demasiadamente generalistas. Todavia, no trabalho *Conferência sobre o Socialismo* (1918), há um questionamento explícito sobre o que é a democracia. Aqui Weber usa o vocábulo entre aspas e adverte tratar-se de um termo que admite muitos significados. Ademais, sua apreciação é feita de modo breve. Com base nestas pílulas metodológicas, temos uma sucinta conceituação:

A palavra “democracia” pode ter múltiplos significados, e em si mesma, significa simplesmente que não existe nenhuma desigualdade formal de direitos políticos entre as diversas classes da

população. Mas que variedade de consequências isso implica! (WEBER, 2016, p. 101, aspas no original).

Tal descrição evidencia a preocupação com o fenômeno da igualdade política, implicando uma defesa do voto amplo e irrestrito a todos os setores da sociedade. Entretanto, ela entra em contraste com a definição crua e direta manifesta numa conversa informal (realizada em meio às tratativas do acordo de paz em Versalhes) entre Max Weber e o promeminente general do exército imperial alemão Erich Ludendorff:

LUDENDORFF: O que entende, por democracia?

WEBER: Numa democracia o povo escolhe um líder no qual confia. O escolhido diz, então: “Agora, calem-se e obdeçam-me”. Povo e partido deixam então de ter liberdade de interferir em sua atuação.

LUDENDORFF: Eu poderia gostar dessa democracia.

WEBER: Mais tarde, o povo pode fazer o julgamento. Se o líder tiver cometido erros – à força com ele! (WEBER *apud* GERTH e MILLS, 1971, p. 58, aspas no original).

Essas duas concepções, que possuem em comum o fato de serem conjuturais, desprovidas de rigor metodológico e de caráter impreciso (uma conversa informal em meio ao fim da então guerra mais devastadora da história da humanidade e uma conferência para jovens soldados austríacos, a partir do medo do que seus colegas de farda alemães e russos em conjunto com o proletariado fizeram pudesse se generalizar pelo centro continente europeu) já trazem elementos para uma inclinação cesarista e plebiscitária, na busca por conciliar os dois pontos dicotômicos de tensão no Weber político.

São eles: a) a busca pela emergência do carisma, tida pelo sociólogo de Heidelberg como a força revolucionária de nossa época, cuja dominação inicialmente emerge com base em qualidades excepcionais e na devoção ao líder dotado destas qualidades por parte de um considerável séquito de indivíduos cuja legitimidade deve da liderança deve a estes seguidores ser provada peremptoriamente; b) a necessidade de adequar meios e fins políticos, interesses materiais e imateriais numa sociedade hegemônica pela dominação racional-legal/burocrática, com todas as suas implicações de legitimidade fundadas na sujeição aos processos ao império das leis, constituída num quadro administrativo composto por especialistas com treinamento específico, funcionários especializados

em rotinas, cujas formas institucionais vigem mediante caráter impessoal, consolidando formas políticas para uma gestão estatal cuja dinâmica possa, inclusive reinterpretar o carisma do líder, cristalizando-o e rotinizando de forma anti-autoritária, eleita e controlada por instituições que cumprem ordens específicas de forma esquemática, pronta e sem se deixar levar pelo caráter emocional da irracionalidade – sem ódio e sem paixão.

Desta feita, há uma percepção no entendimento de uma democracia (fundada na igualdade relativa de participação política, dissolvendo em aparência o pertencimento de classe e combatendo os limites do censo fundado em critérios classistas, atendendo aos interesses de reprodução da sociedade moderna e suas esferas) que aponta para o plebiscito (voto direto e universal) e o cesarismo (líderes políticos com vocação e que vivam para a política, superando os interesses estreitos e particulares) como fundamentos. O vencedor do campo de batalha eleitoral, apoiado pela grande massa de eleitores, age a partir das seguintes condições: a) estará sujeito ao julgamento popular, embora tenha livre ação após sua aclamação nas eleições; b) caso frustrar as expectativas do gigante séquito que o elegeu, deve ser imediatamente deposto.

Nestes termos, a igualdade política se amalgama à necessidade constante de legitimação por ampla quantidade de base eleitoral, a qual pode julgar - e condenar - o líder eleito caso ele cometa equívocos. A tensão carisma e burocracia é mediada agora pela instituição parlamentar, cuja garantia dos direitos humanos fundamentais funcionaria como chicote ao domínio (inevitável porque passível de controle racional, de uma burocracia que tende à satisfação e ampliação de seus interesses materiais) ou diríamos nós, seus interesses de classe.

Noutras palavras, numa Alemanha cada vez mais destroçada por tensões políticas – manifestas em tentativas de revoluções proletárias, na guerra perdida de forma traumática e humilhante contra outras potências estatais capitalistas e na emergência república burguesa frágil, sem burguesia madura e corajosa politicamente, e gerida pela socialdemocracia já burocratizada da raiz às pontas – Max Weber está em busca de um arranjo de instituições políticas que possa cumprir as tarefas políticas que sua própria classe nega em sua ação política, dadas as

debilidades em expressar com coerência e sem peias seus interesses históricos e imediatos.

Portanto, o período de 1918-1919, com o fim do guilherminismo e o surgimento do período weimariano, marcado pela eleição indireta do socialdemocrata Friedrich Ebert ao posto de presidente da República, é o fio condutor para uma mudança drástica de orientação no entendimento da democracia; do foco no parlamento para o plebiscito, mediante o voto popular e direto em líderes políticos que pudessem ver além dos meros interesses particulares, manifestando interesses nacionais, emprestando uma política nacional consequente e condizente ao correto funcionamento do capitalismo.

Desse modo, o quadro político e o arranjo institucional são entendidos enquanto envolvidos numa tensão perpétua, que manifesta as determinações do social sobre o desenho real das instituições políticas. Uma abordagem primeira (porém não tão sistemática) dessa mudança é trazida por Weber no trabalho *A forma estatal da Alemanha futura*, de 1918. Há logo de início um rompimento claro com o modelo parlamentar defendido em *Parlamento e governo*, tendo em vista os recentes acontecimentos políticos da sociedade alemã.

A pergunta inicial do texto é a seguinte: dados os fatos políticos, históricos e sociais ocorridos em solo alemão, deve ser criada a república burguesa ou restituída a monarquia parlamentar? A segunda opção teve sua legitimidade histórica encerrada, visto que ausente de representação popular que tenha raízes na confiança do conjunto da nação. Tendo em vista a marcha real de tentativas de revolução proletária na Alemanha a reação burguesa com as aparentes concessões de uma república aparentemente socialista, o retorno ao ordenamento burguês é a alternativa e a tarefa política premente. De uma perspectiva técnico-estatal a primeira opção se impõe. Isso porque o novo contexto faz surgir a urgente necessidade de conciliar, na forma política de uma república federal, os interesses do proletariado e da burguesia locais:

Com efeito, o interesse econômico fundamental, tanto da classe trabalhadora como da classe burguesa, depende, *acima de tudo*, do ordenamento do Reich, independentemente do fato de que o novo regime tenha um selo mais ou menos socialista. Mas, em linhas gerais, a sobrevivência do novo ordenamento depende também da

celeridade com que as estruturas políticas sejam predispostas (WEBER, 1982, p. 257, *itálicos no original*).

Weber defende um presidente eleito de modo direto pelo voto universal popular. Este presidente seria dotado de independência diante do parlamento e da figura do Chanceler. A implantação da república federal também resolveria os já consagrados e espinhosos problemas de ordem nacional, em especial o problema do pangermanismo e sua inclinação fortemente reacionária, além da hegemonia prussiana e de suas classes possuidoras em franca decadência. A burguesia precisa de um novo espírito político, e se tornar a classe portadora dos interesses nacionais, tomando enfim as rédeas de sua sociedade:

Como forma institucional, a república parece no momento o caminho mais seguro para encaminhar a solução do problema pangermânico que nos é colocado. Devemos tomar a defesa *daquela* forma institucional que permita reunir numa federação o maior número possível de alemães. [...] é ainda mais decisivo para o futuro da Alemanha o problema de se a burguesia, em suas massas, é capaz de nutrir um novo espírito político, mais impregnado de responsabilidade e mais consciente de seu próprio valor (WEBER, 1982, p. 259, *itálico no original*).

A democracia plebiscitária emerge como modelo político mais adequado à nova e turbulenta conjuntura, com base em quatro pontos elementares: a) é uma forma de dominação carismática; b) trata-se de uma expressão não-autoritária de dominação pelo carisma; c) expressa uma forma legalizada de dominação; d) é, fundamentalmente, racional, um tipo de dominação que engendra “consequências” racionais. Cumpre observar que a defesa de Weber do voto direto para a presidência e da forma republicana não são evidentes e cristalinas. Tanto é que irá colocar ainda a opção de um presidente eleito pelo parlamento, além da adoção de um sistema rotativo de poder. A convicção do sociólogo alemão move-se da monarquia parlamentar para a república federativa. Estamos diante de um modelo transitório, muito embora haja a seguinte percepção:

Um presidente que funde sua autoridade na legitimidade revolucionária expressa em uma “eleição popular” e que, portanto, se contraponha, por direito conferido *ad personam*, aos organismos do Reich, estaria investido de uma autoridade muito distinta que a de um presidente eleito pelo parlamento. E isto mesmo que se estabelecessem limites rigorosos em matéria de veto, de direito relativo ao referendo popular e inclusive no exercício puro e simples do poder executivo (WEBER, 1982, p. 277, *aspas e itálicos no original*).

Conforme mencionado, a eleição de Ebert (burocrata tarimbado do Partido Socialdemocrata Alemão) como primeiro presidente da República de Weimar é realizada de modo indireto. Ebert fora eleito não pelo voto direto da população e sim pelo parlamento: isso num momento de efervescência revolucionária e sob os escombros da derrota na guerra. Diante desse quadro, Max Weber escreve o sintético e enfático trabalho *O Presidente do Reich* (1919). Já no início do texto, ele defende a necessidade do futuro mandatário da república “[...] ser eleito diretamente pelo povo” (WEBER, 2015 f, p 309). Tal método eleitoral (indireto e pelo parlamento) zomba do princípio democrático, pois vai ao encontro dos interesses mesquinhos dos parlamentares, desacreditando a unidade da república alemã.

São listadas sete razões decisivas para tal necessidade. A primeira delas é a necessidade de um chefe do executivo eleito com base na vontade da totalidade da população, sem intervenção de órgãos institucionais mediadores. A eleição indireta já era algo obsoleto e era precisamente no cargo mais alto que ela deveria ser abolida. Já o segundo ponto vale ser transcrito nas palavras do próprio Weber, em virtude de seu caráter revelador da nova posição assumida com a devida ênfase. Importante destacar que quando Max Weber fala em socialização não está defendendo a socialização dos meios de produção e reprodução da vida material, mas uma administração racional da máquina estatal. Nesses termos:

Apenas um presidente do *Reich* que tenha por trás de si milhões de votos pode ter autoridade para colocar em marcha o processo de socialização, passo para o qual os parágrafos da lei não representam nada, mas uma administração rigidamente unificada, pelo contrário, significa tudo, pois socialização é administração. [...] Devemos cuidar para que o presidente do *Reich* sempre tenha perante seus olhos “força e corda” como consequência de qualquer tentativa de interferir nas leis ou de governar autocraticamente. Se necessário, devemos excluir todos os membros das dinastias para evitar uma restauração por meio de um plebiscito, mas devemos colocar a presidência do *Reich* firmemente em seus próprios pés democráticos (WEBER, 2015f, p. 310, itálicos e aspas no original).

Desse modo, a defesa da eleição direta vem acompanhada pela necessidade de mecanismos institucionais e legais que impeçam um governo autocrático. Ademais, a extirpação das dinastias (símbolo da monarquia parlamentar) reforça a busca por um novo modelo democrático e republicano. Weber quer acabar com o arcaico sistema eleitoral, indireto e fundado monopólio decisório

das classes superiores e substituí-lo pelo sufrágio universal, direto, de todas as classes da sociedade alemã.

Quer eliminar sua organização partidária de notáveis, ultrapassados, em favor da criação e seleção de políticos profissionais e que possuam confiança de amplas camadas da população. Ao invés de líder eleito pelas panelinhas do parlamento, quer um arranjo institucional capaz de selecionar um líder autenticamente apoiado na confiança das massas de eleitores. Disso depende a efetivação de uma paulatina democracia política e econômica:

Apenas a eleição do presidente do *Reich* pelo povo proporciona a oportunidade e o motivo para a seleção de um líder e, com isso, para uma reorganização dos partidos que supere o atual sistema, completamente obsoleto, da gestão de notáveis. Se isto persistir, a democracia política e economicamente progressiva não terá nenhuma chance num futuro previsível (WEBER, 2015f, pp. 310-311, *itálicos no original*).

Weimar foi constituída e nem a eleição indireta de Ebert conseguiu da noite para o dia eliminar dois graves problemas para o Estado alemão (e para qualquer Estado moderno, capitalista, que queira cumprir com suas tarefas, diríamos nós): a) criar a unidade nacional, que conseguisse minar o histórico domínio da Prússia sobre os demais estados, na forma do monopólio da distribuição de cargos políticos; b) garantir a estabilidade institucional necessária para o desenvolvimento estável das relações de produção capitalistas, nas palavras de Weber, “administração” e “socialização”, mediante a modernização política do Estado alemão. Aí vemos que liberalismo e nacionalismo, longe de afastarem ou se contraporem, complementam-se.

A solução para os dois obstáculos? A eleição de um presidente eleito diretamente pelo povo. Aliado a isso, urge a revisão do papel do parlamento visto, “[...] como tal, que exige necessariamente um contrapeso apoiado na vontade democrática do povo.” (WEBER, 2015f, p. 311), o fim do particularismo entre os estados. Se antigamente no Estado autoritário monárquico era preciso se engajar numa maioria parlamentar, o contexto weimariano evidenciava e perpetuava um oposto extremo e, em mesma medida, não democrático “[...] em que quase todos os projetos constitucionais caíram em uma crença ingênua, quase cega, na infabilidade

e onipotência da maioria – não do povo, mas sim dos parlamentares.” (WEBER, 2015f, p. 312).

Diante disso a tarefa urgente da limitação dos poderes do presidente, visando vigiar sua atuação. O que implicava uma intervenção no aparato estatal em casos de crises institucionais graves, através do veto suspensivo. Todavia, a base forte para a ação presidencial deve ser a eleição pelo povo. Somente isso poria fim às crises parlamentares que há tempos sacudiam os alicerces do *Reich*. O presidente eleito pelo povo acabaria com a então nomeação de cargos, em especial dos funcionários da administração que estão diretamente ligados à população.

Dito de outro modo, a manutenção da eleição indireta era a garantia da manutenção de um parlamento frágil e ignorante. Uma instituição parlamentar cuja atuação dava as condições para a preservação da hegemonia prussiana e de seu particularismo, ou, melhor dizendo, do atendimento aos interesses particulares de suas classes superiores. A eleição presidencial pelo parlamento é condicionada ao jogo de interesses e troca de favores entres os partidos. O parlamento precisava, igualmente, reconhecer a verdadeira essência da democracia.

Em nossa interpretação deste último escrito político de Weber, esta essência residiria no direito de livre e direta eleição do líder pela totalidade das classes sociais que compunham a sociedade alemã. Essa afirmação nos parece reforçar e consolidar de vez sua opção pela democracia plebiscitária e seu abandono total da democracia parlamentar, entendida como a melhor técnica de seleção de lideranças políticas:

Um presidente do Reich eleito pelo parlamento, sob determinadas constelações e coalizões de partidos, é um homem politicamente morto quando essas constelações se deslocam. Um presidente eleito pelo povo, como chefe do Executivo, da nomeação de cargos e, eventualmente, como detentor de um veto suspensivo, da autoridade de dissolver o parlamento e de invocar o referendo é o paládio da democracia autêntica, que não significa a entrega impotente a panelinhas, mas sim a subordinação a líderes eleitos pelo próprio povo (WEBER, 2015f, p. 313, itálicos nos original).

Dessarte, podemos perceber que estes dois últimos escritos políticos de Weber giram em torno das seguintes conclusões: a) o fim da monarquia afetou, irreversivelmente, a legitimidade parlamentar; b) persiste a necessidade de revisão radical do preodomínio político prussiano; c) neste contexto, a única opção realista

seria a república federativa; d) a situação conjuntural da Alemanha, marcada por uma forte crise econômica, política e social, exigia soluções imediatas. Tais considerações cimentam seu modelo de democracia plebiscitária, em substituição ao modelo de democracia parlamentar.

Para finalizar, nos seus últimos escritos políticos, a democracia plebiscitária (mediante a ação de controle e garantia dos direitos de inquérito e dos direitos básicos dos indivíduos, em consonância com a eleição direta do presidente) se consolida como mais um dos contrapesos ao irrefreável processo de constituição de interesses próprios da burocracia cada vez mais racionalizada, garantindo as condições político-institucionais para o melhor desenvolvimento da totalidade das relações sociais capitalistas em solo alemão.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **Max Weber y la Política de Poder**. Papers: Revista de Sociología 15, Universitat Autònoma de Barcelona.
- BEETHAM, David. **Max Weber y la Teoría Política Moderna**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1979.
- BELLAMY, Richard. **Liberalismo e Sociedade Moderna**. São Paulo: Unesp, 1994.
- BREUER, Stefan. **Burocracia y carisma: la sociología política de Max Weber**. Valencia: Alfons El Magnánim, 1996.
- BREUER, Stefan. **Democracia plebiscitária e parlamentarista na sociologia política de Max Weber**. Sociologias, Porto Alegre, ano 1, n. 2, jul./dez. 1999, pp. 44-67.
- BRUHNS, Hinnerk. Observações sobre a recepção de Max Weber na Ciência Política na Alemanha. In: ZANON, Breilla. et al. (Orgs). **A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber**. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021.
- CARVALHO, Marcio José Rosa de. **Max Weber no Brasil e no Mundo: Sociologia da circulação internacional (1889-1920) e da recepção nacional brasileira (1925-2015) das obras weberianas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://pergamum.ufsc.br/acervo/375179>. Acesso em: 29 dez. 2023.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Weber e a Crise do Liberalismo**. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Vol. 9 – n. 1/2004, pp. 163-170.
- FELIPE, Kaio. **Merquior, um Liberista? Uma Comparação entre o Pensamento Liberal de José Guilherme Merquior e Friedrich von Hayek**. MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2015, pp. 215-228.
- FELIPE, Kaio. **Para além do neoliberalismo e da social-democracia: uma análise do liberalismo social de José Guilherme Merquior**. Em Tese, v. 15, n. 1 (parte II), pp. 129-151, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2018v15n1p129>. Acesso em: 29 dez. 2023.
- GERTH, HANS H. & MILLS, C. Wright. Introdução: o homem e sua obra. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- GIGANTE, Lucas Cid. **A sociologia política de Max Weber na interpretação do nazismo**. Em Tese, v. 18, n. 1, pp. 299-323, janeiro/junho 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/75136/45436>. Acesso em 24 abr. 2024.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas, [v. 1]: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

JAGUARIBE, Hélio. Merquior e o liberalismo. In: MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo: Antigo e Moderno**. São Paulo: É Realizações, 2014, pp. 331-349.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global Editora, 1986.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

MARX, Karl. **O Manifesto dos Três de Zurique**. Revista Marxismo e Autogestão, v. 1, n. 02 (2014). Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rma/article/view/947>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Argumento Liberal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Marxismo Ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault, ou o nihilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MERQUIOR, José Guilherme. **Merquior, um anarquista da cultura**. Entrevista de José Guilherme a Caio Túlio Costa. Folhetim nº 514. Folha de S. Paulo: 12 de dezembro de 1986.

MERQUIOR, José Guilherme. **Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo: Antigo e Moderno**. São Paulo: É Realizações, 2014.

MERQUIOR, José Guilherme. Socialismo e Liberalismo. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de. (organizador); **José Guilherme Merquior: um intelectual brasileiro**. Brasília: Diplomattizando, 2021, pp. 63-67.

MOMMSEN, Wolfgang J. **Max Weber and the German Politics (1890-1920)**. University of Chicago Press, 1990.

MOMMSEN, Wolfgang J. **The Political and Social Theory of Max Weber: Collected Essays**. University of Chicago Press, 1989.

MOMMSEN, Wolfgang J. **The Age of Bureaucracy: Perspectives on the Political Sociology of Max Weber**. Oxford – Basil Blackwell, 1974.

PALONEN, Kari. **Was Max Weber a 'Nationalist'?** Max Weber Studies 1.2 (2001), pp. 196-214.

ROUANET, Sérgio Paulo. Merquior: obra política, filosófica e literária. In: MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo: Antigo e Moderno**. São Paulo: É Realizações, 2014, pp. 360-370.

SANTOS, Leandro dos. **Um mapeamento das aproximações entre Weber e Nietzsche**. Plural, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 1, pp. 139-156, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/83625>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SELL, Carlos Eduardo. **Em busca do centro democrático-progressista: o liberalismo agonístico de Max Weber**. Estudos Avançados 34 (100), 2020.

SELL, Carlos Eduardo. **Garantias externas e fundamentos internos: Dimensões da legitimidade em Max Weber**. Tempo Social, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 3, pp. 95-111, 2021.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária?** Revista de Sociologia e Política v. 18, nº 37: 137-146 Out. 2010.

SELL, Carlos Eduardo. **Democracia com liderança Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 139-166.

SILVA, Ricardo. **O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 2, 2010, pp. 299 a 355.

STRAUSS, Leo. **Uma Introdução à Filosofia Política – Dez Ensaio**s. São Paulo: É Realizações, 2016.

TRAGTENBERG, Maurício. **Memórias de um Autodidata no Brasil**. São Paulo: Escuta, 1999.

TRAGTENBERG, Maurício (Org.). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, Poder e Ideologia**. São Paulo: Cortez, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Unesp, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Atual, 1988.

TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Unesp, 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Cortez, 1982.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

TRAGTENBERG, Maurício. Apresentação – Max Weber e a revolução russa. In: WEBER, Max. **Estudos políticos – Rússia 1905 e 1907**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2014, pp. 7-49.

VELHO, Otávio Guilherme. **Considerações (In) Tempestivas sobre Nietzsche e Weber**. Anuário Antropológico 7 (1): 98-133. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6236>. Acesso em 25 abr. 2024.

VIANA, Nildo. **Maurício Tragtenberg – Um Sociólogo Libertário**. São Paulo, Escala, Revista Sociologia, Ciência e Vida, v. 2, p. 64-71, 2008.

VIANAb, Alexandra Peixoto. O Marxismo Autogestionário de Maurício Tragtenberg. In: VIANA, Nildo (org.). **O Marxismo Autogestionário**. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

VIANA, Nildo. Maurício Tragtenberg e o Modo de Produção “Asiático”. In: SOUZA, Erisvaldo (org.). **Maurício Tragtenberg: Burocracia e Autogestão**. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.

VOEGELIN, Eric. **A Nova Ciência da Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

WEBER, Max. **Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída**. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 2 Vols. Brasília: EdUnb, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max. Entre duas leis In: WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015a.

WEBER, Max. A política como profissão e vocação. In: WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015b.

WEBER, Max. O Estado-nação e a política econômica. In: WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015c.

WEBER, Max. Sobre a situação da democracia constitucional na Rússia. In: WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015d.

WEBER, Max. Sufrágio e democracia na Alemanha. In: WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015e.

WEBER, Max. O presidente do Reich. In: WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015f.

WEBER, Max. Conferência sobre o socialismo. In: FRIEDMAN, Luis Carlos (org.) **Émile Durkheim, Max Weber: socialismo**. 2ª ed. ampl. e rev. Rio de Janeiro: Ponteiro, PUC Rio, 2016.

WEBER, Max. La futura forma institucional de Alemania. In: WEBER, Max. **Escritos políticos**. Ed. José Aricó. México, Fólios Ediciones, vol. II, 1982.